

Victor Hugo Gregório Palma

**Tríade Negra, Delinquência e Trauma na Adolescência: Estudos em
Contexto Forense e Escolar**



2020

Victor Hugo Gregório Palma

**Tríade Negra, Delinquência e Trauma na Adolescência: Estudos em
Contexto Forense e Escolar**

Doutoramento em Psicologia

Tese efetuada sob a orientação de:

Professor Doutor Pedro Pechorro

Professor Doutor Saúl Neves de Jesus



2020

Título do trabalho

Tríade Negra, Delinquência e Trauma na Adolescência: Estudos em Contexto Forense e Escolar

Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser o autor deste trabalho que é original e inédito. Os autores e os trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências nele incluída.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Victor Hugo Palma', written in a cursive style.

(Victor Hugo Palma)

Copyright © 2020, por Victor Hugo Gregório Palma

A Universidade do Algarve tem o direito, perpétuo e sem limites geográficos, de arquivar e publicitar este trabalho através de exemplares impressos reproduzidos em papel ou de forma digital, ou por qualquer outro meio conhecido ou que venha a ser inventado, de o divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição com objetivos educacionais ou de investigação, não comerciais, desde que, seja dado crédito ao autor e editor.

Por amor e pelas ausências.

Aos meus pais, Manuel e Maria

Aos meus filhos, Vítor e Catarina

“Terás de construir qualquer coisa que te ultrapasse.
Mas peço-te que primeiro te construas bem a ti mesmo [...]”
(Nietzsche, 1892/1994, p. 63)

Agradecimentos

Foi com forte motivação e amor ao conhecimento que me coloquei perante este desafio, sempre com o objetivo de melhorar a minha capacidade de reflexão crítico, iniciativa e criatividade. Porém, esta caminhada não teria sido possível sem as pessoas que, nela, diretamente colaboraram ou simplesmente estiveram ao meu lado. Por tal, quero aqui nomeá-las para, desta forma, publicamente expressar a minha gratidão. Embora estas sejam quase as primeiras palavras foram as últimas que escrevi. São palavras sentidas, são palavras de agradecimento, são palavras dirigidas a pessoas especiais que, ficarão para sempre gravadas na minha memória, pela total disponibilidade quando solicitei a sua ajuda para ultrapassar as dificuldades iniciais, transformadas posteriormente em desafios, até à tranquilidade final do pós-sublimação.

Ao Professor Doutor Pedro Pechorro e ao Professor Doutor Saúl Neves de Jesus, orientadores da presente tese, pela total disponibilidade, apoio incondicional, motivação e conhecimento partilhado desde o primeiro ao último momento. Provavelmente estas palavras, só por si, não expressam a minha gratidão.

À Professora Doutora Cristina Nunes pela crítica construtiva e sugestões relevantes para a concretização desta minha etapa.

À Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e aos diretores dos Centros Educativos pela disponibilidade demonstrada, pelo apoio e pela simpatia com a qual me acolheram.

Aos Diretores dos Agrupamentos de Escolas e aos professores que gentilmente me receberam nos estabelecimentos de ensino básico e secundário das regiões do Algarve, Alentejo e Lisboa.

A todos os jovens que participaram nesta investigação, não só pela sua colaboração como também pelo crescimento pessoal e profissional que me proporcionaram.

Aos docentes que tive o privilégio de encontrar durante este percurso académica na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve e aos seus colaboradores que tornaram prazerosa esta caminhada.

À Margarida Caria. Ao António José Baptista, José Manuel Nunes, Pedro Jubilot, Pedro Morais Soares e João Rebelo. Pela amizade, disponibilidade e momentos partilhados desde há muito.

Ao João Ramos-Correia, Pedro Bomba, Rui Calado, Custódio Coelho, Luís Afonso, Ernesto Paiva, Ricardo Coelho, Rogério de Jesus, Alexandre Rodrigues, Sérgio Rodrigues, Vasco Machado, Miguel Bigodinho e José Assunção que, tal como eu, acreditam que o caminho faz-se caminhando.

À Lígia Anastácio Palma, Elsa Palma Gouveia, Rita Palma Gouveia, Ana Palma Gouveia e Fernanda Anastácio. Ao António Gouveia. Pelo carinho do sorriso, calor no abraço e palavras de incentivo.

À Rafaela Matavelli, Vera Pereira, Lurdes Almeida e Viviane Almeida. Ao Zé Mendes e André Faleiro. Pelos momentos de superação de obstáculos, partilha de conhecimento, descontração, mas acima de tudo companheirismo.

A todas as pedras brutas, arrancadas pelo desassossego à rocha mãe que, fui encontrando ao longo desta caminhada, por me terem ensinado a sonhar à medida que as ia polindo com força, beleza e sabedoria.

Porque os rios nascem no mar,

A todos, um grande bem-haja.

Resumo

Os traços socialmente indesejáveis da personalidade, como um grupo coeso de fatores que devem ser estudados em conjunto, como é o caso da Tríade Negra (TN), têm despertado interesse no seio da comunidade científica. Há evidências de que, os traços de TN, podem ter relevância na etiologia de comportamentos delinquentes severos, crónicos e violentos. O objetivo principal da presente investigação foi a análise das associações da TN com a delinquência juvenil, perturbação do comportamento, trauma e impulsividade. Como objetivo secundário a este foram efetuadas a validação de uma medida de trauma, o *Child Trauma Screen* (CTS) e de uma medida de PC, o *Conduct Disorder Screener* (CDS). A amostra foi constituída por adolescentes de ambos os sexos ($N = 601$; M idade = 15.95 anos; $DP = 1.05$ anos; amplitude = 13-18 anos), subdividida em grupo masculino forense ($n = 131$), grupo masculino escolar ($n = 257$) e grupo feminino escolar ($n = 213$), aos quais foram aplicadas medidas de autorrelato. As escalas demonstraram adequadas propriedades psicométricas, nomeadamente, em termos de estrutura fatorial, consistência interna por alfa de Cronbach, validade divergente e validade de grupos conhecidos, justificando a sua utilização em adolescentes portugueses. O CTS e o CDS, vêm preencher uma lacuna significativa na obtenção rápida de dados relevantes sobre trauma e PC em adolescentes. Na análise das associações da TN com a delinquência juvenil, perturbação do comportamento, trauma e impulsividade, após a elaboração de modelos de regressão linear múltipla, os resultados indicaram que a dimensão psicopatia foi a que apresentou maior associação com a delinquência juvenil, perturbação do comportamento e impulsividade, enquanto a dimensão narcisismo foi a que apresentou maior associação com o trauma. A presente investigação contribuiu para acrescentar informação à literatura especializada.

Palavras-chave: Adolescência; Delinquência juvenil; Impulsividade; Perturbação do comportamento; Trauma; Tríade negra; Validação

Abstract

The socially undesirable personality traits, as a cohesive group of factors that must be studied together, as is the case of the Dark triad (DT), have aroused interest within the scientific community. There is evidence that the traits of DT may have relevance in the etiology of severe, chronic and violent delinquent behaviors. The main objectives of the present investigation was the analysis of the associations of DT with juvenile delinquency, conduct disorder, trauma and impulsivity. As a secondary objective to this, the validation of a measure of trauma, the Child Trauma Screen (CTS) and of a measure of CD, the Conduct Disorder Screener (CDS). The sample consisted of adolescents of both sexes ($N = 601$; M age = 15.95 years; $SD = 1.05$ years; range = 13-18 years), subdivided into a male forensic group ($n = 131$), a male school group ($n = 257$) and female school group ($n = 213$), to whom self-report measures were applied. The scales demonstrated adequate psychometric properties, namely, in terms of factor structure, internal consistency by Cronbach's alpha, divergent validity and validity of known groups, justifying its use in Portuguese adolescents. The CTS and CDS fill a significant gap in obtaining quickly relevant data on trauma and CD in adolescents. In the analysis of the associations of DT with juvenile delinquency, conduct disorder, trauma and impulsivity, after the development of multiple linear regression models, the results indicated that the psychopathic dimension was the one with the highest association with juvenile delinquency, conduct disorder and impulsivity, while the narcissism dimension was the one with the greatest association with trauma. The present investigation contributed to add information to the specialized literature.

Keywords: Adolescence; Conduct disorder; Dark triad; Impulsivity; Juvenile delinquency; Trauma; Validation

Índice

1. Introdução geral	1
<i>1.1. Adolescência</i>	6
<i>1.2. Delinquência juvenil</i>	19
<i>1.3. Psicopatia e traços psicopáticos</i>	46
<i>1.4. Trauma</i>	56
<i>1.5. Perturbação do comportamento</i>	63
<i>1.6. Impulsividade e autocontrolo</i>	69
<i>1.7. Tríade negra</i>	80
<i>1.8. Objetivos e hipóteses de investigação</i>	84
2. Manuscritos	89
<i>2.1. Manuscrito I: Validação preliminar da versão portuguesa do Child Trauma Screen em adolescentes</i>	90
<i>2.2. Manuscrito II: Propriedades psicométricas do Conduct Disorder Screener entre jovens portugueses em contexto forense e escolar</i>	129
<i>2.3. Manuscrito III: Dark Triad: Associations with juvenile delinquency, conduct disorder and trauma</i>	170
<i>2.4. Manuscrito IV: Tríade Negra na adolescência: Relação com impulsividade e perturbação do comportamento</i>	199
3. Resultados e discussão geral	229
4. Conclusões	247
5. Referências bibliográficas gerais	253
6. Legislação	319
7. Anexos	320

Lista de abreviaturas

ACITC	Amplitude das Correlações Item-Total Corrigidas
AFC	Análise Fatorial Confirmatória
AFE	Análise Fatorial Exploratória
AHSRD	Add Health Self-Report Delinquency
APA	American Psychiatric Association
APAV	Associação Portuguesa de Apoio à Vítima
BSCS	Brief Self-Control Scale
CDS	Conduct Disorder Screener
CE	Centro Educativo
CNPD	Comissão Nacional de Proteção de Dados
CD	Conduct Disorder
CTS	Child Trauma Screen
DGRSP	Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais
DP	Desvio-Padrão
DSM	Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders
DTDD	Dark Triad Dirty Dozen
EMAE	Escala de Motivação para a Aprendizagem Escolar
EPT	Eventos Potencialmente Traumáticos
EUA	Estados Unidos da América
ICS	Index of Crime Severity
LPCJP	Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo
LTE	Lei Tutelar Educativa
M	Média
MCII	Média das Correlações Inter-Item
OADP	Oregon Adolescent Depression Project
OMS	Organização Mundial da Saúde
OTM	Organização Tutelar de Menores
PC	Perturbação do Comportamento
PTSD	Post-Traumatic Stress Disorder
TN	Tríade Negra
UE	União Europeia
YPI-TRI-S	Youth Psychopathic Traits Inventory-Triarchic-Short

Índice de Tabelas

Tabela 1 (Quadro 1) do manuscrito I - Cargas fatoriais por AFE e consistência interna do CTS Reações.....	124
Tabela 2 (Quadro 2) do manuscrito I - Validade divergente do CTS Reações.....	125
Tabela 3 (Quadro 3) do manuscrito I - Validade de grupos conhecidos do CTS.....	126
Tabela 4 (Quadro 4) do manuscrito I - Correlações Pearson do CTS Reações com outras escalas e subescalas.....	127
Tabela 1 (Quadro 1) do manuscrito II - Índices de ajustamento do CDS.....	164
Tabela 2 (Quadro 2) do manuscrito II - Cargas fatoriais do CDS.....	165
Tabela 3 (Quadro 3) do manuscrito II - Consistência interna do CDS.....	166
Tabela 4 (Quadro 4) do manuscrito II - Validade convergente, divergente e critério (concorrente) do CDS.....	167
Tabela 5 (Quadro 5) do manuscrito II - Validade de grupos conhecidos do CDS.....	169
Tabela 1 (Table 1) do manuscrito III - Pearson correlation matrix between the variables under study.....	195
Tabela 2 (Table 2) do manuscrito III - Multiple regression analysis for the dimensions of the Dark Triad in association with juvenile delinquency.....	196
Tabela 3 (Table 3) do manuscrito III - Multiple regression analysis for the dimensions of the Dark Triad in association with conduct disorder.....	197
Tabela 4 (Table 4) do manuscrito III - Multiple regression analysis for the dimensions of the Dark Triad in association with trauma.....	198
Tabela 1 (Quadro 1) do manuscrito IV - Matriz de correlações Pearson entre as variáveis em estudo.....	225
Tabela 2 (Quadro 2) do manuscrito IV - Análise de regressão múltipla para a Tríade Negra na predição da impulsividade.....	226
Tabela 3 (Quadro 3) do manuscrito IV - Análise de regressão múltipla para a Tríade Negra na predição da perturbação do comportamento.....	227
Tabela 4 (Quadro 4) do manuscrito IV - Estatística descritiva e ANOVA das variáveis TN, impulsividade e perturbação do comportamento nos grupos em estudo.....	228

Índice de Anexos

Anexo A: Deliberação da Comissão Nacional de Proteção de Dados.....	321
Anexo B: Autorização da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais.....	323
Anexo C: Autorização para a realização de inquérito em meio escolar.....	325
Anexo D: Consentimento livre e informado (Versão para Encarregados de Educação).....	327
Anexo E: Consentimento livre e informado (Versão para Adolescentes).....	329
Anexo F: Questionário sociodemográfico e instrumentos psicométricos.....	332
Anexo G: Primeira página dos manuscritos publicados.....	347

1. Introdução geral

A presente tese de doutoramento teve por objetivo principal o estudo da Tríade Negra, delinquência, trauma, perturbação do comportamento e impulsividade, numa amostra de adolescentes. A amostra total foi subdividida em grupo masculino forense que se encontrava a cumprir medidas tutelares educativas nos Centros Educativos (CE) da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), grupo masculino escolar e grupo feminino escolar que se encontravam a frequentar o ensino básico ou secundário em estabelecimentos públicos das Regiões do Algarve, Alentejo e Grande Lisboa.

Procedemos à validação de instrumentos relacionados com as temáticas investigadas as quais deram origem a dois estudos, a saber: Uma medida de trauma, o *Child Trauma Screen* (CTS; Lang & Connel, 2017) que deu origem à “Validação preliminar da versão portuguesa do *Child Trauma Screen* em adolescentes” (Palma et al., 2020) e uma medida de perturbação do comportamento, o *Conduct Disorder Screener* (CDS; Lewinsohn, Rohde, & Farrington, 2000) que deu origem ao “Propriedades psicométricas do *Conduct Disorder Screener* entre jovens portugueses em contexto forense e escolar” (Palma et al., submetido). Foram efetuados mais dois estudos. No terceiro estudo, o “Dark Triad: Associations with juvenile delinquency, conduct disorder and trauma” (Palma et al., submetido), foram analisadas as associações da TN com a delinquência juvenil, perturbação do comportamento e trauma, com recurso a modelos de regressão linear múltiplos. No quarto estudo, o “Tríade Negra na adolescência: Relação com impulsividade e perturbação do comportamento” (Palma et al., 2020), foram analisadas as relações da TN com a impulsividade e a perturbação do comportamento, igualmente com recurso a modelos de regressão linear múltiplos. Neste último foram ainda analisados os traços de TN, impulsividade e PC nos grupos em estudo.

Para além dos dois instrumentos de avaliação acima referidos e, por nós validados, foram utilizados outros igualmente relevantes no contexto da presente tese, a saber: Uma medida de traços triárquicos de psicopatia, o *Youth Psychopathic Traits Inventory-Triarchic-Short* (YPI-TRI-S; Pechorro et al., 2019a), uma medida de traços de tríade negra, a *Dirty Dozen* (DD; Jonason & Webster, 2010; Pechorro et al., 2019b), uma medida de delinquência juvenil, a *Add Health Self-Report Delinquency* (AHSRD; Pechorro et al., 2019c), uma medida de impulsividade, a *SUPPS-P Impulsive Behavior Scale* (SUPPS-P; Pechorro et al., submetido), uma medida de violência entre pares, a *Brief Peer Conflict Scale* (PCS-20; Russell, 2014; Pechorro et al., 2018a; Pechorro et al., 2020), um índice

de gravidade do crime, o *Index of Crime Severity* (ICS; Wolfgang et al., 1985) e os 15 critérios para o diagnóstico de Perturbação do Comportamento (PC) de acordo com os critérios oficiais do DSM-5 (American Psychiatric Association [APA], 2014) foram transformados numa escala de autorresposta (Skilling, Quinsey, & Craig, 2001). Foram ainda utilizadas a Escala de Motivação para a Aprendizagem Escolar (EMAE; Imaginário et al., 2014) e uma medida de autocontrolo, a *Brief Self-Control Scale* (BSCS; Tangney, Baumeister, & Boone, 2004; Pechorro et al., 2018b; Pechorro et al., 2019d) para analisar a validade divergente nos estudos de validação do *Child Trauma Screen* (CTS; Lang et al., 2017) e do *Conduct Disorder Screener* (CDS; Lewinsohn et al., 2000).

Os traços socialmente indesejáveis da personalidade devem, para alguns autores, ser estudados em conjunto como um grupo coeso de fatores (Furnham, Richards, & Paulhus, 2013; Jones & Paulhus, 2014; Lyons, 2019). Aquele que maior atenção tem recebido por parte dos investigadores é a Tríade Negra (TN). Esta é composta por três traços de personalidade distintos (maquiavelismo, narcisismo e psicopatia), mas com características comuns (Jakobwitz & Egan, 2006; Jones et al., 2014). O maquiavelismo é caracterizado pela manipulação e ausência de empatia (Gonçalves & Campbell, 2014; Kowalski et al., 2018). O narcisismo caracteriza-se pela crença de superioridade, necessidade extrema de admiração e ausência de empatia (APA, 2014; Furnham et al., 2014). A psicopatia é caracterizada pela insensibilidade emocional, ausência de empatia e culpabilidade, impulsividade e comportamentos antissociais (Paulhus & Williams, 2002).

O trauma pode influenciar de forma negativa o desenvolvimento biopsicossocial da criança (Alberto, 2014; Hoskins et al., 2019; Luthar, Crossman, & Small, 2015), sendo este associado a doença física e mental na idade adulta (Freeman, 2014; Norman et al., 2012). Assim sendo, a exposição a Eventos Potencialmente Traumáticos (EPT) deve merecer a atenção dos investigadores e considerada um problema grave de saúde pública (Finkelhor et al., 2013; Lang & Connell, 2017). A exposição na infância a EPT pode estar relacionada na idade adulta com comportamentos de risco, morte prematura, problemas de saúde física e mental ou contribuir para a sua gravidade (Adams et al., 2013; Iraurgi et al., 2008; Norman et al., 2012; Shenk, Griffin, & O'Donnell, 2015).

A PC é mais frequente nos indivíduos do sexo masculino do que nos do sexo feminino (APA, 2014; Loeber, Farrington, & Waschbusch, 1998). Apresenta, geralmente, os seus primeiros sintomas significativos entre a segunda infância e o meio da adolescência (APA, 2014). Embora possa também ser diagnosticada na idade adulta é

raro ocorrer depois dos 16 anos de idade. Quando abordamos a PC devemos salientar a alteração no DSM-5 relativamente ao diagnóstico desta perturbação, incluída no capítulo das Perturbações Disruptivas, do Controlo dos Impulsos e do Comportamento, onde está presente um especificador de traços de insensibilidade emocional, caraterísticos da psicopatia (Frick & Moffitt, 2010; Scheepers, Buitelaar, & Matthys, 2011). São vários os autores que referem evidências de que, estes traços, podem estar associados à maior estabilidade dos comportamentos antissociais, comportamentos delinquentes severos e persistentes, início precoce da atividade criminal, condenações e detenções precoces (Forth & Book, 2010; Kruh, Frick, & Clements, 2005; Pechorro, 2013; Pechorro et al., 2014a; Van Baardewijk et al., 2011).

A impulsividade pode ser definida como a tendência do indivíduo para reagir de forma não planeada aos estímulos a que é submetido, não tendo em consideração as consequências desse comportamento (Moeller et al., 2001). Há evidências de que, os jovens com níveis elevados de impulsividade apresentam um risco aumentado para causarem dano não só ao próprio como também aos outros (Moeller et al., 2001). Embora este, seja um construto multidimensional (Whiteside & Lynam, 2001) podem ser identificados fatores comuns (e.g., incapacidade para esperar, tendência para agir sem pensar ou avaliar a situação, insensibilidade às consequências, incapacidade de inibição de comportamentos indesejáveis, incapacidade para adiar a gratificação) (Swann et al., 2002). Em adolescentes a impulsividade tem sido relacionada, por autores diversos, a comportamentos de externalização e internalização (e.g., hiperatividade, agressividade, dificuldades de aprendizagem, perturbações de ansiedade e depressivas, perturbação do comportamento, abuso de substâncias) (Ryan, Mackillop, & Carpenter, 2013).

Ocorre no presente um renovado interesse dos investigadores pelo estudo da delinquência juvenil e pelo desenvolvimento de novas teorias e hipóteses de investigação (Moffitt et al., 2006). Por parte da sociedade em geral, este, é um fenómeno que tem igualmente despertado interesse crescente. A exposição regular a que tem sido sujeito nos diversos órgãos de comunicação social e, pela forma como tem sido divulgada a informação, tem gerado sentimentos de insegurança no seio da comunidade. Porém, deve salientar-se que, embora muitos jovens apresentem comportamentos antissociais, apenas uma minoria é responsável pela delinquência severa e crónica (Baron, 1995; Howell, Krisberg, & Jones, 1995; Loeber & Farrington, 2001; Nagin & Tremblay, 1999), causadora de grande impacto negativo na comunidade. Pelo anteriormente referido, estes factos são por si só relevantes para que se proceda à investigação deste fenómeno e das

características específicas destes jovens, para dar respostas com base científica aos seus comportamentos e apresentar proposta de prevenção e de intervenção adequadas ao momento presente (Farrington, Loeber, & Kalb, 2001; Pechorro, 2013).

Os estudos empíricos com recurso a amostras forenses continuam no presente a ser escassos, destacando-se entre estes os que utilizam amostras de jovens delinquentes que se encontram a cumprir medidas tutelares educativas nos CE da DGRSP ou detidos em Estabelecimentos Prisionais (Pechorro, 2019). Este facto é referido por Costa et al. (2017), após revisão de literatura sobre a produção de artigos de Psicologia Forense publicados até 2015 nas bases de dados *Web of Science* e SCOPUS. Nesta revisão de literatura foram apresentados 41 artigos, porém, apenas cinco destes são estudos empíricos dirigidos à população forense juvenil (Pechorro et al., 2012; Pechorro et al., 2014b; Pechorro et al., 2014a; Pechorro et al., 2015a; Vilariño, Amado, & Alves, 2013). São também referidos seis artigos de adaptação ou validação de instrumentos, onde, cinco destes, foram realizados com recurso a amostras forenses de jovens (Pechorro et al., 2011; Pechorro et al., 2015b; Pechorro et al., 2015c; Pechorro et al., 2015d; Pimentel et al., 2015). Assim sendo, os estudos da presente tese são pertinentes, não só pelas temáticas abordadas como também porque, um dos grupos da amostra é composto por jovens delinquentes (grupo masculino forense) a cumprir medidas tutelares educativas nos CE da DGRSP. A pertinência é reforçada pelo facto de Portugal, considerando os dados oficiais, ser um dos países da Europa que apresenta maior taxa de jovens presos por 100.000 habitantes (Aebi et al., 2017; Souverein et al., 2019) e pelo forte impacto negativo causado na sociedade pelos comportamentos delinquentes destes jovens. A investigação das características específicas destes é fundamental (Farrington et al., 2001) porque, embora correspondam a uma minoria de jovens, são estes responsáveis por uma parte considerável da delinquência severa e crónica, com tudo o que esta implica para a sociedade em geral e para as vítimas em particular (Baron, 1995; Howell et al., 1995; Loeber et al., 2001; Nagin et al., 1999). Por tal, devem ocorrer investigações científicas no nosso País sobre estas temáticas, com recurso a amostras forenses, para obter informações sobre a realidade nacional e, posteriormente, melhor fundamentar os programas de prevenção e intervenção (e.g., psicoterapêuticas, psicossociais). Desta forma, podemos aumentar a eficácia dos referidos programas, contribuindo para a interrupção ou mesmo para a extinção dos comportamentos apresentados pelos jovens com estas características ou minimizar o impacto dos mesmos.

Na primeira parte da presente tese de doutoramento é apresentado o enquadramento teórico. Nesta, abordam-se as temáticas da adolescência, delinquência juvenil, psicopatia, traços psicopáticos, trauma, perturbação do comportamento, impulsividade, autocontrolo e Tríade Negra. São também abordados o enquadramento legal da delinquência juvenil, a Lei Tutelar Educativa (LTE) e outros construtos relevantes para os estudos que pretendemos desenvolver (e.g., traços triárquicos de psicopatia). Estes construtos estão relacionados com as medidas utilizadas nos estudos elaborados para a presente tese. Por termos constatado através da revisão de literatura efetuada a sua importância e relação com as temáticas em estudo, abordamos também o construto da psicopatia e os traços psicopáticos. Estes últimos definidos como um conjunto de sintomas e comportamentos que constituem o síndrome da psicopatia.

Na segunda parte são apresentados os estudos empíricos, onde constam quatro manuscritos que correspondem a quatro artigos. O primeiro estudo, “Validação preliminar da versão portuguesa do *Child Trauma Screen* em adolescentes”, corresponde à validação de uma medida de trauma. No segundo estudo, “Propriedades psicométricas do *Conduct Disorder Screener* entre jovens portugueses em contexto forense e escolar”, procedeu-se à validação de uma medida de perturbação do comportamento. No terceiro estudo, “Dark Triad: Associations with juvenile delinquency, conduct disorder and trauma”, com recurso a modelos de regressão linear múltiplos pretendeu-se analisar a relação da TN com a delinquência juvenil, perturbação do comportamento e trauma. No quarto estudo, “Tríade Negra na adolescência: Relação com impulsividade e perturbação do comportamento”, igualmente com recurso a modelos de regressão linear múltiplos pretendeu-se analisar a relação da TN com a impulsividade e a perturbação do comportamento. Neste último, adicionalmente, analisámos os traços de TN, impulsividade e PC nos grupos em estudo. Por fim, são apresentados os resultados e discussão geral, as conclusões, as referências bibliográficas gerais e a legislação mencionada na presente tese (e.g., Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo [LPCJP], LTE).

1.1. Adolescência

O termo adolescência deriva do latim *adolescere* que significa “crescer” (Braconnier & Marcelli, 2005; Coslin, 2009; Daunis, 2000; Medeiros, 2013; Pereira, 2011; Sampaio, 2006; Silva, 2004). No final do século XVIII, Jean-Jacques Rosseau, verificou determinadas características nos jovens (e.g., instabilidade, conflitualidade emocional) que ocorriam durante o processo de maturação biológica. Esta, provocava mudanças sociais e, ambas, eram acompanhadas por alterações nos processos mentais (Grossman, 1998; Medeiros, 2013; Pereira, 2011). No final do século XIX, após a diferenciação da infância no seio de uma sociedade em profundas transformações na sequência da industrialização e do crescimento das zonas urbanas, começou a adolescência a despertar o interesse de alguns autores. Desde então, começou a ser pensada como uma fase do desenvolvimento humano com características próprias, distinta das outras (Ariès, 2017; Bucholtz, 2002; Ferreira & Nelas, 2006; Grossman, 2010; Sprinthall & Collins, 2003). A adolescência tal como no presente a conhecemos é um conceito recente que, apenas foi solidificado no século XX. Anteriormente o indivíduo transitava da infância para a idade adulta, sem ser considerada no desenvolvimento humano uma fase intermédia entre elas, com características diferenciadoras (Ferreira et al., 2006). Porém, deve referir-se que, para as comunidades ancestrais e para algumas que, ainda no presente mantêm as suas tradições, a puberdade é considerada um acontecimento relevante de integração do indivíduo no “mundo” dos adultos, onde, através de rituais específicos é celebrada a entrada numa nova fase da vida (Papalia & Feldman, 2013; Santos, 1966).

Foi publicado nos Estados Unidos da América (EUA) em 1891, o primeiro estudo sobre a adolescência (*The Study of Adolescence*) de Burnham (Sprinthall et al., 2003). Mais tarde, em 1904, surge a primeira obra sobre a adolescência (*Adolescence: Its Psychology, and Its Relations to Physiology, Anthropology, Sociology, Sex, Crime, Religion, and Education*) de Stanley Hall. Foi este autor que alertou a comunidade científica para a importância do estudo da adolescência como uma fase com características específicas e diferenciada das demais. As primeiras teorias sobre esta fase do desenvolvimento humano, baseadas em estudos científicos, são atribuídas a Stanley Hall que, por tal, é considerado o “pai” da psicologia da adolescência. Foi o primeiro autor a referir-se a esta, com base científica, como uma fase diferenciada das restantes, marcada por mudanças significativas onde o indivíduo adquiria uma nova personalidade,

distinta da personalidade da fase anterior (infância). Essas mudanças, para Hall, eram consequência da maturação sexual, logo, tinham origem biológica. Esta fase do desenvolvimento era também considerada um período de muita tensão, caracterizada por perturbações no comportamento, onde se verificavam alterações à medida que o indivíduo caminhava no sentido de atingir a maturação sexual (Ferreira et al., 2006; Sprinthall et al., 2003). A obra de Stanley Hall teve grande impacto internacional sobre o estudo científico da adolescência (Cole & Cole, 2004; Medeiros, 2013). Deve ser referido também que, em 1905, Freud, publicou a primeira edição da obra “Três ensaios sobre a teoria da sexualidade”. No terceiro ensaio, Freud expõe as transformações que, segundo ele, ocorriam na puberdade (Medeiros, 2013).

A adolescência é uma fase do desenvolvimento humano que corresponde a um período de transição entre a infância e a idade adulta (Afonso, 2011; Bastos, 2011; Coslin, 2009; Ferreira et al., 2006; Monteiro & Confraria, 2014; Organização Mundial de Saúde [OMS], 2018, 2020; Quiles & Espada, 2014; Saito, 2014; Silva, 2004; Sprinthall et al., 2003), com características específicas, dependentes do contexto cultural onde os indivíduos estão inseridos (Medeiros, 2013; Senna & Dessen, 2012). Relativamente à idade em que esta se inicia e termina não há consenso entre os autores consultados na revisão de literatura efetuada para a presente tese. Para a OMS (2018, 2020) esta fase do desenvolvimento ocorre entre os 10 e os 19 anos de idade. Porém, são vários os autores que apresentam propostas divergentes da OMS, acima referida. Para Gouveia-Pereira (2008) a adolescência é uma fase do desenvolvimento humano compreendida entre os 11/12 e os 17/18 anos de idade. Para Papalia et al. (2013) a adolescência corresponde a um período de transição entre a infância e a idade adulta que ocorre entre os 11 e os 19 ou 20 anos de idade. Ferreira et al. (2006) refere que nas sociedades ocidentais esta fase ocorre entre os 12 e os 20 anos de idade, porém, podem ser verificadas diferenças entre os sexos, entre outras (e.g., condições socioeconómicas, culturais, étnicas). Para Braconnier et al. (2005) a adolescência inicia-se aos 10/11 anos de idade com a puberdade e pode terminar cerca dos 25/30 anos de idade, verificando-se diferenças entre os sexos masculino e feminino. Para alguns autores esta é uma fase relativamente longa, com início na puberdade, mas é difícil estabelecer uma idade para o seu termo (Bastos, 2011; Braconnier et al., 2005; Gouveia-Pereira, 2008). A adolescência termina quando o indivíduo se torna independente, devendo, para tal, considerar-se também a dimensão económica e não apenas o desenvolvimento a nível biológico, psicológico e social. Assim sendo, determinar uma idade em que tal ocorre pode não fazer sentido uma vez que, esta,

pode variar muito entre os indivíduos (Bastos, 2011). O início da adolescência é mais consensual porque pode ser estabelecido com o aparecimento das alterações biológicas que caracterizam a puberdade, mas pelo anteriormente referido, determinar o final desta fase do desenvolvimento humano é mais complexo (Bastos, 2011; Ferreira et al., 2006). Estes factos já tinham no passado sido referidos por outros autores (e.g., Gammer & Cabié, 1999; Sampaio, 1994).

A puberdade marca o início da adolescência, sendo esta diferente de indivíduo para indivíduo relativamente à idade de início, por estarem condicionadas às especificidades do funcionamento biológico de cada um deles. Assim sendo, pode ocorrer precocemente ou mais tardiamente (Ferreira et al., 2006). Maciel e Rebelo (2010) referem que a maturação pubertária tem início no cérebro, onde ocorrem alterações neuronais no hipotálamo. A puberdade ocorre, em média, ao longo de um período de cerca de quatro anos, onde o corpo do indivíduo modifica-se profundamente até adotar as suas características sexuais definitivas. Braconnier (2002) refere que a puberdade pode ocorrer entre os 10 e os 17 anos de idade, considerando as especificidades individuais, terminando com a aquisição em pleno da função reprodutora. Este autor salienta a importância das modificações hormonais na transformação do corpo da criança num corpo de adulto apto a procriar. Já anteriormente Cordeiro (1988) definiu a puberdade como um fenómeno biopsicológico diferente entre os indivíduos, com uma forte componente sexual, sendo esta, para este autor, o verdadeiro motor do processo de maturação.

Nos rapazes, para Braconnier et al. (2005), a puberdade inicia-se com o aumento do volume dos testículos e outras modificações nos órgãos genitais, geralmente por volta dos 11 anos de idade. A pilosidade aumenta sobre o escroto até à raiz das coxas. O aparecimento dos primeiros pelos púbicos, nos rapazes, ocorre entre os 12 anos e meio e os 13 anos de idade. O desenvolvimento atinge o estado adulto entre os 16 e os 18 anos de idade. A pilosidade axilar surge na meia-puberdade, desenvolvendo-se ao longo de dois ou três anos. É de realçar também o aparecimento da pilosidade facial e torácica entre os 16 e os 18 anos de idade (Braconnier et al., 2005). Relativamente ao impulso do crescimento pode observar-se o desenvolvimento acentuado da estrutura óssea nos rapazes que se inicia pelos ombros e também o aumento dos tecidos adiposos e musculares. O anteriormente referido é corroborado por Sprinthall et al. (2003) quando afirmam que os rapazes adquirem uma estrutura física onde os ombros são mais largos quando comparada à estrutura das raparigas, onde ocorre o alargamento das ancas. Nos

rapazes, para estes autores, a primeira ejaculação consciente marca o fim da puberdade e ocorre cerca dos 15 anos de idade.

Nas raparigas, para Braconnier et al. (2005), a influência do estrogénio é visível pelo aumento do volume dos seios. Este desenvolvimento prolonga-se ao longo de cerca de dois ou três anos. Sprinthall et al. (2003), também consideram esta como a primeira transformação no corpo das raparigas. Ainda devido à influência do estrogénio, ocorrem modificações vulvares (Braconnier et al., 2005; Sprinthall et al., 2003). A influência do androgénio manifesta-se cerca de seis meses após o início do desenvolvimento dos seios com o surgimento da pilosidade púbica. A pilosidade adulta demora cerca de dois anos a desenvolver-se e a pilosidade axial aparece na meia-puberdade, desenvolvendo-se ao longo de cerca de dois ou três anos. O acne ocorre devido à influência dos androgénios, constituindo, para alguns autores, um dos grandes problemas da puberdade para os jovens de ambos os sexos (Braconnier et al., 2005; Sprinthall et al., 2003). Relativamente ao impulso do crescimento, nas raparigas, verifica-se com o alargamento da estrutura óssea da bacia, aumento dos tecidos adiposos e musculares, embora este último seja mais evidente nos rapazes. A puberdade termina com o aparecimento das primeiras menstruações que, geralmente, ocorrem cerca de dois ou três anos depois do aparecimento dos primeiros sinais pubertários, ou seja, entre os 12 anos e meio e os 13 anos de idade (Sprinthall et al., 2003).

Alguns autores referem que, estas modificações operadas no corpo dos indivíduos podem contribuir para momentos de grande instabilidade e ansiedade nos adolescentes (Braconnier, 2002; Braconnier et al., 2005; Sprinthall et al., 2003). A maturação sexual ocorre a um ritmo acelerado, porém, a maturação psicoafetiva nem sempre acompanha esse ritmo. Assim sendo, os adolescentes podem nem sempre conseguir adaptar-se de forma eficaz a todas estas transformações, o que pode provocar comportamentos disfuncionais. Para Coleman (2011), mais importante do que perceber quais são as transformações físicas e de que forma é que elas ocorrem, é perceber quais são os efeitos que essas mudanças têm no desenvolvimento psicológico e na construção da identidade dos jovens.

A adolescência é uma fase de preparação para a idade adulta, durante a qual ocorrem várias mudanças fundamentais que vão muito para além do desenvolvimento físico e maturação sexual. Esta é uma fase do desenvolvimento humano caracterizada por profundas mudanças biológicas, psicológicas e sociais geradoras de conflitos diversos. As mudanças ocorrem a nível externo (e.g., relações interpessoais) e interno (e.g.,

psicológicas) na busca da autonomia relativamente às figuras parentais e da construção de uma identidade própria (Bastos, 2011; Born, 2005; Braconnier et al., 2005; Campos, 1990; Cordeiro, 2005; Fridlund, Gleitman, & Reisberg, 2003; Gouveia-Pereira, 2008; Landry et al., 2009; Monteiro et al., 2014; Monteiro & Santos, 1998; OMS, 2020; Papalia et al., 2013; Quiles et al., 2014; Saito, 2014; Sampaio, 2006) que podem potencializar comportamentos de risco (OMS, 2020; Schoen-Ferreira, 2010). É uma fase de transição necessária para a obtenção da maturidade característica do adulto, a vários níveis (Ferreira & Ferreira, 2000), onde ocorre maturação físico e mental (Sampaio, 2006), inserção social, readaptação da relação com as figuras de autoridade (Gouveia-Pereira, 2008) e busca de independência social e econômica (OMS, 2020).

As características desta fase do desenvolvimento (e.g., mudanças físicas, mudanças nas relações familiares e sociais, procura de autonomia, busca de identidade própria, comportamentos inconstantes e por vezes extremos, instabilidade, sintomatologia ansiosa) levam alguns autores a descrevê-la como uma fase de crise, pelas dificuldades que os jovens apresentam em dar respostas adequadas a todas as solicitações provocadas por todas as transformações em curso. Estas dificuldades tomam maior dimensão por ainda não ter sido adquirida a necessária maturidade para lidar com as mesmas (Biazus & Ramires, 2012; Braconnier et al., 2005). Coleman (2011) refere que, a adolescência é uma fase do desenvolvimento complexa, submetida a várias pressões internas (e.g., psicológicas) e externas (e.g., pais, professores, grupo de pares). Porém, para Sampaio (2006), os casos mais complexos e problemáticos que ocorrem na fase da adolescência são os de jovens que já apresentavam sofrimento psicológico na fase anterior (infância).

Embora a grande maioria dos autores consultados na revisão de literatura se refiram à puberdade como o início da adolescência, para outros, a puberdade e a adolescência representam duas etapas do desenvolvimento humano relacionadas, porém, não devem ser confundidas (Filipini et al., 2013; Papalia et al., 2013). A puberdade está relacionada com os processos biológicos que culminam com a maturação dos órgãos sexuais aptos a desempenhar a sua função reprodutora. A adolescência está relacionada com as alterações biológicas, psicológicas e sociais que ocorrem durante esta fase do desenvolvimento humano (Filipini et al., 2013). Todas as mudanças biológicas e psicológicas vão influenciar as relações estabelecidas em contextos diversos (e.g., família, escola, grupo de pares) onde o jovem está inserido. Assim sendo, a nível social,

o adolescente é confrontado com novos desempenhos e habilidades sociais (Papalia et al., 2013; Sprinthall et al., 2003).

A relação do adolescente com os pais e com o grupo de pares

Para Prazeres e Souza (2017) a família é a base da sociedade, cultura, desenvolvimento individual e da maturidade emocional. Os pais devem ter maturidade para estabelecer e manter a unidade da família para que, mais tarde, a criança consiga alcançar a desejável autonomia e construir um novo núcleo familiar. Porém, no presente, a família deixou de ser o único canal de transmissão de valores e de educação, tendo surgido outros agentes de socialização (e.g., escola) (Andrade, 2019).

A importância da relação entre os adolescentes e os seus pais tem sido reforçada por diferentes investigações empíricas. É sugerido por autores diversos que, o papel dos pais é fundamental para a qualidade do processo de desenvolvimento do indivíduo, muito para além da infância (Collins & Laursen, 2004; McCarthy, Lambert, & Moller, 2006; Sampaio, 2006). Independentemente das alterações a que a família tem sido sujeita, esta, continua a ter um papel fundamental no desenvolvimento dos adolescentes. A qualidade das relações estabelecidas com as figuras parentais continua a ser um dos mais fortes preditores de saúde mental ao longo da adolescência (Claes, 2004). Os próprios jovens referem a importância da qualidade das relações com os pais ao longo do seu desenvolvimento. É comum afirmar-se que, ao longo da adolescência, o sistema familiar deve facilitar o equilíbrio entre liberdade e responsabilidade, implicando a renegociação das características dos jovens nesta relação. Assim sendo, nesta fase do desenvolvimento é desejável que o papel dos filhos e das figuras parentais no seio da família seja repensado sempre que necessário para uma melhor adaptação ao momento. Porém, esta estratégia, não deve ser percebida como algo a iniciar apenas nesta fase. Deve ser gradualmente preparada ao longo de todo o processo de desenvolvimento até à adolescência (Janosz & Le Blanc, 2000).

A família é para o jovem, na grande maioria dos casos, o principal microsistema de suporte (Bronfenbrenner & Morris, 2006), onde ocorrem as relações interpessoais mais significativas nesta fase do desenvolvimento do Homem, a atribuição de responsabilidades através das regras apresentadas, transmissão de valores, atribuição de papéis e competências sociais (Fonseca, 2005; Silva, 2004). As características das

relações estabelecidas no seio da família podem interferir de forma significativa nas estratégias que os jovens vão adotar para lidar no futuro com as pressões às quais irão ser submetidos. Para alguns autores, estas, a título de exemplo, estão ligadas com frequência à adaptação ao meio escolar e ao abandono deste. Quando tal ocorre deve ser considerado como um sintoma de dificuldade na adaptação social. Assim sendo, este facto deve ser encarado como um problema relevante, com graves consequências para o futuro dos jovens e gerador de perturbações do comportamento por parte destes (Janosz et al., 2000).

As fases do desenvolvimento dos indivíduos serão melhor percebidas se forem considerados os contextos familiar e social onde estes se inserem (Braconnier, 2003). Para Gouveia-Pereira (2008) a adolescência é muitas vezes geradora de conflitos com os adultos significativos. Para estes autores os adolescentes devem ser compreendidos uma vez que, encontram-se numa fase de transição particularmente vulnerável, quando comparada a outras fases do desenvolvimento, devido às pressões internas (e.g., psicológicas) e externas (e.g., pais, grupo de pares, professores) de que são alvo, à necessidade de adaptação às mesmas e a todas as mudanças biopsicossociais em geral (Carvajal-Carrascal & Caro-Castillo, 2009; Coleman, 2011; Gouveia-Pereira, 2008; OMS, 2020).

Nesta fase, os adolescentes procuram autonomia, embora continuem a ser dependentes das suas famílias (Braconnier et al., 2005; OMS, 2020). Estas podem ajudá-los a enfrentar as pressões que estão a vivenciar e a promover estratégias que permitem uma transição menos conflitual da infância para a idade adulta. Os pais, os professores e os restantes membros da comunidade têm a responsabilidade de promover o desenvolvimento e a adaptação dos adolescentes e de intervir de forma eficaz quando os problemas ocorrem (OMS, 2020). É sugerido por alguns autores que, os adolescentes, apresentam desejos contraditórios relativamente aos pais uma vez que, procuram a autonomia relativamente a estes mas, continuam a ter necessidade de se sentirem compreendidos e protegidos pelas figuras parentais. Assim sendo, é importante que os pais respeitem este afastamento em curso, para que, os adolescentes não sintam que os pais pretendem modelar a construção das suas identidades ou cercear os seus comportamentos exploratórios do meio (Braconnier, 2003; Ferreira et al., 2006; Fleming, 2005). Porém, o distanciamento entre os jovens e as figuras parentais deve ser moderado e monitorizado pelos pais para que não ocorram nos jovens sintomas de abandono que possam comprometer o seu adequado desenvolvimento (Braconnier, 2003).

Esta é uma fase em que os pais devem encontrar o equilíbrio entre autoridade e permissividade. A autoridade formal (regras) e a autoridade moral (valores) são importantes, embora os pais devam permitir que os adolescentes façam o seu desejável percurso de busca da sua identidade, numa relação que deve ter por base o diálogo, onde ocorram negociações e cedências de ambas as partes. O sucesso deste processo está dependente do tipo de relação que foi estabelecido ao longo da infância. A qualidade do diálogo permite que os adolescentes e os seus pais não tenham de passar, necessariamente, por um momento conflitual na relação (Braconnier, 2002, 2003). Embora possa ocorrer o afastamento dos adolescentes relativamente às suas famílias e da relação estabelecida com as figuras parentais sofrer algumas transformações (Braconnier, 2003; Braconnier et al., 2005), a família continua a ser fundamental. Os pais continuam a ter para os adolescentes uma importância extrema ainda que, o discurso destes, possa ir no sentido contrário (Braconnier, 2002; Pereira et al., 2009). Para Fleming (2005) a autonomia está dependente da qualidade da relação que o adolescente percebe que existe entre si e as suas figuras parentais. Os jovens que sentem a sua ligação com os pais como segura, evoluem mais rapidamente no seu processo de autonomia (Fleming, 2005). As práticas parentais têm por objetivo a socialização do indivíduo, revelando estratégias de incentivo ou de punição dos comportamentos adotados (Almaça, 2009). Sendo os pais agentes de socialização, as suas práticas podem em muito influenciar as relações estabelecidas fora do contexto familiar (Sampaio, 2006).

A família continua a ser para os adolescentes um dos principais contextos de referência em situações diversas (e.g., realização de tarefas, papéis sociais, competências sociais, autoestima, estratégias para lidar com situações adversas) (Ferronato, 2015; Rozemberg et al., 2014). Para que seja estabelecida uma relação de qualidade entre pais e filhos, no seio da família nuclear, Weber, Salvador, e Brandenburg (2006) destacam como relevante a expressão do afeto, a disponibilidade e o envolvimento dos pais no percurso de vida dos filhos, o estabelecimento de regras, a manutenção de uma comunicação positiva através do diálogo que deve ser estimulado e a partilha de informação.

Um ambiente familiar positivo favorece a proximidade com as figuras parentais e está relacionado com o desenvolvimento equilibrado e níveis mais elevados de autoestima e resiliência por parte dos adolescentes (Birkeland, Breivik, & Wold, 2014; Rozemberg et al., 2014). Quando o padrão relacional entre os pais implica violência, os laços estabelecidos podem tornar-se mais frágeis, implicando sentimentos de insegurança e

medo (Hernández & Gras, 2005). Para alguns autores, os conflitos conjugais são intrínsecos à relação dos casais, podendo ser estes necessários para a resolução de problemas. Porém, tal não implica, necessariamente, afetos negativos ou o recurso à violência física e psicológica entre os seus elementos (e.g., Goulart & Wagner, 2013; Paixão et al., 2014).

As características dos adolescentes são marcadas pelo início das modificações do corpo, pelas mudanças que ocorrem nas perceções que os rapazes e as raparigas têm de si próprios e dos outros e também pelas relações que estabelecem entre si e os adultos. As principais transformações estão relacionadas com as modificações do corpo, pelas relações com o grupo de pares, pelas relações com os adultos em geral, pela forma de encarar o futuro e de se descobrirem a si próprios. As transformações na relação com os pais podem estar, por exemplo, relacionadas com o menor tempo de contacto, maior dificuldade em relatar os seus acontecimentos de vida, colocar em causa os seus pensamentos e comportamentos, a vontade de ser diferente destes, maior independência nas decisões, necessidade de isolamento, alterações bruscas de humor e de vontade e episódios depressivos (Bastos, 2011).

Embora o adolescente construa a sua vida cada vez mais fora do seio familiar, tal não implica que a relação com os pais tenha terminado. A relação apenas mudou de forma, exigindo readaptações de ambas as partes (Braconnier, 2003). Nesta fase do desenvolvimento o grupo de pares assume uma importância fundamental (Bronfenbrenner et al., 2006). Considerando estas mudanças, a amizade revela-se fundamental. Os adolescentes procuram alguém “igual a si”, que os façam sentir-se compreendidos, para que a partilha de interesses comuns seja mais direta, logo mais fácil, (Braconnier, 2003; Monteiro et al., 2014). De alguma forma, as novas relações vão preencher o vazio deixado pela ausência dos pais em algumas situações da sua vida (Coleman, 2011).

Quanto às transformações nas relações com o grupo de pares, ocorre por parte do adolescente o desejo de ser aceite no seu seio. Esta motivação é demonstrada através de sinais exteriores (e.g., vestuário, penteado, aspeto físico, ostentação da força física, comportamentos agressivos) (Bastos, 2011). Os adolescentes procuram integrar-se socialmente para construir uma identidade própria e marcar a sua posição no seio da comunidade. Surge desta forma a necessidade de ter confiança nas suas capacidades para intervir socialmente através da identificação a um determinado grupo de pares (Braconnier, 2003; Monteiro et al., 2014). A escolha dos amigos e o ser escolhido por

eles é muito importante (Braconnier, 2003). Watters e Cummings (2000) referem que, o desenvolvimento cognitivo associado à adolescência está relacionado com a procura e escolha de amigos enquanto novas figuras de referência e de vinculação em determinados contextos. A partilha, a vivência de experiências e emoções comuns, a lealdade, as confidências e a compreensão que encontram nos amigos, fazem com que surjam novos centros de interesse longe do núcleo familiar. Nesta fase, os adolescentes aprendem de forma autónoma as vantagens e as frustrações ligadas a valores como a fidelidade, a confiança e o respeito (Braconnier, 2003). Todas as transformações inerentes a esta fase do desenvolvimento fazem com que os adolescentes tenham de enfrentar acontecimentos que podem colocar em causa a sua autoestima e a sua autonomia (Ferreira et al., 2000). A aceitação social tem uma influência fundamental na sua autoavaliação e numa autoestima saudável. Este facto constitui um bom preditor para uma adaptação adequada aos processos de transformação a que os adolescentes estão expostos (Barbosa, Matos, & Costa, 2011). Para alguns autores, a boa qualidade das relações estabelecidas com o grupo de pares está associada a um bom ajustamento na idade adulta. O contrário pode levar ao aparecimento de padrões comportamentais disfuncionais (Glaser, Shelton, & Bree, 2010; Lopes et al., 2011).

A adolescência e os comportamentos antissociais e delinquentes

As frequentes alterações que caracterizam a adolescência fazem desta fase do desenvolvimento um período singular, onde, os comportamentos e as emoções que, no adulto, podem ser consideradas disfuncionais, nesta fase são consideradas dentro da normalidade na grande maioria dos casos (Grisso, 2005). Nesta fase do desenvolvimento, o indivíduo procura uma identidade própria, diferente da dos seus pais (Campos, 2007; Fridlund et al., 2003; Matos, 2007; Sampaio, 2006), onde podem ocorrer comportamentos conflituais com as figuras de autoridade e comportamentos antissociais (Martinho, 2010). Até lá, vão surgindo várias identificações até que, os modelos, vão sendo cada vez mais o resultado das escolhas do indivíduo e menos os impostos pelo meio (Matos, 2002). Para atingir este fim os adolescentes procuram testar o seu valor através de relações exteriores à família, em particular nas relações com os seus pares (Monteiro et al., 1998; Neto, 2000).

Embora o grupo de pares seja importante em todas as idades, na adolescência, adquire uma importância relevante no desenvolvimento do indivíduo. Este é vivenciado de forma mais intensa e relevante (Kirchler & Gouveia-Pereira, 1998; Matos, 2003; Wright et al., 2007), desempenhando um papel de importância extrema na preparação para a vida adulta na comunidade (Campos, 1990; Matos, 2003). É no seu seio que, o adolescente, aprende a cooperar e a competir com aqueles que têm objetivos, motivações e desejos semelhantes (Campos, 1990). Com o início da adolescência os comportamentos de vinculação são dirigidos maioritariamente para outras figuras (e.g., grupo de pares) embora a vinculação com as figuras parentais continue a ser importante (Sroufe et al., 2005).

A estabilidade dos traços de personalidade nesta fase do desenvolvimento é menor, pelo complexo processo de desenvolvimento físico, cognitivo e social em curso, onde, este último, exerce uma influência determinante (Negreiros, 2015). Os adolescentes são diferentes das crianças, mas também o são dos adultos. Um adolescente não tem capacidade para compreender em pleno, conceitos complexos e, pode não ter a percepção da relação entre um comportamento e as suas consequências, nem do grau de controlo relativamente às suas tomadas de decisões. Esta incapacidade pode torná-lo particularmente vulnerável. Para além de, na adolescência, ocorrer crescimento e desenvolvimento é também esta, uma fase de riscos consideráveis, na qual o contexto social pode exercer uma influência determinante. Nesta fase do desenvolvimento muitos jovens são submetidos a pressões para assumirem comportamentos de risco, tais como o consumo de substâncias psicoativas (e.g., álcool, tabaco, drogas) e iniciarem a sua vida sexual em idades cada vez mais precoces (OMS, 2020). Na adolescência os comportamentos antissociais e delinquentes ocorrem com alguma frequência (Negreiros, 2015; Otto & Borum, 2004). Na aquisição de novas formas de socialização, comuns na adolescência, a prática de comportamentos de transgressão é considerada inevitável durante esta fase do desenvolvimento do indivíduo. Os comportamentos de transgressão revelam-se uma estratégia para procurar soluções para os conflitos e, por consequência, da devida adaptação ao meio. A desorganização interna pode provocar o desvio da norma, que é projetada nas figuras de autoridade (e.g., pais, polícias). A necessidade de separação e autonomia, relativamente às figuras parentais, pode levar o jovem a comportamentos de transgressão, sem que, tal, seja considerado um indicador patológico. Assim sendo, o comportamento antissocial na adolescência pode ser considerado normativo, revelador de uma forma de expressar a sua necessidade de autonomia. Logo, estes comportamentos,

podem ser considerados uma parte integrante do processo de maturação (Grisso, 2005; Laranjeira, 2007; Levesque, 2011).

Os comportamentos agressivos que, incluem formas físicas e/ou verbais, cujo objetivo é causar dano ou dor ao outro, são cada vez mais comuns na adolescência. Estes podem estar relacionados com uma forma de expressar frustração ou raiva como resposta a uma provocação percebida como tal ou um meio premeditado para obter um fim (e.g., gratificação instrumental) (Rijo et al., 2017). Deve considerar-se que, a grande maioria dos comportamentos problemáticos apresentados pelos jovens ocorrem de forma transitória e estão relacionados com o processo de construção da identidade do indivíduo, da autonomização dos pais e do desenvolvimento social (Huizinga et al., 2000). Considerando os comportamentos antissociais apresentados pelos jovens, correspondem estes, geralmente, a comportamentos de desafio e de diferenciação relativamente aos dos adultos, encontrando-se confinados à adolescência na grande maioria dos casos. No presente, considera-se que, a grande maioria dos jovens tende a infringir a Lei pelo menos uma vez durante o período da adolescência, porém, uma vez alcançada a idade adulta abandonam o comportamento delituoso (Steinberg, 1999).

Os comportamentos desviantes nos jovens, iniciam-se, geralmente, entre os 11 e os 12 anos de idade e aumentam acentuadamente até entre os 16 e os 18 anos de idade. Após este período ocorre um decréscimo relevante. Em nenhuma outra fase do desenvolvimento é registada uma proporção tão elevada de indivíduos envolvidos em atividades de transgressão, levando a que, a adolescência, seja considerada como uma idade propícia ao desenvolvimento de comportamentos com estas características (Lagrange, 2002). Para Dias et al. (2012) os adolescentes mais novos, com idades compreendidas entre os 12 e os 15 anos, apresentam, geralmente, mais comportamentos antissociais e praticam mais agressão e vandalismo do que os mais velhos, com idades compreendidas entre os 16 e os 19 anos. O anteriormente referido é corroborado por outros autores (e.g., Patterson, DeBaryshe, & Ramsey, 1993), podendo este facto ser explicado através de dois processos: 1) A motivação para a delinquência pode estar associada a um período específico do desenvolvimento que corresponde à fase mais inicial da adolescência e às especificidades desse desenvolvimento; 2) À medida que a autonomia é conquistada vão diminuindo os benefícios resultantes do desafio relativamente às figuras de autoridade adulta, em geral, e parentais em particular. Para Steinberg (2003), ao longo do desenvolvimento, a maturidade psicossocial vai ocorrendo

implicando esta mais responsabilidade e autocontrolo (DeLisi, 2011; Sampson & Laub, 2005).

Para muitos adolescentes os comportamentos antissociais tornaram-se uma prática comum, necessários ao seu desenvolvimento e aprendizagens, sendo estes, uma forma de aquisição de novas formas de socialização (Benavente, 2002; Moffitt et al., 2001). Para Sampaio (2011) há comportamentos próprios desta fase do desenvolvimento em que, o jovem, está predisposto para a descoberta (e.g., realizar chamadas telefónicas anónimas, faltar às aulas, consumir bebidas alcoólicas, fumar, lançar falsos alarmes, fugir de casa). Na mesma linha, Negreiros (2008) refere que, embora a maioria dos adolescentes possa envolver-se em atividades antissociais, só um número muito reduzido apresentará comportamentos delinquentes severos e persistentes que irão prolongar-se pela idade adulta.

Os comportamentos que constituem violações das normas legais (e.g., agressões, furto, roubo, vandalismo, fugas, uso de armas, venda de droga, conduzir sem estar devidamente habilitado para tal) representam, de uma forma geral, violação das normas ou expectativas estabelecidas pela sociedade (Matos, 2002; Negreiros 2008; Vermeiren, 2003). Muitos destes comportamentos ocorrem antes do jovem ter atingido a idade de ser responsabilizado criminalmente. Assim sendo, quer sejam cometidas apenas transgressões à norma ou atos ilegais, não podem estes ser punidos criminalmente devido à idade apresentada pelos indivíduos que os praticam (Binder et al., 2001).

Seguidamente abordamos a delinquência juvenil que, nas últimas duas décadas do século XX, tem despertado o interesse dos investigadores de áreas diversas do conhecimento (e.g., Psicologia, Sociologia, Direito). Desde então, verificou-se um crescente interesse pelo estudo de crianças e jovens que praticam factos qualificados pela Lei penal como crimes, materializado no aumento significativo do número de investigações sobre este fenómeno a nível internacional (e.g., Loeber et al., 2001; Santos et al., 2010; Snyder, 2001). Em Portugal, desde a década de 90 do século XX, esta temática tem ganho visibilidade crescente através dos órgãos de comunicação social e despertado interesse no seio da comunidade científica e da sociedade em geral (Carvalho, 2003, 2005; Seabra, 2005).

1.2. Delinquência juvenil

O termo “delinquência juvenil” surgiu no ano de 1815, em Inglaterra, na sequência da condenação à morte de cinco crianças com idades compreendidas entre os oito e os doze anos (Bolsanello & Bolsanello, 1993; Digneffe, 1995). Nos EUA, no ano de 1823, as entidades oficiais consideraram que, as crianças e os jovens, deviam ser tratados social e juridicamente de forma diferenciada dos adultos. Em 1825, surgiu a primeira instituição para delinquentes e crianças em perigo nos EUA e no ano de 1832 em França (Digneffe, 1995). Este movimento estendeu-se posteriormente por toda a Europa, sendo que, em Portugal, o primeiro estabelecimento diferenciado ocorreu no ano de 1871 (Carvalho, 2003). No início do século XX ocorreu a alteração do paradigma até então vigente e dos métodos de intervenção na delinquência juvenil. Foram implementadas medidas de reabilitação e reeducação dos jovens, com o objetivo de alterar o comportamento até aí mantido e obter a desejável adaptação social. Esta nova corrente de pensamento levou a que, nos EUA, na primeira década do século XX, fossem criados tribunais especiais para julgar os menores acusados de terem cometido atos ilegais (Bolsanello et al., 1993; Burfeind & Bartusch, 2016; Negreiros, 2015).

O termo delinquência vem do verbo delinquir que significa ato de cometer delito, sendo considerada uma ação contrária ao direito (Negreiros, 2008; Widon, 2010). A expressão delinquência tem sofrido alterações ao longo do tempo, sendo influenciada pelas dimensões culturais, sociais e jurídicas. Um delinquente para o Direito é um indivíduo que transgredir as normas jurídicas, cujos factos são qualificados pela Lei penal como crimes caso sejam praticados por adultos ou, ilegais, quando são praticados por um indivíduo menor de idade (Figueiroa, 2010; Negreiros, 2008; Perista et al., 2012; Poiães, 2016; VandenBos, 2010). O significado cultural de delinquência juvenil indica-nos que um determinado comportamento é contrário às normas e valores da cultura dominante. Desta forma, o conceito de delinquência juvenil pode apresentar uma finalidade reguladora, uma vez que, ao classificar os jovens considerados indesejados pela sociedade vai, por esta via, separá-los dos seus pares que se encontram integrados (Cox, 2002). Neste contexto, os adolescentes são apoiados pela Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei n.º 147/99, de 1 de setembro), bem como pela LTE (Lei n.º 166/99 de 14 de setembro, posteriormente alterada pela Lei n.º 4/2015 de 15 de janeiro). Em Portugal o termo delinquência juvenil é aplicado aos atos praticados por adolescentes com idade superior a 12 anos e inferior a 16 anos, quando estes representam uma transgressão à Lei

vigente. Ao praticar um ato que seja considerada uma transgressão à Lei está previsto que o adolescente cumpra uma medida tutelar educativa nos regimes aberto, semiaberto ou fechado, as quais são executadas em centros educativos que apresentam funcionamento e grau de abertura ao exterior de acordo com o regime aplicado (LTE, 1999). Estas temáticas serão adiante melhor explanadas (ver LTE).

Nas últimas duas décadas do século XX ocorreu por parte dos investigadores de áreas diversas (e.g., Psicologia, Sociologia, Direito) um crescente interesse pelo estudo de crianças e jovens que praticavam factos qualificados pela Lei penal como crimes, correspondendo este, ao aumento significativo do número de investigações sobre a delinquência juvenil (e.g., Loeber et al., 2001; Santos et al., 2010; Snyder, 2001). Também em Portugal desde a década de 90 esta temática tem ganho visibilidade crescente e despertado interesse junto da comunidade científica (Carvalho, 2003, 2005; Seabra, 2005). As investigações efetuadas basearam-se nos dados oficiais sobre a delinquência juvenil (e.g., Loeber et al., 2001; Snyder, 2001) e estudos epidemiológicos transversais e longitudinais (e.g., Fergusson et al., 2003; Smokowski et al., 2004). Os dados oficiais recolhidos nos registos das polícias são uma forma frequente de obter informação sobre a atividade criminal (Negreiros, 2008). Porém, para autores diversos, desta forma não são conhecidos os números reais da criminalidade, mas os da criminalidade registada pelas autoridades. Logo, os dados recolhidos por este meio não se referem à totalidade dos crimes, mas apenas aos relacionados com a ação policial (Santos et al., 2010). Assim sendo, é defendido que, os estudos sobre a delinquência juvenil não devem estar limitados exclusivamente à recolha de dados oficiais (Rutter et al., 1998), mas também considerar a recolha de dados através de medidas de autorrelato. Para alguns autores, a recolha de dados efetuada através de instrumentos de autorrelato é considerada mais adequada para a obtenção de informação sobre este fenómeno (Espiritu et al., 2001; Rutter et al., 1998). Outros autores colocam em causa a recolha de dados através de medidas de autorrelato em situações específicas, porque, podem estes não revelar de forma fidedigna os comportamentos dos jovens considerados delinquentes severos e crónicos (Loeber et al., 2001) e das crianças que praticam atos ilegais (Snyder, 2001).

Há um conjunto de fatores de risco que podem potenciar o desenvolvimento da delinquência juvenil (e.g., baixo rendimento escolar, absentismo escolar, expulsões e suspensões escolares, abandono escolar, insucesso escolar). A baixa escolaridade associa-se de forma positiva com a prática de atividade criminal (Carvalho, 2005; Farrington, 2001, 2005; Ferreira, 1997; Thornberry, Moore, & Christenson, 1985). Estes indivíduos

estão inseridos em famílias com baixo NSE, com baixo nível de supervisão parental, ficando por tal vulneráveis à influência de grupos de pares desviantes (Farrington, 2005; Lemos, 2010; Schulenberg, 2006; Walker-Barnes & Mason, 2001). Para além destes são considerados outros fatores explicativos tais como: a impulsividade, familiares que apresentam comportamentos antissociais e delinquentes (Farrington, 2005), abusos físicos e sexuais, maltratos físicos e psicológicos (Brenda, 2005).

As características familiares devem ser consideradas como fatores preditivos da delinquência (e.g., comportamentos antissociais dos pais, maltratos físicos e psicológicos, violência doméstica, baixo nível de supervisão parental, educação permissiva ou restritiva) (Farrington, 2002; Lemos, 2010; Loeber et al., 2001). Para alguns autores a criminalidade parental prediz significativamente a delinquência na geração seguinte, reforçando a relação entre os fatores familiares e a criminalidade (Smith & Farrington, 2004). Este facto é corroborado por Farrington et al. (2001) ao concluíram que, a criminalidade parental está associada a comportamentos antissociais dos jovens adultos do sexo masculino. Outra característica da família a considerar é a dimensão do agregado familiar. Quando estamos na presença de uma família numerosa pode este facto estar associado à delinquência juvenil uma vez que, esta, pode apresentar um NSE baixo, fraca supervisão parental, dificuldades em estabelecer laços afetivos e, quando os irmãos apresentam comportamentos antissociais ou delinquentes, podem ocorrer processos de aprendizagem entre a fratria e levá-los a adotar os mesmos comportamentos (Martins, 2005).

As práticas parentais negligentes e a baixa supervisão parental aumentam a probabilidade de os jovens estabelecerem fracos vínculos sociais, sendo este, um facto relevante para o desenvolvimento de comportamentos delinquentes. Para alguns autores o suporte e a supervisão parental apresentam uma correlação forte com a diminuição da delinquência (Kemp et al., 2006). Foi verificado por Ingram et al. (2007) que, os jovens com elevados níveis de suporte e supervisão parental, apresentavam menos comportamentos delinquentes. Assim sendo, podem estes funcionar como fator protetor. Para Morgado e Dias (2017) os fatores de risco mais referidos em estudos sobre a delinquência juvenil são as relações e o suporte familiar. Uma supervisão parental deficitária tem-se revelado como um forte preditor da criminalidade juvenil, superior a fatores como a criminalidade parental, pais ausentes e relações conjugais disfuncionais.

LeBlanc e Janosz (2002) referem que, quando as crianças se desenvolvem no seio de famílias monoparentais, neste caso apenas com a presença da mãe, apresentam um

risco aumentado de desenvolverem problemas comportamentais. Este facto pode ser explicado pela falta de processos familiares tais como: práticas educativas eficazes, supervisão parental, coesão familiar e presença de um modelo masculino positivo. Também é referido por Farrington (2002) que, a estrutura do agregado familiar (e.g., família monoparental) pode estar associada ao desenvolvimento de comportamentos antissociais e delinquentes.

É referido por diversos autores que, grande parte dos jovens já apresentou comportamentos antissociais, porém, estes, devem ser inibidos através de práticas parentais responsivas e exigentes, para que não evoluam para comportamentos delinquentes (Formiga & Gouveia, 2003). Outro fator de risco, referido em diversas investigações, corresponde ao tipo de relações estabelecidas com o grupo de pares. Quando nesta ocorre a rejeição dos jovens com um padrão dito convencional por parte dos jovens que apresentam um padrão de comportamentos antissociais, as primeiras podem associar-se a grupos de pares desviantes, adotando os seus comportamentos. Desta forma, tentam procurar a sua aceitação no seio do grupo desenvolvendo padrões de comportamento com as características que vão ao encontro dos praticados pelos membros que o compõem.

A delinquência juvenil pode surgir na sequência da rutura dos laços sociais por parte dos jovens (Cusson, 2011; Hirschi, 2002). Esta rutura ocorre pela dificuldade de integração nos grupos sociais (e.g., dificuldade de adaptação ao meio escolar, relacionamento conflitual com pais), podendo ser esta um preditor de delinquência juvenil (Cusson, 2011). O absentismo escolar associado a jovens com comportamentos antissociais pode surgir na sequência de vários insucessos escolares e rejeições sucessivas por parte do grupo de pares. Considerando tal, as dificuldades de adaptação à escola devem ser trabalhadas para não ocorrerem fracassos recorrentes no processo de socialização, impedindo desta forma o início de comportamentos antissociais ou delinquentes na adolescência, pela ligação estabelecida a grupos de pares desviantes (Rijo et al., 2017; Ryan, Williams, & Courtney, 2013).

É referido por muitos autores que, os jovens delinquentes apresentam baixo desempenho escolar. Assim sendo, é necessário serem pensadas ações de prevenção e de intervenção precoce junto das crianças que apresentam dificuldades a este nível (Bickel & Campbell, 2002). Para Tarolla et al. (2002) a falta de motivação para a aprendizagem escolar tem sido associada à delinquência no adulto. Para Farrington et al. (2006), num estudo longitudinal, cuja a amostra foi constituída por 411 participantes jovens, do sexo

masculino, há um conjunto de fatores preditores de delinquência juvenil (e.g., impulsividade, aquisições escolares pobres, baixa inteligência, déficit de atenção, hiperatividade). Para Ferreira (1997) as atitudes positivas relativamente aos professores e à escola em geral, assim como também a participação em atividades escolares específicas, correlacionam-se negativamente com a delinquência juvenil. Simões, Matos, e Batista-Foguet (2008) concluíram que, os alunos mais empenhados nas atividades escolares e, nos quais foram verificadas relações positivas relativamente aos professores, tinham menor probabilidade de apresentarem comportamentos delinquentes.

São muitos os investigadores que defendem uma abordagem da delinquência juvenil sugerindo dois grandes subtipos, considerando a idade de início da atividade criminal. No subtipo designado por “início precoce” (Patterson et al., 1993) ou “persistentes ao longo da vida” (Loeber & Stouthamer-Loeber, 1998; Moffitt, 1993), a primeira transgressão à Lei vigente ocorre precocemente e a atividade criminal é considerada persistente por, esta, prolongar-se ao longo da vida. No subtipo de “início tardio” (Patterson et al., 1998), “delinquentes limitados à adolescência” (Moffitt, 1993) ou “delinquentes de duração limitada” (Loeber et al., 1998), a primeira transgressão à Lei ocorre tardiamente e a atividade criminal é circunscrita a um determinado momento, não se prolongando pela idade adulta.

A idade de “início precoce” da atividade criminal é considerada, geralmente, quando esta tem início antes dos 11 ou 12 anos de idade (Parker & Morton, 2009). Considerando esta distinção, Krohn et al. (2001), demonstraram que os delinquentes de “início precoce” apresentavam uma probabilidade quarenta vezes superior de se tornarem criminosos persistentes, quando comparados aos delinquentes de “início tardio” e cometiam um número muito mais elevado de crimes. Para Savage (2009) é consensual que o “início precoce” da atividade criminal é o preditor mais importante a considerar relativamente à criminalidade severa, persistente, violenta e diversificada ao longo da vida, independentemente do sexo, classe social e etnia. Na mesma linha, Pechorro (2013) refere que, os jovens com “início precoce” da atividade criminal apresentam pontuações mais elevadas em delinquência autorrelatada e severidade nos crimes cometidos quando comparados ao grupo de “início tardio”. Estes indivíduos cometeram crimes com mais frequência e com mais gravidade, apresentando comportamentos antissociais mais severos entre os jovens que se encontravam detidos. Para este autor, os participantes que iniciaram precocemente a sua atividade criminal apresentaram pontuações mais elevadas de traços psicopáticos, delinquência

autorrelatada, severidade de crimes praticados e perturbação do comportamento, quando comparados aos participantes de “início tardio” e aos não delinquentes.

Os comportamentos delinquentes de “início tardio” podem estar relacionados com conflitos familiares e baixa supervisão por parte dos pais no início da adolescência. Porém, o fator que pode determinar o início da delinquência tardia é a relação estabelecida com grupos de pares desviantes, uma vez que, os pares, assumem um papel importante na adoção de comportamentos de risco (Chuang et al., 2005). Uma relação forte ao grupo, dirige o adolescente no sentido das expectativas dos seus pares, adotando comportamentos com as mesmas características destes. As famílias podem reforçar estes comportamentos através de regras pouco consistentes, supervisão insuficiente das suas atividades, baixo nível de envolvimento e monitorização inadequada da relação dos jovens com o grupo de pares (Bolsoni-Silva & Del Prette, 2003; Dandreaux & Frick, 2009; Matos & Sampaio, 2009).

A relação entre a idade e os comportamentos delinquentes tem despertado o interesse de muitos investigadores e sido alvo de muitos estudos. Para diversos autores o pico da prática delituosa situa-se na fase final da adolescência (entre os 16 e os 19 anos de idade) após o qual ocorre um decréscimo relevante destes comportamentos. As investigações têm revelado um reduzido número de jovens que iniciam uma carreira delinquencial no final da infância (entre os 10 e 12 anos de idade) ou no início da adolescência (entre os 13 e os 15 anos de idade). O início precoce dos comportamentos antissociais, no final da infância, tem sido referido como preditor de um percurso delinquencial severo e persistente, prolongando-se este pela idade adulta (Born, 2005; Burfeind et al., 2016; Morizot & Kazemian, 2015; Negreiros, 2008; Poiares, 2016). Outros autores apresentam evidências de que, o comportamento delincente, ocorre com maior frequência entre os 12 e os 17 anos de idade, sendo que, aos 17 anos de idade os comportamentos antissociais apresentam maior expressão (Le Blanc, 2003; Marcotte, Marcotte, & Bouffard, 2002; Moffitt & Caspi, 2001). Para Negreiros (2008) a diminuição da frequência dos comportamentos delinquentes ocorre na fase final da adolescência ou no início da idade adulta.

No estudo de (Gersão & Lisboa, 1994, cit. por Seabra, 2005), com recurso ao autorrelato de comportamentos de delinquência, concluiu-se que: 80% a 90% dos jovens, entre os 12 e os 16 anos de idade, afirmaram ter praticado comportamentos delinquentes, sendo esta percentagem semelhante em todas as classes sociais; 8% a 10% da criminalidade é denunciada às polícias; apenas 4% a 5% é sancionada. Nos casos em que

são aplicadas penalizações, os jovens são, geralmente, provenientes de classes sociais desfavorecidas (NSE baixo).

De acordo com Fréchette e LeBlanc (1987), 92.8% dos jovens admitiu ter cometido pelo menos um ou mais atos delinquentes entre os 12 e os 17 anos de idade. Neste sentido, são vários os autores que reforçam a importância da relação entre a idade e a prática de crimes, considerando-a uma importante base de partida para o estudo deste fenómeno (e.g., Fréchette et al., 1987; Moffitt, 1993). Os resultados de diversos estudos têm identificado algumas variáveis que caracterizam, de uma forma geral, o comportamento delinvente, como são o caso de: predominância de jovens do sexo masculino quando comparada à de jovens do sexo feminino; tendência para o início da atividade delituosa situar-se cerca dos 14 anos de idade; o pico da atividade delinvente ocorrer cerca dos 17-18 anos de idade (Caspi, 2000; Loeber et al., 1998; Patterson & Yoerger, 2002).

São diversos os autores que referem diferenças entre o sexo masculino e o feminino relativamente à prática de comportamentos antissociais e delinquentes. Os rapazes apresentam um número mais elevado de comportamentos com estas características e uma frequência igualmente mais elevada do que as raparigas (Moffitt et al., 2006). Os comportamentos delinquentes autorrelatados pelos indivíduos do sexo feminino indicam menor gravidade e têm início na adolescência. Logo, são considerados de início tardio e apresentam menor grau de severidade e persistência (Lanctôt & LeBlanc, 2002). A delinquência juvenil em indivíduos do sexo feminino tem sido pouco estudada (Leve & Chamberlain, 2004; Wong et al., 2010), embora, as raparigas com menos de 18 anos de idade continuem a ser um dos grupos da população criminal que mais cresce a nível internacional (Leve et al., 2004). A violência cometida por raparigas e contra os indivíduos do sexo feminino tem aumentado de forma relevante, tanto a nível da frequência como da gravidade (Cauffman et al., 2007). A escassez de conhecimento sobre estas trajetórias delinquentiais pode ser em parte atribuída à menor prevalência na sociedade da atividade criminal entre o sexo feminino, especialmente quando nos referimos aos adolescentes (Pechorro, 2013).

Porém, para Silverthorn e Frick (1999), tanto o “início precoce” como o “início tardio” da atividade criminal não podem ser aplicados às raparigas. Estes autores referem que, quando os indivíduos do sexo feminino apresentam comportamentos antissociais, seguem uma trajetória designada por “início adiado”. No modelo apresentado, estes autores defendem que, muitos dos mecanismos patológicos que podem contribuir para o

desenvolvimento dos comportamentos antissociais nos indivíduos do sexo feminino (e.g., insensibilidade emocional, défices cognitivos, ambiente familiar disfuncional), embora estando presentes na infância, não produzem comportamentos antissociais severos e explícitos até à adolescência. Estes autores concluíram que, a trajetória de “início adiado” nas raparigas é idêntica à trajetória de “início precoce” nos rapazes, não existindo nos indivíduos do sexo feminino uma trajetória de “início tardio” como aquela que ocorre nos indivíduos do sexo masculino. Embora tenham ocorrido avanços nas investigações relativamente à delinquência juvenil nos indivíduos do sexo masculino, onde os fatores de risco têm sido identificados, o mesmo não tem ocorrido nos indivíduos do sexo feminino onde os estudos são muito mais escassos (Wong, Slotboom, & Bijleveld, 2010). A escassez de dados sobre os comportamentos delinquentes e trajetórias criminais das raparigas pode dever-se, parcialmente, à menor frequência da atividade criminal praticada por estas quando comparada à dos rapazes, com especial destaque para os indivíduos que apresentam idades mais precoces (Hipwell et al., 2002).

Thornberry, Huizinga, e Loeber (1995) ao compararem os dados obtidos de três estudos diferentes (Rochester Youth Development Study, Pittsburgh Youth Study e Denver Youth Survey), encontraram uma correlação forte e significativa entre o “início precoce” da atividade criminal (antes dos 10 anos de idade) e a delinquência severa, crónica e violenta. Cerca de 37% dos jovens que iniciaram precocemente a sua atividade criminal tornaram-se delinquentes crónicos e violentos, sendo que, esse valor, atingiu 62% na amostra do Denver Study Survey. Hoeve et al. (2007) com recurso a uma amostra de jovens holandeses, com idades compreendidas entre os 12 e os 17 anos, após aplicação de questionários de autorrelato, concluíram que, apenas 40% dos jovens nunca tinham cometido crime algum.

É referido por alguns autores, relativamente à diferença entre o sexo masculino e o sexo feminino que, a maioria dos jovens que apresenta comportamentos antissociais e delinquentes são do sexo masculino (e.g., Moffitt et al., 2006). Já anteriormente outros autores tinham referido que, a delinquência severa e crónica encontrava-se concentrada de forma desproporcional nos jovens do sexo masculino (e.g., Hawkins, Laub, & Lauritsen, 1998; Lipsey & Derzon, 1998). Loeber et al. (1998) concluíram que, entre 6% a 8% dos delinquentes do sexo masculino tinham praticado entre 50% a 70% do total dos crimes e entre 60% a 85% dos crimes violentos. Este grupo de indivíduos, de dimensão reduzida, apresentava características específicas e diferenciadas quando comparado aos outros grupos de jovens delinquentes. Iniciaram precocemente a sua atividade criminal e

aumentaram o grau de severidade dos comportamentos delinquentes. Estes comportamentos mantinham-se estáveis no tempo, tornando-se estes jovens mais tarde delinquentes crônicos. Estes autores sugeriram que, a investigação criminal, deveria centrar-se nestes jovens delinquentes severos e com comportamentos persistentes, considerando a quantidade e importância dos danos que causavam às suas vítimas em particular e à comunidade em geral.

Para Moffitt (1993) há um pequeno número de delinquentes de início precoce (cerca de 5%), patológicos, severos, persistentes e cujos comportamentos antissociais tiveram início na infância. Há também um grupo maior de delinquentes de início tardio (cerca de 95%), limitado à adolescência, quase normativo e, cujo envolvimento em comportamentos delituosos é na maioria dos casos transitório. Os jovens, cujos comportamentos delinquentes se inserem no tipo de “início tardio”, ao iniciarem uma relação romântica ou a sua vida profissional ativa, abandonam o grupo de pares desviante e, por consequência, os seus comportamentos delinquentes. Os dados de estudos posteriores (e.g., Moffitt et al., 2001; Moffitt et al., 2006; Pechorro, 2013; Skardhamar, 2009; Stattin, Kerr, & Bergmann, 2010) confirmaram que os padrões da delinquência são diferentes entre os delinquentes de início precoce e os de início tardio. Os 5% dos delinquentes persistentes que, mantinham os seus comportamentos ao longo da vida, tinham iniciado precocemente as suas carreiras criminais e eram responsáveis por cerca de 50% a 60% dos crimes cometidos. Enquanto os restantes 95% dos jovens delinquentes tinham iniciado as suas carreiras criminais mais tarde, sendo que, estes últimos, apresentaram padrões de comportamento criminal tendencialmente menos frequentes e violentos.

Alguns estudos (e.g., Gottfredson & Hirshi, 1990) têm sugerido que, os indivíduos que iniciaram precocemente a sua atividade criminal tendem a ter determinadas características de personalidade que podem ser associadas à criminalidade persistente. Essas características estão relacionadas com fortes precursores de uma carreira criminal de “início precoce” uma vez que, estes indivíduos, não possuíam capacidade para não cometerem crimes perante as oportunidades com as quais se deparavam. Carroll et al. (2009) investigaram as diferenças dos níveis de impulsividade entre jovens delinquentes precoces, tardios e jovens não delinquentes. Estes autores concluíram que havia diferenças significativas entre jovens delinquentes e não delinquentes. Também Pratt e Cullen (2000) obtiveram dados em linha com o modelo de baixo autocontrolo e corroboraram a ideia de que, os indivíduos que demonstraram na infância predisposição

para a impulsividade e para o baixo autocontrole apresentaram tendências criminais ao longo do seu percurso de vida.

Deve distinguir-se a delinquência ocasional da delinquência de carreira (Born, 2005; Negreiros, 2008). São diversos os estudos que sugerem que, ao longo do tempo, a maioria dos adolescentes tende a alterar o seu nível de delinquência, quer no sentido da diminuição ou do aumento da gravidade dos atos. As taxas de prevalência e de incidência, atingem os valores mais elevados durante a adolescência e diminuem no início da idade adulta (Negreiros, 2008). De uma forma geral é referido na literatura consultada para a presente tese que, o “início precoce”, tem vindo a ser associado a um tipo de criminalidade severa e persistente, enquanto o “início tardio” tem sido associado a um tipo de criminalidade menos severa e transitória (e.g., Andershed et al., 2002). Quinsey et al. (2004) referem que, para as crianças que apresentam idades compreendidas entre os seis e os 11 anos, os melhores preditores de delinquência futura são: comportamentos antissociais no passado, consumo de estupefacientes, ser do sexo masculino, baixo NSE do agregado familiar e um dos pais apresentar características antissociais. Relativamente às crianças com idades compreendidas entre os 12 e os 14 anos, os melhores preditores de delinquência futura são: comportamentos antissociais no passado, falta de fortes laços sociais e integrar um grupo de pares com comportamentos antissociais. Já anteriormente Wolfgang, Figlio, e Sellin (1972), referiram-se a um pequeno grupo de jovens que foi responsável por metade dos delitos cometidos num determinado momento do seu desenvolvimento e que, deveria pensar-se nas características específicas destes jovens que os diferenciam dos restantes. Estes autores, considerando os dados obtidos no seu estudo, concluíram que, cerca de 6% dos jovens nascidos em Filadélfia em 1945 e 18% dos delinquentes adolescentes, cometeram 52% dos crimes que resultaram em detenção.

A elevada prevalência de perturbações mentais entre os jovens institucionalizados é referida por muitos autores (Archer et al., 2010; Cauffman, 2004; McLachlan et al., 2010). Quando abordamos o fenómeno da delinquência juvenil, devemos considerar também a presença de doença mental entre os jovens ofensores e a contribuição dessas perturbações e dos sintomas a elas associados no comportamento delinvente (Grisso, 2008). Para Graves, Frabutt, e Shelton (2007) entre 40% a 90% dos adolescentes com problemas judiciais apresentavam perturbações mentais, enquanto os adolescentes da população geral apresentavam entre 18% a 22%. Alguns estudos (e.g., Coccozza & Skowrya, 2000) referem uma prevalência de perturbações mentais em jovens delinquentes pelo menos duas vezes superior à encontrada nas populações de jovens não

delinquentes. Já anteriormente Elliott, Huizinga, e Menard (1989) tinham referido num estudo que, 28% dos jovens com comportamentos delinquentes severos, com idades compreendidas entre os 11 e os 17 anos, apresentavam problemas de saúde mental, quando comparados com jovens que tinham cometido infrações não violentas (14%) e aqueles que não tinham cometido qualquer tipo de infração (9%).

Delinquência juvenil e comportamentos antissociais

Por vezes verifica-se a utilização de forma indiscriminada dos termos delinquência e comportamento antissocial. O conceito de delinquência é mais restrito e complexo quando comparado ao de comportamento antissocial. O termo delinquência é uma designação jurídica que se refere à prática de factos qualificados pela Lei penal como crimes, caso o indivíduo tenha atingido a idade de responsabilização criminal. O termo comportamento antissocial é mais abrangente, referindo-se este a atos de transgressão ou à violação das normas ou das expectativas socialmente estabelecidas (e.g., furtos, vandalismo, fugas, consumo de substâncias psicoativas). Estes comportamentos são considerados desadaptativos e desrespeitam os direitos dos outros e/ou violam as normas e leis da sociedade (Gomes, 2005; Matos, 2002; Negreiros, 2008; Rijo, Brazão, & Capinha, 2016; Vermeiren, 2003). Assim sendo, o conceito de delinquente é uma designação legal que, surge, quando um indivíduo tem contacto com o sistema de justiça por ter violado a Lei penal e, em que, na sequência do ato praticado ocorre uma penalização (Fonseca & Simões, 2004; Negreiros, 2008). Logo, pelo anteriormente referido, nem todos os jovens que apresentam comportamentos antissociais podem ser considerados delinquentes (Carvalho, 2005; Pral, 2007).

Para Negreiros (2008) a delinquência juvenil pode ser percebida como um conceito psicológico que implica uma dimensão jurídica. Estes comportamentos seriam penalizados criminalmente caso fossem praticados por indivíduos adultos. Numa perspetiva psicossocial a delinquência pode traduzir-se em comportamentos antissociais que estão em desacordo com as normas vigentes de uma determinada sociedade num determinado momento e que, causam dano ao outro em particular ou à sociedade em geral. Assim sendo, considera-se que, todo o ato delituoso está confinado no espaço e no tempo em que ocorre, podendo o mesmo alterar-se, ou seja, um ato reprovado num determinado momento numa determinada cultura ou sociedade, pode, em outro momento

desta, não sê-lo. Deve sublinhar-se que, no mesmo momento, tendo em consideração culturas diferentes, estes comportamentos podem ser considerados ou não como tal (Born, 2005).

O comportamento antissocial é mais abrangente e está relacionado com a incapacidade dos indivíduos para se adaptarem às normas da sociedade onde estão inseridos e respeitar as figuras de autoridade e os direitos dos outros (Frick, 1998). Pode considerar-se a hipótese dos jovens não terem consciência das normas que devem respeitar ou, tendo consciência destas, desvalorizam-nas (e.g., limpeza do espaço público) (Formiga, 2003). O comportamento antissocial pode definir-se como um padrão estável de resposta do indivíduo que implica desrespeito pelos direitos dos outros e/ou violação das normas e regras sociais de uma determinada cultura, num determinado momento (e.g., furto, roubo, vandalismo, agressão, fuga) sem que, necessariamente, as leis vigentes sejam violadas para que ocorra uma penalização criminal por parte das instituições competentes para tal (Fonseca, 2000; Henriques, 2014; Kadzin & Buéla-Casal, 2001; Negreiros, 2008; Rijo et al., 2017). O objetivo dos comportamentos com estas características pode estar relacionado com a obtenção de gratificação imediata ou evitar as exigências do meio onde o jovem está inserido (Deater-Deckard & Plomin, 1999; Pacheco & Hutz, 2009). A violação das normas sociais e/ou dos direitos dos outros pode assumir um caráter ligeiro (e.g., faltar às aulas, fugas de casa, fugas da escola) ou severa (e.g., homicídios, violações), embora, seja relativamente frequente que, estes comportamentos não ocorram isoladamente. Deve salientar-se que, os comportamentos antissociais englobam também os comportamentos delinquentes (e.g., roubo) (Loeber, 1990), porém, os primeiros, mesmo sendo comportamentos não-normativos (e.g., faltar às aulas) podem não estar sujeitos à aplicação de sanções legais (Formiga, Aguiar, & Omar, 2007).

Os comportamentos antissociais apresentam uma associação forte com as perturbações do comportamento e uma grande estabilidade no tempo. Como é referido por muitos autores, podem estes prolongar-se pela idade adulta quando o seu início ocorre precocemente, em especial nos indivíduos do sexo masculino (e.g., Forth et al., 2010; Moffitt et al., 2006). Os jovens com estas características, de uma forma geral, manipulam o ambiente, podendo tornar-se na principal forma de interação social (Pacheco et al., 2009), recorrendo com frequência a comportamentos violentos para atingir os seus objetivos e obterem a desejada gratificação instrumental e/ou social (Maldonado & Williams, 2005; Rijo et al., 2017).

Para Keenan e Shaw (1994) existem algumas evidências empíricas que sugerem que as primeiras manifestações do comportamento antissocial podem ser detetadas precocemente quando a criança atinge cerca de 18 meses de idade. Podem observar-se nestas, comportamentos agressivos dirigidos aos pais e aos objetos. Porém, Patterson, DeGarmo, e Knutson (2000) defendem que, mesmo antes desta idade é possível identificar alguns indícios precusores do comportamento antissocial na criança. Para Bouffard (2009), os comportamentos agressivos surgem mais precocemente do que os comportamentos delinquentes.

Patterson, DeBaryshe, e Ramsey (1993) sugerem que, o comportamento antissocial tem origem na interação estabelecida com os familiares e com os pares, envolvendo comportamentos tais como: chorar, gritar, ameaçar e por vezes agredir. Quando a criança conclui que os seus comportamentos coercivos são eficazes, a intensidade e amplitude dos mesmos aumenta. A interação entre a criança e as suas figuras parentais é fundamental. São consideradas práticas parentais inconsistentes aquelas que são promotoras dos comportamentos antissociais da criança e dos insucessos no presente e no futuro relativamente às suas relações interpessoais com implicações negativas em contextos diversos (e.g., familiar, escolar, grupo de pares, profissional). É referido por alguns autores que, as famílias que apresentam problemas psicossociais são menos unidas, a hierarquia familiar é marcada por relações igualitárias ou muito rígidas, apresentam grande conflitualidade entre os seus membros e dificuldades em estabelecer laços afetivos (Born, 2005; Cusson, 2011; Nardi & Dell' Aglio, 2010). Pakes e Winstone (2007) sugerem que as mães adolescentes podem contribuir para um risco aumentado dos seus filhos terem um percurso escolar pobre, comportamentos antissociais, consumo de álcool, tabaco e drogas.

Para Sampson et al. (2005), alguns estudos indicam que os processos associados às trajetórias criminais são mais complexos e diversificados do que o referido inicialmente. Thornberry (2005) considera que, o início do comportamento antissocial pode ocorrer em qualquer idade, sendo este acionado pela interação de características individuais e do ambiente. Relativamente aos delinquentes severos e persistentes é menos provável que, estes, tenham beneficiado dos vínculos sociais que tradicionalmente se estabelecem e dos respetivos controlos sociais associados a uma transição bem-sucedida para a idade adulta.

Alguns comportamentos não-normativos podem ser considerados como uma tentativa dos jovens ultrapassarem dificuldades inerentes à adolescência sem tomarem a

dimensão de comportamentos de delinquência. Embora não sejam puníveis legalmente, transgridem as normas sociais e são consideradas inaceitáveis quando praticados por jovens, nomeadamente, o abuso de substâncias lícitas (e.g., tabaco, álcool, fármacos), transgressão das regras escolares (e.g., agredir fisicamente colegas, faltar às aulas) e o não cumprimento de regras no seio familiar ou mentir aos pais (Carvalho, 2005). Num outro estudo, Carvalho e Leal (2006) concluíram que, 71% dos jovens que constituíram a amostra, já tinham consumido bebidas alcoólicas e 12% desses admitiram ser consumidores regulares de álcool (e.g., vinho, cerveja, bebidas espirituosas) uma ou mais vezes por semana. Entre os consumidores regulares de bebidas alcoólicas, 40% tinham menos de 15 anos e 13.5% apenas 13 anos de idade. Neste estudo, concluiu-se ainda que, os adolescentes que já tinham consumido álcool e os consumidores regulares e abusivos, apresentaram um perfil de afastamento relativamente à família, amigos e escola. Estes jovens admitiram também o envolvimento com mais frequência em situações de violência em meio escolar.

Seguidamente apresentamos o enquadramento legal da delinquência juvenil, onde nos referimos à LTE, pela importância da mesma nas temáticas abordadas na presente tese. A delinquência juvenil tem vindo a diminuir na generalidade dos países ocidentais. Esta tendência é também verificada no nosso País, porém, em Portugal, verificou-se um aumento das solicitações para a aplicação de medidas tutelares educativas de internamento de jovens em CE. Pelo anteriormente referido e, por serem relevantes, apresentamos também seguidamente os dados da delinquência juvenil relativamente ao triénio de 2016-2018.

Enquadramento legal da delinquência juvenil

Perante um suposto aumento em quantidade e severidade da delinquência juvenil, durante a década de 90 do século XX, ocorreu um endurecimento das respostas do Estado e da sociedade relativamente a esta problemática em diversos países da Europa que, na sequência deste facto, alteraram alguns ordenamentos jurídicos. Passou-se de uma perspetiva do jovem delinvente como um indivíduo com necessidades de proteção, mais do que de penalização, para a necessidade de serem aplicados diferentes instrumentos jurídicos que, garantindo aos jovens condições para o seu desenvolvimento pessoal e

social, permitissem também proteger a segurança pública dos seus comportamentos delinquentes (Burfeind et al., 2016; Carvalho, 2005; Martins, 2006; Perista et al., 2012; Susano, 2010). Alguns autores defendem a responsabilização individual, atribuindo a culpa ao jovem. Desta forma são valorizadas as vítimas dos comportamentos delinquentes e a necessidade de proteção da sociedade em geral. Este é considerado um modelo judiciário que valoriza a atuação dos magistrados e dos agentes de autoridade e não a intervenção de especialistas (e.g., Psicólogos, Sociólogos, Assistentes Sociais, Educadores Sociais). Assim sendo, é produzido um discurso que criminaliza o comportamento dos jovens ofensores e promove a intervenção repressiva do Estado através do seu encarceramento em instituições apropriadas (Santos et al., 2010).

A crescente visibilidade mediática dos crimes praticados por jovens, em especial da criminalidade violenta relacionada com a delinquência juvenil urbana, ao promover sentimentos de insegurança nas populações, dão relevância e motivam uma via repressiva de atuação como resposta a este fenómeno (Carvalho, 2003, 2005; Lagrange, 2002; Machado, 2004; Santos et al., 2010; Seabra, 2005). Para outros autores deve obter-se mais informação sobre a temática da delinquência perpetrada por crianças e jovens, para demonstrar que o Estado não deve focar-se na dimensão repressiva, mas sim na educacional, considerando ainda, enganadora, a classificação de “jovens delinquentes” pela sua abrangência (Lagrange, 2002; Santos et al., 2010). Assim sendo, é importante ser mais eficaz na definição das categorias porque, há comportamentos delinquentes apresentados pelos jovens que não têm por objetivo benefícios instrumentais. Estes são a consequência da sua afirmação identitária e rebelião (e.g., colocar em causa as figuras de autoridade, lutas entre jovens).

A delinquência juvenil pode ser caracterizada por um conjunto de comportamentos através dos quais o indivíduo manifesta a sua rutura com o sistema de valores da sociedade convencional onde está inserido (Figueiroa, 2010; Lagrange, 2002; Perista et al., 2012; Poiars, 2016; Santos et al., 2010). Este conceito tem caracterizado comportamentos com vários graus de severidade, abarcando desde os de oposição ligeira até aos qualificados pela Lei como crimes (Loeber, Stouthamer-Loeber, & Farrington, 2008; Rijo et al., 2016). Estes comportamentos são considerados por alguns autores como fazendo parte do normal processo de socialização do adolescente (Perista, et al., 2012). Assim sendo, este fenómeno não deve ser caracterizado através de causas globais, mas contextualizado no seio da fase de transição do adolescente para a idade adulta,

considerando os diversos processos de socialização dos jovens nesta fase do seu desenvolvimento (Carvalho & Duarte, 2013; Perista et al., 2012).

O conceito de delinquência juvenil aparece muitas vezes associado tanto à adolescência, em termos de fase de desenvolvimento, como à inimputabilidade criminal dos menores em termos legais. A adolescência é definida por inúmeros investigadores como um período de transição entre a infância e a idade adulta que envolve grandes mudanças biopsicossociais. Esta fase do desenvolvimento é muitas vezes associada à violência, irresponsabilidade, vulnerabilidade, negligência ou imaturidade, ganhando estas características mais visibilidade quando estão associadas a comportamentos desviantes (e.g., furtos, roubos, vandalismo, agressões, consumo de substâncias psicoativas). Estas ideias preconcebidas contribuem para a consolidação de generalizações relativamente aos jovens, considerando-os potenciais delinquentes (Muncie, 2009). No tratamento dos jovens em termos penais, devem considerar-se estes factos e privilegiar uma lógica mais de reeducação do que de punição. Considerando o anteriormente referido, deve ser consolidado o paradigma que se dirige no sentido da aplicação de medidas tutelares educativas aos menores e penas aos adultos. Desta forma são diferenciados os conceitos de delinquência juvenil e de criminalidade e considerado que, os jovens, devem ter uma resposta do sistema penal diferenciadora e, a mesma, deve estar plasmada através da legislação penal do nosso País e adaptada ao momento (Ferreira, 1997).

O estabelecimento de sistemas de justiça juvenil a nível internacional está relacionado com o facto de, as crianças e os jovens, ao praticarem factos qualificados pela Lei penal como crimes, têm necessidade de respostas específicas (e.g., medidas educativas, sanções) diferenciadas das dirigidas aos adultos, embora as situações sejam semelhantes (Liston, 2007, cit. por Santos et al., 2010). Considerando a diferenciação no tratamento entre os jovens delinquentes e os adultos, a justiça dirigida a crianças e jovens assumiu modelos diversos de intervenção (e.g., justiça, proteção, educativo) (Santos et al., 2004). O modelo de justiça direciona-se não para as necessidades específicas dos jovens delinquentes, mas sim para os atos que este praticou. Considerando este modelo, o jovem deve assumir a responsabilidade dos seus comportamentos e, a sanção aplicada, deve ser proporcional à gravidade dos delitos cometidos. Neste modelo são distinguidas as crianças em risco ou com dificuldades de adaptação social, das crianças que praticam factos qualificados pela Lei como crimes (Arzamendi, 2008, cit. por Santos et al., 2010).

O modelo de justiça aproxima-se do regime penal dos adultos, embora, nele, também esteja prevista uma função educativa dirigida aos jovens.

No modelo de proteção, a criança não é responsável pelos seus atos. É considerada vítima das circunstâncias, e, assim sendo, não deve ser punida pelos atos cometidos. O seu comportamento criminal é uma consequência das limitações (e.g., económicas, sociais) e, por tal, qualquer intervenção do Estado não deve ter como objetivo a punição do jovem delincente, mas, antes, considerar essas limitações como atenuantes aos seus comportamentos delinquentes. Assim sendo, os programas de intervenção devem ser elaborados considerando as necessidades apresentadas pelos jovens e não os factos praticados por estes (Moura, 2000, cit. por Santos et al., 2010).

No modelo educativo está prevista uma intervenção multidisciplinar, onde são incluídos especialistas de áreas diversas (e.g., Psicólogos, Assistentes Sociais, Educadores Sociais) e a não aplicação de medidas de internamento. Este modelo defende a desinstitucionalização, a desjudicialização e ações educativas, através da aplicação de programas a serem executados em contexto familiar e na comunidade. Desta forma pode evitar-se que os jovens sejam sujeitos a procedimentos judiciais que, ao serem aplicados, podem contribuir para a estigmatização dos mesmos (Salmerón, 2007, cit. por Santos et al., 2010).

As mais recentes recomendações dos organismos europeus estimulam a promoção da desjudicialização das respostas dirigidas a estes jovens, pelos atos por si praticados. Neste contexto, o designado modelo dos 4 d's (descriminalização, desinstitucionalização, diversão e devido processo) associado ao modelo de justiça restaurativa têm tido impacto positivo e aceitação crescente no seio dos especialistas que trabalham nesta área. A mediação reparadora e a procura de conciliação podem apresentar-se como caminhos alternativos e eficazes, evitando igualmente a estigmatização que o contacto com o sistema de justiça pode produzir nos jovens delinquentes. Este contacto pode produzir consequências que podem revelar-se graves, uma vez que, desta forma, pode ficar comprometido o processo da sua reabilitação e reinserção na comunidade (Arzamendi, 2008, cit. por Santos et al., 2010).

Em Portugal, no ano de 1999, através da decisão conjunta do Ministério da Justiça e do Ministério do Trabalho e Solidariedade Social foi aprovada a Reforma do Direito de Menores (Lei nº 133/99 de 28 de agosto) que, representa a quinta alteração do Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro, em matérias de processos tutelares cíveis. Esta última, por sua vez, reviu a Organização Tutelar de Menores (OTM) (Decreto-Lei n.º 44288, de

20 de abril de 1962). Procurou-se a definição de tarefas mais objetivas por parte dos técnicos relativamente à intervenção junto dos menores de idade, considerados agentes de atos criminais. Esta reforma promoveu a diferenciação entre a intervenção tutelar de proteção e a intervenção tutelar educativa. Foi considerada pela Reforma do Direito de Menores ser da competência do Estado a promoção de uma intervenção protetora, aplicando a LPCJP às crianças que, tendo praticado um ato qualificado pela Lei como crime não apresentam 12 anos de idade à data dos factos.

A 1 de janeiro de 2001 entraram em vigor, em simultâneo, duas Leis aprovadas na Assembleia de República no ano de 1999 sobre a Reforma do Direito das Crianças e Jovens, a saber: LPCJP, Lei n.º 147/99, de 1 de setembro e a LTE, Lei n.º 166/99, de 14 de setembro. Estas referem-se à promoção de intervenções diferenciadas. A LPCJP está relacionada com a proteção das crianças e jovens vítimas de situações pessoais e sociais diversas. A LTE está relacionada com a responsabilização e “educação para o direito” relativamente aos jovens que, apresentando idade igual ou superior a 12 anos e inferior a 16 anos, tenham praticado factos qualificados pela Lei penal como crimes. Porém, as medidas tutelares educativas previstas na LTE podem ser executadas até os indivíduos atingirem os 21 anos de idade.

As duas Leis (LPCJP e LTE) representaram alterações relevantes na justiça juvenil no nosso País. Aos menores com idade inferior a 12 anos que cometeram factos qualificados pela Lei penal como crimes só podem ser aplicadas medidas de proteção previstas na LPCJP. Assim sendo, nestes casos, as crianças recebem o mesmo tratamento que as outras que se encontram em perigo, porque considera-se que, com idade inferior a 12 anos, o desenvolvimento biopsicológico exige intervenções específicas que não são compatíveis com os princípios e objetivos da LTE. A idade mínima de 12 anos pretende fazer coincidir o início da puberdade com o limiar da maturidade pretendida para a compreensão do sentido da intervenção tutelar educativa. Assim sendo, nestes casos, a intervenção deve ser exclusivamente de natureza protetora (LTE, 1999; Rodrigues & Fonseca, 2010).

A LTE é a face mais visível da justiça juvenil portuguesa. A intervenção tutelar educativa a cargo do sistema de justiça é dirigida ao menor de idade, quando este coloca em causa, pelo seu comportamento, os valores jurídicos essenciais da comunidade traduzidos nas normas penais. Por tal, ocorre a intervenção do Estado cuja finalidade é a de educá-lo “para o direito” e para os valores fundamentais da vida em sociedade, para que, desta forma, o jovem tenha a possibilidade de interiorizar os valores e as normas

básicas essenciais à vida em comunidade. O modelo adotado pela LTE é considerado uma terceira via entre os modelos de proteção e os modelos de justiça (Moura, 2000, cit. por Santos et al., 2010). Esta difere da maioria dos sistemas dos outros países da União Europeia (UE) ao atribuir menor importância ao facto praticado e mais importância à necessidade do jovem ser educado para os valores fundamentais da sociedade que foram violados. Por tal, este modelo situa-se entre o modelo de proteção e o modelo penal punitivo.

A intervenção de natureza educativa está relacionada com LTE. O conjunto de medidas tutelares educativas estabelecidas pela LTE tem por objetivo a socialização dos jovens e a sua “educação para o direito”, para a aprendizagem e respeito dos valores fundamentais da sociedade onde estão inseridos, que se encontram protegidos pelo código penal (Rodrigues et al., 2010). A intervenção tutelar educativa, a cargo do sistema de justiça, é dirigida ao menor de idade quando este coloca em causa, através do seu comportamento, os valores jurídicos essenciais da comunidade, descritos nas normas penais. Assim sendo, ocorre a intervenção do Estado cuja finalidade é a de educá-lo “para o direito e para os valores fundamentais da vida em sociedade, para que, desta forma, o jovem interiorize estes valores e as normas básicas essenciais à vida em comunidade. A LTE abandonou o paradigma de proteção da OTM do ano de 1978 por não serem diferenciados os menores em risco dos jovens delinquentes. Esta, considerava os menores de idade que apresentavam comportamentos desviantes como indivíduos que necessitavam de proteção (Figueiroa, 2010; Manso & Almeida, 2010; Negreiros, 2015).

Para alguns autores, a severidade das penas não previne a criminalidade, uma vez que, as sanções penais aplicadas não provocam o esperado efeito de intimidação e, por consequência, de prevenção específica ou geral dos comportamentos de delinquência. Logo, para estes autores, torna-se desnecessário o aumento da severidade das punições (Gottfredson & Hirshi, 2016; Kuhn & Da Agra, 2010). Deve considerar-se também o facto de, a aplicação de uma pena poder implicar um efeito estigmatizador, uma vez que, a colocação de um “rótulo” com estas características, pode ser considerado pejorativo, podendo remeter o jovem para uma situação indesejada de exclusão social. Porém, é igualmente referido que, a não aplicação de uma pena ou de uma medida, ou se, estas, ao serem aplicadas forem leves, pode promover-se a perceção de impunidade relativamente à delinquência juvenil (Poiars, 2016).

Para Fonseca (2006) não existem fundamentos para considerar-se a LTE excessivamente branda. Esta, de uma forma geral, proporciona efeitos adequados à

delinquência juvenil, constituindo-se um suporte normativo que, garante de forma adequada o devido tratamento dos casos em particular. Contudo, este autor considera que, na aplicação das medidas tutelares educativas recorre-se com excessiva frequência à medida menos gravosa (admoestação), não se diferenciando da atuação da OTM que era aplicada nos finais do século passado. Este autor refere também que, não se tem verificado a aplicação das medidas reparadoras. Estas estão relacionadas com medidas de reparação ao ofendido e medidas de prestações económicas ou de realização de tarefas a favor da comunidade, que pressupõem um carácter educativo e de responsabilização, considerando as regras fundamentais da vida em comunidade. Deve ainda ser referido que, para alguns autores, tais como Thornberry, Huizinga, e Loeber (2006), a medida tutelar de internamento, a mais gravosa das medidas tutelares educativas da LTE, tem sido referida como uma medida que pode potenciar uma “escola” de futuros comportamentos delinquentes. Caso assim seja, apresenta uma finalidade contrária à sua função educativa e preventiva da reincidência de comportamentos cujas características se pretende que sejam alteradas pelos jovens.

Na sequência do anteriormente referido é defendido por vários autores a necessidade de serem efetuados estudos sobre a eficácia das medidas tutelares educativas e, igualmente, sobre a reincidência criminal dos jovens delinquentes. É referido em diversos estudos que, os países do sul da Europa apresentam lacunas relativamente à investigação sobre reincidência criminal dos jovens e também dos adultos. Este facto é mencionado em obras de referência por autores diversos (e.g., Zara & Farrington, 2016). O fenómeno de reincidência dever ser tido em consideração. De acordo com Cusson (2011), em estudos realizados em Filadélfia, 80% dos jovens que tinham sido detidos três vezes acabavam por reincidir uma quarta vez. No mesmo estudo, os dados revelaram que, os jovens que já anteriormente tinham cometido delitos, apresentavam maior probabilidade de reincidirem e ainda que, apenas metade dos jovens delinquentes prolongaram a sua carreira criminal pela idade adulta.

Em Portugal destacam-se as recentes investigações com jovens delinquentes internados em CE, de Pechorro (2019). Estas revelaram que, por exemplo, no primeiro ano em que foram acompanhados ocorreu uma reincidência geral de 37.9% para os rapazes e de 18.4% para as raparigas, além de uma reincidência violenta de 20.3% para os rapazes e de 7.9% para as raparigas. Deve ser referido que, a recolha sistemática de informação sobre os percursos dos jovens delinquentes, submetidos a medidas tutelares educativas e a ligação dos indicadores de reincidência criminal com os diversos tipos de

intervenção a que foram submetidos, constituem desafios relevantes que, no presente, são colocados à investigação científica, às práticas institucionais do sistema tutelar educativo e à sociedade em geral.

Por fim, deve ainda salientar-se que Portugal é dos países europeus onde a maioridade civil e a maioridade penal não são coincidentes. A primeira está fixada nos 18 anos de idade desde o ano de 1977, enquanto que, a segunda, está fixada nos 16 anos de idade. Com a reforma do Código Penal de 1982 passou a estar em vigor o Regime Penal Especial para Jovens Adultos, cujas idades estão compreendidas entre os 16 e os 21 anos (Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro). Porém, até os 18 anos de idade estes jovens são considerados menores de idade. Considerando que, nem todas as medidas previstas neste diploma foram implementadas, continuam por edificar, desde o ano de 1980, os centros de detenção para jovens adultos. Assim sendo, os jovens com idades compreendidas entre os 16 e os 18 anos podem cumprir penas de prisão nas mesmas instalações onde se encontram detidos os indivíduos adultos (Rodrigues et al., 2010).

Após a exposição geral do enquadramento legal da delinquência juvenil, da sua evolução no tempo e considerações de alguns autores sobre o mesmo, passamos seguidamente à apresentação da LTE de uma forma mais específica, pela importância e implicação direta da mesma nas temáticas abordadas na presente tese, em especial na delinquência juvenil.

Lei Tutelar Educativa

Para os jovens que apresentam comportamentos delinquentes foram elaboradas leis específicas, diferenciadas das leis aplicadas aos indivíduos adultos (Ferreira, 1997). Em 2001 entrou em vigor a LTE, aprovada pela Lei n.º 166/99 de 14 de setembro que, posteriormente, foi alterada pela Lei n.º 4/2015 de 15 de janeiro. Anteriormente a estas, estiveram em vigor a Lei de Proteção à Infância (LPI), aprovada pelo Decreto-Lei de 27 de maio de 1911 e a OTM, aprovada pela Decreto-Lei n.º 44288 de 20 de abril de 1962, reformada pelo Decreto-Lei n.º 314/78 de 27 de outubro.

Nos termos da LTE (Lei n.º 166/99 de 14 de setembro, alterada pela Lei n.º 4/2015 de 15 de janeiro) que, constitui o quadro de referência da intervenção na delinquência juvenil é referido que, “A prática, por menor com idade compreendida entre os 12 e os

16 anos, de facto qualificado pela lei como crime dá lugar à aplicação de medida tutelar educativa [...]” (Artigo 1.º da LTE). Esta Lei prevê a intervenção junto dos jovens que necessitam de ser “educados para o Direito”, assim como também de serem inseridos com dignidade e responsabilidade no seio da sociedade. A estes jovens é aplicada uma das medidas tutelares educativas previstas no Artigo 4.º da LTE considerando o ato praticado. Pode também ser aplicado o regime penal para jovens adultos, previsto no Decreto-Lei n.º 401/82 de 23 de setembro, quando, perante a Lei, os factos ocorridos forem qualificados como crimes e praticados por jovens que, à data, tenham completado 16 anos de idade, mas que, ainda, não tenham atingido os 21 anos de idade. Porém, considera-se que, o direito penal dos jovens imputáveis, deve aproximar-se dos princípios e regras do direito reeducador de menores, para que, resultem benefícios para a reinserção social do jovem condenado.

A LTE incorpora um modelo educativo de responsabilidade face à delinquência juvenil que inclui a privação da liberdade, ainda que, privilegie a natureza educativa das medidas. Ao não salientar apenas o seu carácter repressivo, considera-se o menor como um indivíduo com necessidades especiais. O Estado deve intervir de forma mínima, sujeitando o menor à jurisdição do Tribunal, sendo que, a intervenção tutelar, passou a fundamentar-se na prática de factos qualificados pela Lei penal como crimes e também na educação do menor para o direito e inserção, de forma digna e responsável na vida da comunidade, responsabilizando-o pelos crimes praticados (LTE, 1999; Ribeiro, 2015).

Cabe à Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), assegurando as condições compatíveis com a dignidade humana, a execução das penas e medidas e de reinserção social e a gestão articulada e complementar dos sistemas tutelar educativo e prisional. Relativamente à justiça juvenil é a DGRSP através da Direção de Serviços de Justiça Juvenil (DSJJ) que assume a responsabilidade pela assessoria técnica na tomada de decisão judicial e execução de medidas tutelares educativas (Decreto-Lei n.º 215/2012). Considerando a LTE, cabe à DGRSP realizar as avaliações ao menor e elaborar os respetivos documentos, a saber: Relatório de perícia sobre a personalidade “Quando for de aplicar medida de internamento em regime fechado a autoridade judiciária ordena aos serviços de reinserção social a realização de perícia sobre a personalidade.” (Artigo 69.º da LTE); Acareação “A prova por acareação em que intervenha o menor é ordenada pela autoridade judiciária e tem lugar na sua presença.” (Artigo 70.º da LTE); Informação e relatório social (Artigo 71.º); Relatório social com avaliação psicológica “É obrigatória a elaboração de relatório social com avaliação

psicológica quando for de aplicar medida de internamento em regime aberto ou semiaberto.” (Artigo 71.º da LTE).

Cabe à DGRSP executar as medidas tutelares educativas (Artigo 4.º da LTE). “A execução das medidas tutelares pode prolongar-se até o jovem completar 21 anos, momento em que cessa obrigatoriamente.” (Artigo 5.º da LTE). São medidas tutelares educativas: a) Admoestação; b) Privação do direito de conduzir; c) Reparação ao ofendido; d) Prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade; e) Imposição de regras de conduta; f) Imposição de obrigações; g) Frequência de programas formativos; h) Acompanhamento educativo; i) Internamento em Centro Educativo (CE). O Internamento em CE é considerada a mais gravosa das medidas tutelares educativas, uma vez que, esta, é uma medida institucional que implica a privação da liberdade do jovem, sendo aplicada segundo um dos três regimes de execução, a saber: a) Regime aberto; Regime semiaberto; Regime fechado. As restantes medidas tutelares educativas são consideradas medidas não institucionais (Artigo 4.º da LTE). A duração da medida de internamento em CE está relacionada com o regime aplicado: “1 - A medida de internamento em regime aberto e semiaberto tem a duração mínima de seis meses e a máxima de dois anos; 2 - A medida de internamento em regime fechado tem a duração mínima de seis meses e a máxima de dois anos, salvo o disposto no número seguinte; 3 - A medida de internamento em regime fechado tem a duração máxima de três anos, quando o menor tiver praticado facto qualificado como crime a que corresponda pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão superior a oito anos, ou dois ou mais factos qualificados como crimes contra as pessoas a que corresponda a pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão superior a cinco anos.” (Artigo 18.º da LTE). Só pode ser aplicada a medida de internamento em regime fechado se o menor apresentar idade igual ou superior a 14 anos à data da aplicação da medida (Artigo 17.º da LTE).

A descrição legal das medidas tutelares educativas em Portugal são as seguintes:

a) Admoestação – “[...] consiste na advertência solene feita pelo juiz ao menor, exprimindo o carácter ilícito da conduta e o seu desvalor e consequências e exortando-o a adequar o seu comportamento às normas e valores jurídicos e a inserir-se, de uma forma digna e responsável, na vida em comunidade” (Artigo 9.º da LTE); b) Privação do direito de conduzir – “A medida de privação do direito de conduzir ciclomotores ou de obter permissão para conduzir ciclomotores consiste na cassação ou na proibição de obtenção da licença, por período entre um mês e um ano” (Artigo 10.º da LTE); c) Reparação ao ofendido – “[...] consiste em o menor: a) Apresentar desculpas ao ofendido; b)

Compensar economicamente o ofendido, no todo ou em parte, pelo dano patrimonial, exclusivamente através de bens ou verbas que estejam na disponibilidade do menor; c) Exercer, em benefício do ofendido, atividade que se conexe com o dano, sempre que for possível e adequado [...]” (Artigo 11.º da LTE); d) Prestações económicas ou de tarefas a favor da comunidade - “[...] consiste em o menor entregar uma determinada quantia ou exercer atividade em benefício de entidade, pública ou privada, de fim não lucrativo [...]” (Artigo 12.º da LTE); e) Imposição de regras de conduta – “[...] tem por objetivo criar ou fortalecer condições para que o comportamento do menor se adeque às normas e valores jurídicos essenciais da vida em sociedade [...] Podem ser impostas, entre outras, as seguintes regras de conduta com a obrigação de: a) Não frequentar certos meios, locais ou espetáculos; b) Não acompanhar determinadas pessoas; c) Não consumir bebidas alcoólicas; d) Não frequentar certos grupos ou associações; e) Não ter em seu poder certos objetos [...]” (Artigo 13.º da LTE); f) Imposição de obrigações – “[...] tem por objetivo contribuir para o melhor aproveitamento na escolaridade ou na formação profissional e para o fortalecimento de condições psicobiológicas necessárias ao desenvolvimento da personalidade do menor [...] A imposição de obrigações pode consistir na obrigação de o menor: a) Frequentar um estabelecimento de ensino com sujeição a controlo de assiduidade e aproveitamento; b) Frequentar um centro de formação profissional ou seguir uma formação profissional, ainda que não certificada; c) Frequentar sessões de orientação em instituição psicopedagógica e seguir as diretrizes que lhe forem fixadas; d) Frequentar atividades de clubes ou associações juvenis; e) Submeter-se a programas de tratamento médico, médico-psiquiátrico, médico-psicológico ou equiparado junto de entidade ou de instituição oficial ou particular, em regime de internamento ou em regime ambulatorio [...] A submissão a programas de tratamento visa, nomeadamente, o tratamento das seguintes situações: a) Habituação alcoólica; b) Consumo habitual de estupefacientes; c) Doença infetocontagiosa ou sexualmente transmissível; d) Anomalia psíquica [...]” (Artigo 14.º da LTE); g) Frequência de programas formativos – “[...] consiste na participação em: a) Programas de ocupação de tempos livres; b) Programas de educação sexual; c) Programas de educação rodoviária; d) Programas de orientação psicopedagógica; e) Programas de despiste e orientação profissional; f) Programas de aquisição de competências pessoais e sociais; g) Programas desportivos [...]” (Artigo 15.º da LTE); h) Acompanhamento educativo - “[...] consiste na execução de um projeto educativo pessoal que abranja as áreas de intervenção fixadas pelo tribunal [...]” (Artigo 16.º da LTE); i) O internamento

em Centro Educativo (CE) - “[...] visa proporcionar ao menor, por via do afastamento temporário do seu meio habitual e da utilização de programas e métodos pedagógicos, a interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que lhe permitam, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável [...]” (Artigo 17.º da LTE).

Com a alteração à LTE (Lei n.º 4/2015 de 15 de janeiro) surgiram mudanças na reinserção de menores, como são os casos do Período de supervisão intensiva (Artigo 158.º-A) e Acompanhamento pós-internamento (Artigo 158.º-B). O Período de supervisão intensiva é aplicado num espaço de tempo que vai de três meses a um ano. Tem por objetivo aferir o nível de competências integradoras adquiridas pelo menor no meio institucional, bem como o impacto no seu comportamento social e pessoal, tendo sempre como referência o facto praticado. O Período de supervisão intensiva é aplicado em meio natural de vida ou em casa de autonomia (Decreto-Lei n.º 42/2018 de 12 de junho) gerida pelos serviços de reinserção social, por entidades particulares sem fins lucrativos ou por organismos da Segurança Social sob supervisão dos serviços de reinserção social. No Acompanhamento pós-internamento os serviços de reinserção social avaliam as condições de integração do menor no seu meio natural de vida, e, sendo caso disso, propõem junto da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens (CPCJ) territorialmente competente, a instauração de processo de promoção e proteção, nos termos da LPCJP, aprovada pela Lei n.º 147/99 de 1 de setembro) com conhecimento ao Ministério Público.

A medida tutelar educativa que mais limitações produz na autonomia de decisão e de vida dos jovens delinquentes é a medida tutelar de internamento. As restrições à liberdade na sequência da aplicação desta medida em regime fechado são equivalentes às aplicadas a um adulto (Fonseca, 2014). Esta medida implica um conjunto muito restrito de requisitos e pressupostos, a saber: “4 - A medida de internamento em regime fechado é aplicável quando se verificarem cumulativamente os seguintes pressupostos: a) Ter o menor cometido facto qualificado como crime a que corresponda pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão superior a cinco anos ou ter cometido dois ou mais factos contra as pessoas qualificadas como crimes a que corresponda pena máxima, abstratamente aplicável, de prisão superior a três anos; b) Ter o menor idade igual ou superior a 14 anos à data da aplicação da medida (Artigo 17.º da LTE) (LTE, 1999; Manso et al., 2010). A finalidade da medida de internamento é a socialização dos jovens que são caracterizados como os mais resistentes à intervenção educativa, através de programas e

métodos dirigidos aos casos em concreto “1-A medida de internamento visa proporcionar ao menor, por via do afastamento temporário do seu meio habitual e da utilização de programas e métodos pedagógicos, a interiorização de valores conformes ao direito e a aquisição de recursos que lhe permitam, no futuro, conduzir a sua vida de modo social e juridicamente responsável.” (Artigo 17.º da LTE). Na LTE o legislador apela à intervenção de outras áreas do conhecimento (e.g., Psicologia, Psiquiatria, Educação Social), uma vez que, é considerado por este, que os problemas apresentados pelos jovens e a compreensão do fenómeno da delinquência juvenil implicam uma intervenção multidisciplinar, devendo ser esta articulada entre profissionais de áreas diversas para aumentar a sua eficácia (Fonseca, 2014).

Dados sobre a aplicação da LTE no triénio 2016-2018

Tem sido verificada uma diminuição, na generalidade dos países ocidentais, da delinquência juvenil (Aebi et al., 2017). Ao analisarmos as edições do Relatório Anual de Segurança Interna (RASI) do Sistema de Segurança Interna (SSI) do nosso País, referentes ao triénio 2016-2018, relativamente à delinquência juvenil, verificámos que a tendência dos registos da criminalidade foi de decréscimo. Considerando o número de participações qualificadas como delinquência juvenil no ano de 2017, quando comparado com o de 2016, foram registados menos 12 casos e, em 2018, ano em que foram registadas 1.482 participações, a tendência decrescente acentuou-se, com o registo de menos 142 casos quando comparado ao ano anterior (SSI, 2016, 2017, 2018, cit. por Pechorro, Gonçalves, & Quintas, in press).

Considerando a análise das edições do Relatório Estatístico Anual da DGRSP (2016, 2017, 2018) relativamente ao triénio 2016-2018, referentes à execução de medidas tutelares educativas, no ano de 2017 foram recebidos um total de 2.206 pedidos de execução de medidas no âmbito do processo tutelar educativo. Comparando com o ano de 2016 observou-se um aumento de 4.45% no total de pedidos recebidos. No ano de 2018 ocorreu uma quebra nos pedidos de execução das diversas medidas tutelares educativas que constam da LTE. Foram recebidos no total 2.048 pedidos de execução de medidas no âmbito do processo tutelar educativo, sendo que, comparativamente ao ano de 2017 observou-se uma diminuição de 7.20% no total de pedidos recebidos.

Relativamente aos internamentos em CE, a mais gravosa das medidas tutelares educativas prevista na LTE, no ano de 2017 a DGRSP recebeu um total de 186 solicitações para execução de medidas em CE. Considerando que, no ano de 2016 foram recebidos 170 pedidos, este número apresentou um crescimento de 9.41%. Em 2018 a DGRSP recebeu um total de 205 solicitações para execução de medidas em CE, número este que, representou um aumento de 10.21% quando comparado aos 186 pedidos recebidos em 2017. Aprofundando ainda mais os dados disponíveis, verificou-se que, dos pedidos de internamento, relativamente ao ano de 2018, dois corresponderam a Detenção, cinco a pedidos de Internamento para perícia sobre a personalidade, 45 pedidos de Medida cautelar de guarda e 153 pedidos de Internamento em CE. Pelo anteriormente referido, ao longo do triénio 2016-2018 verificou-se um aumento das solicitações para internamento de jovens em CE (Pechorro et al., in press).

O aumento dos pedidos para internamento de jovens em CE vai ao encontro dos dados oficiais divulgados internacionalmente, em que, Portugal continua a ser um dos países da Europa com maior taxa de presos juvenis por 100.000 habitantes (Aebi et al., 2017; Souverein et al., 2019). Este facto, observado na população juvenil, contrasta com o da população adulta, uma vez que, nesta última, a tendência do triénio 2016-2018 foi de diminuição do número total de reclusos. No ano de 2017 o número total de reclusos, referente à população adulta, apresentou uma diminuição de 339 indivíduos e em 2018 ocorreu uma diminuição de 573 indivíduos. Estes factos têm como consequência a menor lotação do sistema prisional português (SSI, 2016, 2017, 2018, cit. por Pechorro et al., in press).

Considerando a caracterização, relativamente à situação jurídica dos jovens internados no ano de 2018, a medida de Internamento em CE foi a que mais se destacou uma vez que, esta, foi aplicada em 92% dos casos que ocorreram. Relativamente ao regime que estabelece o grau de abertura ao exterior, predominou o Semiaberto que ocorreu em 62% dos casos. A caracterização por sexo e por idade, indica-nos que, de um total de 154 jovens internados, 135 (87.66%) destes eram do sexo masculino e 124 (80.51%) apresentaram idades compreendidas entre 15 e 17 anos. Considerando a frequência em ambos os sexos, predominou a categoria dos jovens com 16 anos de idade, num total de 57 indivíduos (37.01%). Comparando o Internamento em CE com as restantes medidas tutelares educativas de execução na comunidade, verificou-se que o número de rapazes internados é superior e, ainda que, a faixa etária predominante é a dos 16 anos de idade.

Registados nos processos judiciais de origem, aos jovens internados no ano de 2018 corresponderam 368 tipologias de crimes. Tal como nas medidas de execução na comunidade, destacou-se, em ambos os sexos, a categoria de Crimes contra as Pessoas com um total de 181 tipos de crimes (49%), nomeadamente, a Ameaça e Coação e os vários tipos de ofensas à integridade física. Seguiu-se a categoria de crimes contra o Património que apresentou 164 registos (45%), onde se destacaram os vários tipos de furto e roubo. As restantes categorias estavam representadas pelo registo de 23 tipos de crimes, representando estes apenas 6% do total. Relativamente à origem dos jovens internados, cerca de 57.14% que corresponde a 88 indivíduos, os seus processos tiveram origem em tribunais da área da Grande Lisboa. Esta distribuição por região não tem sofrido grandes alterações quando comparada aos anos anteriores. Na área Tutelar Educativa a proporção de jovens cujos processos tiveram origem em tribunais da área da Grande Lisboa é muito superior quando comparada à das restantes regiões do nosso País (DGRSP, 2018, cit. por Pechorro et al., in press).

Seguidamente abordamos o construto da psicopatia pela relevância deste nas temáticas abordadas na presente tese, assim como também os traços psicopáticos, definidos como um conjunto de sintomas e comportamentos que constituem o síndrome da psicopatia. Como exemplo da importância da psicopatia para a presente tese, salientamos a alteração ocorrida no DSM-5 relativamente ao diagnóstico de Perturbação do Comportamento. Neste, foi incluído um especificador de emoções prossociais limitadas que são apresentadas por autores diversos como características presentes nos indivíduos adultos com psicopatia (e.g., APA, 2014; Frick et al., 2010; Scheepers et al., 2011).

1.3. Psicopatia e traços psicopáticos

No século XIX o termo “psicopata” (do grego: *psyché* = alma; *pathos* = doença, paixão, sofrimento) era utilizado na literatura médica para designar os doentes mentais de uma forma geral (Henriques, 2009). As primeiras descrições científicas de padrões comportamentais e afetivos que se aproximaram do que é atualmente denominado por psicopatia foram apresentadas em 1801 pelo médico francês Pinel. Este autor aplicou o termo “mania sem delírio” aos pacientes que, apresentavam comportamentos de violência

extrema, embora mantivessem contacto com a realidade. Assim sendo, não podiam ser considerados pacientes delirantes (Filho, Teixeira, & Dias, 2009).

A psicopatia foi uma das primeiras perturbações da personalidade a ser reconhecida pela comunidade científica (Cooke et al., 2012; Hare, 1985). Esta atinge cerca de 1% da população geral (Hare, 1996). Pelo relevante impacto negativo que, os comportamentos dos indivíduos a esta associados representam para a sociedade em geral (Soeiro & Gonçalves, 2010), tem sido por vários investigadores uma das perturbações da personalidade mais estudadas (Babiak & Hare, 2006; Cooke et al., 2012; Hare, 1985; Soeiro et al., 2010). O interesse da comunidade científica pelo estudo da psicopatia dirigido a crianças e a adolescentes é bem mais recente do que o estudo deste construto em adultos (Vaughn & Howard, 2005; Verona, Sadeh, & Javdani, 2010; Verona & Vitale, 2006). Desde o início do século XXI registou-se um aumento significativo do número de instrumentos de medida deste construto e de artigos de investigação empírica publicados com recurso a amostras de jovens (Pechorro, 2011). Numa pesquisa efetuada na PsycINFO foram registados 542 artigos entre 2003 e 2009 (Salekin & Lynam, 2010) e, depois de 2008, foram publicados uma média de 250 artigos anualmente (Häkkinen-Nyholm & Nyholm, 2012).

A psicopatia pode ser conceptualizada como um síndrome clínico, de início precoce, que se mantém ao longo da vida. Esta, engloba uma constelação de traços a nível afetivo, da relação interpessoal, comportamental e tendência para determinados estilos de vida (Hare, 2003). Os psicopatas, para alguns autores, podem ser definidos como um grupo de indivíduos que apresenta comportamentos antissociais severos, persistentes e violentos, tendo como motivação a obtenção de benefícios instrumentais e/ou sociais e vingança (Pechorro et al., 2014c; Vasey et al., 2005). Esta é considerada uma abordagem categorial, uma vez que, estes indivíduos são apresentados como uma classe ou categoria distinta dos demais, ou seja, psicopatas *versus* não psicopatas (Pechorro, 2019).

É importante diferenciar os termos psicopatia e traços psicopáticos (Andershed, 2010; Cooke, Michie, & Hart, 2006; Hare, 2003). Os traços psicopáticos podem ser definidos como um conjunto de sintomas e comportamentos que constituem o síndrome da psicopatia, manifestando-se de forma mais ou menos intensa e estáveis no tempo. Os traços psicopáticos são apresentados como um padrão de insensibilidade emocional, manipulação e ausência de empatia e culpabilidade. Estes, têm sido importantes para compreender os comportamentos antissociais associados a um tipo de delinquência de início precoce, mais severa, persistente, violenta e a preferência de alguns destes

indivíduos por atividades excitantes e com um elevado grau de perigosidade (Andershed et al., 2002; Frick et al., 2003; Pechorro, 2013; Vitacco et al., 2002). Esta é uma abordagem dimensional uma vez que, pressupõe, uma estrutura latente onde as diferenças entre os indivíduos são verificadas através de níveis mais ou menos elevados de, neste caso, traços psicopáticos (e.g., resultados mais elevados indicam níveis mais elevados de traços psicopáticos, resultados mais baixos indicam níveis mais baixos de traços psicopáticos) (Pechorro, 2019). A diferenciação entre psicopatia e traços psicopáticos é relevante porque, torna possível, verificar se um determinado indivíduo possui traços psicopáticos mais ou menos intensos e estáveis, consoante haja ou não a integração de outros traços do síndrome da psicopatia. Os traços de insensibilidade emocional (calosos/não-emocionais), por exemplo, podem ocorrer com ou sem a presença de manifestações comportamentais significativas de impulsividade (Pechorro, 2013).

Embora a aplicação do construto da psicopatia em crianças e jovens tenha sido, até há pouco tempo quase ignorada (Verona et al., 2006; Verona et al., 2010), é para muitos autores uma área que deveria merecer mais atenção por parte dos investigadores, pelas consequências negativas que esta causa nas vítimas em particular e na sociedade em geral. Porém, para outros autores, a investigação do construto da psicopatia em crianças e jovens tem sido colocada em causa (e.g., Grisso, 1998; Hart, Watt, & Vincent, 2002; Murrie et al., 2007; Seagrave & Grisso, 2002), com o argumento de que, os traços psicopáticos, podem não representar características estáveis no tempo, ou seja, prolongarem-se pela idade adulta. Para estes autores, diagnosticar os jovens sem que haja evidências empíricas suficientemente fortes podem, estes, erradamente ser rotulados como perigosos e irrecuperáveis, prejudicando-os no seu percurso de vida. Porém, estes argumentos têm sido refutados por estudos empíricos de autores diversos.

Obradovic et al. (2007) com recurso aos dados do *Pittsburgh Youth Study*, tendo por objetivo a análise da estabilidade dos traços psicopáticos nos indivíduos mais jovem desse estudo, concluíram que, a estabilidade, variava de moderada a forte, considerando o tempo decorrido entre as avaliações. Lynam et al. (2007) num estudo longitudinal com recurso a métodos múltiplos de avaliação e informadores, analisaram a estabilidade dos traços psicopáticos dos participantes quando estes tinham 13 anos de idade e, mais tarde, aos 24 anos de idade. Estes autores concluíram que, os traços psicopáticos tinham uma estabilidade moderada ($r = .31$). Salekin, Rosenbaum, e Lee (2008) apresentaram evidências de que, os indicadores de psicopatia em crianças, adolescentes e adultos, partilhavam muitas semelhanças a nível da prevalência (cerca de 20%) nos centros de

detenção para adolescentes e estabelecimentos prisionais para adultos, considerando a ligação dos problemas de comportamento aos comportamentos antissociais e violentos.

Relativamente à estrutura fatorial que caracteriza a psicopatia nos indivíduos adultos, mesmo em diferentes contextos culturais/étnicos, alguns autores defendem que, esta, manifesta-se através das mesmas três dimensões (traços calosos/não-emocionais, impulsividade e narcisismo) designadas por traços psicopáticos (Bijttebier & DeCoene, 2009; Feilhauer & Cima, 2013; Flight & Forth, 2007; Frick, Bodin, & Barry, 2000; Fung, Gao, & Raine, 2010; Van Baardewijk et al., 2008; Van Baardewijk et al., 2011). Porém, há autores que defendem a presença de uma quarta dimensão (antissocial), associada aos comportamentos criminais propriamente ditos (e.g., Forth, Kosson, & Hare, 2003; Hare & Neumann, 2010; Neumann, Hare, & Pardini, 2015).

Os traços calosos/não emocionais referem-se a traços de insensibilidade emocional, ausência de empatia e culpabilidade. Podem surgir como uma dimensão distinta do constructo da psicopatia por apresentarem a capacidade de diferenciar os adolescentes delinquentes mais severos e persistentes que, outras dimensões do construto não apresentam (Caputo, Frick, & Brosky, 1999; Kimonis, Frick, & Barry, 2004; Kruh et al., 2005). Estes, estão associados a baixa ansiedade, reatividade emocional negativa, desinibição, busca de sensações e agressão proactiva (Patrick, 2010). A sua importância para alguns autores é tal que, alguns deles, defendem a necessidade de serem desenvolvidos instrumentos de medida para os traços calosos/não-emocionais em crianças e adolescentes (e.g., Essau, Sasagawa, & Frick, 2006; Kimonis et al., 2008; López-Romero, Gómez-Fraguela, & Romero, 2015; Roose et al., 2010). Barry et al. (2000) focaram-se nos traços calosos/não-emocionais para identificar um subgrupo de crianças com Perturbação de Hiperactividade com Défice de Atenção, Perturbação da Oposição ou Perturbação do Comportamento que demonstravam ter características semelhantes a adultos com psicopatia. Os resultados obtidos indicaram que as crianças com pontuações elevadas de traços calosos/não-emocionais apresentavam características da psicopatia (e.g., ausência de medo, estilo de resposta dominado pela recompensa) e apresentavam-se menos perturbadas com os seus problemas de comportamento. Os autores concluíram também que, a impulsividade e os comportamentos antissociais só por si eram insuficientes para classificar os indivíduos com diagnóstico de psicopatia. Para Frick et al. (2005) as crianças com pontuações elevadas de traços calosos/não-emocionais apresentavam níveis mais elevados de perturbação do comportamento, delinquência autorrelatada e contactos com a polícia. Frick e White (2008), na sua revisão de literatura

sobre a importância dos traços calosos/não-emocionais, referem fortes evidências na relação entre estes traços em particular e os traços psicopáticos em geral e perturbações do comportamento mais severas, delinquência, agressão e violência.

A presença de impulsividade nos adolescentes tem sido associada à maior diversidade e quantidade de crimes cometidos (e.g., Lynam, 1997, 1998), sendo para alguns autores a dimensão mais relevante na predição do comportamento criminal, em especial da delinquência severa (e.g., Farrington, 2002). Esta, tem vindo a ser considerada como fundamental em várias teorias criminais, para além de, também o ser, em algumas teorias da personalidade (Lynam & Miller, 2004) (ver 1.6. Impulsividade e autocontrolo, p. 69).

O narcisismo, também ele considerado outra das dimensões do constructo da psicopatia, tem sido na adolescência associado a problemas de comportamento, agressão proativa e baixa autoestima. Foi concebido classicamente como uma defesa do indivíduo para compensar os sentimentos de inferioridade causadores de baixa autoestima. No presente tem sido conceptualizado como uma necessidade extrema de obter atenção, ser alvo de admiração e procurar o elogio de forma recorrente por parte do outro, mesmo que, tal, implique o recurso à sedução (APA, 2014; Washburn et al., 2004).

A psicopatia e a diferença entre o sexo masculino e feminino

Embora já em 1941, Cleckley tenha defendido que a psicopatia também afetava os indivíduos do sexo feminino, as investigações que desde então ocorreram têm sido dirigidas, na sua grande maioria, para indivíduos do sexo masculino (Dolan & Völlm, 2009; Forouzan & Cooke, 2005; Rogstad & Rogers, 2008; Verona et al., 2006; Verona et al., 2010). Este facto pode ser explicado por os investigadores terem feito uma adaptação descendente do construto da psicopatia, ou seja, inicialmente, esta foi dirigida a indivíduos adultos do sexo masculino e, só posteriormente a mulheres, adolescentes e crianças. Considerando as investigações efetuadas, deve salientar-se a escassez de estudos que recorrem a amostras constituídas por crianças e adolescentes do sexo feminino (Pechorro, 2013).

Existem algumas evidências (e.g., Charles et al., 2012) de que, a psicopatia, expressa-se de forma diferenciada nas raparigas e nos indivíduos adultos do sexo feminino, quando comparada com os rapazes e com os indivíduos adultos do sexo

masculino. Para Forouzan e Cooke (2005) o sexo tem influência nos comportamentos e nas relações interpessoais estabelecidas. Estes autores referem que, os indivíduos do sexo masculino recorrem, na sua grande maioria, a métodos mais violentos para atingir os seus objetivos, enquanto que, os indivíduos do sexo feminino, recorrem na sua grande maioria a estratégias que podem envolver a manipulação ou a sedução dos outros.

Para alguns autores há problemas metodológicos que podem afetar a investigação, relativamente à forma como a psicopatia se manifesta em rapazes e raparigas (Verona et al., 2010). Em alguns estudos pode ocorrer uma não correta identificação e diferenciação de diversas variáveis fundamentais, como são o caso de: a fase de desenvolvimento em que a avaliação ocorre (infância ou adolescência); o tipo de amostra (comunitária ou forense); as diversas dimensões da psicopatia a serem avaliadas (e.g., traços calosos/não-emocionais, impulsividade). Considerando a fase do desenvolvimento em que a avaliação é efetuada, podemos referir que, os traços psicopáticos na infância ocorrem mais precocemente nos rapazes. Relativamente ao tipo dos participantes em estudo é possível que, nas amostras comunitárias, as diferenças entre os sexos sejam mais relevantes, uma vez que, os problemas de comportamento são consideravelmente mais prevalentes nos indivíduos do sexo masculino (Kazdin, 1996). Relativamente às dimensões a avaliar, podem ocorrer diferenças entre os sexos uma vez que, por exemplo, os rapazes são tradicionalmente considerados mais impulsivos. Outro problema metodológico pode estar relacionado com a forma como as medidas de avaliação são concebidos. É referido por autores diversos que, os instrumentos psicométricos que medem o constructo da psicopatia consideram, geralmente, as características dos indivíduos do sexo masculino, não contemplando aspetos específicos da forma como este síndrome se manifesta nos indivíduos do sexo feminino. São exemplo deste facto as formas de agressão encobertas ou mais subtis que caracterizam os indivíduos do sexo feminino e que se encontram sub-representadas (e.g., agressão relacional, utilização da sua rede social para causar dano) (Verona et al., 2010).

No estudo de Verona et al. (2010) é referido que, as diferenças encontradas entre os indivíduos do sexo masculino e feminino resumiam-se à impulsividade, onde os rapazes, classicamente, tendem a obter pontuações mais elevadas. Porém, as conclusões de Pechorro et al. (2013) divergem das de Verona et al. (2010). Estes autores referem uma maior prevalência de traços psicopáticos em crianças e adolescentes do sexo masculino. Para Pechorro et al. (2013), num estudo empírico onde se compararam rapazes ($n = 217$) e raparigas ($n = 44$) detidos em CE da DGRSP, relativamente aos traços psicopáticos,

pertença à categoria psicopática, perturbação do comportamento, comportamentos delituosos e gravidade de crimes cometidos, os resultados obtidos demonstraram que, as raparigas, apresentaram menos traços calosos/não emocionais, mais sintomas emocionais, mais comportamentos pró-sociais, menos comportamentos delituosos e menor gravidade nos crimes cometidos.

Seguidamente é apresentado o Modelo Triárquico da Psicopatia, um modelo recente de conceptualização da psicopatia, concebido por Patrick, Fowles, e Krueger (2009). Na presente tese foi utilizada uma medida de traços triárquicos de psicopatia, o *Youth Psychopathic Traits Inventory-Triarchic-Short* (YPI-TRI-S; Pechorro et al., 2019a). Pelo acima referido e, pela relevância da relação do construto da psicopatia com as temáticas abordadas nos estudos da presente tese, pensamos ser pertinente abordar de forma mais pormenorizada este recente modelo de conceptualização da psicopatia.

Modelo Triárquico da Psicopatia

O Modelo Triárquico da Psicopatia concebido por Patrick et al. (2009) apresenta a ousadia ou audácia (*boldness*), a desinibição (*disinhibition*) e a malvadez ou crueldade (*meanness*) como características fundamentais da psicopatia, concebendo-a como a interação destas três dimensões (Patrick et al., 2009; Stanley, Wygant, & Sellbom, 2013). Estes autores apresentam uma perspetiva onde são integradas outras formas de conceber este construto que, diferem consideravelmente na relevância atribuída a indicadores, tais como: o comportamento criminal como uma dimensão fundamental da psicopatia e as respostas emocionais (Patrick & Drislane, 2015). As dimensões abrangidas representam três domínios fundamentais para compreender o construto da psicopatia nas suas manifestações diversas, a saber: Primária e Secundária; Criminal e Não-Criminal (Karpman, 1941; Lykken, 1995; Skeem et al., 2007); Estável e Agressiva (Hicks et al., 2004); Bem-Sucedidos e Mal-Sucedidos (Hall & Benning, 2006).

Para Patrick (2010) e Cleckley (1941/1988) os psicopatas são indivíduos que apresentam uma “máscara” para esconder as suas respostas emocionais, relações interpessoais disfuncionais, impulsividade, irresponsabilidade, manipulação e promiscuidade. Porém, Patrick (2010) refere que Cleckley (1941/1988) não valorizou determinadas características que são fundamentais para a definição do construto da

psicopatia em contexto criminal, como são o caso da agressividade extrema e predatória e a crueldade deliberada e sádica. Esta desvalorização pode estar relacionada com as características dos indivíduos estudados. Estes, pertenciam a amostras clínicas com elevado estatuto socioeconómico, logo, apresentavam maior apoio familiar e social e, assim sendo, estavam menos expostos às consequências legais dos seus comportamentos. Num estudo mais recente Boduszek et al. (2019) ao compararem uma amostra de reclusos ($n = 772$) com amostras não-forenses de adultos da comunidade ($n = 1.201$), estudantes universitários ($n = 2.080$) e adolescentes ($n = 472$), sugerem que, as investigações anteriores podem ter sobrevalorizado a prevalência de psicopatia nas populações forenses devido à inclusão de itens de comportamentos criminais na avaliação da psicopatia.

A ousadia (*boldness*) ou audácia, reflete a dominância e eficácia social, autoconfiança, forte tolerância ao perigo e à incerteza, resiliência emocional, participação em atividades que envolvem risco e a capacidade do indivíduo manter-se calmo e recuperar rapidamente quando confrontado com ameaças ou submetido a situações de pressão (Venables, Hall, & Patrick, 2014). Esta característica não está limitada aos indivíduos com comportamentos antissociais ou delinquentes. Ocorre também na população geral, porém, neste grupo encontra-se especialmente desenvolvida (Patrick, 2010). Na revisão de literatura efetuada para a presente tese, encontramos conceitos semelhantes (e.g., *fearless dominance*) (Benning et al., 2005). Os indivíduos com traços psicopáticos podem apresentar uma dimensão adaptativa, uma vez que, possuem uma forte capacidade de recuperação, permitindo esta que, a normalidade seja rapidamente restabelecida após situações de *stress* ou traumáticas. Alguns autores referem que, estes indivíduos, apresentam forte resistência à pressão ambiental e interpessoal (Poy et al., 2014). A dimensão ousadia do Modelo Triárquico da Psicopatia, relaciona-se com a ausência de medo, embora não seja sinónimo desta. Na obra de Cleckley, a ousadia inerente a este construto é refletida no charme social, na ausência de ansiedade e sintomatologia neurótica, na incapacidade de aprendizagem através de punições, na superficialidade emocional, na ausência da predisposição para o suicídio e tendências comportamentais desinibitórias (Patrick, Drislane, & Strickland, 2012).

A desinibição (*disinhibition*) remete-nos para a dificuldade do indivíduo controlar os seus impulsos, podendo apresentar por consequência, comportamentos externalizantes (Poy et al., 2014). São apresentadas dificuldades para controlar os comportamentos, incapacidade para adiar a gratificação imediata, incapacidade para conceber planos para o futuro, baixa tolerância à frustração, agressividade reativa, baixa capacidade de

regulação dos afetos, tendência para consumo excessivo de substâncias psicoativas (e.g., álcool, drogas) assim como também para a participação em atividades ilícitas e/ou anti-normativas (Patrick et al., 2012). Esta dimensão reflete os défices observados nos psicopatas relativamente à autorregulação dos afetos e dos impulsos que, demonstra a incapacidade de autocontrolo em contextos diversos. Tendo como referência a população geral, os indivíduos têm a capacidade de inibir os comportamentos porque ocorrem determinadas emoções (e.g., culpabilidade, vergonha). Os psicopatas ao não experienciarem tais emoções não dispõem desta capacidade (Sellbom, 2019).

Na malvadez (*meanness*) ou crueldade é considerada a tendência para a insensibilidade emocional, ausência de empatia e culpabilidade, o estabelecimento de relações emocionais superficiais, a exploração do outro, formas de violência instrumentais ou predatórias, destrutividade, crueldade deliberada, estilo de vida parasita (Jakobwitz et al., 2006; Jones et al., 2014; Paulhus et al., 2002; Venables et al., 2014), comportamentos agressivos (Soeiro et al., 2010), elevada impulsividade e tendência para manipular o outro (Filho et al., 2012; Jakobwitz et al., 2006). Este domínio remete para as conceções da psicopatia que dão destaque aos comportamentos de delinquência (McCord & McCord, 1964; Quay, 1964). Esta dimensão inclui as características criminais da psicopatia, a saber: Insensibilidade emocional; Falta de empatia e crueldade; Frieza emocional (DeLisi, 2016). Inclui também a agressividade, violência, hostilidade e raiva que caracterizam igualmente a psicopatia. Para Patrick (2010) a malvadez pode ser observada em muitas manifestações comportamentais ao longo da vida dos psicopatas, como são o caso do desafio às figuras de autoridade, arrogância, formas diversas de agressão, exploração do outro tendo por objetivo benefícios instrumentais e crueldade. Quando esta última é dirigida a animais, o seu início ocorre geralmente durante a infância. Quando é dirigida a pessoas, o seu início ocorre geralmente durante a adolescência ou já na idade adulta. A malvadez pressupõe, geralmente, a procura ativa de benefícios instrumentais pertencentes aos outros, sendo estes explorados sem qualquer sentimento de culpabilidade. Na revisão de literatura efetuada foram encontrados termos utilizados por outros autores relacionados com esta dimensão (e.g., insensibilidade emocional) de Frick e Marsee (2006) e de Patrick et al. (2012).

A Medida Triárquica da Psicopatia (*Triarchic Psychopathy Measure* - TriPM; Drislane, Patrick, & Arsal, 2014; Patrick, 2010) foi desenvolvida para avaliar as três dimensões (ousadia, desinibição e malvadez), constituindo-se uma operacionalização do Modelo Triárquico da Psicopatia e, embora seja um instrumento relativamente recente,

tem sido amplamente estudado por diversos autores (e.g., Crego & Widiger, 2015; Drislane et al., 2014; Poy et al., 2014; Sellbom & Phillips, 2013). Os resultados obtidos da aplicação deste instrumento em populações diversas têm demonstrado pontuações mais elevadas nos participantes do sexo masculino quando comparadas às obtidas pelos indivíduos do sexo feminino nas dimensões ousadia e malvadez, não ocorrendo o mesmo na dimensão desinibição, onde se salientam os valores obtidos pelos indivíduos do sexo feminino (Sica et al., 2015).

Sellbom e Phillips (2013) concluíram que, a ousadia apresentou-se preferencialmente associada ao narcisismo, à busca de sensações e ao fraco controlo dos impulsos. A desinibição apresentou associações com a impulsividade e a procura de divertimento. A malvadez apresentou-se relacionada positivamente com o maquiavelismo, baixa empatia e fraco controlo dos impulsos. Para Drislane et al. (2014), ao estudarem a associação entre o Modelo Triárquico da Psicopatia e outros traços de personalidade, concluíram que, a ousadia, surge associada nesta investigação a índices de mau ajustamento (e.g., manipulação, insensibilidade afetiva, estilo de vida errático, desonestidade, grandiosidade/ausência de modéstia, ausência de culpabilidade), assim como com medidas da função adaptativa (e.g., charme, imunidade ao *stress*, bem-estar, conquista). A desinibição surge relacionada com a maioria dos índices que avaliam a faceta desviante da psicopatia, nomeadamente a impulsividade, a irresponsabilidade, a falta de cuidado, a busca de sensações assim como também ao próprio comportamento antissocial. A desinibição e a malvadez contribuíram de forma semelhante para a variância única na pontuação total da psicopatia. A malvadez apresenta uma forte correlação com a insensibilidade emocional, maquiavelismo, manipulação e ausência de culpabilidade.

A prevalência da exposição a EPT nos países desenvolvidos tem revelado que, grande parte da população geral foi exposta a pelo menos uma situação adversa ao longo do seu desenvolvimento individual. As crianças que foram expostas a situações adversas têm maior probabilidade de desenvolver comportamentos delinquentes severos e crónicos quando comparadas com outras que não foram expostas a tais situações. Assim sendo, pela relevância do trauma para a presente tese, abordamos seguidamente esta temática.

1.4. Trauma

O trauma, resultante da exposição da criança a situações de maltrato pode ter impacto negativo a nível biopsicossocial e comprometer de forma relevante o seu desenvolvimento (Direção-Geral da Saúde [DGS], 2011; Gilbert et al., 2009; McCrory, Brito, & Viding, 2010), sendo este, associado a doença física e mental na idade adulta (Collishaw et al., 2007; Gilbert et al., 2009; Norman et al., 2012; Schmahl et al., 2003). Por tal, a exposição a EPT deve merecer a atenção dos investigadores e, os maltratos em crianças e jovens, considerados no presente como um problema grave de saúde pública (DGS, 2011; Finkelhor et al., 2013; Gilbert et al., 2009; Lang et al., 2017).

Os maltratos dirigidos a crianças e jovens estão relacionados com “qualquer ação ou omissão não acidental, perpetrada pelos pais, cuidadores ou outrem, que ameace a segurança, dignidade e desenvolvimento biopsicossocial e afetivo da vítima” (DGS, 2011, p. 7). Considera-se um evento traumático aquele que, envolve exposição a morte real, ameaça de morte, ferimento grave ou violência sexual, onde ocorreu exposição direta à situação adversa, testemunho presencial da situação que ocorreu a outra pessoa e tomada de conhecimento de que a situação ocorreu a pessoas significativas (e.g., familiares). Também pode ocorrer exposição do indivíduo de forma recorrente a situações adversas como são o caso, por exemplo, dos agentes da polícia e profissionais de prestação de socorro) (APA, 2014). Para outros autores, um EPT é considerado como tal, quando este for percebido como muito stressante e provocar uma disrupção na narrativa do indivíduo. Este, passa a considerar um “antes” e um “depois” da situação adversa vivenciada, com consequências significativas nas suas rotinas diárias. Um EPT pode provocar respostas físicas (e.g., insónia, fadiga, problemas gastrointestinais, dificuldades respiratórias) e psicológicas (e.g., ansiedade, medo, culpabilidade, tristeza, irritabilidade) (Calhoun & Tedeschi, 2013). Podem ocorrer, ainda como consequência da exposição a um EPT, comportamentos externalizantes (e.g., baixo autocontrolo, impulsividade, agressividade) ou comportamentos internalizantes (e. g., ansiedade, depressão, medo) (APA, 2014; Hildyard & Wolfe, 2002; Lang & Connell, 2018; Pechorro et al., 2018c; Pechorro et al., 2018b).

A exposição na infância a EPT, tais como abuso físico, psicológico ou sexual, disfunção familiar (e.g., relação conflitual entre os pais, psicopatologias familiares, criminalidade parental) e negligência, pode estar relacionada na idade adulta com problemas no desenvolvimento do indivíduo, comportamentos de risco (e.g., abuso de

drogas e álcool, tentativas de suicídio, delinquência, comportamentos sexuais de risco), morte prematura, problemas de saúde física e mental (e.g., ansiedade, depressão, *post-traumatic stress disorder* [PTSD], impulsividade), insucesso escolar ou contribuir para a sua gravidade (Adams et al., 2013; D' Andrea et al., 2012; Dubowitz et al., 2011; Farrington & McGee, 2017; Gilbert et al., 2009; Grassi-Oliveira & Stein, 2008; Hovens et al., 2010; Oswald, Heil, & Goldbeck, 2010; Shenk et al., 2015).

A maioria dos maltratos de crianças e jovens ocorre no seio da família de origem em contexto intrafamiliar ou doméstico (Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV], 2011), sendo referido por alguns autores que, adultos que sofreram maltratos na infância ou assistiram a situações de violência intrafamiliar, têm maior probabilidade de se tornarem agressores ou vítimas noutras relações (Christian et al., 2015; Costa & Teixeira, 2016; Dubowitz et al., 2011; Fergusson, Boden, & Horwood, 2008). A violência observada entre as figuras parentais pode ter influência no desenvolvimento dos filhos a nível psicológico, no desempenho académico, despoletar perturbações do comportamento e estar relacionada com a aceitação e perpetuação da violência noutros relacionamentos (Murga, 2017; Patias, Heine, & Dell'Aglio, 2017; Ruel et al., 2017). Cunningham e Baker (2007) referem que, os adolescentes, quando são expostos a situações adversas de violência apresentavam dificuldades em manter a comunicação no seio da família de origem e risco mais elevado de estabelecer relações disfuncionais com outras pessoas. Algumas investigações sugerem que, as relações conflituais com recurso à violência no seio familiar (Hameister, Barbosa, & Wagner, 2015) geram nos pais dificuldade em separar as experiências negativas do relacionamento conjugal da relação com os filhos. Quando tal ocorre, podem os pais ficar menos disponíveis ou mesmo mais agressivos na relação que estabelecem com os filhos, porque podem direcionar as dificuldades da relação conjugal para um exercício não adequado da parentalidade (Hameister et al., 2015; Sani & Cunha, 2011).

A infância e a adolescência são períodos fundamentais para o desenvolvimento e maturação do cérebro, sendo que, o vivenciado na infância tem influência nos padrões de comportamento nas fases seguintes do desenvolvimento do indivíduo (Bastos, 2015). A prevalência da exposição a EPT, nos países desenvolvidos, tem revelado que grande parte da população geral foi exposta a pelo menos um EPT ao longo do seu desenvolvimento. Num estudo onde foram incluídos 24 países, os dados revelaram que 69% da população geral portuguesa foi exposta a pelo menos um EPT (Benjet et al., 2016). Nos EUA, onde 71% das crianças estão expostas a pelo menos um EPT (e.g., abuso físico, abuso sexual,

violência doméstica, violência comunitária) (Finkelhor et al., 2013) o impacto económico anual da exposição a situações adversas é elevado (Fang et al., 2012), devido, na idade adulta, à perda de produtividade no trabalho e ao aumento do consumo e custos com serviços de saúde e sociais (Florence et al., 2013; Yanos, Czaja, & Widom, 2010). O anteriormente referido é também corroborado por McCollister, French, e Fang (2010). Para estes autores o maltrato infantil e juvenil apresenta um impacto económico relevante para a sociedade.

O maltrato infantil e juvenil aumenta o risco de comportamentos delinquentes (McCollister et al., 2010). Numa meta-análise onde foram comparados 18 estudos ($N = 18.245$) e avaliada a relação entre a exposição infantil (antes dos 12 anos de idade) à violência e comportamento antissocial do adolescente, concluiu-se que, esta, é um fator de risco para comportamentos violentos e prevalência de trauma em jovens delinquentes (Wilson, Stover, & Berkowitz, 2009), porém, a relação entre exposição à violência e delinquência juvenil é mais forte quando ocorre vitimização e não apenas exposição (Dubowitz et al., 2011).

Maxfield e Widom (1996) num estudo onde foi comparada uma amostra de 908 crianças sujeitas a maltratos com um grupo de controlo de 667 crianças, concluíram que, as crianças vítimas de abuso físico e/ou negligência, apresentaram quase o dobro da probabilidade de virem a ser presas na sequência de crimes violentos, praticados na idade adulta. Dierkhising et al. (2013) com recurso a uma amostra de 658 adolescentes dos EUA, que apresentavam comportamentos delinquentes, verificaram que, apenas 10% dos jovens referiram não ter experienciado EPT durante a infância. Neste estudo é ainda referido que, 30% dos jovens delinquentes foram expostos a situações traumáticas durante a adolescência, aumentando a probabilidade de desenvolverem sintomas de PTSD na idade adulta. Mersky e Reynolds (2007), num estudo longitudinal, com recurso a uma amostra de 1.404 participantes vítimas de maltrato, investigaram a relação entre abuso e negligência e delinquência severa. Os resultados obtidos revelaram uma relação entre o maltrato e a delinquência severa e, ainda que, os efeitos do abuso e negligência são equivalentes.

Fox et al. (2015) efetuaram um estudo com recurso a uma amostra de 22.575 participantes, com o objetivo de analisar de que forma a exposição a situações adversas na infância são um fator de risco para comportamentos antissociais crónicos e violentos. Ao analisarem o impacto do trauma na infância sobre o risco acrescido de comportamentos delinquentes severos e crónicos, concluíram que, uma criança que seja

exposta a situações adversas, tais como abusos e/ou negligência, tem maior probabilidade de apresentar comportamentos delinquentes severos, crônicos e violentos em cerca de 35%. No mesmo sentido, a meta-análise de Braga et al. (2017) sugere que, todos os tipos de maltrato são fatores de risco para os comportamentos antissociais violentos. Já anteriormente e, de acordo com estudos diversos (e.g., Maxfield et al., 1996; Smith & Thornberry, 1995), as crianças que foram vítimas de negligência ou abusos (e.g., físicos, psicológicos) apresentaram maior predisposição para cometer atos violentos, quando comparadas com outras que não foram vítimas de maltratos.

Para Lee e Hoaken (2007) a infância e o início da adolescência são momentos de constante alteração a nível biopsicossocial. A exposição a EPT pode ter impacto relevante no desenvolvimento psicológico e neurobiológico da criança. Embora se considere que, o desenvolvimento do cérebro ocorra nos primeiros 5 anos de vida do indivíduo, as estruturas deste continuam a sua maturação ao longo da infância e adolescência. Uma consequência para os jovens que foram vítimas de maltrato é a hipervigilância direcionada para sinais/situações percebidos como ameaçadores. Porém, estas situações percebidas como tal podem não apresentar risco para o indivíduo, mas podem potenciar respostas que, sendo de defesa, podem ter como consequência comportamentos classificados pela Lei penal como crimes. Desta forma, a probabilidade destes indivíduos estabelecerem relacionamentos disfuncionais e de apresentarem comportamentos antissociais aumenta significativamente (Cicchetti & Toth, 2005). Por tal, é sugerido por alguns autores que, a exposição contínua a EPT pode promover um sistema de *stress* biológico desregulado onde ocorre a liberação fora da normalidade de hormonas (e.g., cortisol, adrenalina) e afetar o desenvolvimento de estruturas cerebrais (e.g., sistema límbico, córtex pré-frontal) responsáveis pela regulação emocional e autocontrolo (Lee et al., 2007; Watts-English et al., 2006). A regulação emocional tal como o autocontrolo são processos de importância extrema para a adoção e manutenção de comportamentos não desviantes e contenção dos comportamentos delinquentes (Basto-Pereira et al., 2016; Robertson, Daffern, & Bucks, 2012).

As investigações sobre os maltratos na infância e o comprometimento do desenvolvimento do indivíduo associado a tais situações adversas, aumentaram nas últimas duas décadas. Porém, a mensuração destes continua a ser um desafio porque, os relatórios oficiais subestimam a dimensão do problema (Gilbert et al., 2009; Theodore et al., 2005), algumas vítimas de maltratos podem ser falsos negativos (Fergusson, Horwood, & Woodward, 2000; Williams, 1994) e há resistência na inclusão de questões

sobre maltratos na infância em amostras de crianças, devido a requisitos éticos e de notificação dos órgãos oficiais (Fisher, 2011; Tonmyr, Hovdestad, & Draca, 2014). Assim sendo, as investigações recorrem muitas vezes a amostras de adultos, onde a exposição a situações de maltratos podem ter ocorrido há muito, aumentando a possibilidade de viés de memória. Relativamente aos adolescentes, este facto é atenuado porque, temporalmente, encontram-se mais próximos da situação experienciada (Tanaka et al., 2012).

A prevalência, o impacto na saúde e os custos associados à exposição na infância a EPT têm promovido a elaboração de instrumentos de recolha de informação sobre este fenómeno, com o objetivo de melhor conhecê-lo, preveni-lo e produzir intervenções mais eficazes (Fang et al., 2012; Ko et al., 2008). O rastreio do trauma em crianças deve ser percebido como uma estratégia de identificação precoce e encaminhamento para intervenção, antes de, estas, desenvolverem problemas comportamentais ou emocionais mais significativos e, ainda, diminuir o impacto do trauma na idade adulta (Conradi, Wherry, & Kisiel, 2011; Denton et al., 2016; Hovens et al., 2010; Kisiel et al., 2014; Lang et al., 2017, 2018).

Para alguns autores, o rastreio do trauma em crianças é raro devido em parte à falta de medidas breves e validadas para tal (Lang et al., 2017, 2018). Existem várias medidas para crianças de avaliação da exposição a EPT e/ou PTSD (Branson et al., 2017; Conradi et al., 2011; Denton et al., 2016; Kisiel et al., 2014; Sachser et al., 2017), porém, a sua aplicação é demorada (Lang et al., 2018). Deve considerar-se que, a investigação sobre a história de violência numa população é uma abordagem “delicada” porque pode gerar constrangimentos, culpabilidade, medo e evitamento (OMS, 2002). Deve considerar-se igualmente que, a inclusão de fatores que prejudicam a evocação de memórias autobiográficas ou as tornam vulneráveis a distorções e perdas, podem interferir na recolha de dados relevantes (Zoellner et al., 2000). Logo, as investigações que utilizam instrumentos não invasivos, consideram a realidade cultural e não exponham diretamente os participantes são mais confiáveis e desejáveis para a abordagem desta temática (OMS, 2002).

Há medidas que incluem exposição a EPT e PTSD, tal como a UCLA PTSD Reaction Index (UCLA-RI; Steinberg et al., 2013) e a Structured Trauma-Related Experiences Screener and Symptoms (STRESS; Grasso, Felton, & Reid-Quiñones, 2015). Embora estas medidas sejam benéficas para a avaliação e intervenção focadas no trauma são geralmente aplicadas em contexto clínico e, muitas vezes, após a exposição

ao EPT o que pode criar constrangimentos (Lang et al., 2017). O uso de medidas para o rastreio do trauma, como parte de uma abordagem mais ampla de saúde pública em serviços de atendimento infantil (e.g., saúde, justiça juvenil, escolas), tem sido limitado, considerando as características dos instrumentos disponíveis (e.g., dimensão, viabilidade, natureza clínica, custos).

Embora tenham sido desenvolvidos vários *screens* para adultos (e.g., Bohnert & Breslau, 2011; Brewin, 2005; Lang & Stein, 2005), o mesmo não ocorreu relativamente às crianças. Para este último caso, não existem instrumentos com 10 itens ou menos, validados, para o rastreio do trauma que tenham em conta a exposição a EPT e os sintomas de PTSD (Conradi et al., 2011; Kolko et al., 2010). Considerando tal, foi desenvolvido o Child Trauma Screen (CTS; Lang & Connel, 2017). Esta é uma medida breve de autorresposta para crianças e jovens, constituída por 10 itens, originalmente desenvolvida para o rastreio de crianças em serviços de assistência ao trauma. Como principais características e vantagens distinguem-se: a sua brevidade, viabilidade, psicométrica forte, a possibilidade de utilização por profissionais clínicos e não clínicos e a facilidade na aplicação e interpretação dos resultados (Lang et al., 2017). O CTS apresenta dois domínios distintos (exposição a EPT e sintomas de PTSD), tendo em conta os critérios da PTSD do DSM-5. Considerando a prevalência e as consequências do trauma na saúde física e mental da criança, o seu impacto na idade adulta (Denton et al., 2016; Dubowitz et al., 2011; Kisiel et al., 2014; Lang et al., 2017) e o elevado impacto económico na sociedade (Fang et al., 2012), para Lang et al. (2017, 2018) o CTS preenche uma lacuna significativa na obtenção rápida de resultados sobre a exposição a EPT e sintomas de PTSD em crianças e jovens. Deve considerar-se também a subjetividade dos conteúdos em causa, e, assim sendo, o estudo das suas características psicométricas deverá ser realizado com amostras diversas (Bogaerts et al., 2011).

Um acontecimento de vida positivo ou negativo vai sempre promover uma mudança no percurso do indivíduo e afetar o seu equilíbrio (Ramos, 2004) porque provoca reajustes comportamentais. Estes reajustes comportamentais podem estar associados à ocorrência de doenças físicas e/ou psicológicas (Félix, 2011). Porém, as respostas dos indivíduos às situações adversas resultam da interação entre as características individuais (recursos internos) e as exigências do meio (Margis et al., 2003). Considerando que, os acontecimentos de vida são eventos que alteram, ameaçam ou desafiam as capacidades biopsicossociais dos indivíduos (Compas, Champion, & Reeslund, 2005) as situações adversas que ocorrem durante a adolescência podem trazer

repercussões negativas para o desenvolvimento do sujeito, mas podem igualmente ser encaradas como desafios ou processos de aprendizagem (Pereira et al., 2003). Assim sendo, deve referir-se que, as respostas e os níveis de impacto das situações adversas no indivíduo, dependem das características das situações em causa, das características individuais através das quais é atribuído um determinado significado ao evento, das estratégias utilizadas para lidar com as situações em causa (*coping*) e do suporte familiar e social (Aggarwal et al., 2007; Vaz Serra, 2000).

Para além do anteriormente referido, deve salientar-se igualmente que, a definição de EPT é subjetiva, pode sofrer alterações ao longo do tempo e a sua interpretação estar dependente da cultura (Tedeschi et al., 2018). Como consequência da exposição a EPT podem resultar não só, momentos de elevado *stress*, geradores de sintomas de PTSD, mas também de crescimento individual (Tedeschi & Calhoun, 1996). O conceito de crescimento pós-traumático (CPT) que designa as alterações cognitivas positivas, ocorridas após a exposição a situações adversas, foi um conceito desenvolvido por Tedeschi et al. (1996). O instrumento mais utilizado na sua investigação tem sido o *Posttraumatic Growth Inventory* (PTGI; Tedeschi et al., 1996), submetido a diversas análises às suas qualidades psicométricas (Tedeschi et al., 2018). A exposição a EPT pode promover o fortalecimento das características individuais para lidar com situações adversas no futuro (Calhoun & Tedeschi, 2006). Porém, este é um fenómeno subjetivo, uma vez que, é influenciado pelas características individuais anteriores (e.g., extroversão, crenças religiosas, sexo) e características do evento (e.g., severidade). O papel da cultura também deve ser salientado por, este, poder influenciar os tipos de crescimento individual que podem ocorrer (Calhoun et al., 2006; Park & Lechner, 2006; Tedeschi & Calhoun, 2004). Alguns autores têm vindo a contestar o facto de os EPT serem avaliados apenas como positivos ou negativos, ou seja, apenas num só sentido (Calhoun et al., 2006; Oshiro et al., 2019; Tedeschi et al., 2018). O *Posttraumatic Growth and Depreciation Inventory* (PTGDI-50; Tedeschi et al., 2018) surge, para os seus autores, como uma proposta que avalia em simultâneo as alterações positivas e negativas da exposição a EPT. Por tal, apresenta mais vantagens relativamente aos outros instrumentos que avaliam a exposição a situações adversas apenas num sentido (positivo ou negativo).

A identificação precoce dos indivíduos que foram expostos a situações adversas, potencialmente traumáticas, na infância ou adolescência, pode ser fundamental para a promoção de comportamentos pró-sociais através da implementação de programas de

prevenção e intervenção (e.g., psicoterapêutica, psicossociais). Desta forma pode extinguir-se ou minimizar o impacto no comportamento dos jovens. Uma vez que, a PC pode ser uma consequência da exposição do indivíduo a EPT passamos seguidamente a melhor explicar esta temática pela sua pertinência para os estudos efetuados e apresentados na presente tese de doutoramento.

1.5. Perturbação do comportamento

A característica essencial da PC é “um padrão de comportamento repetitivo e intermitente no qual são violados os direitos básicos dos outros ou as principais normas/regras sociais correspondentes à idade do indivíduo” (APA, 2014, p. 566). Os primeiros sintomas significativos de PC ocorrem geralmente entre a segunda infância e o meio da adolescência, sendo esta, mais frequente nos indivíduos do sexo masculino do que nos do sexo feminino (APA, 2014; Loeber et al., 1998). Pode ser diagnosticada na idade adulta, porém, é raro ocorrer depois dos 16 anos de idade (APA, 2014).

A alteração no diagnóstico da PC apresentada no DSM-5, onde se inclui um especificador de “emoções prósociais limitadas” que correspondem a traços de insensibilidade emocional (e.g., falta de remorso ou culpa, indiferença-falta de empatia), característicos da psicopatia, revela a crescente importância dada pelos investigadores a este constructo (APA, 2014; Frick et al., 2010; Scheepers et al., 2011). É referido por vários autores que, estes traços, podem estar associados à maior estabilidade dos comportamentos antissociais, comportamentos delinquentes graves e violentos, início precoce de atividades criminais, detenções e condenações precoces (Forth et al., 2010; Kruh et al., 2005; Pechorro et al., 2014a; Van Baardewijk et al., 2011).

No DSM-5 são referidos dois tipos de PC, a saber: Tipo com início na infância, em que, é apresentado pelo menos um sintoma de PC antes dos 10 anos de idade; Tipo com início na adolescência, em que, não são apresentados sintomas de PC antes dos 10 anos de idade. Deve também considerar-se, pela sua relevância, o especificador de “emoções prósociais limitadas”. Para avaliar os critérios para este especificador devem utilizar-se várias fontes de informação (e.g., pais, professores, grupos de pares) e não apenas o relato do indivíduo em avaliação. As características apresentadas de forma persistente em contextos situacionais e relacionais diversos, refletindo um padrão de funcionamento emocional e relacional são: Falta de remorsos ou culpa (e.g., não

demonstrar arrependimento após magoar o outro, não demonstra preocupação com as consequências após transgressão de regras); Indiferença-falta de empatia (e.g., sem preocupação com os sentimentos do outro); Afeto superficial ou deficiente (e.g., não são expressos sentimentos, as emoções apresentadas são utilizadas para obter benefícios através da manipulação ou intimidação); Despreocupação relativamente ao seu desempenho (e.g., não demonstra preocupação relativamente ao seu pobre desempenho escolar, não faz o necessário esforço para ter um bom desempenho e culpabiliza o outro pelos resultados obtidos) (APA, 2014).

Quando a PC ocorre precocemente, com início na infância (APA, 2014; Biederman et al., 2008; Frick & Viding, 2009; Simões, 2007), afetando geralmente os indivíduos do sexo masculino, apresentam estes um risco aumentado de comportamentos antissociais (APA, 2014; Biederman et al., 2008; Frick et al., 2009; Rijo et al., 2017) e de desenvolver perturbações diversas (e.g., ansiedade, humor, controlo dos impulsos, aprendizagem) (APA, 2014; Rijo et al., 2017). Verifica-se com frequência agressividade física dirigida aos outros, relações perturbadas com os pares e pode ter ocorrido Perturbação Desafiante de Oposição (PDO) que, pode ser considerada um precursor da PC, do subtipo com “início na infância” (APA, 2014; Burke, Pardini, & Loeber, 2008; Frances & Ross, 2004). Muitas crianças com este subtipo de PC podem apresentar também Perturbação de Hiperatividade/Défice de Atenção (PHDA) ou outras dificuldades relacionadas com o neurodesenvolvimento (APA, 2014; Dandreaux et al., 2009) e maior probabilidade de desenvolver PC severa e persistente, prolongando-se pela idade adulta (APA, 2014).

Quando os indivíduos com PC correspondem ao subtipo com “início na adolescência” (APA, 2014), ou seja, início tardio (Frick et al., 2009) a probabilidade de ocorrerem comportamentos agressivos é menor e a tendência para terem relacionamentos normativos com os pares é maior. Porém, podem ocorrer problemas de comportamento dirigidos a outras pessoas (APA, 2014), embora seja menor a probabilidade da PC persistir até à idade adulta (APA, 2014; Frick et al., 2009). Quando apresentam sintomas ligeiros, podem alcançar um adequado ajustamento social e ocupacional (APA, 2014).

Relativamente à minoria de jovens com PC que apresentam um padrão estável de respostas, implicando emoções prossociais limitadas (e.g., ausência de emoções, procura de excitação, insensibilidade à punição, frequente desrespeito pelos direitos dos outros e/ou violação das normas sociais, recurso frequente a comportamentos violentos para a obtenção de benefícios instrumentais), a PC pode ter ocorrido precocemente e ser

classificada como severa e persistente. Ao atingirem a idade adulta pode colocar-se a hipótese de ser diagnosticada uma Perturbação Antissocial da Personalidade (PAP) (APA, 2014; Bordin et al., 2000; Farrington, 2002; Rijo et al., 2017; Simões, 2007). Os jovens com estas características manipulam o ambiente, podendo tornar-se na principal forma de interação social para obterem gratificação imediata ou evitar as exigências do meio (Pacheco et al., 2009), recorrendo frequentemente a comportamentos violentos (Maldonado et al., 2005; Rijo et al., 2017).

A PC está associada a um espetro de externalização (APA, 2014; Costin et al., 2004; Hutchings, Bywater, & Daley, 2007), referindo-se este a comportamentos com determinadas características (e.g., agressividade, agitação, oposição, antissocial, delinquente) (Rijo et al., 2017; Roskam et al., 2011), relacionados com outras perturbações do grupo das Perturbações Disruptivas, do Controlo dos Impulsos e do Comportamento, especialmente com a PDO (APA, 2014; Frick & Silverthorn, 2001). Porém, deve salientar-se que, nem todas as crianças diagnosticadas com PDO desenvolvem mais tarde uma PC (APA, 2014; Maughan et al., 2004). Relativamente à comorbidade devem ainda ser consideradas a PHDA (APA, 2014; Bordin & Offord, 2000), as Perturbações Relacionadas com Substâncias (APA, 2014; Pacheco et al., 2009) e a PAP (APA, 2014) em que, relativamente a esta última, os indivíduos violam frequentemente os direitos básicos dos outros ou as normas sociais adequadas à sua idade e, ao atingirem a idade adulta, pode colocar-se a hipótese de diagnóstico de PAP (APA, 2014; Bordin et al., 2000). A comorbidade com PHDA é mais comum na infância e ocorre principalmente nos indivíduos do sexo masculino, enquanto que, a comorbidade com Perturbações de Ansiedade e Perturbações Depressivas é mais comum na adolescência e ocorre principalmente nos indivíduos do sexo feminino após a puberdade (Bordin et al., 2000). Embora sejam mais abordados pelos investigadores e, atribuído mais relevo aos comportamentos externalizantes, devem também ser considerados os comportamentos internalizantes (e.g., timidez, medo, dificuldades nas relações interpessoais) (Bolsoni-Silva et al., 2003; Rijo et al., 2017).

Considerando a agressão uma predisposição inata que integra o normal processo de desenvolvimento do ser humano, a sua regulação é influenciada fortemente pelos modelos precoces de interação, funcionando estes como fatores de risco ou de proteção relativamente ao desenvolvimento de problemas de comportamento (Fonagy & Bateman, 2007). Para alguns autores as experiências precoces negativas estão associadas a

problemas de comportamento, delinquência, agressão e comportamento antissocial (Ogilvie et al., 2014; Savage, 2014).

É no ambiente familiar, promovido pelas figuras parentais que, ocorre a aprendizagem de regras, relações interpessoais de qualidade e oferecida à criança a satisfação das suas necessidades básicas (Fonagy et al., 2007; Stanhope, 1999), sendo este fundamental para que, a criança, consiga ultrapassar situações adversas (Braconnier et al., 2005; Eisenberg et al., 2005; Fonseca, 2002; Urra, 2016). Um desadequado ambiente proporcionado no seio familiar pode estar associado à necessidade de exteriorização do mal-estar interno que está na origem dos problemas de comportamento (e.g., agressividade, violência, violação de regras parentais, violação de normas sociais) (Eisenberg et al., 2005; Gadeyne, Ghesquière, & Onghena, 2004; Rijo et al., 2017; Urra, 2016). Sendo fundamental a supervisão das figuras parentais, deve esta ser exercida não só através de comunicação verbal, mas principalmente através de comportamentos que possam ser uma referência, com impacto positivo no desenvolvimento das crianças (Braconnier et al., 2005; Fonseca & Simões, 2002; Jaffee et al., 2006; Lisi & Lisi, 2007).

Devem ser considerados os seguintes fatores de risco a nível familiar: negligência e rejeição por parte dos pais (APA, 2014; Farrington, 2005; Ogilvie et al., 2014; Rutter, 2003; Savage, 2014), falta de supervisão por parte dos pais (APA, 2014), famílias numerosas (APA, 2014; Farrington, 2005), criminalidade parental (APA, 2014; Hill, 2002; Smith et al., 2004), psicopatologias familiares (APA, 2014; Bordin et al., 2000; Hill, 2002), relação conflitual entre os pais (Dandreaux et al., 2009; Farrington, 2005; Hill, 2002; Pauli-Pott & Beckmann, 2007), divórcio das figuras parentais (Farrington, 2005; Rockhill et al., 2006), abuso físico ou sexual (APA, 2014; Farrington, 2005; Ogilvie et al., 2014), institucionalização precoce e frequente mudança de cuidadores (APA, 2014). Os fatores de risco relacionados com a comunidade podem incluir: rejeição pelos pares (APA, 2014; Emond et al., 2007), associação com grupo de pares desviantes (APA, 2014; Lohman & Billings, 2008; Matos et al., 2009), habitar numa zona com problemas de violência (APA, 2014) e baixo nível socioeconómico (NSE) (Farrington, 2005). Há diferenças entre os indivíduos do sexo masculino e feminino que apresentam PC. Nos rapazes ocorrem com frequência comportamentos de vandalismo, lutas, furto, roubo e indisciplina em meio escolar. Nas raparigas ocorrem fugas, mentiras, uso de substâncias, prostituição e absentismo escolar (APA, 2014). Kratzer e Hodgins (1997) referem que 64% dos rapazes e 17% das raparigas com PC apresentaram cadastro na idade adulta.

O meio escolar desempenha um papel fundamental na aquisição de competências académicas, pessoais e sociais, assim como também na qualidade das relações interpessoais. Estes aspetos são muito relevantes para a construção da identidade do adolescente, aquisição de competências diversas (Del Prette & Del Prette, 2010; Fonseca, 2005) e qualidade de vida (Gaspar & Matos, 2008). As ações humanas são geralmente direcionadas para a necessidade do ser humano conhecer e compreender o meio onde está inserido. A estimulação constante e a curiosidade a que os adolescentes estão expostos leva-os a adotar comportamentos de exploração, porém, esta, está relacionada com a sua motivação (Taveira, 2000). Para Taveira (1999) se a motivação para a exploração não for reforçada em contexto escolar, os adolescentes podem vivenciar conflitos. Estes, podem gerar comportamentos de evitamento ou de abandono da exploração, favorecendo o seu isolamento.

A falta de motivação para aprendizagem escolar pode ter implicações ao nível dos comportamentos, verificando-se, como consequência, indisciplina dentro da sala de aula (Jesus, 2008). Nos casos em que ocorre PC, o desempenho ao longo do percurso escolar pode ficar comprometido, estando com frequência abaixo do nível esperado (APA, 2014; Rijo et al., 2017). Podem ocorrer suspensões ou mesmo expulsão da escola frequentada, dificuldades de adaptação ao meio escolar (APA, 2014; Rijo et al., 2017), retenções escolares e abandono prematuro da escola (Biederman et al., 2008; Rijo et al., 2017). Flouri e Panourgia (2014) referem associações entre exposição a situações adversas e problemas de comportamento na adolescência. A retenção escolar pode ser considerada uma situação adversa, geradora de elevado *stress* para os alunos (Morizot et al., 2015). Pode ser associada a frustração e, na sequência desta, ocorrerem comportamentos delinquentes (Burfeind et al., 2016), risco de problemas sociais na adolescência e criminalidade na idade adulta (Negreiros, 2008; Schoeneberher, 2011). São vários os autores que sugerem que a retenção e o abandono escolar estão relacionados com comportamentos violentos (De Vries et al., 2014) e comportamentos delinquentes (Henry, Knight, & Thornberry, 2012; Hoffman, Erikson, & Spence, 2013; Nocentini, Calamai, & Menesini, 2012).

Não corroborando os dados obtidos pela grande maioria dos autores consultados, Felson e Staff (2006) referem que não há associação entre estes dois constructos. Sugerem que, esta relação deve ser considerada entre o insucesso escolar e o autocontrolo por, ser este último, que regula as emoções. Porém, devemos sublinhar que as características das relações estabelecidas no passado, no seio familiar, podem interferir nas estratégias para

lidar com as pressões a que os jovens serão submetidos no futuro. Estas, para alguns autores, estão ligadas com frequência à adaptação ao meio escolar e ao abandono deste, sendo considerado um sintoma de dificuldade de adaptação social. Este caso deve ser encarado como um problema individual relevante, gerador de perturbações do comportamento (Janosz et al., 2000).

A PC é frequentemente diagnosticada em crianças e jovens, particularmente nos rapazes (Frick, 1998). Para alguns autores, a PC apresenta-se com frequência ligada ao início precoce da delinquência juvenil (Bordin et al., 2000). Diversos estudos (e.g., Sevecke & Kosson, 2010) referem a existência de uma ligação retrospectiva entre psicopatia no adulto e perturbações do comportamento na infância, início precoce de comportamentos antissociais, violência crónica, delitos diversificados e impulsividade. Myers, Burket, e Harris (1995) analisaram a relação entre psicopatia e certas formas de psicopatologia em adolescentes hospitalizados. Estes autores encontraram correlações positivas e estatisticamente significativas entre a psicopatia e a PC e os comportamentos antissociais. Para (Bordin et al., 2000) a PC está com frequência ligada ao início precoce da delinquência juvenil.

Considerando que, a PC pode ser um precursor da PAP na idade adulta (APA, 2014; Bordin et al., 2000; Hutchings et al., 2006) e, esta, pode estar relacionada com delinquência juvenil e mais tarde com a prática de atividade criminal severa e crónica (Loeber & Farrington, 1998), surgiu um forte consenso relativamente à necessidade de prevenção e intervenção precoce nos jovens com problemas de comportamento e jovens ofensores com um padrão antissocial de comportamento (Loeber et al., 1998; Rijo et al., 2017). Para tal, deve recorrer-se a metodologias fiáveis para a identificação daqueles que já têm ou estão em risco de desenvolver esta perturbação e evitar a sua forma severa e crónica (Lewinsohn et al., 2000).

A avaliação da PC foi geralmente realizada com recurso a questionários ou entrevistas dirigidas a pais, professores, entre outros, sendo que, um dos instrumentos mais utilizados é o *Child Behavior Checklist* (CBCL; Achenbach, 1991). Foi assumido por alguns autores que a informação dos adultos é essencial na recolha de dados sobre a PC. Porém, a delinquência autorrelatada foi capaz de prever significativamente a delinquência futura (Farrington, 1989) e foi encontrada uma forte concordância entre o relato dos pais e dos adolescentes, relativamente às informações recolhidas no diagnóstico de PC, num estudo longitudinal com adolescentes da comunidade (Cantwell et al., 1997). Assim sendo, é sugerido por outros autores que a informação dos pais pode não ser

fundamental em todas as situações. Por tal, os questionários de autorrelato podem ser, com segurança, mais utilizados pelos investigadores que se dedicam a esta temática (Lewinsohn et al., 2000).

Seguidamente abordamos os construtos da impulsividade e do autocontrolo pela relevância destes construtos nas temáticas abordadas na presente tese. Quando os jovens apresentam níveis elevados de impulsividade, verifica-se um aumento do risco de ocorrerem comportamentos de delinquência severa e persistente e, de estes, se prolongarem pela idade adulta. A impulsividade interfere diretamente na capacidade de controlar os comportamentos e na previsão das consequências dos mesmos. O autocontrolo permite ao indivíduo alterar ou anular respostas e apresentar alternativas mais eficazes, como por exemplo, adiar a gratificação imediata e extinguir ou controlar comportamentos indesejáveis socialmente.

1.6. Impulsividade e autocontrolo

Impulsividade

Pela sua importância como traço de personalidade, a impulsividade é um construto a considerar em contextos diversos (e.g., clínico, educacional, forense, investigação) (Stanford et al., 2009). Esta, pode ser definida como uma tendência do indivíduo para reagir de forma não planeada aos estímulos aos quais é submetido, não tendo em consideração as consequências do seu comportamento (Moeller et al., 2001). Podemos também defini-la como a incapacidade de inibição ou de adiar a gratificação. O indivíduo apresenta tendência para envolver-se de imediato nas situações das quais pretende, rapidamente, obter recompensa (e.g., instrumental) sem ter em consideração que, podem ocorrer perdas ou mesmo a ausência da gratificação esperada (Zuckerman & Kuhlman, 2000).

Há evidências clínicas, educacionais e forenses que demonstram que, os jovens com níveis elevados de impulsividade, apresentam um risco aumentado de causarem danos não só a si próprios como também aos outros (Fossati et al., 2002; Moeller et al., 2001). Embora seja um construto multidimensional (Whiteside et al., 2001) podem, para alguns autores, identificar-se fatores comuns tais como: incapacidade para esperar,

tendência para agir sem pensar ou avaliar a situação, insensibilidade às consequências, incapacidade para inibir comportamentos indesejáveis e dificuldade em adiar a gratificação (e.g., Monterosso & Ainslie, 1999; Swann et al., 2002). Deve também considerar-se a impulsividade como uma componente relevante em perturbações diversas tais como a Perturbação de Hiperatividade/Défice de Atenção (Malloy-Diniz et al., 2007; Moeller et al., 2001; Whiteside et al., 2001), Perturbação Estado-Limite da Personalidade (*borderline*) (Critchfield, Levy, & Clarkin, 2004; Ferraz et al., 2009), perturbações relacionadas com o consumo de álcool e drogas (Kollins, 2003; Perry & Carroll, 2008), Perturbação do Controlo dos Impulsos (Petry, 2001; Whiteside et al., 2001) e parafilias (Whiteside et al., 2001). Algumas das características referidas estão relacionadas com a preferência por atividades com elevado grau de perigosidade, ausência de responsabilidade e insensibilidade à punição, sendo consistentes com um padrão de comportamento que pode ser designado por desinibição ou desafiante (Frick, 2004; Frick & Dantagna, 2005).

Em crianças e adolescentes a impulsividade tem sido relacionada por diversos autores com comportamentos problemáticos de externalização e internalização, como são o caso da hiperatividade, agressividade, dificuldades de aprendizagem, perturbações de ansiedade e depressivas, perturbação do comportamento e abuso de substâncias (Cataldo et al., 2005; Mathias, Marsh-Richard, & Dougherty, 2008; Ryan et al., 2013). Estudos longitudinais têm demonstrado que, a impulsividade, está associada ao desenvolvimento de comportamentos externalizantes (Barnown, Lucht, & Freyberger, 2005; Lynam et al., 2004) e ao aumento de comportamentos antissociais (López-Romero, Romero, & Andershed, 2015; Martorell et al., 2011). Esta, pode ser considerada como um preditor relevante de comportamentos de risco na adolescência (Binelli et al., 2015; Carvalho & Novo, 2014), tais como comportamentos sexuais de risco (Derefinko et al., 2014). Foram igualmente encontradas correlações significativas entre os domínios da impulsividade (falta de planeamento e procura de sensações) e o consumo de álcool (Ellingson et al., 2014). Para Sevecke e Kosson (2010) há evidências de uma ligação retrospectiva entre psicopatia e perturbação do comportamento na infância, tais como o início precoce de comportamentos antissociais, violência crónica, delitos diversos e impulsividade.

Desde há muito que diversos investigadores têm defendido que a impulsividade é uma característica importante do comportamento antissocial e psicopático e de maior predisposição para a passagem ao ato (Barratt & Patton, 1983; Cleckley, 1988; Eysenck, 1977; Hirschi, 2002). Estudos longitudinais têm demonstrado que, a impulsividade, está

associada ao aumento de comportamentos antissociais (López-Romero et al., 2015; Martorell et al., 2011). A impulsividade em adolescentes tem sido associada de forma significativa a uma maior diversidade e quantidade de crimes cometidos (e.g., Lynam, 1998). Os indivíduos que apresentam na infância predisposição para a impulsividade e fraco controlo inibitório, podem apresentar tendências criminais ao longo da vida (Pratt et al., 2000), havendo evidências que demonstram que, os jovens com níveis elevados de impulsividade apresentam um maior risco para provocarem danos não só a si próprios como também aos outros indivíduos (Fossati et al., 2002; Moeller et al., 2001).

Quando as crianças ou os jovens apresentam níveis elevados de impulsividade, verifica-se um aumento do risco de ocorrerem comportamentos antissociais e de delinquência severa e persistente, a longo prazo, porque interfere diretamente na capacidade de os indivíduos terem controlo sobre os seus comportamentos e de pensarem nas consequências futuras dos seus atos. Interfere também de forma indireta, porque os défices no controlo dos impulsos podem levar ao insucesso escolar que, por sua vez, promove a incapacidade futura de ter sucesso socioprofissional. Neste caso, os indivíduos procuram benefícios instrumentais a curto prazo, através do envolvimento em atividades antissociais e criminais (Moffitt, 1993). No mesmo sentido, é referido por White et al. (1994) que, a impulsividade e o baixo autocontrolo são preditores de delinquência, em especial de delinquência severa e persistente.

Os adolescentes que apresentam níveis elevados de impulsividade e fraco controlo inibitório têm maior probabilidade de serem indivíduos, em que, a delinquência ocorreu precocemente (Carroll et al., 2006; Wallace, Newman, & Bachorowski, 1991). Alguns autores referem que a impulsividade, a hiperactividade, o comportamento antissocial e a psicopatia, entre outros, são aspetos de um síndrome de desinibição caracterizado por um padrão de respostas essencialmente determinado pela necessidade de gratificação imediata e não por gratificações prospetivas. Estes autores sugeriram ainda que a incapacidade de adiar a gratificação, observada nos psicopatas, pode dever-se a défices nas respostas associadas a níveis mais elevados de impulsividade.

Pode verificar-se em estudos anteriores que, a impulsividade, é uma construção multifacetada (Whiteside et al., 2001). A incapacidade de pensar antes de agir e a busca de sensações, demonstram forte relação com o comportamento antissocial (Lynam et al., 2004), sendo que, uma das conceções de impulsividade mais utilizadas é a tendência para não pensar antes de agir (Whiteside et al., 2001). Para Jones e Lynam (2008) os indivíduos que se encontravam em situação de risco podem demonstrar níveis mais elevados de

problemas de hiperatividade e déficit de atenção, delinquência, comportamentos antissociais, menores níveis de culpabilidade, baixa supervisão parental e falta de motivação para a aprendizagem escolar. Estes autores referem ainda que, existe uma forte relação entre a impulsividade e a falta de suporte parental.

Luengo et al. (1994) analisaram longitudinalmente a relação entre impulsividade e comportamento antissocial numa amostra de adolescentes não-institucionalizados, considerando a natureza multidimensional da impulsividade e a diversidade dos comportamentos antissociais. Os autores concluíram que, as medidas de impulsividade, estavam fortemente correlacionadas com os comportamentos antissociais e, também, com o aumento desses comportamentos no futuro. Lynam (1998) atribuiu especial relevância à impulsividade quando aplicou o constructo da psicopatia a crianças e adolescentes. Para este autor, as crianças que apresentavam uma combinação de impulsividade, hiperactividade, déficit de atenção e perturbação do comportamento, teriam uma variante particularmente severa de perturbação do comportamento. Para Leistico et al. (2008) as crianças, nas quais é verificada uma combinação de níveis elevados de impulsividade e de perturbação do comportamento, apresentam muitas características atribuídas aos psicopatas adultos. Christian et al. (1997) identificaram um subgrupo de crianças que acreditaram ter características psicopáticas. Com recurso a uma amostra clínica de 120 crianças, avaliaram traços calosos/não-emocionais, impulsividade e perturbações do comportamento/oposição. As crianças que apresentaram pontuações elevadas de impulsividade e nas restantes duas áreas ($n = 11$) foram classificadas como apresentando comportamento do tipo psicopático. Estas demonstraram comportamentos agressivos, destrutivos e de desafio relativamente às figuras de autoridade.

Vitacco et al. (2002) avaliaram as contribuições da impulsividade e dos traços calosos/não-emocionais na avaliação de adolescentes do sexo masculino detidos em centro de detenção juvenil. Os resultados indicaram que, os jovens que obtiveram pontuações mais altas em impulsividade e em traços calosos/não-emocionais, passaram mais dias detidos, tinham mais comportamentos antissociais, mais sintomas psicopatológicos e piores ligações sociofamiliares. Vincent et al. (2003) concluíram no seu estudo que, a impulsividade, apresentou uma associação forte e retrospectiva com os comportamentos antissociais severos, mas não prospetiva. Para estes autores, a dimensão comportamental, considerando apenas a impulsividade e os comportamentos disruptivos, não eram suficientes para identificar os ofensores severos e persistentes. Para tal, deve usar-se uma combinação de três dimensões (comportamental, afetiva e interpessoal) na

classificação deste subgrupo de indivíduos que apresentam comportamentos antissociais severos e persistentes. Carroll et al. (2006) estudaram as diferenças nos níveis de impulsividade entre adolescentes com início precoce de delinquência (idade menor ou igual a 12 anos), adolescentes com início tardio de delinquência (idade superior ou igual a 13 anos) e adolescentes não delinquentes. Os resultados obtidos sugeriram que, os adolescentes que apresentaram pontuações elevadas de impulsividade, tempo cognitivo rápido e fraco controlo inibitório, tinham maior probabilidade de serem adolescentes com início precoce de comportamentos delinquentes.

Autocontrolo

Tendo em consideração a associação com os comportamentos desviantes, o autocontrolo tem despertado grande interesse no seio da comunidade de investigadores, após terem constatado a sua relevância em áreas diversas do conhecimento (e.g., psicologia, criminologia, educação, sociologia, antropologia, ciências médicas, neurociências, economia, direito) (Audiffren & André, 2015; DeLisi, 2013; Flexon et al., 2016; Gouveia et al., 2013; Hay & Meldrum, 2015; Vazsonyi, Mikuška, & Kelley 2017). Estudos efetuados em diversos países (e.g., Holanda, Hungria, Áustria, Suíça, Bélgica, EUA) têm demonstrado associações entre o autocontrolo e formas diversas de comportamento antissocial (e.g., Hirtenlehner, Pauwels, & Mesko, 2015; Olate et al., 2015; Sacarellos et al., 2016; Wright et al., 2017) sendo estes dados corroborados por estudos efetuados com recurso a amostras multinacionais (e.g., Botchkovar et al., 2015).

Embora não havendo consenso relativamente à definição do conceito de autocontrolo, este construto, para muitos autores, refere-se à capacidade dos indivíduos para alterar as suas respostas dominantes aos estímulos do meio, colocando-as em linha com os padrões de pensamento, valores morais e expectativas da sociedade onde estão inseridos, servindo de suporte aos objetivos que pretendem atingir. O autocontrolo permite alterar ou anular respostas, tornando possível a apresentação de alternativas mais eficazes e regular o comportamento, o pensamento, as emoções (Baumeister, Vohs, & Tice, 2007; Fonseca, 2015; Hay & Meldrum, 2015; Walters, 2016) e a aquisição de competências tais como: adiar a gratificação imediata, planificação a longo prazo, desistir de estratégias inadequadas, tomar decisões de forma ponderada, planear comportamentos antes de entrar em ação (Steinberg et al., 2009; Tangney et al., 2004) e extinguir ou

controlar tendências comportamentais indesejáveis socialmente como é o caso da impulsividade.

Assim sendo, o autocontrole tem sido positivamente associado ao bem-estar biopsicossocial (e.g., autoestima) e ao sucesso dos indivíduos em áreas diversas (e.g., acadêmico, profissional) (DeLisi, 2013; Flexon et al., 2016; Moffitt et al., 2011; Ridder et al., 2012; Tangney et al., 2004). O baixo autocontrole tem sido negativamente associado a comportamentos tais como a impulsividade, criminalidade, violência, abuso de álcool e drogas, tabagismo, comportamentos sexuais de risco, perturbações alimentares (Baumeister et al., 2007; DeLisi, 2013; Duckworth, Quinn, & TsuKayama, 2012; Flexon et al., 2016; Gottfredson et al., 1990; Gouveia et al., 2013; Hofer, Busch, & Kärtner, 2011; Moffitt et al., 2011; Ridder et al., 2012; Tangney et al., 2004; Vazsonyi et al., 2017). São muitos os autores que, nos seus estudos, referem diferenças entre os sexos relativamente ao autocontrole. Este desenvolve-se e manifesta-se de forma diferenciada entre eles (Chui & Chan, 2016; Flexon, Meldrum, & Piquero, 2016; Higgins & Tewksbury, 2006; Shekarkhar & Gibson, 2011; Shulman et al., 2015). Os indivíduos do sexo feminino desenvolvem um autocontrole mais forte quando comparado com os indivíduos do sexo masculino, sendo que, a influência deste no comportamento mantém-se constante em ambos os sexos (Botchkovar et al., 2015).

O baixo autocontrole e a impulsividade são conceitos distintos. A impulsividade refere-se à tendência ou propensão para o desempenho de determinados comportamentos (Pechorro et al., 2018c), sendo que, o comportamento autocontrolado e o comportamento impulsivo são oponentes, embora ambos intervenham e contribuam na tomada de decisão dos indivíduos (Paschke et al., 2016). Num estudo com jovens universitários concluiu-se que, o baixo autocontrole, estava associado a estratégias de *coping* inadequadas que, posteriormente, estavam na origem de problemas de saúde física ou mental (Boals, VanDelle, & Banks, 2011; Meehan et al., 2013). Os indivíduos com forte autocontrole apresentam menor número de problemas de saúde mental, maior autoestima e um desenvolvimento dentro da normalidade ao longo do seu percurso de vida (Fonseca, 2015; Moffitt et al., 2011; Tangney et al., 2004). Para Gottfredson et al. (1990) este construto é um fator de risco considerado estável para a ocorrência de comportamentos criminais independentemente de raça, sexo, fases do desenvolvimento entre outras características individuais.

São diversos os estudos que demonstram que o autocontrole está fortemente correlacionado com o comportamento criminal e desviante (Gouveia et al., 2013; Pratt et

al., 2000; Ridder et al., 2012; Vazsonyi et al., 2017), sendo um dos preditores mais fortes da atividade criminal (Pratt et al., 2000). Gottfredson et al. (1990) referem que, os indivíduos que se envolvem em atividades criminais e que nelas persistem, possuem baixo autocontrole. Estes dados são corroborados por outros autores (e.g., Fonseca 2015; Venables et al., 2018). Para Duckworth et al. (2012) o autocontrole da criança é o melhor preditor da forma de adaptação social na idade adulta do que outros (e.g., inteligência, nível socioeconómico). Tangney et al. (2004) referem que, os indivíduos com elevado autocontrole têm maior capacidade de controlar os impulsos e de terem maior capacidade de adaptação às exigências do meio. Referem ainda que, os indivíduos que apresentam baixo autocontrole, apresentam igualmente um risco mais elevado de delinquência, consumo de drogas e dificuldade nos relacionamentos interpessoais.

Gottfredson et al. (1990) concebem o autocontrole como um traço relativamente estável ao longo da vida, mais ou menos desenvolvido consoante os indivíduos que funciona como uma barreira entre estes e os benefícios obtidos através do crime. Um baixo autocontrole, verificado precocemente no percurso de desenvolvimento do indivíduo, como consequência de estratégias educativas inadequadas por parte das figuras parentais, aumenta a probabilidade dos comportamentos antissociais surgirem precocemente e, destes, serem estáveis no tempo. Esta característica pode estar relacionada com comportamentos impulsivos, início precoce da atividade criminal e delinquência severa e crónica.

A Teoria Geral do Crime (GTC) de Gottfredson et al. (1990) é uma das teorias mais testada e debatida no seio do grupo de investigadores que se interessam pela área criminal (Mayone & Arneklev, 2015). Esta tem inspirado, desde a sua conceção, um grande número de investigações que estudaram a relação entre o baixo autocontrole e a criminalidade (Engel, 2012; Pratt et al., 2000). A GTC defende que, a tendência do indivíduo para cometer um crime, resulta do seu baixo autocontrole combinado com a oportunidade para tal, embora o elemento mais importante seja o baixo autocontrole. Os autores referem também que, a relação com grupos de pares desviantes é consequência do baixo autocontrole (Delisi, Hochstetler, & Murphy, 2003; Gottfredson et al., 1990). À semelhança do que acontece com outras características da personalidade, estes traços estão presentes em maior ou menor grau na população geral. Assim sendo, o baixo autocontrole pode ser neutralizado pelo meio ou pelas características individuais, designadas por fatores de proteção (Arneklev, Elis, & Medlicott, 2006). Embora não afastando a influência da hereditariedade, os autores da GTC atribuem a origem do baixo

autocontrole principalmente às práticas ineficazes da educação parental em idade precoce (e.g., ausência de disciplina, falta de supervisão parental, exposição a modelos parentais desviantes, ausência de punição do comportamento), e, por consequência, os indivíduos correm maiores riscos de desenvolverem comportamentos antissociais ou de se envolverem em atividades criminais (Delisi et al., 2003; Gottfredson et al., 1990; Higgins, 2007). Quando os comportamentos indesejáveis da criança são verificados, reconhecidos e punidos de forma adequada, sem recurso a violência física, por parte dos seus cuidadores primários, a criança adquire competências tais como: autonomia, retardar a gratificação, tornar-se mais sensível aos interesses das outras pessoas, aceitação das restrições durante o desempenho de uma atividade. Se os cuidadores primários seguirem esta linha de ação, as probabilidades de utilização de violência por parte dos jovens são menores, quando estão em causa objetivos que estes pretendem atingir (Gottfredson et al., 1990). Porém, Jo e Armstrong (2018) defendem que, os fatores que influenciam o desenvolvimento do autocontrole vão muito para além dos modelos de práticas educativas parentais. Para estes autores, o grupo de pares, a escola e a comunidade, influenciam significativamente o autocontrole, fornecendo importantes contributos para a compreensão do desenvolvimento deste construto. Para outros autores, a maioria das evidências empíricas têm fornecido suporte às bases da GTC (Delisi et al., 2003; Gibbs, Giever, & Higgins, 2003; Higgins, 2007; Vazsonyi et al., 2017) revelando evidências de que, o baixo autocontrole, está associado à maior probabilidade de cometer crimes, independentemente das oportunidades do meio (Venables et al., 2018).

Para Fonseca (2008) há uma redução significativa do baixo autocontrole com a idade. Este autor sugere que, ao contrário do que defendem Gottfredson et al. (1990), existem alterações relevantes no autocontrole que ocorrem muito depois do final da infância. Assim sendo, não existe estabilidade absoluta neste padrão de comportamento, pelo menos até ao fim da terceira década de vida. Logo, há a possibilidade de se intervir com sucesso muito para além da infância, tendo por objetivo fortalecer o autocontrole dos indivíduos e, desta forma, prevenir comportamentos antissociais ou de delinquência ou outras formas de desadaptação social (Fonseca, 2008, 2015). Devido à associação do baixo autocontrole na infância e no início da adolescência a uma grande diversidade de problemas de adaptação na vida adulta, vários investigadores têm alertado para a necessidade do desenvolvimento de programas de intervenção (e.g., psicoterapêuticos, psicossociais) para minimizar ou neutralizar este impacto.

Alguns autores sugerem o treino precoce do autocontrole, cujas intervenções deveriam iniciar-se na infância, e, posteriormente, ocorreria um reforço na adolescência. Estas devem ser baseadas na crença de que, quanto mais tarde ocorrer a intervenção mais dificilmente serão operadas transformações no comportamento dos jovens (Moffitt et al., 2011). Alguns estudos sugerem que, embora apresentando uma componente genética, o autocontrole é sensível à influência do meio e, por consequência, podem ocorrer transformações ao longo da vida (Fonseca, 2015). Um programa que tem gerado atenção crescente é o *Stop Now and Plan* (SNAP). Foi desenvolvido há cerca de 30 anos como um programa de intervenção para crianças com idade inferior a 12 anos que se encontravam em conflito com a Lei. O objetivo principal do SNAP, no presente, é ajudar as crianças a parar e a pensar antes de agir, ajudando-as a fazer as melhores escolhas num determinado momento, minimizando ou extinguindo os problemas apresentados, mantendo-as na escola. Este programa promove o treino de habilidades de autocontrole, regulação das emoções e resolução de problemas. Este programa é dirigido não só às crianças com problemas comportamentais como também aos seus pais, no sentido de, estes, fazerem as melhores escolhas num determinado momento e interromperem padrões de comportamento negativos, substituindo-os por opções positivas (Baglivio et al., 2017). Algumas investigações empíricas sobre o SNAP referem resultados muito positivos relativamente à delinquência, comportamentos desviantes e violência (Burke & Loeber, 2015).

Impulsividade versus autocontrole

A impulsividade pode ser definida como a tendência do indivíduo para reagir de forma não planeada aos estímulos do meio, não considerando as consequências do seu comportamento (Moeller et al., 2001). Outros autores referem-se à impulsividade como a incapacidade para inibir ou adiar a gratificação. Neste caso os indivíduos envolvem-se em situações das quais pretendem obter recompensa imediata sem ter em consideração que podem ocorrer perdas ou danos ou mesmo a ausência da gratificação esperada (Zuckerman & Kuhlman, 2000). Whiteside et al. (2001) referem que, uma das definições de impulsividade mais utilizada está relacionada com a tendência dos indivíduos para não pensarem antes de agir. Estes apresentam tendência para agir sem pensar, avaliar corretamente as situações, insensibilidade às consequências, incapacidade para inibir

comportamentos indesejáveis e dificuldade em adiar a gratificação (e.g., Monterosso & Ainslie, 1999; Swann et al., 2002).

Os jovens com níveis elevados de impulsividade apresentam um risco aumentado para provocar danos não só a si próprios como também a outras pessoas (Fossati et al., 2002; Moeller et al., 2001). A incapacidade de pensar antes de agir e a busca de sensações, apresentam forte relação com os comportamentos antissociais (Lynam et al., 2004). A longo prazo, quando as crianças ou os jovens apresentam níveis elevados de impulsividade, verifica-se um aumento do risco de ocorrerem comportamentos antissociais e de delinquência severa e persistente porque interfere diretamente na capacidade de os indivíduos terem controlo sobre os seus comportamentos e de pensarem nas consequências futuras dos seus atos. Os níveis elevados de impulsividade têm também influência indireta no percurso de vida dos jovens, uma vez que, a dificuldade em controlar os seus impulsos pode ter como consequência o insucesso escolar. Por sua vez, este, pode promover dificuldades futuras na obtenção de sucesso socioprofissional. Neste caso, os indivíduos podem ter tendência para procurar benefícios instrumentais a curto prazo, através do envolvimento em atividades antissociais e criminais (Moffitt, 1993).

O autocontrolo, embora sem consenso entre os investigadores sobre a melhor definição para este construto, muitos autores referem-se ao mesmo, como a capacidade que os indivíduos apresentam para alterar as suas respostas dominantes aos estímulos do meio, colocando-as em linha com os padrões de pensamento, valores e expectativas da sociedade onde estão inseridos. Assim sendo, o autocontrolo apresenta-se como um “pilar” fundamental para que os indivíduos consigam atingir os objetivos pretendidos. Utilizando este recurso podemos alterar ou anular respostas, tornando possível a apresentação de alternativas mais eficazes porque, este, permite regular o pensamento, as emoções e os comportamentos (Baumeister, Vohs, & Tice, 2007; Fonseca, 2015; Hay & Meldrum, 2015; Walters, 2016). O autocontrolo permite a aquisição de diversas competências (e.g., adiar a gratificação imediata, planificação a longo prazo, abandonar estratégias inadequadas, planear os comportamentos antes de entrar em ação) (Steinberg et al., 2009; Tangney et al., 2004). Considerando a impulsividade *versus* autocontrolo, este último, permite extinguir ou controlar tendências comportamentais indesejáveis socialmente como é o caso da impulsividade.

O autocontrolo tem sido por autores diversos associado positivamente ao bem-estar biopsicossocial e ao sucesso em áreas diversas (e.g., académico, profissional)

enquanto que, o baixo autocontrole, tem sido associado negativamente a comportamentos tais como, por exemplo, impulsividade, criminalidade, violência, consumo excessivo de álcool e drogas, tabagismo, comportamentos sexuais de risco (DeLisi, 2013; Flexon et al., 2016; Gouveia et al., 2013; Ridder et al., 2012; Vazsonyi et al., 2017). Num estudo com recurso a uma amostra de jovens universitários concluiu-se que, o baixo autocontrole estava associado a estratégias de *coping* inadequadas que, posteriormente, estavam na origem de problemas de saúde física ou mental (Boals, VanDelle, & Banks, 2011; Meehan et al., 2013). Os indivíduos com forte autocontrole apresentam menor número de problemas de saúde mental, maior autoestima e um desenvolvimento dentro da normalidade ao longo do seu percurso de vida (Fonseca, 2015; Moffit et al., 2011; Tangney et al., 2004). São diversos os estudos que demonstram que o baixo autocontrole está fortemente correlacionado com o comportamento criminal e desviante (Gouveia et al., 2013; Vazsonyi et al., 2017), sendo um dos preditores mais fortes da atividade criminal (Pratt et al., 2000). Já anteriormente Gottfredson et al. (1990) tinham referido que, os indivíduos que se envolviam em atividades criminais e que nelas persistiam, apresentavam baixo autocontrole, sendo estes dados corroborados posteriormente por outros autores (e.g., Fonseca 2015; Venables et al., 2018). Também Tangney et al. (2004) referem que, os indivíduos com elevado autocontrole têm maior capacidade de controlar os seus impulsos e de terem maior capacidade de adaptação às exigências do meio. Referem ainda que, os indivíduos que apresentam baixo autocontrole, apresentam igualmente um risco mais elevado de delinquência, consumo de drogas e dificuldade nos relacionamentos interpessoais.

Devemos salientar que o baixo autocontrole e a impulsividade são conceitos distintos. Enquanto que, e, de forma sumária, a impulsividade está relacionada com a tendência dos indivíduos para apresentar comportamentos não planeados como resposta aos estímulos do meio, sem considerarem as consequências dos mesmos (Moeller et al., 2001; Pechorro et al., 2018c), a incapacidade para inibir ou adiar a gratificação imediata, sem ter em consideração que podem ocorrer danos ou mesmo a ausência da gratificação esperada (Zuckerman & Kuhlman, 2000) ou ainda com a tendência para não pensar antes de agir (Whiteside et al., 2001), o baixo autocontrole impede que o indivíduo tenha capacidade para alterar as suas respostas dominantes aos estímulos do meio, colocando-as em linha com os padrões de pensamento, valores e expectativas da sociedade. O baixo autocontrole não permite alterar ou anular respostas, tornando possível a apresentação de alternativas mais eficazes e regular o pensamento, as emoções e os comportamentos

(Baumeister, Vohs, & Tice, 2007; Fonseca, 2015; Hay & Meldrum, 2015; Walters, 2016). O baixo autocontrole impede a aquisição de competências tais como, por exemplo, a planificação a longo prazo, planear comportamentos antes de entrar em ação, adiar a gratificação imediata (Steinberg et al., 2009; Tangney et al., 2004) e extinguir ou controlar comportamentos indesejáveis socialmente como é o caso da impulsividade (DeLisi, 2013; Flexon et al., 2016; Vazsonyi et al., 2017).

Seguidamente apresentamos a Tríade Negra, composta por três traços de personalidade distintos (maquiavelismo, narcisismo e psicopatia). Esta é considerada relevante para a compreensão do desenvolvimento de características indesejáveis nos indivíduos, observadas frequentemente nos jovens que apresentam comportamentos delinquentes, com consequências graves para as vítimas em particular e para a sociedade em geral.

1.7. Tríade negra

Os traços aversivos da personalidade, como um conjunto coeso de fatores, só recentemente despertaram interesse nos investigadores (Furnham et al., 2013; Lyons, 2019). A Tríade Negra (TN) (maquiavelismo, narcisismo e psicopatia) definida como um conjunto de três traços de personalidade distintos (Jakobwitz et al., 2006; Jones & Figueredo, 2013; Jones et al., 2014; Paulhus et al., 2002; Petrides et al., 2011; Wilson, Near, & Miller, 1996) são aqueles que maior atenção têm recebido depois de concebidos por Paulhus et al. (2002).

O maquiavelismo é caracterizado pela manipulação e exploração do outro, tendo por objetivo obter benefícios diversos para o próprio (Gonçalves et al., 2014; Jakobwitz et al., 2006; Paulhus et al., 2002; Wilson et al., 1996). Os traços de maquiavelismo, em geral, implicam manipulação e falta de empatia relativamente aos outros. Estas características também se encontram presentes nos indivíduos que apresentam traços de psicopatia (Jonason et al., 2010; Skeem & Cooke, 2010). O maquiavelismo é, destes três construtos, o único que não é considerado uma perturbação formal da personalidade (Gonçalves et al., 2014; Jakobwitz et al., 2006). O maquiavelismo distingue-se por utilizar estratégias flexíveis de resposta que, vão desde o abandono à cooperação em

contextos diversos, tendo por objetivo final a obtenção de benefícios instrumentais e sociais (Kowalski et al., 2018).

O narcisismo é caracterizado pela grandiosidade (Furnham et al., 2014; Holtzman & Strube, 2010; Jakobwitz et al., 2006; Morf & Rhodewalt, 2001; Paulhus et al., 2002), egoísmo, ausência de empatia (Paulhus et al., 2002), necessidade de dominar e crença de superioridade (Furnham et al., 2014; Jakobwitz et al., 2006). Estes indivíduos têm desejo de ter sucesso e necessidade de admiração tão intensos que usam todos os meios necessários para atingir os seus objetivos, mesmo que, estes, incluam condutas deliberadamente antissociais, tais como manipular e mentir (Filho, Teixeira, & Dias, 2012). Ao acreditarem na sua superioridade esperam ser reconhecidos pelos outros como tal. Porém, a sua realidade interna revela baixa autoestima, causando esta necessidade de atenção, admiração constante e procura do elogio de forma recorrente, muitas vezes com recurso à sedução. Como é referido pela APA (2014), a característica essencial da Perturbação Narcísica da Personalidade “consiste num padrão invasivo de grandiosidade, necessidade de admiração e ausência de empatia” (p. 800).

A psicopatia pode ser concebida como um síndrome clínico, de início precoce e que se prolonga ao longo da vida. Este é composto por um conjunto de traços a nível afetivo, relacional, comportamental e tendência para determinados estilos de vida (Hare, 2003). Para alguns autores, os psicopatas podem ser definidos como indivíduos que apresentam comportamentos antissociais severos, persistentes e violentos, cuja sua motivação é a obtenção de benefícios instrumentais e/ou sociais e vingança (Pechorro et al., 2014c; Vasey et al., 2005). Esta é uma abordagem categorial, uma vez que, estes indivíduos são apresentados como uma categoria diferenciada dos restantes, ou seja, psicopatas *versus* não psicopatas (Pechorro, 2019). Porém, é importante diferenciar o termo psicopatia do termo traços psicopáticos (Andershed, 2010; Cooke et al., 2006; Hare, 2003). Os traços psicopáticos podem ser definidos como um conjunto de sintomas e comportamentos que constituem o síndrome da psicopatia (Frick et al., 2003; Pechorro, 2013). Esta é uma abordagem dimensional (Pechorro, 2019). A Psicopatia é caracterizada por insensibilidade emocional, ausência de empatia e culpabilidade, impulsividade e comportamentos antissociais (Paulhus et al., 2002). A psicopatia tem sido considerada fator de risco para a delinquência juvenil e reincidência de crimes violentos (Hare, 2006). Pela relevância da relação do construto da psicopatia com os construtos abordados na presente tese, será, este, adiante melhor explanado (ver 1.3. Psicopatia e traços psicopáticos, p. 46).

Os indivíduos com traços de TN estabelecem relações interpessoais disfuncionais onde ocorrem insensibilidade emocional, falta de empatia (Jones & Paulhus, 2011; Lyons, 2019), manipulação (Jones et al., 2013; Jones et al., 2011; Jones et al., 2014; Lee & Ashton, 2005, 2014; Lyons, 2019; O’Boyle et al., 2012; Paulhus et al., 2002), grandiosidade (Jones et al., 2013; Lee et al., 2005), falta de honestidade e humildade (Book, Visser, & Volk, 2015), comportamentos agressivos (Jones et al., 2014; Paulhus et al., 2002) e desprezo pelas normas sociais, associado a danos significativos ou à exploração dos outros (Furnham et al., 2013; Jones et al., 2013; Lee et al., 2005, 2014; Lyons, 2019; O’Boyle et al., 2012; Paulhus et al., 2002). Assim sendo, a TN pode ser considerada relevante para a compreensão do desenvolvimento de características indesejáveis e nefastas para a sociedade, observadas com frequência em jovens e adultos com comportamentos delinquentes e antissociais (Lyons & Jonason, 2015).

Alguns autores sugerem o possível papel adaptativo dos traços de maquiavelismo, narcisismo e psicopatia. Nessa perspectiva é referido que, embora estes traços de personalidade sejam indesejáveis nas culturas que dependem da cooperação entre os indivíduos, a sua presença e permanência na espécie humana podem ter ajudado a resolver alguns problemas ao longo da sua evolução (Glenn, Kurzban, & Raine, 2011). Estas características podem ter trazido vantagens no passado em situações de competição com outros indivíduos pelos mesmos benefícios instrumentais (Filho et al., 2012; Jonason et al., 2010) e sexuais (Filho et al., 2012; Jonason et al., 2009). Embora as características da TN sejam consideradas no presente socialmente indesejáveis, a competitividade no seio do “mundo do trabalho”, pode estar a potenciar o aumento do número de indivíduos com traços de TN em organizações diversas nos EUA, Europa Ocidental e Austrália (Jonason, Slomski, & Partyka, 2012; Kiazad et al., 2010; O’Boyle et al., 2012). Porém, alguns autores referem que, no presente, os traços de personalidade da TN podem ter características positivas e contribuir de forma benéfica para a sociedade, em determinadas situações específicas (e.g., líderes mais eficazes, salvamentos de pessoas em situações adversas transformando-se em “heróis”) (Patton, Smith, & Lilienfeld, 2018; Smith et al., 2018).

Há evidências de que, os traços de personalidade da TN podem ter relevância na etiologia de comportamentos violentos e/ou antissociais (Baughman et al., 2012; Book et al., 2015; James et al., 2014; Pailing, Boon, & Egan, 2014; Porter et al., 2013). Alguns autores verificaram a presença de traços de TN em adolescentes e jovens adultos que foram responsabilizados por crimes violentos nos EUA e na Europa (Muris, Meesters, &

Timmermans, 2013). Num estudo cuja amostra foi composta por 615 participantes adolescentes franceses, os autores referem que, há evidências significativas de que, os traços de personalidade de narcisismo e de maquiavelismo não contribuiriam de forma independente para a ocorrência de comportamentos delinquentes. Porém, os traços psicopáticos de insensibilidade e sadismo foram descritos como sendo preditores independentes de comportamentos delinquentes entre os adolescentes do sexo masculino (Chabrol et al., 2009).

Alguns estudos concluíram que há associações significativas entre os três construtos da TN, altas pontuações de agressão e baixas pontuações de empatia (Douglas, Bore, & Munro, 2012; Jonason & Webster, 2012; Munro, Bore, & Powis, 2005). É também referido por outros autores a existência de uma correlação positiva entre as pontuações de escalas de medida dos traços de personalidade da TN e a PAP (Jonason et al., 2010). As características mais comuns da TN, descritas em estudos diversos, indicam que os três traços de personalidade que a compõem apresentam características em comuns tais como: egoísmo, individualismo exacerbado, competitividade, impulsividade, baixo autocontrole, grandiosidade, manipulação e ausência de empatia e culpabilidade (e.g., Crysel, Crosier, & Webster, 2013; Jonason et al., 2010; Jonason & Tost, 2010). Porém, podem ocorrer no maquiavelismo e no narcisismo pontuações mais elevadas relativamente à empatia quando comparadas às da psicopatia (Miller et al., 2010; Rauthmann, 2012). É referido por James et al. (2014) a presença de uma correlação de sentido positivo e intensidade forte entre as pontuações dos traços da TN e as pontuações de interesses sensacionais (e.g., violência, armas, crimes), sendo estes últimos considerados preditores de comportamentos criminais.

Embora estes construtos possam ser medidos separadamente, foram propostos instrumentos que integram os três construtos numa escala apenas, como são o caso do *Short Dark Triad* (SD-3; Jones et al., 2014) de 27 itens e o *Dark Triad Dirty Dozen* (DTDD; Jonason et al., 2010) de 12 itens com validação para o nosso País (DD; Pechorro et al., 2019b). Este último, sendo uma medida breve tem mais vantagens para a investigação quando são utilizados outros instrumentos de avaliação e a amostra for constituída por crianças e jovens. As correlações entre o maquiavelismo, narcisismo e psicopatia, apresentadas por alguns autores, têm sido em geral positivas, variando de .26 a .70 (e.g., Jakobwitz et al., 2006; Williams, Nathanson, & Paulhus, 2010) o que, tem tornado possível a sua soma para obter resultados de traços de TN. Estes, por sua vez, têm apresentado correlações positivas com individualismo, competitividade (Jonason et

al., 2010), dominância social, ameaça a outros grupos sociais e preconceito (Hodson, Hogg, & MacInnis, 2009).

Tendo por base a revisão de literatura efetuada foram definidos os objetivos e as hipóteses de investigação para a presente tese de doutoramento que seguidamente apresentamos.

1.8. Objetivos e hipóteses de investigação

Após a revisão de literatura por nós efetuada para o desenvolvimento da presente tese, concluímos que, os construtos da TN, delinquência, trauma, perturbação do comportamento e impulsividade, tal como se manifestam nos adolescentes, em especial nos jovens delinquentes internados nos CE da DGRSP, devem ser melhor estudados. Embora tenha ocorrido um crescente interesse pela investigação, com recurso a amostras forenses, deve a mesma continuar no nosso país, porque, os estudos empíricos com recurso a amostras com estas características continuam a ser escassos, destacando-se entre estes, os que utilizam amostras de jovens delinquentes que se encontram a cumprir medidas tutelares educativas nos CE da DGRSP ou detidos em Estabelecimentos Prisionais (Costa et al., 2017; Pechorro, 2019).

Pensamos também ser relevante a validação de instrumentos de avaliação em jovens portugueses em contexto forense e escolar, para, desta forma, garantir que as propriedades psicométricas (e.g., validade de construto, fiabilidade) são adequadas (Simões, Almeida, & Gonçalves, 2017). Como referem alguns autores, antes da aplicação de um instrumento de avaliação deve verificar-se se a medida que vai ser aplicada está validada para um determinado grupo de pessoas com características idênticas (e.g., idade, sexo, escolaridade) e contexto (e.g., forense, clínico, escolar), para garantir a eficácia da sua aplicabilidade específica. Quando se verifica a utilização de um instrumento inadequado, não podem, com confiança, produzir-se inferências psicométricas (Leite, 2011; Nunes, 2011). Após a avaliação efetuada, produzir respostas a uma ou mais perguntas colocadas pelos investigadores (Campos, 2017), esta pode facilitar a planificação de intervenções mais eficazes relativamente a uma determinada população-alvo. Considerando os resultados obtidos é possível tomar decisões sobre as melhores estratégias de intervenção disponíveis no momento (Nunes, 2011).

Após a revisão de literatura efetuada para a presente tese, concluímos que, a relação da TN com a delinquência juvenil, PC, trauma e impulsividade, aplicada a jovens de ambos os sexos em contexto forense e escolar, não tem sido muito investigada a nível internacional e, no nosso País, não foram por nós encontrados estudos com estas características. Assim sendo, na presente tese destacamos: a aplicação destes constructos em jovens portugueses em contexto forense e escolar; a validação de medidas breves de avaliação do trauma e de perturbação do comportamento; as relações entre a exposição a EPT, o desenvolvimento de PTSD e os traços patológicos de personalidade que são complexas, e, por tal, devem ser sujeitas a mais análises para uma melhor clarificação (Axelrod, Morgan, & Southwick, 2005; Miller, 2004).

A presente investigação pode ser definida como transversal, quantitativo e não-experimental (Bachman & Schutt, 2014; Gliner, Morgan, & Leech, 2017). Num estudo transversal, os dados são recolhidos num único momento de observação (Collis & Hussey, 2005; Gliner et al., 2017; Pais-Ribeiro, 2010; Roesch, 2005). No presente estudo teve lugar um único momento de observação que correspondeu à recolha de dados com a aplicação dos questionários de autorrelato aos participantes (grupo masculino forense, grupo masculino escolar e grupo feminino escolar).

Numa investigação quantitativa são utilizados dados numéricos. Esta é caracterizada pela quantificação, tanto na modalidade de recolha dos dados como no tratamento destes por meio de técnicas estatísticas (Almeida & Freire, 2011; Richardson, 2007). O pressuposto é que, tudo, pode ser quantificável. Ao recorrermos a uma metodologia de investigação de natureza quantitativa, temos como objetivo a descrição rigorosa dos dados recolhidos e a análise das relações entre as variáveis que pretendemos estudar (Gil, 2008, 2010; Richardson, 2007).

Uma investigação não-experimental ocorre no seu contexto natural, sem manipulação das variáveis por parte do investigador (Andery, 2010; Cozby & Bates, 2018; Polit, Beck, & Hungler, 2004; Ruiz, 2006). A abordagem não-experimental é o tipo de investigação mais utilizado na área das Ciências Humanas (Andery, 2010). A limitação deste método reside na falta de controlo sobre outras variáveis que não as apresentadas no estudo. Este facto não ocorre nos estudos experimentais onde as variáveis são controladas pelo investigador. Porém, as investigações não-experimentais são úteis para, por exemplo, avaliar se há ou não relação entre duas ou mais variáveis em amostras de maior dimensão (Cozby et al., 2018).

Para atingir os objetivos a que nos propusemos foram efetuadas as validações de dois instrumentos de avaliação, a saber: Uma medida de trauma, o *Child Trauma Screen* (CTS; Lang et al., 2017); Uma medida de perturbação de comportamento, o *Conduct Disorder Screener* (CDS; Lewinsohn et al., 2000). A decisão de validação dos dois instrumentos acima referidos, ocorreu pela necessidade de utilização dos mesmos para o desenvolvimento da presente investigação, dada a escassez de medidas breves de trauma e perturbação do comportamento para adolescentes, validadas para a população portuguesa em contexto forense e escolar. A opção pela utilização de medidas breves está relacionada com as vantagens que estas apresentam em contexto de investigação e, em especial, quando os estudos recorrem a amostras com as características das utilizadas nos estudos que compõem a presente tese. Ao ser utilizada uma medida breve o tempo de resposta dos participantes é menor, logo, tem influência na motivação e na fadiga dos adolescentes que constituem os grupos de participantes da nossa amostra (grupo masculino forense, grupo masculino escolar e grupo feminino escolar). Outra vantagem está relacionada com a diminuição da probabilidade de ocorrerem itens omissos como consequência da fadiga apresentada pelos participantes (Rammstedt & Beierlein, 2014).

Considerando a realidade do nosso País, o objetivo principal da presente tese de doutoramento está relacionado com a análise das relações da TN com a delinquência juvenil, perturbação do comportamento, trauma e impulsividade, efetuando-se para tal, modelos de regressão lineares múltiplos. Foram adicionalmente analisados os traços de TN, impulsividade e PC nos grupos em estudo.

Seguidamente são apresentadas as temáticas específicas a estudar e as respetivas hipóteses de investigação, cujo enquadramento teórico resultou da revisão de literatura efetuada. A saber:

I - Validação preliminar da versão portuguesa do *Child Trauma Screen em adolescentes* (CTS; Lang et al., 2017), onde foram colocadas as hipóteses de que, a presente versão iria demonstrar: 1- Uma estrutura unifatorial do CTS Reações; 2 - Boa consistência interna medida pelo alfa de Cronbach; 3 – Validade divergente com medidas de motivação para a aprendizagem escolar e de autocontrolo; 4 - Validade de grupos conhecidos e, adicionalmente a esta, pretendemos analisar as correlações com outras medidas (traços triárquicos de psicopatia, traços de tríade negra, impulsividade,

delinquência juvenil, violência entre pares, perturbação do comportamento, sintomas de perturbação do comportamento, índice de gravidade do crime).

II - Propriedades psicométricas do *Conduct Disorder Screener* entre jovens portugueses em contexto forense e escolar (CDS; Lewinsohn et al., 2000), onde se colocaram as hipóteses de que, a presente versão iria demonstrar: 1) Estrutura fatorial unidimensional; 2) Adequada consistência interna medida por alfa de Cronbach e coeficiente Omega; 3) Adequada validade convergente com medidas de avaliação de traços psicopáticos, traços de tríade negra, impulsividade, delinquência juvenil, violência entre pares e validade divergente com medidas de motivação para a aprendizagem escolar e autocontrolo; 4) Adequada validade de critério (concorrente) com sintomas de perturbação do comportamento, índice de gravidade do crime, idade do primeiro problema com a lei; 5) Adequada validade de grupos conhecidos.

III – Tríade Negra: Associações com delinquência juvenil, perturbação do comportamento e trauma. A revisão de literatura efetuada permitiu-nos fazer o enquadramento teórico das seguintes hipóteses de investigação: 1) A variável psicopatia da TN é a que apresenta maior contribuição na associação com a delinquência juvenil; 2) A variável psicopatia da TN é a que apresenta maior contribuição na associação com a perturbação do comportamento; 3) A variável narcisismo da TN é a que apresenta maior contribuição na associação com o trauma.

IV - Tríade Negra na adolescência: Relação com impulsividade e perturbação do comportamento. Após a revisão de literatura efetuada para o presente artigo colocámos as seguintes hipóteses de investigação: 1) A variável psicopatia da TN é a que apresenta maior contribuição na predição da impulsividade; 2) A variável psicopatia da TN é a que apresenta maior contribuição na predição da PC. Adicionalmente a estas, pretendemos analisar os traços de TN, impulsividade e PC nos grupos em estudo.

Considerando os objetivos e as hipóteses de investigação colocadas na presente tese de doutoramento, foram produzidos quatro manuscritos que seguidamente são apresentados. O manuscrito II “Propriedades psicométricas do *Conduct Disorder Screener* entre jovens portugueses em contexto forense e escolar” e o manuscrito III “Dark Triad: Associations with juvenile delinquency, conduct disorder and trauma” são

apresentados conforme a versão submetida para publicação nas revistas *Psicologia Clínica e Análise Psicológica*, respetivamente. O manuscrito I “Validação preliminar da versão portuguesa do *Child Trauma Screen* em adolescentes” e o manuscrito IV “Tríade Negra na adolescência: Relação com impulsividade e perturbação do comportamento” são apresentados conforme a versão aceite para publicação, após efetuadas todas as alterações, na sequência das sugestões dos diversos revisores das respetivas revistas (*Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación - e Avaliação Psicológica e Psicologia, Saúde & Doenças*), incluindo quadros, tabelas e referências bibliográficas.

2. Manuscritos

2.1. Manuscrito I

Palma, V. H., Pechorro, P., Nunes, C., & Jesus, S. (2020). Validação preliminar da versão portuguesa do *Child Trauma Screen* em adolescentes. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación - e Avaliação Psicológica*, 56(3), 5-19. <https://doi.org/10.21865/RIDEP56.3.01>

**Validação Preliminar da Versão Portuguesa do *Child Trauma Screen* em
adolescentes**

**Preliminary Validation of the Portuguese Version of the *Child Trauma Screen* in
Adolescents**

*Mestre Victor Hugo Palma

Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs),
Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 FARO, Portugal. Tel:
962767239. E-mail: victorhugopalma@sapo.pt

PhD Pedro Pechorro

Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs), Campus
de Gambelas, 8005-139 FARO, Portugal. Tel: +351 289800100. E-mail:
ppechorro@gmail.com

PhD Cristina Nunes

Centro de Investigação em Psicologia (CIP), Professora Auxiliar da Universidade do
Algarve, Portugal. Campus de Gambelas Edifício 9. 8005-139 FARO, Portugal. Tel:
+351 289800900. E-mail: csnunes@ualg.pt

PhD Saúl Neves de Jesus

Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs), Professor
Catedrático da Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 FARO,
Portugal. Tel: 965053506. E-mail: snjesus@ualg.pt

*Autor principal encarregue da correspondência

Resumo

O trauma resultante do maltrato na infância pode ter impacto negativo e comprometer de forma relevante o desenvolvimento da criança, devendo ser entendido como um problema de saúde pública. Considerando a prevalência, as consequências na saúde mental da criança e o impacto na idade adulta, o *Child Trauma Screen* (CTS) vem preencher uma lacuna significativa na obtenção rápida de dados relevantes sobre o trauma em adolescentes. O objetivo do presente estudo consistiu na validação preliminar da versão portuguesa do CTS numa amostra de adolescentes portugueses de ambos os sexos em contexto escolar ($N = 470$; M idade = 15.89 anos; $DP = 1.00$ anos; amplitude = 14-18 anos). A escala demonstrou adequadas propriedades psicométricas, nomeadamente, em termos de estrutura fatorial, consistência interna por alfa de Cronbach, validade divergente e validade de grupos conhecidos, justificando-se a sua utilização em adolescentes portugueses.

Palavras-chave: Adolescência; *Child Trauma Screen*; Trauma; Validação

Abstract

The trauma resulting from exposure to childhood maltreatment can have a negative impact and significantly compromise its development and should at present be understood as a public health problem. Considering the prevalence, consequences on the mental health of the child and the impact on adulthood, CTS has filled a significant gap in the rapid collection of relevant trauma data in adolescents. The aim of the present study was the preliminary validation of the Portuguese version of the Child Trauma Screen (CTS) in a sample of Portuguese adolescents of both sexes in school contexts ($N = 470$; M age = 15.89 years; $SD = 1.00$ years; range = 14-18 years). The scale showed adequate psychometric properties, namely in terms of factorial structure, internal consistency by Cronbach's alpha, divergent validity and known groups validity, justifying its use in Portuguese adolescents.

Keywords: Adolescence; Child Trauma Screen; Trauma; Validation

Introdução

O trauma pode influenciar de forma negativa o desenvolvimento biopsicossocial da criança (Alberto, 2014; Hoskins, Marshall, Koinis-Mitchell, Galbraith, & Tolou-Shams, 2019; Luthar, Crossman, & Small, 2015), sendo este, associado a doença física e mental na idade adulta (Freeman, 2014; Norman, Byambaa, De, Butchart, Scott, & Vos, 2012). Por tal, a exposição a Eventos Potencialmente Traumáticos (EPT) deve merecer a atenção dos investigadores e ser considerada um problema grave de saúde pública (Finkelhor, Turner, Shattuck, & Hamby, 2013; Lang, & Connell, 2017) que, preocupa não só os profissionais desta área, como também os da educação e justiça (Azevedo, & Maia, 2006), considerando os comportamentos apresentados pelos jovens: externalizantes (e.g., agressividade, impulsividade, baixo autocontrolo) e internalizantes (e.g., ansiedade, depressão, medo) (American Psychiatric Association [APA], 2014; Hoskins et al., 2019; Lang, & Connell, 2018; Pechorro, Oliveira, Gonçalves, & Jesus, 2018; Pechorro, Pontes, DeLisi, Alberto, & Simões, 2018).

A exposição na infância a EPT, tais como abuso físico, psicológico ou sexual, disfunção familiar (e.g., relação conflitual entre os pais, psicopatologias familiares, criminalidade parental) e negligência, pode estar relacionada na idade adulta com comportamentos de risco (e.g., abuso de drogas e álcool, tentativas de suicídio, delinquência, comportamentos sexuais de risco), morte prematura, problemas de saúde física e mental (e.g., ansiedade, depressão, perturbação de stress pós-traumático [PTSD]) ou contribuir para a sua gravidade (Adams et al., 2013; Iraurgi et al., 2008; Norman et al., 2012; Shenk, Griffin, & O'Donnell, 2015). A maioria dos maltratos de crianças e jovens ocorre no seio familiar, havendo evidências de que, adultos que sofreram maltratos na infância, ou assistiram a situações de violência intrafamiliar, têm

maior probabilidade de se tornarem agressores ou vítimas noutras relações (Christian et al., 2015; Costa, & Teixeira, 2016).

A prevalência da exposição a EPT nos países desenvolvidos indica-nos que, a grande maioria da população geral, foi exposta a pelo menos um EPT ao longo do desenvolvimento dos indivíduos. Num estudo onde participaram 24 países, com recurso a uma amostra de 68.894 adultos, os resultados obtidos revelaram que 69% da população geral portuguesa foi exposta a pelo menos um EPT (Benjet et al., 2016). Nos Estados Unidos da América (EUA), onde 71% das crianças estão expostas a pelo menos um EPT (e.g., abuso físico, abuso sexual, violência doméstica, violência comunitária) (Finkelhor et al., 2013), o impacto económico anual da exposição a situações adversas é elevado (Fang, Brown, Florence, & Mercy, 2012), devido, na idade adulta, à perda de produtividade no trabalho e ao aumento do consumo e custos com serviços de saúde e sociais (Florence, Brown, Fang, & Thompson, 2013; Yanos, Czaja, & Widom, 2010). A exposição infantil à violência é um fator de risco para comportamentos violentos, antissociais e prevalência do trauma em jovens delinquentes (Wilson, Stover, & Berkowitz, 2009), não só para os que a vivenciam como também para aqueles que a presenciam. Porém, a relação entre exposição à violência e delinquência juvenil é mais forte quando ocorre vitimização e não apenas exposição (Dubowitz et al., 2011).

As investigações sobre os maltratos na infância e as consequências associadas a tais situações adversas aumentaram nas últimas duas décadas, embora a mensuração destes continue a ser um desafio porque, os relatórios oficiais subestimam a dimensão do problema (Gilbert et al., 2009; Torre, & Escobar, 2017), algumas vítimas de maltratos podem ser falsos negativos (Fergusson, Horwood, & Woodward, 2000) e há resistência na inclusão de questões sobre maltratos na infância, em amostras de crianças,

devido a requisitos éticos por parte dos órgãos oficiais (Fisher, 2011; Tonmyr, Hovdestad, & Draca, 2014).

A prevalência, o impacto na saúde e os custos associados à exposição na infância a EPT, têm promovido a elaboração de instrumentos de recolha de informação sobre este fenómeno (Fang et al., 2012). O rastreio do trauma em crianças deve ser percebido como uma estratégia de identificação precoce e encaminhamento para intervenção, antes do desenvolvimento de problemas comportamentais ou emocionais mais significativos, e, igualmente, diminuir o impacto do trauma na idade adulta (Denton, Frogley, Jackson, John, & Querstret, 2016; Kisiel, Conradi, Fehrenbach, Torgersen, & Briggs, 2014; Lang et al., 2017; 2018). Porém, o rastreio do trauma é raro, devido em parte, à falta de medidas breves e validadas para tal (Lang et al., 2017; 2018).

A abordagem da exposição a EPT para investigação é complexa porque pode gerar constrangimentos, culpabilidade, medo e evitamento, logo, a inclusão de fatores que prejudiquem a evocação de memórias autobiográficas ou as tornem vulneráveis a distorções e perdas, podem interferir na recolha de dados relevantes (Zoellner, Foa, Brigidi, & Przeworski, 2000). Existem medidas de avaliação da exposição a EPT e/ou PTSD para crianças (Branson, Baetz, Horwitz, & Hoagwood, 2017; Denton et al., 2016; Sachser et al., 2017) tal como a *University of California at Los Angeles (UCLA) PTSD Reaction Index* (UCLA-RI; Steinberg et al., 2013) e a *Structured Trauma-Related Experiences Screener and Symptoms* (STRESS; Grasso, Felton, & Reid-Quiñones, 2015). Embora estas medidas sejam adequadas para a avaliação e intervenção no trauma, são geralmente aplicadas em contexto clínico e, muitas vezes, após a exposição ao EPT, podendo criar constrangimentos. O uso de medidas para o rastreio do trauma, como parte de uma abordagem ampla de saúde pública, em serviços de atendimento

infantil (e.g., saúde, escolar, justiça), tem sido limitado pela dimensão, viabilidade, natureza clínica e, em alguns casos, o custo (Lang et al., 2017; 2018).

O *Child Trauma Screen* (CTS) é uma medida breve, originalmente desenvolvida para ser utilizada no rastreio de crianças em serviços de assistência ao trauma. Como principais características e vantagens, salientam-se a sua brevidade, viabilidade, psicomетria forte, utilização por profissionais clínicos e não clínicos e facilidade na aplicação e interpretação (Lang et al., 2017). O CTS apresenta dois domínios distintos: a exposição a EPT e os sintomas de PTSD, tendo em consideração os critérios da PTSD do DSM-5. Os itens de exposição a EPT foram baseados em categorias gerais associados a altos níveis de sintomas de PTSD. Como um dos objetivos do CTS é identificar jovens com sintomas de PTSD e encaminhá-los para intervenções clínicas focadas no trauma, foram apenas incluídos os compatíveis com o critério A do DSM-5 para PTSD “Exposição a ameaça de morte, morte real, ferimento grave ou violência sexual (...)” (APA, 2014, p. 324). O conjunto final de itens de exposição a EPT incluem 3 itens que refletem categorias específicas: Ter testemunhado violência física; Ser vítima de violência física ou abuso; Ser vítima de abuso sexual. Um quarto item permite aos participantes indicarem outras experiências de exposição a EPT não captadas pelos 3 itens iniciais. No estudo de validação do CTS, com recurso a uma amostra de jovens entre os 6 e os 17 anos de idade, foi também analisada a sensibilidade e especificidade do CTS para identificar jovens com níveis elevados de sintomas de PTSD e identificar pontos de corte recomendados para interpretar os resultados. Assim sendo, foi sugerido um ponto de corte de 6 ou superior, para identificar jovens que apresentam níveis clínicos de PTSD e exigem uma avaliação centrada no trauma para determinar a necessidade de intervenção. Há evidências de que, o CTS, apresenta boas propriedades

psicométricas (e.g., validade convergente, validade divergente, consistência interna) para uma medida breve e forte precisão preditiva (Lang et al., 2017; 2018).

Tendo em consideração a prevalência e as consequências do trauma na saúde física e mental da criança, o impacto na idade adulta (Denton et al., 2016; Dubowitz et al., 2011; Kisiel et al., 2014; Lang et al., 2017) e o elevado impacto económico a este associado (Fang et al., 2012), o CTS vem preencher uma lacuna significativa na obtenção rápida de resultados sobre a exposição a EPT e sintomas de PTSD em crianças e jovens (Lang et al., 2017; 2018). Sendo o trauma um construto de importância extrema para a comunidade, consideramos ser importante a disponibilização dum instrumento breve, psicometricamente adequado e devidamente validado. Assim sendo, o objetivo da presente investigação foi a validação preliminar de uma versão portuguesa do CTS, numa amostra de adolescentes de ambos os sexos, em contexto escolar, onde foram colocadas as hipóteses de que, a presente versão demonstrará: a) Uma estrutura unifatorial do CTS Reações; b) Boa consistência interna medida pelo alfa de Cronbach; c) Validade divergente com medidas de motivação para a aprendizagem escolar e de autocontrolo; d) Validade de grupos conhecidos e, adicionalmente a esta, pretendemos analisar as correlações com outras medidas (traços triárquicos de psicopatia, traços de tríade negra, impulsividade, delinquência juvenil, violência entre pares, perturbação do comportamento, sintomas de perturbação do comportamento, índice de gravidade do crime).

Método

Participantes

A amostra total foi constituída por 470 participantes, subdividida em grupo masculino ($n = 257$; M idade = 15.97 anos; $DP = 0.98$ anos; amplitude = 14-18 anos) e grupo feminino ($n = 213$; M idade = 15.79 anos; $DP = 1.03$ anos; amplitude = 14-18

anos), provenientes de estabelecimentos públicos do ensino básico e secundário das Regiões do Algarve, Alentejo e Grande Lisboa, com um número de anos de escolaridade completados, compreendido entre os 7 e os 11 anos. O nível socioeconómico (NSE) foi definido: baixo, médio e elevado, após o cruzamento da profissão com o nível de escolaridade dos pais, de acordo com a proposta de Simões (2000). Não foram encontradas diferenças estatísticas significativas, considerando um valor de $p < .05$ entre os participantes do grupo masculino e feminino relativamente à idade ($F(2,598) = 3.79, p = .05$), anos de escolaridade completados ($F(2,598) = .53, p = .47$; M masculino = 8.98, DP masculino = 0.95; M feminino = 8.92, DP feminino = 0.95), nível socioeconómico dos pais ($U = 26336.00, p = .45$) e nacionalidade ($\chi^2 = 2.35, p = .71$).

Instrumentos

O *Child Trauma Screen* (CTS; Lang, & Connel, 2017) é uma medida breve de autorresposta para crianças e jovens, constituída por 10 itens. É composta por duas dimensões distintas onde não se obtém um valor de CTS Total, a saber: “Eventos”, relacionada com a exposição a eventos potencialmente traumáticos (e.g., Alguém já te magoou seriamente? Agrediu-te com murros ou pontapés com muita força, com um cinto ou outros objetos, ou tentou dar-te um tiro ou uma facada?) composta por 4 itens (1-4) codificados (0 = Não; 1 = Sim) que, após somados (Eventos Total) indicam o número dos diferentes tipos de eventos potencialmente traumáticos vivenciados; “Reações”, relacionada com sintomas de PTSD, consistente com a definição do DSM-5 de PTSD (e.g., Fortes sensações no teu corpo quando recordas algo que aconteceu [suor, batidas rápidas do coração, sentiste-te doente]). É composta por 6 itens (5-10) classificados numa escala ordinal de 4 pontos (0 = Nunca/Raramente; 1 = 1 ou 2 vezes por mês; 2 = 1 ou 2 vezes por semana; 3 = 3 ou mais vezes por semana) que, depois de

somados, fornecem o “Reações Total” em que, resultados mais elevados indicam níveis mais elevados de PTSD. Nesta investigação foi utilizada a validação portuguesa do CTS, tendo sido obtida, no presente estudo, uma consistência interna medida pelo alfa de Cronbach de .81.

O *Conduct Disorder Screener do Oregon Adolescent Depression Project* (CDS; Lewinsohn, Rohde, & Farrington, 2000) é uma medida breve de autorrelato, composta por 6 itens, utilizada para avaliar Perturbação do Comportamento em adolescentes. A escala pode ser pontuada adicionando os itens (1- Quebrei regras em casa, 2- Quebrei regras na escola, 3- Entrei em brigas/lutas, 4- Faltei às aulas, 5- Fugi de casa, 6- Metime em problemas por mentir ou roubar) numa escala ordinal de 4 pontos (1 = Nunca/Quase nunca; 2 = Algumas vezes; 3 = Muitas vezes; 4 = Quase sempre/ Sempre). Resultados mais elevados indicam níveis mais elevados de perturbação do comportamento. Nesta investigação foi utilizada uma validação portuguesa do CDS (Palma, Pechorro, Jesus, & Nunes, submetido), tendo sido obtida, no presente estudo, uma consistência interna medida pelo alfa de Cronbach de .91.

O *Youth Psychopathic Traits Inventory-Triarchic-Short* (YPI-TRI-S; Pechorro, DeLisi, Alberto, Ray, & Simões, 2019) é uma medida de 21 itens que avalia os traços psicopáticos em jovens na perspetiva do modelo triárquico de psicopatia. Cada item é pontuado numa escala ordinal de 4 pontos (0 = Discordo muito; 1 = Discordo; 2 = Concordo; 3 = Concordo muito). O YPI-Tri-S é composto por três subescalas, a saber: Ousadia (*Boldness*) (7 itens), Desinibição (*Disinhibition*) (7 itens) e Malvadez (*Meanness*) (7 itens), sendo que, a obtenção de valores mais elevados, refletem a presença de níveis mais elevados de traços triárquicos de psicopatia. No presente estudo, a consistência interna medida pelo alfa de Cronbach foi de .95.

A *Dirty Dozen* (DD; Jonason, & Webster, 2010) é uma medida breve de autorrelato de 12 itens, utilizada na avaliação dos traços de tríade negra, composta por três subescalas, a saber: Maquiavelismo (e.g., Já enganei ou menti para obter o que eu queria), Narcisismo (e.g., Tenho tendência a querer que as outras pessoas sintam admiração por mim) e Psicopatia (e.g., Não costumo sentir remorsos ou arrependimento). Cada item é pontuado numa escala ordinal de 5 pontos (1 = Nunca/Quase nunca; 2 = Poucas vezes; 3 = Algumas vezes; 4 = Muitas vezes; 5 = Quase sempre/ Sempre), sendo que, a obtenção de valores mais elevados, refletem a presença de níveis mais elevados de traços de tríade negra. Nesta investigação foi utilizada a validação portuguesa da DD (Pechorro, Jonason, Raposo, & Marôco, in press), tendo sido obtida, no presente estudo, uma consistência interna medida pelo alfa de Cronbach de .92.

A SUPPS-P *Impulsive Behavior Scale* (SUPPS-P; Pechorro, Revilla, Palma, Gonçalves, & Cyders, submetido) é uma medida breve de autorrelato de 20 itens, utilizada na avaliação da impulsividade, composta por cinco subescalas, que correspondem a cinco traços de impulsividade, a saber: Urgência Positiva (itens 3, 10, 17 e 20), Urgência Negativa (itens 6, 8, 13 e 15), Falta de Premeditação (itens 2, 5, 12 e 19), Falta de Perseverança (itens 1, 4, 7 e 11) e Busca de Sensações (itens 9, 14, 16 e 18). Depois de inverter o resultado dos itens apropriados (1, 2, 4, 5, 7, 11, 12 e 19), cada item é pontuado numa escala ordinal de 4 pontos (4 = Discordo muito; 3 = Discordo; 2 = Concordo; 1 = Concordo muito), sendo que, a obtenção de valores mais elevados, refletem a presença de níveis mais elevados de impulsividade. No presente estudo, a consistência interna medida pelo alfa de Cronbach foi de .92.

A *Brief Self-Control Scale* (BSCS; Tangney, Baumeister, & Boone, 2004) é uma medida breve de autorrelato de 13 itens, que avalia o autocontrolo geral. A escala pode

ser pontuada, depois de inverter o resultado dos itens apropriados (1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 12 e 13) adicionando os itens (e.g., Resisto bem às tentações) numa escala ordinal de 5 pontos (0 = Nunca/ Quase nunca; 1 = Poucas vezes; 2 = Algumas vezes; 3 = Muitas vezes; 4 = Quase sempre/ Sempre), em que, resultados mais elevados, indicam níveis mais elevados de autocontrolo. Nesta investigação foi utilizada uma validação portuguesa da BSCS (Pechorro et al., 2018), onde, no presente estudo, foi obtida uma consistência interna medida pelo alfa de Cronbach de .93.

A *Add Health Self-Report Delinquency* (AHSRD; Udry, 2003) foi elaborada para o National Longitudinal Study of Adolescent Health (Add Health), um estudo prospetivo com adolescentes americanos do 7º ao 12º ano de escolaridade. A escala é pontuada, adicionando os 10 itens do Factor Não-violento (e.g., Tiraste coisas de uma loja sem pagares) e os 7 itens do Factor Violento (e.g., Puxaste de uma faca ou arma para ameaçar alguém), considerando uma escala ordinal de 5 pontos (0 = Nunca/ Quase nunca; 1 = Poucas vezes; 2 = Algumas vezes; 3 = Muitas vezes; 4 = Quase sempre/ Sempre). Pontuações mais elevadas indicam níveis mais elevados de delinquência juvenil. Nesta investigação foi utilizada a validação portuguesa da AHSRD (Pechorro, Moreira, Basto-Pereira, Oliveira, & Ray, 2019), onde foi obtida, no presente estudo, uma consistência interna, medida pelo alfa de Cronbach de .96.

A *Brief Peer Conflict Scale* (PCS-20; Russell, 2014) é uma medida breve de 20 itens que avalia a violência entre pares. Cada item é pontuado numa escala ordinal de 4 pontos (0 = Discordo muito; 1 = Discordo; 2 = Concordo; 3 = Concordo muito). O PCS-20 é composto por 4 dimensões, a saber: Reativa relacional (5 itens), Proativa relacional (5 itens), Reativa aberta (5 itens) e Proativa aberta (5 itens), sendo que, a obtenção de valores mais elevados, refletem a presença de níveis mais elevados de violência entre pares. Nesta investigação foi utilizada a validação portuguesa da PCS-20 (Pechorro,

Russel, Nunes, & Nunes, 2018), tendo sido obtida, no presente estudo, uma consistência interna medida pelo alfa de Cronbach de .95.

A Escala de Motivação para a Aprendizagem Escolar (EMAE; Imaginário et al., 2014) é uma medida breve de autorrelato de 14 itens, utilizada para avaliar a motivação para a aprendizagem escolar. A escala pode ser pontuada depois de se inverter os itens apropriados (5, 6, 8, 9, 11, 13 e 14), adicionando os itens (e.g., Na sala de aula, gosto de fazer as tarefas propostas) numa escala ordinal de 6 pontos (1 = Discordo totalmente; 2 = Discordo; 3 = Discordo parcialmente; 4 = Concordo parcialmente; 5 = Concordo; 6 = Concordo totalmente), em que, resultados mais elevados, indicam níveis mais elevados de motivação para a aprendizagem escolar. No presente estudo, a consistência interna medida pelo alfa de Cronbach foi de .92.

Os 15 critérios para o diagnóstico de Perturbação do Comportamento, de acordo com os critérios oficiais do DSM-5 (APA, 2014), foram utilizados para criar uma escala de autorresposta (Skilling, Quinsey, & Craig, 2001). Os 15 itens codificados (0 = Não; 1 = Sim) foram somados para obter uma pontuação total, de forma a que, pontuações mais altas indicam maior presença de sintomas de perturbação do comportamento. No presente estudo, a consistência interna medida pelo alfa de Cronbach foi de .92.

O Índice de Gravidade do Crime (*Index of Crime Severity-ICS*; Wolfgang, Figlio, Tracy, & Singer, 1985, cit. por Braga, Pechorro, Jesus, & Gonçalves, 2018) serviu para classificar a gravidade do crime cometido. O nível 0 representa delinquência ausente; o nível 1 representa delinquência menor cometida no seu agregado familiar (e.g., roubar pequenas quantias de dinheiro em casa); o nível 2 representa delinquência menor fora de casa, incluindo roubar algo de valor inferior a 5 euros, vandalismo e pequena fraude (e.g., não pagar o bilhete de autocarro); o nível 3 representa delinquência de moderada a grave como roubar algo de valor superior a 5 euros,

envolvimento em gangues e porte de armas (e.g., faca, pistola); o nível 4 representa delinquência grave, tal como o roubo de carros, motas e arrombamento e invasão de domicílio; o nível 5 representa a prática de pelo menos dois dos comportamentos descritos no nível anterior ou ter praticado crimes violentos contra pessoas, agressões com armas (e.g., pau, faca, pistola) ou agressões físicas (e.g., murros, pontapés).

As características sociodemográficas e criminais da amostra foram recolhidas através de um Questionário Sociodemográfico e Criminal (QSC), construído para a presente investigação, onde foram recolhidos os seguintes dados: Sociodemográficos (e.g., idade, sexo, nacionalidade dos pais, nacionalidade e escolaridade dos participantes, escolaridade, nível socioeconómico e estado civil dos pais) e Criminais (e.g., ocorreram problemas com a lei, idade do primeiro problema com a lei, tipo de problema que ocorreu).

Procedimentos

Foi solicitada e obtida a autorização do autor principal do *Child Trauma Screen* (CTS; Lang, & Connel, 2017) para a tradução e utilização do referido instrumento em Portugal e proceder à sua validação. Ao longo do processo de tradução e adaptação do CTS foram seguidas recomendações internacionalmente estabelecidas (Hambleton, Merenda, & Spielberger, 2005). A tradução do instrumento original de língua inglesa para português foi efetuada por um tradutor bilingue. Posteriormente, um psicólogo e um tradutor bilingue fizeram a retroversão para inglês e, seguidamente, ocorreu uma revisão técnica realizada por dois professores universitários, bilingues, especializados em validação de escalas na área da avaliação psicológica. A versão corrigida foi sujeita a um pré-teste na qual participaram 25 adolescentes do ensino básico e secundário, de ambos os sexos. Após o preenchimento do instrumento em grupos de 5, foram convidados a sugerir alterações aos termos utilizados para melhor se adequarem à sua

forma de comunicar. O objetivo foi analisar a qualidade da tradução, detetar problemas e aperfeiçoar a linguagem utilizada, tornando-a mais acessível aos participantes.

A recolha de dados ocorreu em Agrupamentos de Escolas das Regiões do Algarve, Alentejo e Grande Lisboa, após a obtenção da autorização para tratamento de dados pessoais da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), realização de inquérito em meio escolar da Direção Geral de Educação (DGE) e respetivas Direções dos Agrupamentos de Escolas do ensino público. Foi entregue um termo de consentimento livre para ser assinado pelos encarregados de educação dos alunos, autorizando a sua participação na investigação, antes de lhes ser aplicada a bateria de testes em grupo, onde se encontrava um termo de consentimento informado para alunos. Foram excluídos os questionários preenchidos por participantes que se encontravam fora do intervalo etário pré-estabelecido (dos 12 aos 18 anos de idade) e os incompletos ou ilegíveis, sendo a taxa de participação de 92 %.

Análises estatísticas

Para inserir e analisar os dados foi utilizado o *software* SPSS v25 (IBM SPSS, 2017). O tratamento de dados ocorreu com recurso a ANOVA, Qui-quadrado, Mann-Whitney, análise fatorial exploratória (AFE), análise de consistência interna por alfa de Cronbach e correlações paramétricas e não paramétricas. A AFE foi efetuada diretamente nos itens do CTS Reações considerando a carga fatorial dos itens $\geq .30$ (Byrne, 2006; Marôco, 2014). Antes foi verificada a correlação entre as variáveis, para testar a adequação da análise fatorial da escala, sendo esta avaliada pelo índice de adequação de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) considerando um valor $KMO > .50$ apropriado para a análise fatorial e o Teste de Esfericidade de Bartlett (BTS) para avaliar a significância das correlações da matriz dos dados, estatisticamente significativas para um valor $p < .001$ (Marôco, 2018). Relativamente à retenção de

fatores que expliquem a informação (variância), foi considerado um valor superior a 50% da variância total explicada, por ser, este, o valor mínimo aceitável (Marôco, 2018).

A AFE foi efetuada na dimensão do CTS Reações porque a estrutura fatorial não foi analisada pelos autores do instrumento original nem em validações noutros países que, seja do nosso conhecimento. Não foi efetuada na dimensão do CTS Eventos por esta apenas quantificar o número de EPT, não sendo considerada uma subescala psicométrica.

Foram utilizados os testes ANOVA, Qui-quadrado e Mann-Whitney para comparar os grupos em estudo quando as variáveis eram métricas, nominais e ordinais. Foram utilizadas correlações Pearson para analisar as associações entre as variáveis escalares e correlações de Spearman para analisar a relação entre variáveis ordinais e escalares (Leech, Barrett, & Morgan, 2015; Marôco, 2014). Relativamente à magnitude de correlações, foram estas consideradas entre 0 e .20 fracas, entre .20 e .50 moderadas e acima de .50 fortes (Ferguson, 2009). As pontuações totais das escalas, de acordo com o que é comum efetuar-se em psicometria (e.g., Nunnally, & Bernstein, 1994), foram utilizadas para examinar a validade divergente. A consistência interna por alfa de Cronbach foi considerada marginalmente aceitável entre .60 e .69, acima de .70 adequada e acima de .80 boa (Dunn, Baguley, & Brunnsden, 2014; Nunnally et al., 1994). As médias das correlações inter-item (MCII) foram consideradas adequadas entre .15 e .50, enquanto a amplitude das correlações item-total corrigidas (ACITC) foram consideradas adequadas acima de .30 (Dunn et al., 2014; Urbina, 2014). A dimensão do efeito, eta-quadrado parcial (η^2_p) foi considerada reduzida quando $\leq .05$, média entre .06 e .25, elevada entre .26 e .50 e muito elevada quando $> .50$. Quanto à potência do teste (π), para detetar efeitos estatisticamente significativos é desejável que

seja $\geq .80$. Um valor de $\pi = .80$ é considerado adequado, sendo que, quanto mais elevado for este valor mais elevada será a potência do teste (Marôco, 2018).

Resultados

Para serem avaliadas as propriedades psicométricas do instrumento procedeu-se à AFE do CTS Reações, podendo observar-se no Quadro 1 as cargas fatoriais referentes aos grupos masculino e feminino. Antes de se efetuar a AFE foi avaliada a adequação dos dados à análise fatorial, com recurso ao KMO para os grupos masculino (.77) e feminino (.83) e BTS para os grupos masculino ($\chi^2 = 584.44, p < .001$) e feminino ($\chi^2 = 525.81, p < .001$). Os resultados obtidos sugerem a existência de um fator que, explica 53,47% da variância total para o grupo masculino e de 58% da variância total para o grupo feminino.

Neste quadro são também apresentados os valores da consistência interna pelo alfa de Cronbach, tendo sido obtido no grupo masculino um alfa de .82 e no grupo feminino de .85. Podem ser observadas ainda, as médias das correlações inter-item (MCII) que revelaram valores adequados (de .15 a .50) e a amplitude das correlações item-total corrigidas (ACITC), onde foram obtidos valores adequados (acima de .30).

(Quadro 1)

No Quadro 2 é apresentada a validade divergente com medidas de motivação para a aprendizagem escolar e de autocontrolo, onde os resultados revelaram no grupo masculino, correlações negativas moderadas estatisticamente significativas, no grupo feminino, correlações negativas moderadas estatisticamente significativas e na amostra total os resultados revelaram igualmente correlações negativas moderadas estatisticamente significativas.

(Quadro 2)

No Quadro 3 é apresentada a validade de grupos conhecidos onde, a comparação entre os grupos em estudo, apresentou diferenças estatisticamente significativas e uma dimensão do efeito reduzida no CTS Reações ($F(1,468) = 7.78, p = .01; \eta^2_p = .02; \pi = .80; M$ masculino = 6.74, DP masculino = 4.16; M feminino = 7.86, DP feminino = 4.57). É também apresentada a comparação entre os grupos em estudo relativamente ao CTS Eventos, onde os dados não revelaram diferenças estatísticas significativas ($F(1,468) = .32, p = .57; \eta^2_p = .00; \pi = .09; M$ masculino = 1.51, DP masculino = 0.93; M feminino = 1.56, DP feminino = 1.12).

(Quadro 3)

No Quadro 4 são apresentadas as correlações Pearson do CTS Reações com outras medidas (traços triárquicos de psicopatia, traços de tríade negra, impulsividade, delinquência juvenil, violência entre pares, perturbação do comportamento, sintomas de perturbação do comportamento, índice de gravidade do crime). Nas medidas de traços triárquicos de psicopatia, traços de tríade negra, impulsividade, delinquência juvenil, violência entre pares, perturbação do comportamento, sintomas de perturbação do comportamento, índice de gravidade do crime, os dados revelaram nos grupos masculino e feminino, correlações positivas de moderadas a fortes, estatisticamente significativas. Porém, na subescala “Falta de perseverança” da medida de impulsividade, os dados revelaram no grupo masculino uma correlação não significativa e no grupo feminino uma correlação positiva fraca, estatisticamente significativa.

(Quadro 4)

Discussão

Tendo em consideração a prevalência, o impacto na saúde e os custos associados à exposição a EPT, os instrumentos de recolha de informação sobre o trauma são fundamentais como estratégia de identificação precoce e encaminhamento para

intervenções adequadas, diminuindo desta forma o impacto do trauma na idade adulta (e.g., Denton et al., 2016; Lang et al., 2017; 2018). Sendo raro o rastreio do trauma, devido também à falta de medidas breves e validadas para tal (e.g., Lang et al., 2018), considerámos relevante a disponibilização dum instrumento breve, psicometricamente adequado e devidamente validado. Assim sendo, o objetivo do presente estudo consistiu na validação preliminar de uma versão do CTS em adolescentes portugueses, em contexto escolar, onde foram colocadas as hipóteses de que, esta, iria demonstrar: a) Uma estrutura unifatorial do CTS Reações; b) Boa consistência interna medida pelo alfa de Cronbach; c) Validade divergente com medidas de motivação para a aprendizagem escolar e de autocontrolo; d) Validade de grupos conhecidos e, adicionalmente, foram analisadas as correlações com medidas de traços triárquicos de psicopatologia, traços de tríade negra, impulsividade, delinquência juvenil, violência entre pares, perturbação do comportamento, sintomas de perturbação do comportamento e índice de gravidade do crime.

Relativamente à adequação dos dados à análise fatorial, foram obtidos valores de KMO adequados (médio no grupo masculino e bom no grupo feminino) e de BTS estatisticamente significativos. Assim sendo, os testes de KMO e BTS revelaram que os dados obtidos eram adequados para efetuar a AFE, considerando os critérios de classificação definidos em Marôco (2018). Foram obtidos na AFE, referente ao CTS Reações, valores de cargas fatoriais $\geq .30$ (Byrne, 2006; Marôco, 2014). Considerando a existência de um fator que explica cerca de 53,47% da variância total para o grupo masculino e cerca de 58% da variância total para o grupo feminino, os valores obtidos foram superiores a 50% da variância total explicada, valor este, considerado como o mínimo aceitável (Marôco, 2018). Uma das hipóteses por nós colocada no presente estudo, foi que, o instrumento iria demonstrar uma estrutura unifatorial para o CTS

Reações. Não tendo sido analisada a estrutura fatorial em estudos anteriores, razão pela qual foi feita no presente estudo, ficámos impossibilitados de fazer comparações. Este facto pode ser justificado por ser uma escala recente e, por tal, não foram efetuadas validações anteriores à presente validação preliminar. Considerando os resultados obtidos, foi sugerida uma solução unidimensional, confirmando a nossa primeira hipótese.

A análise da consistência interna (fiabilidade) do CTS Reações, estimada pelo alfa de Cronbach, revelou valores bons (acima de .80) (Dunn et al, 2014; Nunnally et al., 1994). O valor por nós obtido é superior ao do estudo do instrumento original, onde foi apresentado um alfa de Cronbach de .78 (Lang et al., 2017; 2018). As médias das correlações inter-itens (MCII) revelaram valores adequados (de .15 a .50) para os grupos em estudo. Na amplitude das correlações item-total corrigidas (ACITC) foram obtidos valores adequados (acima de .30) (Dunn et al., 2014; Urbina, 2014). Assim sendo, a segunda hipótese por nós colocada foi igualmente confirmada.

Relativamente à validade divergente obtiveram-se correlações com medidas de motivação para a aprendizagem escolar (EMAE) e autocontrolo (BSCS), onde os dados revelaram correlações Pearson negativas, moderadas e estatisticamente significativas, nos grupos masculino e feminino. Considerando o sentido (negativo) e a intensidade (moderada) da relação linear entre o CTS Reações (sintomas de PTSD) e as medidas EMAE e BSCS (e, g., Marôco, 2018), os dados obtidos são corroborados por autores diversos. É referido por estes que, a exposição a situações adversas, pode influenciar o desempenho em contexto escolar (e.g., notas inferiores, retenção escolar, abandono escolar) por ocorrerem respostas a nível psicológico (e.g., ansiedade, depressão, medo, agressividade, défices nas relações interpessoais) (e.g., Romano, Babchishin, Marquis, & Fréchette, 2015) e a nível físico (e.g., insónias, fadiga) (Calhoun, & Tedeschi, 2013).

Podem ocorrer também comportamentos externalizantes (e.g., baixo autocontrole) associados significativamente a formas diversas de vitimização (DeLisi, Tostlebe, Burgason, Heirigs, & Vaughn, 2016; Pechorro et al., 2018). A terceira hipótese por nós colocada foi confirmada.

Considerando a validade de grupos conhecidos os resultados revelaram diferenças estatísticas significativas entre os grupos em estudo no CTS Reações, sendo a dimensão do efeito (.02) reduzida e a potência do teste (.80) adequada (Marôco, 2018). Na comparação entre os grupos masculino e feminino, não foram encontradas diferenças significativas no CTS Eventos, porém, os dados revelaram que, os participantes do grupo feminino obtiveram pontuações mais elevadas, estatisticamente significativas, no CTS Reações. Os resultados obtidos são corroborados por autores diversos quando referem que, os indivíduos do sexo feminino, correm maior risco de desenvolver PTSD do que os indivíduos do sexo masculino e, a PTSD, tem maior prevalência ao longo da vida e é experienciada por períodos mais longos nos indivíduos do sexo feminino, considerando a população geral (e.g., APA, 2014; Trickey, Siddaway, Meiser-Stedman, Serpell, & Field, 2012). Para salientar e melhor ilustrar este facto, referido na revisão de literatura, optámos por apresentar também os resultados do CTS Eventos no Quadro 3. Assim sendo, foi confirmada a quarta hipótese por nós colocada.

Considerando a análise das correlações com outras medidas, os dados revelaram que, estas, nos grupos masculino e feminino, nas medidas de traços triárquicos de psicopatia, traços de tríade negra, impulsividade, delinquência juvenil, violência entre pares, perturbação do comportamento, sintomas de perturbação do comportamento e índice de gravidade do crime revelaram-se positivas de moderadas a fortes, estatisticamente significativas, corroborando o referido pelos autores consultados na

revisão de literatura efetuada (e.g., Christian et al., 2015; Wright et al., 2017). Para além destes, num estudo com jovens delinquentes entre os 12 e os 18 anos de idade, foi analisada por Hoskins e colaboradores (2019), a associação entre o trauma e (e.g., sintomas psiquiátricos), sendo referido que, quase três quartos destes estiveram expostos a EPT, apresentando mais sintomas externalizantes do que os não expostos a tais situações adversas e, ainda que, os participantes do sexo feminino revelaram taxas mais elevadas de sintomas internalizantes e com maior gravidade, do que os do sexo masculino. Para (Wilson et al., 2009) a exposição na infância à violência é um fator de risco para comportamentos violentos, antissociais e prevalência do trauma em jovens delinquentes sendo o mesmo corroborado por (Dubowitz et al., 2011) quando referem que, há evidências empíricas que suportam a relação entre a exposição à violência na infância e comportamentos violentos e prática de crimes na adolescência. Para (D'Andrea et al., 2012) os indivíduos expostos a EPT na infância e que apresentam determinados sintomas (e.g., agressividade, impulsividade, comportamento de oposição) podem mais tarde desenvolver PTSD.

Na subescala “Falta de perseverança” da medida de impulsividade os dados revelaram no grupo masculino uma correlação não significativa e no grupo feminino uma correlação positiva fraca ($r = .19, p = < .01$), estatisticamente significativa, porém no limite considerado moderada.

Conclusões

Concluimos que, a versão do CTS, apresentou propriedades psicométricas adequadas para a sua utilização em adolescentes portugueses em contexto escolar uma vez que, os resultados obtidos, indicam que o CTS proposto no presente estudo é um instrumento de autorrelato válido e fiável para a avaliação do trauma. Considerando que, o trauma é um construto com relevância clínica, educacional e forense que,

influência o indivíduo e a sociedade, a versão portuguesa deste instrumento pode contribuir para preencher uma lacuna na avaliação do trauma, específica e adequada a esta fase do desenvolvimento do indivíduo.

Os benefícios da utilização desta medida de triagem, para a investigação e prática clínica, devem ser considerados porque, os instrumentos breves, apresentam vantagens, tais como: o tempo de resposta dos participantes é menor, logo, tem impacto na motivação e na fadiga para determinadas populações (e.g., crianças, adolescentes); diminui a probabilidade de ocorrerem itens omissos; os itens são mais representativos do constructo, uma vez que, são mantidos apenas os itens essenciais, eliminando desta forma os que se repetem ou os muito semelhantes (Rammstedt, & Beierlein, 2014).

Considerando as limitações deste estudo, seria aconselhável a utilização de outras medidas validadas de trauma em adolescentes portugueses para analisar a validade convergente e a validação cruzada com outras amostras (e.g., clínica), para verificar se as propriedades psicométricas do CTS se mantêm adequadas. Outra limitação do presente estudo, está relacionada com o facto da amostra ter sido recolhida apenas na zona sul de Portugal (regiões do Algarve, Alentejo e Grande Lisboa).

Com a presente investigação, por considerarmos que, este, é um tema de relevante interesse para a comunidade, pensamos ter contribuído para fomentar novas investigações com adolescentes na área do trauma e das suas consequências ao longo do desenvolvimento do indivíduo, não só para o próprio, como também para a sua família e sociedade em geral. Pelo anteriormente referido, concluímos por fim que, este estudo, apresenta relevância clínica e epidemiológica.

Financiamento

Este artigo é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/04020/2020 – CINTURS BASE/This paper is financed by National Funds provided by FCT- Foundation for Science and Technology through project UIDB/04020/2020 – CINTURS BASE.

Referências

- Adams, Z. W., McCart, M. R., Zajac, K., Danielson, C. K., Sawyer, G. K., Saunders, B. E., & Kilpatrick, D. G. (2013). Psychiatric problems and trauma exposure in nondetained delinquent and nondelinquent adolescents. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology, 42*(3), 323–331. Doi: 10.1080/15374416.2012.749786
- Alberto, I. (2014). Maus tratos e negligência de crianças: Modelos e formatos de intervenção. In M. Matos (Coord.), *Vítimas de crime e violência: Práticas de intervenção* (pp.13-26). Braga: Psiquilíbrios Edições.
- American Psychiatric Association [APA]. (2014). *Diagnostic and statistical manual of mental disorder* (5ª ed.) (DSM-5). Arlington, VA: Author. (tradução portuguesa). Lisboa: Climepsi.
- Azevedo, M. C., & Maia, A. (2006). *Maus-tratos à criança*. Lisboa: Climepsi.
- Benjet, C., Bromet, E., Karam, E., Kessler, R., McLaughlin, K., Ruscio, A., (...) & Koenen, K. (2016). The epidemiology of traumatic event exposure worldwide: Results from the World Mental Health Survey Consortium. *Psychological Medicine, 46*, 327-343. Doi: 10.1017/S0033291715001981
- Braga, T., Pechorro, P., Jesus, S., & Gonçalves, R. (2018). Autoestima, narcisismo e dimensões de delinquência juvenil: Que relação? *Análise Psicológica, 36*(2), 145-157. Doi: 10.14417/ap.1361
- Branson, C. E., Baetz, C. L., Horwitz, S. M., & Hoagwood, K. E. (2017). Trauma-informed juvenile justice systems: A systematic review of definitions and core components. *Psychological Trauma, 9*(6), 635-646. Doi: 10.1037/tra0000255
- Byrne, B. (2006). *Structural equation modeling with EQS: Basic concepts, applications, and programming*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.

- Calhoun, L. G., & Tedeschi, R. G. (2013). The process of posttraumatic growth in clinical practice. In L. G. Calhoun, & R. G. Tedeschi (Eds.), *Posttraumatic growth in clinical practice* (pp. 1-22). New York: Routledge.
- Christian, C. W., Crawford-Jakubiak, J. E., Flaherty, E. G., Leventhal, J. M., Lukefahr, J. L., & Sege, R. D. (2015). The evaluation of suspected child physical abuse. *Pediatrics, 135*(5), e1337-e1354. Doi: 10.1542/peds.2015-0356
- Costa, S. F., & Teixeira, S. (2016). “A história não tem de ser o destino”: O risco psicossocial em crianças com famílias disfuncionais. *Psicologia da Criança e do Adolescente, 7*(1-2), 193-203.
- D'Andrea, W., Ford, J., Stolbach, B., Spinazzola, J., & van der Kolk, B. A. (2012). Understanding interpersonal trauma in children: Why we need a developmentally appropriate trauma diagnosis. *American Journal of Orthopsychiatry, 82*(2), 187-200. Doi: 10.1111/j.1939-0025.2012.01154.x.
- DeLisi, M., Tostlebe, J., Burgason, K., Heirigs, M., & Vaughn, M. (2016). Self-control versus psychopathy. *Youth Violence and Juvenile Justice, 16*(1), 53-76. Doi: 10.1177/1541204016682998
- Denton, R., Frogley, C., Jackson, S., John, M., & Querstret, D. (2016). The assessment of developmental trauma in children and adolescents: A systematic review. *Clinical Child Psychology and Psychiatry, 22*(2), 260-287. Doi: 10.1177/1359104516631607
- Dubowitz, H., Kim, J., Black, M. M., Weisbart, C., Semiatin, J., & Magder, L. S. (2011). Identifying children at high risk for a child maltreatment report. *Child Abuse & Neglect, 35*, 96-104.

- Dunn, T., Baguley, T., & Brunsten, V. (2014). From alpha to omega: A practical solution to the pervasive problem of internal consistency estimation. *British Journal of Psychology, 105*(3), 399-412. Doi: 10.1111/bjop.12046
- Eklund, J. M., & Klinteberg, B. (2012). Stability and change in criminal behavior: A prospective study of young male lawbreakers and controls. *International Journal of Forensic Mental Health, 5*(1), 83-95. Doi: 10.1080/14999013.2006.10471232
- Fang, X., Brown, D. S., Florence, C. S., & Mercy, J. A. (2012). The economic burden of child maltreatment in the United States and implications for prevention. *Child Abuse & Neglect, 36*(2), 156–165. Doi: 10.1016/j.chiabu.2011.10.006
- Ferguson, C. J. (2009). An effect size primer: A guide for clinicians and researchers. *Professional Psychology: Research and Practice, 40*(5), 532-538. Doi: 10.1037/a0015808
- Fergusson, D. M., Horwood, L. J., & Woodward, L. J. (2000). The stability of child abuse reports: A longitudinal study of the reporting behaviour of young adults. *Psychological Medicine, 30*(3), 529–544.
- Finkelhor, D., Turner, H. A., Shattuck, A., & Hamby, S. L. (2013). Violence, crime, and abuse exposure in a national sample of children and youth: An update. *Journal of the American Medical Association Pediatrics, 167*(7), 614–621. Doi: 10.1001/jamapediatrics.2013.42
- Fisher, M. A. (2011). Ethics for the pediatrician: Caring for abused children. *Pediatrics in Review, 32*(7), e73–e78. Doi: 10.1542/pir.32-7-e73 PMID:21724900
- Florence, C., Brown, D. S., Fang, X., & Thompson, H. F. (2013). Health care costs associated with child maltreatment: Impact on medicaid. *Pediatrics, 132*, 312–318. Doi: 10.1542/peds.2012-2212

- Freeman, P. A. C. (2014). Prevalence and relationship between adverse childhood experiences and child behavior among young children. *Infant Mental Health Journal*, 35(6), 544-554. Doi:10.1002/imhj.21460.
- Gilbert, R., Widom, C. S., Browne, K., Fergusson, D., Webb, E., & Janson, S. (2009). Burden and consequences of child maltreatment in high-income countries. *The Lancet*, 373(9657), 68-81. Doi: 10. 1016/S0140-6736(08)61706-7
- Grasso, D. J., Felton, J. W., & Reid-Quiñones, K. (2015). The Structured Trauma-Related Experiences and Symptoms Screener (STRESS): Development and Preliminary Psychometrics. *Child Maltreatment*, 20(3), 214–220. Doi: 10.1177/1077559515588131
- Hambleton, R., Merenda, P., & Spielberger, C. (2005). *Adapting educational and psychological tests for cross-cultural assessment*. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates.
- Hoskins, D., Marshall, B. D. L., Koinis-Mitchell, D., Galbraith, K., & Tolou-Shams, M. (2019). Latinx youth in first contact with the justice system: Trauma and associated behavioral health needs. *Child Psychiatry & Human Development*, 50(3), 459-472. Doi: 10.1007/s10578-018-0855-z
- IBM Corp. (2017). *IBM SPSS Statistics for Windows* (version 25). Armonk, NY: Author
- Imaginário, S., Jesus, S. N., Morais, F., Fernandes, C., Santos, R., Santos, J., & Azevedo, I. (2014). Motivação para a aprendizagem escolar: Adaptação de um instrumento de avaliação para o contexto português. *Revista Lusófona de Educação*, 27, 91-105.
- Iraurgi, I., Martínez-Pampliega, A., Sanz, M., Cosgaya, L., Galíndez, E., & Muñoz, A. (2008). Escala de Conflicto Interparental desde la Perspectiva de los Hijos (CPIC): Estudio de validación de una versión abreviada de 36 ítems. *Revista*

- Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica*, 25(1), 9-34.
- Jonason, P. K., & Webster, G. D. (2010). The Dirty Dozen: A concise measure of the dark triad. *Psychological Assessment*, 22(2), 420-432. Doi: 10.1037/a0019265
- Kisiel, C., Conradi, L., Fehrenbach, T., Torgersen, E., & Briggs, E. C. (2014). Assessing the effects of trauma in children and adolescents in practice settings. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 23(2), 223–242. Doi: 10.1016/j.chc.2013.12.007
- Lang, J. M., & Connell, C. M. (2017). Development and validation of a brief trauma screening measure for children: The Child Trauma Screen. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 9(3), 390-398. Doi: 10.1037/tra0000235
- Lang, J. M., & Connell, C. M. (2018). The Child Trauma Screen: A follow-up validation. *Journal of Traumatic Stress*, 31(3), 540-548. Doi: 10.1002/jts.22310
- Leech, N., Barrett, K., & Morgan, G. (2015). *IBM SPSS for intermediate statistics: Use and interpretation* (5th ed.). New York: LEA.
- Lewinsohn, P. M., Rohde, P., & Farrington, D. P. (2000). The OADP-CDS: A brief screener for adolescent conduct disorder. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 39(7), 888-895. Doi: 10.1097/00004583-200007000-00018
- Luthar, S. S., Crossman, E. J., & Small, P. J. (2015). Resilience and adversity. In R. M. Lerner, & M. E. Lamb (Eds.), *Handbook of child psychology and developmental science* (7th ed., Vol. 3, pp. 247-286). New York: Wiley.
- Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.

- Marôco, J. (2018). *Análise estatística com o SPSS Statistics (7ª ed.)*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Norman, R. E., Byambaa, M., De, R., Butchart, A., Scott, J., & Vos, T. (2012). The long-term health consequences of child physical abuse, emotional abuse, and neglect: A systematic review and meta-analysis. *Plos Medicine*, 9(11), e1001349. Doi: 10.1371/journal.pmed.1001349
- Nunnally, J., & Bernstein, I. (1994). *Psychometric theory (3rd ed.)*. New York: McGraw-Hill.
- Palma, V. H., Pechorro, P., Jesus, S. N., & Nunes, C. (submetido). Propriedades psicométricas do Conduct Disorder Screener entre jovens portugueses em context forense e escolar. *PSICOLOGIA*.
- Pechorro, P., Oliveira, J. P., Gonçalves, R. A., & Jesus, S. N. (2018). Propriedades psicométricas de uma versão reduzida da Escala de Impulsividade de Barratt-11 numa amostra escolar de adolescentes portugueses. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica*, 47(2), 157-170. Doi: 10.21865/RIDEP47.2.11
- Pechorro, P., Pontes, C., DeLisi, M., Alberto, I., & Simões, M. R. (2018). Escala breve de autocontrolo: Validação e invariância numa amostra de jovens portugueses. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica*.
- Pechorro, P., Russel, J. D., Nunes, L. A., & Nunes, C. (2018). The Brief Peer Conflict Scale (PCS-20): Psychometric properties among a sample of incarcerated male juvenile offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 62(8), 2414-2429. Doi: 10.1177/0306624X17719299
- Pechorro, P., DeLisi, M., Alberto, I., Ray, J. V., & Simões, M. R., (2019). The Triarchic Model of Psychopathy among incarcerated male youths: A psychometric study.

- In M. DeLisi (Ed.), *Routledge international handbook of psychopathy and crime* (pp. 265-275). New York: Routledge.
- Pechorro, P., Moreira, K., Basto-Pereira, M., Oliveira, J. P., & Ray, J. V. (2019). The self-report delinquency scale from the national longitudinal study of adolescent to adult health among at-risk for delinquency youths. *Violence and Victims*, 34(1), 120-135. Doi: 10.1891/0886-6708.34.1.120.
- Pechorro, P., Jonason, P. K., Raposo, V., & Marôco, J. (in press). Dirty Dozen: A concise measure of Dark Triad traits among at-risk youths. *Current Psychology*. Doi: 10.1007/s12144-019-00288-9
- Pechorro, P., Revilla, R., Palma, V. H., Gonçalves, R. A., & Cyders, M. (submitted). Examination of the SUPPS-P Impulsive Behavior Scale among male and female Portuguese youth: Psychometrics and invariance.
- Rammstedt, B., & Beierlein, C. (2014). Can't we make it any shorter? The limits of personality assessment and ways to overcome them. *Journal of Individual Differences*, 35, 212-220. Doi:10.1027/1614-0001/a000141
- Romano, E., Babchishin, L., Marquis, R., & Fréchette, S. (2015). Childhood maltreatment and educational outcomes. *Trauma, Violence & Abuse*, 16(4), 418-437. Doi: 10.1177/1524838014537908.
- Russell, J. D. (2014). The Structure of Child and Adolescent Aggression: Confirmatory factor analysis of a Brief Peer Conflict Scale. Thesis Master of Science in Applied Developmental Psychology. University of New Orleans, New Orleans, LA. Retrieved from <http://scholarworks.uno.edu/td/1892>
- Sachser, C., Berliner, L., Holt, T., Jensen, T. K., Jungbluth, N., Risch, E., Rosner, R., & Goldbeck, L. (2017). International development and psychometric properties of

- the Child and Adolescent Trauma Screen (CATS). *Journal of Affective Disorders*, 210, 189-195. Doi: 10.1016/j.jad.2016.12.040
- Shenk, C. E., Griffin, A. M., & O'Donnell, K. J. (2015). Symptoms of major depressive disorder subsequent to child maltreatment: Examining change across multiple levels of analysis to identify transdiagnostic risk pathways. *Development and Psychopathology*, 27(4Pt2), 1503-1514. Doi: 10.1017/S0954579415000905
- Simões, M. R. (2000). *Investigações no âmbito da Aferição Nacional do Teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (MPCR)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Skilling, T., Quinsey, V., & Craig, W. (2001). Evidence of a taxon underlying serious antisocial behavior in boys. *Criminal Justice and Behavior*, 28, 450-470. Doi: 10.1177/00938548010280040
- Steinberg, A. M., Brymer, M. J., Kim, S., Briggs, E. C., Ippen, C. G., Ostrowski, S. A., Gully, K. J., & Pynoos, R. S. (2013). Psychometric properties of the UCLA PTSD reaction index: Part I. *Journal of Traumatic Stress*, 26(1), 1-9. Doi: 10.1002/jts.21780
- Tangney, J., Baumeister, R., & Boone, A. (2004). High self-control predicts good adjustment, less pathology, better grades, and interpersonal success. *Journal of Personality*, 72, 271–324. Doi: 10.1111/j.0022-3506.2004.00263.x
- Tonmyr, L., Hovdestad, W., & Draca, J. (2014). Commentary on Canadian child maltreatment data. *Journal of Interpersonal Violence*, 29, 186–197. Doi: 10.1177/0886260513504643PMID:24097903
- Torre, M. L., & Escobar, C. G. (2017). Maus-tratos na criança e no jovem. In F. Xarepe, I. F. Costa, & M. R. O. Morgado (Coords.), *O risco e o perigo na criança e na família* (pp. 69-78). Lisboa: Factor.

- Trickey, D., Siddaway, A. P., Meiser-Stedman, R., Serpell, L., & Field, A. (2012). A meta-analysis of risk factors for post-traumatic stress disorder in children and adolescents. *Clinical Psychology Review, 32*(2), 122-138. Doi: 10.1016/j.cpr.2011.12.001
- Udry, J. (2003). *The national longitudinal study of Adolescent Health (Add Health), waves I and II, 1994–1996; wave III, 2001–2002*. Chapel Hill, NC: Carolina Population Center, University of North Carolina at Chapel Hill.
- Urbina, S. (2014). *Essentials of psychological testing* (2nd ed.). Hoboken, NJ: John Wiley & Sons.
- Wilson, H. W., Stover, C. S., & Berkowitz, S. J. (2009). Research review: The relationship between childhood violence exposure and juvenil antisocial behavior: A meta-analytic review. *Journal of Child Psychology and Psychiatry, 50*(7), 769-779.
- Wolfgang, M. E., Figlio, R., Tracy, P., & Singer, S. I. (1985). *The national survey of crime severity*. Washington: U. S. Government Printing Office.
- Wright, J. P., Morgan, M. A., Almeida, P. R., Almosaed, N. F., Moghrabi, S. S., & Bashatah, F. S. (2017). Malevolent forces: Self-control, the dark triad, and crime. *Youth Violence and Juvenile Justice, 15*(2), 191-215. Doi: 10.1177/1541204016667995
- Yanos, P. T., Czaja, S. J., & Widom, C. S. (2010). A prospective examination of service use by abused and neglected children followed up into adulthood. *Psychiatric Services Washington DC, 61*(8), 796-802.
- Zoellner, L. A., Foa, E. B., Brigidi, B. D., & Przeworski, A. (2000). Are trauma victims suceptible to false memories? *Journal of Abnormal Psychology, 109*(3), 517-524.

Quadro 1.

Cargas fatoriais por AFE e consistência interna do CTS Reações

Itens	Masculino	Feminino
5. Fortes sensações no teu corpo quando recordas algo que te aconteceu (suor, batidas rápidas do coração, sentiste-te doente).	.74	.75
6. Tentas evitar pessoas, lugares ou coisas que te fazem lembrar algo que aconteceu.	.76	.74
7. Dificuldade em sentires-te feliz.	.81	.84
8. Dificuldade em dormir.	.75	.74
9. Dificuldade de concentração ou de atenção.	.60	.73
10. Sentes-te sozinho(a) e isolado(a) das pessoas à tua volta.	.70	.76
Alfa	.82	.85
MCII	.44	.49
ACITC	.46-.69	.60-.75

Nota. CTS = *Child Trauma Screen*; AFE = Análise fatorial exploratória; Alfa = Alfa de Cronbach; MCII = Média das Correlações Inter-Item; ACITC = Amplitude das Correlações Item-Total Corrigidas

Quadro 2.

Validade divergente do CTS Reações

	Masculino	Feminino	Amostra total
EMAE Total	-.40**	-.46**	-.36**
BSCS Total	-.39**	-.43**	-.36**

Nota. CTS = *Child Trauma Screen*; EMAE = Escala de Motivação para a

Aprendizagem Escolar; BSCS = *Brief Self-Control Scale*

** $p \leq .01$

Quadro 3.

Validade de grupos conhecidos do CTS

	Masculino	Feminino	<i>F</i> (1,468)	<i>p</i>	η^2_p
	<i>M(DP)</i>	<i>M(DP)</i>			
CTS Eventos	1.51(0.93)	1.56(1.12)	.32	.57	.00
CTS Reações	6.74(4.16)	7.86(4.57)	7.78	.01	.02

Nota. CTS = *Child Trauma Screen*; *M* = Média; *DP* = Desvio-padrão; *F* = estatística *F*

da ANOVA; *p* = nível de significância; η^2_p = eta-quadrado parcial

Quadro 4.

Correlações Pearson do CTS Reações com outras escalas e subescalas

	Masculino	Feminino
YPI-TRI-S Total	.36**	.31**
YPI-TRI-S O/D/M	.35**/.36**/.33**	.30**/.24*/.30**
DD Total	.40**	.37**
DD M/N/P	.30**/.36**/.39**	.34**/.24**/.35**
SUPPS-P Total	.35**	.43**
SUPPS-P Un/Up	.44**/.37**	.39**/.40**
SUPPS-P Fp/Fpr/Bs	.11 ^{ns} /.39**/.19**	.19**/.39**/.29**
AHSRD Total	.51**	.44**
AHSRD Nv/V	.53**/.41**	.44**/.25**
PCS-20 Total	.52**	.36**
PCS-20 Rr/Ra	.43**/.46**	.26**/.35**
PCS-20 Pr/Pa	.44**/.49**	.24**/.33**
CDS	.48**	.42**
Sintomas PC	.49**	.34**
Index of Crime Severity	.49**	.43**

Nota. YPI-TRI-S=*Youth Psychopathic Traits Inventory-Triarchic-Short*; O=Ousadia;

D=Desinibição; M=Malvadez; DD=*Dark Triad Dirty Dozen*; M=Maquiavelismo;

N=Narcisismo; P=Psicopatia; SUPPS-P=*Short Version UPPS-P Impulsive Behavior*

Scale; Un=Urgência negativa; Up=Urgência positiva; Fp=Falta de perseverança;

Fpr=Falta de Premeditação; Bs=Busca de Sensações; BSCS=*Brief Self-Control Scale*;

AHSRD=*Add Health Self-Report Delinquency*; Nv=Não violento; V=Violento; PCS-

20=*Brief Peer Conflict Scale*; Rr=Reativa relacional; Ra=Reativa aberta; Pr=Proativa

relacional; Pa=Proativa aberta; CDS=*Conduct Disorder Screener*; Sintomas

PC=Sintomas de Perturbação do Comportamento

** $p \leq .01$; *ns* = não significativa

2.2. Manuscrito II

Palma, V. H., Pechorro, P., Jesus, S., & Nunes, C. (submetido). Propriedades psicométricas do *Conduct Disorder Screener* entre jovens portugueses em contexto forense e escolar. *Psicologia Clínica*.

Propriedades psicométricas do CDS / Psychometric properties of the CDS /

Propiedades psicométricas de CDS

Propriedades psicométricas do Conduct Disorder Screener entre jovens portugueses em contexto forense e escolar / Psychometric properties of the Conduct Disorder Screener among Portuguese youths in forensic and school contexto / Propiedades psicométricas de Conduct Disorder Screener entre jóvenes portugueses en contexto forenses y escolares

*Victor Hugo Palma

Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs),
Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 FARO, Portugal. Tel:

962767239. E-mail: victorhugopalma@sapo.pt

Pedro Pechorro

Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs),
Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 FARO, Portugal.

Tel: +351 289800100. E-mail: ppechorro@gmail.com

Saúl Neves de Jesus

Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs),
Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 FARO, Portugal.

Tel: 965053506. E-mail: snjesus@ualg.pt

Cristina Nunes

Centro de Investigação em Psicologia (CIP) e Universidade do Algarve, Portugal.
Campus de Gambelas Edifício 9. 8005-139 FARO, Portugal. Tel: +351 289800900. E-

mail: csnunes@ualg.pt

*Autor principal encarregue da correspondência

Propriedades psicométricas do CDS / Psychometric properties of the CDS / Propiedades psicométricas de CDS

Propriedades psicométricas do Conduct Disorder Screener entre jovens portugueses em contexto forense e escolar / Psychometric properties of the Conduct Disorder Screener among Portuguese youths in forensic and school contexto / Propiedades psicométricas de Conduct Disorder Screener entre jóvenes portugueses en contexto forenses y escolares

Resumo

A Perturbação do Comportamento (PC) pode estar relacionada com comportamentos de delinquência persistente e severa na adolescência. Pode prolongar-se na idade adulta e ser uma precursora da Perturbação Antissocial da Personalidade (PAP). Considerando o forte consenso relativamente à necessidade de prevenção e intervenção precoce nos jovens com PC, pelo impacto negativo que estes causam na sociedade, o *Conduct Disorder Screener* (CDS) pode preencher uma lacuna significativa na obtenção rápida de dados relevantes sobre a PC em adolescentes e dar um importante contributo para a sua investigação no nosso País. O objetivo do presente estudo consistiu na validação do CDS numa amostra total de adolescentes portugueses ($N = 601$; M idade = 15.95 anos; $DP = 1.05$ anos; amplitude = 13-18 anos), subdividida em grupo masculino forense, grupo masculino escolar e grupo feminino escolar. A escala demonstrou adequadas características psicométricas, nomeadamente em termos de estrutura fatorial unidimensional, consistência interna por alfa de Cronbach e coeficiente Omega, validade convergente, validade divergente, validade de critério e validade de grupos-conhecidos. Considerando os resultados obtidos, justifica-se a sua utilização em contexto forense e escolar, para identificar PC em adolescentes portugueses.

Palavras-chave: Adolescência; Perturbação do comportamento; Validação

Abstract

Conduct Disorder (CD) may be related to persistent and severe delinquency behaviors in adolescence. It can last into adulthood and be a precursor to Antisocial Personality Disorder. Considering the strong consensus regarding the need for prevention and early intervention in youths with CD, due to the negative impact they have on society, the Conduct Disorder Screener (CDS) can fill a significant gap in quickly obtaining relevant data on CD in adolescents and make an important contribution to your research in our Country. The aim of the present study was to validate the CDS in a sample of Portuguese adolescents ($N = 601$; M age = 15.95 years; $SD = 1.05$ years; range = 13-18 years) subdivided in forensic male group, school male group and school female group. The scale showed adequate psychometric characteristics, namely in terms of a one-dimensional factorial structure, internal consistency by Cronbach's alpha and Omega coefficient, convergent validity, divergent validity, criterion validity and known-groups validity. Considering the obtained results, it is justified to use it in a forensic and school context to identify Conduct Disorder in Portuguese adolescents.

Keywords: Adolescence; Conduct disorder; Validation

Resumen

El Trastorno de Conducta (TC) puede estar relacionado con comportamientos de delincuencia persistente y grave en la adolescencia. Puede extenderse hasta la edad adulta y ser un precursor del Trastorno Antisocial de la Personalidad (TAP). Considerando el fuerte consenso sobre la necesidad de prevención e intervención temprana en jóvenes con TC, por el impacto negativo que tienen en la sociedad, el Conduct Disorder Screener (CDS) puede llenar un vacío significativo en la obtención rápida de datos relevantes sobre TC en adolescentes y hacer una importante contribución a su investigación en nuestro país. El objetivo del presente estudio consistió en la validación del CDS en una muestra total de adolescentes portugueses ($N = 601$; M edad = 15.95 años; $DP = 1.05$ años; amplitud = 13-18 años), subdividida en un grupo forense masculino, grupo escolar masculino y grupo escolar femenino. La escala demostró características psicométricas adecuadas, a saber, en términos de estructura factorial unidimensional, consistencia interna por alfa de Cronbach y coeficiente Omega, validez convergente, validez divergente, validez de criterio y validez de grupos conocidos. Considerando los resultados obtenidos, su uso en contextos forenses y escolares está justificado, para identificar TC en adolescentes portugueses.

Palabras clave: Adolescencia; Trastorno de conducta; Validación

Introdução

Os primeiros sintomas significativos da Perturbação do Comportamento (PC) ocorrem geralmente entre a segunda infância e o meio da adolescência, sendo esta mais frequente nos indivíduos do sexo masculino (American Psychiatric Association [APA], 2014; Frick & Viding, 2009; Rijo et al., 2017). Pode ser diagnosticada na idade adulta, porém, é raro ocorrer depois dos 16 anos de idade. Quando a PC tem início na infância é maior a probabilidade de ocorrerem perturbações diversas (e.g., ansiedade, depressiva, aprendizagem) (APA, 2014; Rijo et al., 2017), de ser severa e prolongar-se pela idade adulta (APA, 2014). Quando os jovens apresentam emoções pró-sociais limitadas (e.g., traços de ausência de emoções, insensibilidade à punição, violação das normas sociais, recurso frequente a comportamentos violentos para obtenção de benefícios instrumentais), ao atingirem a idade adulta pode colocar-se a hipótese de diagnóstico de Perturbação Antissocial da Personalidade (PAP) (APA, 2014; Frick et al., 2009; Rijo et al., 2017). Quando a PC ocorre na adolescência, considerada de início tardio, a probabilidade dos jovens apresentarem comportamentos violentos é menor e a tendência para relacionamentos normativos com os pares aumenta. Quando apresentam sintomas ligeiros pode ocorrer um adequado ajustamento social e ocupacional, porém, podem surgir comportamentos disfuncionais dirigidos a outras pessoas. Nestes casos é menor a probabilidade da PC persistir até à idade adulta (APA, 2014; Frick et al., 2009).

Os fatores de risco da PC, relacionados com a família são: negligência e rejeição pelos pais (Ogilvie et al., 2014), criminalidade parental, psicopatologias familiares (APA, 2014), relação conflitual entre os pais (Dandreaux & Frick, 2009), abuso físico ou sexual (APA, 2014; Ogilvie et al., 2014), institucionalização precoce e frequente mudança de cuidadores (APA, 2014). Os fatores de risco relacionados com a comunidade podem incluir a rejeição pelos pares, associação com grupo de pares

desviantes (APA, 2014) e baixo nível socioeconómico (NSE) (Farrington, 2005). A PC pode comprometer o desempenho escolar. Podem ocorrer dificuldades de adaptação, suspensões, expulsões, abandono (Biederman et al., 2008; Rijo et al., 2017) e baixa motivação para a aprendizagem geradora de indisciplina na sala de aula (Jesus, 2008).

O *Conduct Disorder Screener* (CDS; Lewinsohn, Rohde, & Farrington, 2000), foi desenvolvido no âmbito do *Oregon Adolescent Depression Project* (OADP), um estudo longitudinal sobre depressão em adolescentes, do *Oregon Research Institute*, iniciado em 1986. Uma característica da Perturbação Depressiva Major (PDM) nos adolescentes, detetada no OADP, foi a ocorrência de comorbilidade registada em 43% dos participantes. Entre outras, a PDM ocorria em simultâneo com a PC (Rohde, Lewinsohn, & Seeley, 1991). O objetivo do CDS foi identificar adolescentes com PC e avaliar a capacidade de prever PAP aos 24 anos de idade. No primeiro momento de observação (T1), a amostra aleatoriamente selecionada em 9 escolas do oeste do Oregon, foi constituída por 1.709 estudantes de ambos os sexos (M idade = 16.6 anos; DP = 1.2 anos). O segundo momento de observação (T2) ocorreu cerca de um ano mais tarde após o (T1), com os adolescentes que aceitaram continuar a participar no estudo, sendo a amostra constituída por 1.507 participantes (M idade = 17.7 anos; DP = 1.2 anos). No terceiro momento de observação (T3) participaram 940 pessoas de ambos os sexos que, tinham participado no T2, depois de terem completado 24 anos de idade (M idade = 24.2 anos; DP = .60 anos) (Rohde, Lewinsohn, & Seeley, 1997). Os resultados obtidos sugeriram que, o instrumento, pode ser uma medida de triagem eficaz para a PC em adolescentes, tendo apresentado boas características psicométricas. Não foram encontradas diferenças significativas na capacidade de triagem em função do sexo. O desempenho do CDS não diferiu significativamente das medidas mais longas para pais como a *Child Behavior Checklist* (CBCL; Achenbach, 1991) e adolescentes como o

Youth Self-Report (YSR; Achenbach, & Edelbrock, 1987), também utilizadas em Portugal (e.g., Achenbach et al., 2014). Deve salientar-se a capacidade preditiva do instrumento no diagnóstico de PAP, por ter identificado 75% dos casos (Lewinsohn et al., 2000). Embora o CDS tenha sido utilizado em diversos estudos (e.g., Gudjonsson et al., 2014; Mann, Kristjansson, & Sigfusdottir, 2016; Young et al., 2011) não foram por nós encontradas validações do instrumento.

A decisão de validação do instrumento, ocorreu pela escassez de medidas breves para adolescentes, validadas para a população portuguesa em contexto forense e escolar. A opção pela utilização de medidas breves está relacionada com as vantagens (e.g., o tempo de resposta é menor, influência na motivação e fadiga) (Rammstedt & Beierlein, 2014) em contexto clínico e de investigação, em especial, quando são aplicadas a jovens. Com a validação do instrumento, garantimos as suas adequadas propriedades psicométricas (e.g., validade de construto, validade convergente, fiabilidade) (Borrajó et al., 2015; Simões, Almeida, & Gonçalves, 2017). Antes da aplicação de um instrumento de avaliação, deve verificar-se se o mesmo foi validado para um grupo de pessoas com características idênticas (e.g., idade, sexo, escolaridade) e contexto específico (e.g., Psicologia forense, Psicologia clínica, Psicologia educacional) (Leite, 2011). Pelo anteriormente referido e, considerando as características do CDS, é para nós importante a disponibilização de uma versão portuguesa do mesmo, devidamente validada, para ser utilizada na triagem da PC em adolescentes e em estudos futuros em contexto forense e escolar. Esta é uma perturbação cujo início é cada vez mais precoce, pode potenciar comportamentos de risco na adolescência e manter-se na idade adulta, com elevados custos sociais e económicos para o indivíduo, respetivas famílias e sociedade (Hutchings, Bywater, & Daley, 2007).

O objetivo do presente estudo foi a validação do CDS numa amostra de adolescentes de ambos os sexos, em contexto forense e escolar, onde se colocaram as hipóteses de que, este, irá demonstrar: 1) Estrutura fatorial unidimensional; 2) Adequada consistência interna medida por alfa de Cronbach e coeficiente Omega; 3) Adequada validade convergente com medidas de avaliação de traços psicopáticos, traços de tríade negra, impulsividade, delinquência juvenil, violência entre pares e validade divergente com medidas de motivação para a aprendizagem escolar e autocontrolo; 4) Adequada validade de critério (concorrente) com sintomas de perturbação do comportamento, índice de gravidade do crime, idade do primeiro problema com a lei; 5) Adequada validade de grupos-conhecidos.

Método

Participantes

A amostra total foi constituída por 601 participantes (M idade = 15.95 anos; DP = 1.05 anos; amplitude = 13-18 anos), subdividida em grupo masculino forense (n = 131; M idade = 16.09 anos; DP = 1.14 anos; amplitude = 13-18 anos), grupo masculino escolar (n = 257; M idade = 15.97 anos; DP = .98 anos; amplitude = 14-18 anos) e grupo feminino escolar (n = 213; M idade = 15.75 anos; DP = 1.07 anos; amplitude = 14-18 anos). Os participantes que constituíram o grupo masculino forense encontravam-se detidos a nível nacional nos Centros Educativos (CE) da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), aos quais foi aplicada pelo tribunal a medida tutelar-educativa de internamento. Os participantes que constituíram os grupos masculino e feminino escolar encontravam-se a frequentar o ensino básico ou secundário em estabelecimentos públicos das regiões do Algarve, Alentejo e Grande Lisboa.

Instrumentos

O *Conduct Disorder Screener* (CDS; Lewinsohn, Rohde, & Farrington, 2000) é uma medida breve de autorrelato, composta por 6 itens, concebida para avaliar Perturbação do Comportamento em adolescentes. A escala pode ser pontuada adicionando os itens (1- Quebrei regras em casa, 2- Quebrei regras na escola, 3- Entrei em brigas/lutas, 4- Faltei às aulas, 5- Fugui de casa, 6- Meti-me em problemas por mentir ou roubar) numa escala ordinal de 4 pontos (1 = Nunca/Quase nunca; 2 = Algumas vezes; 3 = Muitas vezes; 4 = Quase sempre/ Sempre). Resultados mais elevados indicam níveis mais elevados de perturbação do comportamento. A consistência interna da nossa versão do instrumento será apresentada no Quadro 3.

O *Child Trauma Screen* (CTS; Lang & Connel, 2017) é uma medida breve de autorresposta para crianças e jovens, constituída por 10 itens. É composta por duas dimensões distintas onde não se obtém um valor de CTS Total, a saber: “Eventos”, relacionada com a exposição a Eventos Potencialmente Traumáticos (EPT) (e.g., Alguém já te magoou seriamente? Agrediu-te com murros ou pontapés com muita força, com um cinto ou outros objetos, ou tentou dar-te um tiro ou uma facada?) composta por quatro itens (1-4) dicotómicos codificados (0 = Não; 1 = Sim) que, após somados (Eventos Total) indicam o número dos diferentes tipos de eventos potencialmente traumáticos vivenciados; “Reações”, relacionada com sintomas de Perturbação de Stresse Pós-Traumático (PTSD), consistente com a definição do DSM-5 de PTSD (e.g., Fortes sensações no teu corpo quando recordas algo que aconteceu [suor, batidas rápidas do coração, sentiste-te doente]). É composta por seis itens (5-10) classificados numa escala ordinal de 4 pontos (0 = Nunca/Raramente; 1 = 1 ou 2 vezes por mês; 2 = 1 ou 2 vezes por semana; 3 = 3 ou mais vezes por semana) que, depois de somados, fornecem o “Reações Total” em que, resultados mais elevados indicam níveis mais elevados de PTSD. Nesta investigação foi utilizada uma validação portuguesa do CTS

(Palma et al., 2020), tendo sido obtida, no presente estudo, uma consistência interna medida pelo alfa de Cronbach de .81.

O *Youth Psychopathic Traits Inventory-Triarchic-Short* (YPI-TRI-S; Pechorro et al., 2019a) é uma medida de 21 itens concebida para avaliar traços psicopáticos em jovens na perspectiva do modelo triárquico de psicopatia. Cada item é pontuado numa escala ordinal de 4 pontos (0 = Discordo muito; 1 = Discordo; 2 = Concordo; 3 = Concordo muito). O YPI-Tri-S é composto por três subescalas, a saber: Ousadia (*Boldness*) (7 itens), Desinibição (*Disinhibition*) (7 itens) e Malvadez (*Meanness*) (7 itens), sendo que, a obtenção de valores mais elevados, refletem a presença de níveis mais elevados de traços triárquicos de psicopatia. No presente estudo, a consistência interna medida pelo alfa de Cronbach foi de .95.

A *Dirty Dozen* (DD; Jonason & Webster, 2010) é uma medida breve de autorrelato de 12 itens, concebida para avaliar traços de tríade negra, composta por três subescalas, a saber: Maquiavelismo (e.g., Já enganei ou menti para obter o que eu queria), Narcisismo (e.g., Tenho tendência a querer que as outras pessoas sintam admiração por mim) e Psicopatia (e.g., Não costumo sentir remorsos ou arrependimento). Cada item é pontuado numa escala ordinal de 5 pontos (1 = Nunca/Quase nunca; 2 = Poucas vezes; 3 = Algumas vezes; 4 = Muitas vezes; 5 = Quase sempre/ Sempre), sendo que, a obtenção de valores mais elevados, refletem a presença de níveis mais elevados de traços de tríade negra. Na presente investigação foi utilizada a validação portuguesa da DD (Pechorro et al., 2019b), tendo sido obtida, no presente estudo, uma consistência interna medida pelo alfa de Cronbach de .92.

A *SUPPS-P Impulsive Behavior Scale* (SUPPS-P; Pechorro et al., submetido) é uma medida breve de autorrelato de 20 itens, concebida para avaliar a impulsividade, composta por cinco subescalas, que correspondem a cinco traços de impulsividade, a

saber: Urgência positiva (itens 3, 10, 17 e 20), Urgência negativa (itens 6, 8, 13 e 15), Falta de premeditação (itens 2, 5, 12 e 19), Falta de perseverança (itens 1, 4, 7 e 11) e Busca de sensações (itens 9, 14, 16 e 18). Depois de inverter o resultado dos itens apropriados (1, 2, 4, 5, 7, 11, 12 e 19), cada item é pontuado numa escala ordinal de 4 pontos (4 = Discordo muito; 3 = Discordo; 2 = Concordo; 1 = Concordo muito). A obtenção de valores mais elevados, refletem a presença de níveis mais elevados de impulsividade. Na presente investigação a consistência interna medida pelo alfa de Cronbach foi de .92.

A *Brief Self-Control Scale* (BSCS; Tangney, Baumeister, & Boone, 2004) é uma medida breve de autorrelato de 13 itens, concebida para avaliar o autocontrolo geral. A escala pode ser pontuada, depois de inverter o resultado dos itens apropriados (1, 2, 3, 4, 6, 9, 10, 12 e 13) adicionando os itens (e.g., Resisto bem às tentações) numa escala ordinal de 5 pontos (0 = Nunca/ Quase nunca; 1 = Poucas vezes; 2 = Algumas vezes; 3 = Muitas vezes; 4 = Quase sempre/ Sempre), em que, resultados mais elevados, indicam níveis mais elevados de autocontrolo. Nesta investigação foi utilizada uma validação portuguesa da BSCS (Pechorro et al., 2018a), onde, no presente estudo, foi obtida uma consistência interna medida pelo alfa de Cronbach de .93.

A *Add Health Self-Report Delinquency* (AHSRD; Udry, 2003) foi elaborado para o National Longitudinal Study of Adolescent Health (Add Health), um estudo prospetivo com adolescentes americanos do 7º ao 12º ano de escolaridade. A escala é pontuada adicionando os 10 itens do Factor Não-violento (e.g., Tiraste coisas de uma loja sem pagares) e os sete itens do Factor Violento (e.g., Puxaste de uma faca ou arma para ameaçar alguém), considerando uma escala ordinal de 5 pontos (0 = Nunca/ Quase nunca; 1 = Poucas vezes; 2 = Algumas vezes; 3 = Muitas vezes; 4 = Quase sempre/ Sempre). Pontuações mais elevadas indicam níveis mais elevados de delinquência

juvenil. Nesta investigação foi utilizada a validação portuguesa da AHSRD (Pechorro et al., 2019c), onde foi obtida, no presente estudo, uma consistência interna medida pelo alfa de Cronbach de .96.

A *Brief Peer Conflict Scale* (PCS-20; Russell, 2014) é uma medida breve de 20 itens concebida para avaliar a violência entre pares. Cada item é pontuado numa escala ordinal de 4 pontos (0 = Discordo muito; 1 = Discordo; 2 = Concordo; 3 = Concordo muito). O PCS-20 é composto por 4 dimensões, a saber: Reativa relacional (5 itens), Proativa relacional (5 itens), Reativa aberta (5 itens) e Proativa aberta (5 itens). A obtenção de valores mais elevados, refletem a presença de níveis mais elevados de violência entre pares. Nesta investigação foi utilizada a validação portuguesa da PCS-20 (Pechorro et al., 2018b), tendo sido obtida, no presente estudo, uma consistência interna medida pelo alfa de Cronbach de .95.

A Escala de Motivação para a Aprendizagem Escolar (EMAE; Imaginário et al., 2014) é uma medida breve de autorrelato de 14 itens, concebida para avaliar a motivação para a aprendizagem escolar. A escala pode ser pontuada, depois de se inverter os itens apropriados (5, 6, 8, 9, 11, 13 e 14), adicionando os itens (e.g., Na sala de aula, gosto de fazer as tarefas propostas) numa escala ordinal de 6 pontos (1 = Discordo totalmente; 2 = Discordo; 3 = Discordo parcialmente; 4 = Concordo parcialmente; 5 = Concordo; 6 = Concordo totalmente). Resultados mais elevados, indicam níveis mais elevados de motivação para a aprendizagem escolar. No presente estudo, a consistência interna medida pelo alfa de Cronbach foi de .92.

Os 15 critérios para o diagnóstico de Perturbação do Comportamento, de acordo com os critérios oficiais do DSM-5 (APA, 2014) foram utilizados para criar uma escala de autorresposta (Skilling, Quinsey, & Craig, 2001). Os 15 itens codificados (0 = Não; 1 = Sim) foram somados para obter uma pontuação total, de forma a que pontuações mais

altas indicam maior presença de sintomas de perturbação do comportamento. Na presente investigação a consistência interna medida pelo alfa de Cronbach foi de .92.

O Índice de Gravidade do Crime (*Index of Crime Severity-ICS*; Wolfgang et al., 1985, cit. por Braga et al., 2018) serviu para classificar a gravidade do crime cometido. O nível 0 representa delinquência ausente; o nível 1 representa delinquência menor cometida no seu agregado familiar (e.g., roubar pequenas quantias de dinheiro em casa); o nível 2 representa delinquência menor fora de casa, incluindo roubar algo de valor inferior a 5 euros, vandalismo e pequena fraude (e.g., não pagar o bilhete de autocarro); o nível 3 representa delinquência de moderada a grave como roubar algo de valor superior a 5 euros, envolvimento em gangues e porte de armas (e.g., faca, pistola); o nível 4 representa delinquência grave, tal como o roubo de carros, motas e arrombamento e invasão de domicílio; o nível 5 representa a prática de pelo menos dois dos comportamentos descritos no nível anterior ou ter praticado crimes violentos contra pessoas, agressões com armas (e.g., pau, faca, pistola) ou agressões físicas (e.g., murros, pontapés).

As características sociodemográficas e criminais da amostra foram recolhidas através de um Questionário Sociodemográfico e Criminal (QSC), construído para a presente investigação, onde foram recolhidos os seguintes dados: Sociodemográficos (e.g., idade, sexo, nacionalidade dos pais, nacionalidade e escolaridade dos participantes, escolaridade, nível socioeconómico e estado civil dos pais) e Criminais (e.g., ocorreram problemas com a lei, idade do primeiro problema com a lei, tipo de problema que ocorreu).

Procedimentos

Foi solicitada a autorização do autor principal do *Conduct Disorder Screener* (CDS; Lewinsohn, Rohde, & Farrington, 2000), para a tradução e utilização do

instrumento em Portugal. Ao longo do processo de tradução e adaptação foram seguidas as recomendações internacionalmente estabelecidas (Hambleton, Merenda, & Spielberger, 2005). A tradução do instrumento original de língua inglesa para português foi efetuada por um tradutor bilingue com experiência em validação de escalas na área da avaliação psicológica. Posteriormente, um Psicólogo e um tradutor bilingue fizeram a retroversão para inglês. Seguidamente, ocorreu uma revisão técnica, realizada por dois professores universitários, bilingues, especializados em validação de escalas na área da avaliação psicológica. A versão obtida foi sujeita a um pré-teste na qual participaram 25 adolescentes do ensino básico e secundário, de ambos os sexos. Após o preenchimento do instrumento em grupos de 5, foram convidados a sugerir alterações aos termos utilizados para melhor se adequarem à sua forma de comunicar. O objetivo foi analisar a qualidade da tradução, detetar problemas e aperfeiçoar a linguagem utilizada, tornando-a mais acessível aos participantes.

A recolha de dados do grupo masculino forense ocorreu após a obtenção da autorização para tratamento de dados pessoais da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) e recolha de dados nos Centros Educativos (CE) por parte da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). A recolha de dados ocorreu em todos os Centros Educativos de Portugal. Antes de ser aplicada a bateria de testes em grupos de 3 a 6, foi entregue a cada participante um termo de consentimento informado. A recolha de dados dos grupos masculino e feminino escolar ocorreu em Agrupamentos de Escolas das regiões do Algarve, Alentejo e Grande Lisboa, após a obtenção da autorização para tratamento de dados pessoais da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), realização de inquérito em meio escolar da Direção Geral de Educação (DGE) e respetivas Direções dos Agrupamentos de Escolas do ensino público. Foi entregue um termo de consentimento livre para ser assinado pelos encarregados de

educação dos alunos, autorizando a sua participação na investigação, antes de lhes ser aplicada a bateria de testes em grupo, onde se encontrava um termo de consentimento informado para alunos. Tanto no grupo masculino forense quanto nos grupos masculino e feminino escolar foram excluídos os participantes que se encontravam fora do intervalo etário pré-estabelecido (dos 12 aos 18 anos de idade) e que entregaram pelo menos um questionário não utilizável (e.g., não preenchido, ilegível). A taxa de participação foi de 90 % e 92 % respetivamente.

Análises estatísticas

Para inserir e analisar os dados foi utilizado o *software* IBM SPSS Statistic for Windows, v25 (IBM Corp, 2017) e o *software* EQS 6.3 (Bentler & Wu, 2015). O tratamento de dados ocorreu com recurso a ANOVA, Kruskal-Wallis, Qui-quadrado, análise fatorial confirmatória, análise de consistência interna por alfa de Cronbach e coeficiente Omega e correlações paramétricas e não paramétricas. A análise da estrutura fatorial do CDS foi efetuada com recurso ao *software* EQS com métodos robustos de estimação. Os índices de ajustamento calculados foram: Qui-quadrado de Satorra-Bentler/graus de liberdade, CFI (*Comparative Fit Index* – Índice de ajustamento comparativo), IFI (*Incremental Fit Index* – Índice de ajustamento incremental), RMSEA (*Root Mean Square Error of Approximation* – Raiz quadrada do erro médio de aproximação). Um valor de Qui-quadrado/graus de liberdade < 5 é considerado adequado, ≤ 2 é considerado bom e $= 1$ é considerado muito bom (Marôco, 2014; West, Taylor, & Wu, 2012). Valores CFI $\geq .90$ e RMSEA $< .10$ indicam ajustamento adequado; valores de CFI $\geq .95$ e RMSEA $\leq .06$ indicam um ajustamento bom (Byrne, 2006). Um valor de IFI $\geq .90$ é considerado aceitável. A AFC foi efetuada diretamente nos itens, considerando os valores de cargas fatoriais $\geq .30$. Foi testada uma estrutura

fatorial unidimensional em que, todos os itens saturam num único fator latente (Byrne, 2006; Marôco, 2014).

Foram utilizados a ANOVA, Kruskal-Wallis e Qui-quadrado para comparar os grupos em estudo quando as variáveis eram métricas, ordinais e nominais. Foram utilizadas correlações Pearson para analisar as associações entre as variáveis escalares e correlações de Spearman para analisar a relação entre variáveis ordinais e escalares (Marôco, 2014). Relativamente à magnitude de correlações foram consideradas entre 0 e .20 fracas, entre .20 e .50 moderadas e acima de .50 fortes (Ferguson, 2009). As pontuações totais das escalas, de acordo com o que é comum efetuar-se em psicometria (e.g., Nunnally & Bernstein, 1994), foram utilizadas para examinar a validade convergente, divergente e de critério (concorrente). A consistência interna por alfa de Cronbach e Omega foi considerada entre .60 e .69 marginalmente aceitável, acima de .70 adequada e acima de .80 boa (Dunn, Baguley, & Brunnsden, 2014; Nunnally et al., 1994). As médias das correlações inter-item (MCII) foram consideradas adequadas entre .15 e .50. A amplitude das correlações item-total corrigidas (ACITC) foram consideradas adequadas acima de .30 (Dunn et al., 2014; Urbina, 2014), sendo a correlação mínima recomendada de .20 (Nunnally et al., 1994). A dimensão do efeito, eta-quadrado parcial (η^2_p) foi considerada reduzida quando $\leq .05$, média entre .06 e .25, elevada entre .26 e .50 e muito elevada quando $> .50$. Quanto à potência do teste (π), para detetar efeitos estatisticamente significativos é desejável que seja $\geq .80$. Um valor de $\pi = .80$ é considerado adequado, sendo que, quanto mais elevado for este valor mais elevada será a potência do teste (Marôco, 2018).

Resultados

Foram encontradas diferenças estatisticamente significativas entre os participantes do grupo masculino forense e o grupo feminino escolar relativamente à idade ($F(2,598)$

= 3.79, $p = .02$). Os dados revelaram também diferenças estatisticamente significativas entre o grupo masculino forense e o grupo masculino e feminino escolar relativamente aos anos de escolaridade completados ($F(2,598) = 273.38, p < .001$; M masculino forense = 6.49, $DP = 1.42$, amplitude = 4-10; M masculino escolar = 8.98, $DP = .95$, amplitude = 7-11; M feminino escolar = 8.92, $DP = .95$, amplitude = 7-11), ao nível socioeconómico (NSE) dos pais ($KW = 50.47, p < .001$) e à nacionalidade ($\chi^2 = 18.76, p = .00$). Os pais dos participantes do grupo masculino forense apresentaram menor NSE, tendo este, sido definido: baixo, médio e elevado, após o cruzamento da profissão com o nível de escolaridade dos pais, de acordo com a proposta de Simões (2000). O grupo masculino forense apresentou maior diversidade de nacionalidades relativamente aos grupos masculino e feminino escolar.

Para serem avaliadas as propriedades psicométricas do instrumento procedeu-se à AFC. No Quadro 1 podem observar-se os índices de ajustamento para os grupos em estudo do CDS. Foram obtidos os seguintes índices de ajustamento: grupo masculino forense $S-B\chi^2/df = 1.99$, CFI = .98, IFI = .98, RMSEA = .08 (.01 - .14), grupo masculino escolar $S-B\chi^2/df = 1.60$, CFI = .99, IFI = .99, RMSEA = .04 (.00 - .09) e grupo feminino escolar $S-B\chi^2/df = 1.91$, CFI = .98, IFI = .98, RMSEA = .06 (.00 - .11). Os valores obtidos de $S-B\chi^2/df$ indicam ajustamentos bons, os de IFI aceitáveis, os de CFI bons e os de RMSEA são bons nos grupos masculino escolar e feminino escolar e adequados no grupo masculino forense.

(Quadro 1)

No Quadro 2 são apresentadas as cargas fatoriais do modelo unifatorial nos grupos masculino forense, masculino escolar e feminino escolar, tendo sido considerandos os valores com cargas fatoriais $\geq .30$. Optámos por manter o resultado

.28 do item 5 (Fugi de casa), no grupo feminino escolar, por aproximar-se do valor considerado.

(Quadro 2)

No Quadro 3 são apresentados os valores da consistência interna pelo alfa de Cronbach e coeficiente Omega. Foi obtido um alfa de Cronbach no grupo masculino forense de .82, no grupo masculino escolar de .88 e no grupo feminino escolar de .75. Relativamente ao coeficiente Omega, obteve-se no grupo masculino forense .83, no grupo masculino escolar .91 e no grupo feminino escolar .78. Assim sendo, a consistência interna apresenta valores bons nos grupos masculino forense e masculino escolar e adequados no grupo feminino escolar. Os resultados das médias das correlações inter-item (MCII) revelaram geralmente valores adequados (de .15 a .50) para os grupos em estudo, embora, no grupo feminino escolar, este, seja ligeiramente superior (.55) ao intervalo recomendado. Na amplitude das correlações item-total corrigidas (ACITC) foram obtidos valores geralmente adequados (acima de .30). No grupo feminino escolar o valor obtido (.23) foi superior à correlação mínima recomendada (.20).

(Quadro 3)

No Quadro 4 são apresentadas a validade convergente, a validade divergente e a validade de critério (concorrente) do CDS. A validade convergente foi testada com o YPI-TRI-S, DTDD, SUPPS, AHSRD e PCS-20. A validade divergente foi testada com a EMAE e a BSCS. A validade de critério (concorrente) foi testada com os sintomas de Perturbação do Comportamento, ICS (*Index of Crime Severity*) e Idade do primeiro problema com a Lei.

(Quadro 4)

No Quadro 5 é apresentada a validade de grupos conhecidos onde a comparação entre os grupos em estudo revelou que, o grupo masculino forense obteve pontuações mais elevadas e estatisticamente significativas do que os grupos masculino e feminino escolar e que, o grupo masculino escolar, obteve pontuações mais elevadas e estatisticamente significativas do que o grupo feminino escolar e uma dimensão do efeito muito elevada no CDS Total ($F(2,598) = 520.38, p < .001; \eta^2_p = .64; \pi = 1; M$ masculino forense = 16.73, $DP = 2.94; M$ masculino escolar = 9.39, $DP = 2.73; M$ feminino escolar = 8.26, $DP = 1.79$). Com recurso ao teste *post-hoc* Games-Howell, os dados revelaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos masculino forense e masculino escolar ($p < .001$), masculino escolar e feminino escolar ($p < .001$) e masculino forense e feminino escolar ($p < .001$).

(Quadro 5)

Discussão

Tendo em consideração que, a PC, é uma perturbação cujo início é cada vez mais precoce, pode potenciar comportamentos de delinquência na adolescência e prolongar-se pela idade adulta, com elevados custos sociais e económicos (Hutchings, Bywater, & Daley, 2007), considerámos ser relevante a disponibilização de uma versão portuguesa do CDS, devidamente validada, para a triagem da PC em adolescentes. Pensamos que, este instrumento breve, pode ser fundamental como estratégia de identificação e encaminhamento dos jovens para intervenções psicoterapêuticas e psicossociais adequadas, diminuindo desta forma o impacto da PC para o indivíduo, respetivas famílias e sociedade. Assim sendo, o objetivo do presente estudo foi a validação do CDS numa amostra de adolescentes de ambos os sexos, em contexto forense e escolar, onde foram colocadas as hipóteses de que, este, iria demonstrar: 1) Estrutura fatorial unidimensional; 2) Boa consistência interna medida por alfa de Cronbach e coeficiente

Omega; 3) Adequada validade convergente com medidas de avaliação de traços psicopáticos, traços de tríade negra, impulsividade, delinquência juvenil, violência entre pares e validade divergente com medidas de motivação para a aprendizagem escolar e autocontrole; 4) Adequada validade de critério (concorrente) com sintomas de perturbação do comportamento, índice de gravidade do crime, idade do primeiro problema com a lei; 5) Adequada validade de grupos-conhecidos.

Considerando os resultados obtidos comprovou-se uma estrutura fatorial unidimensional com índices de ajustamento de adequados a bons (Marôco, 2014; West et al., 2012), tal como no instrumento original proposto por Lewinsohn et al. (2000). Assim sendo, a nossa primeira hipótese foi confirmada.

A análise da consistência interna (fiabilidade), estimada pelo alfa de Cronbach e coeficiente Omega revelou valores de adequados (acima de .70) no grupo feminino escolar, a bons (acima de .80), nos grupos masculino forense e escolar (Dunn et al., 2014; Nunnally et al., 1994). A consistência interna medida por alfa de Cronbach no instrumento original foi de .78 no sexo masculino e de .72 no sexo feminino. No presente estudo foram obtidos resultados superiores aos de Lewinsohn et al. (2000). A utilização do coeficiente Omega é recomendada porque o alfa de Cronbach tende a subestimar a consistência interna (Dunn et al., 2014), porém, optámos por apresentar o valor do alfa uma vez que, este, é o coeficiente mais utilizado e o referido no estudo original.

Os resultados das médias das correlações inter-item (MCII) revelaram geralmente valores adequados (de .15 a .50) para os grupos em estudo, embora no grupo feminino escolar este seja ligeiramente superior (.55) ao intervalo recomendado. Na amplitude das correlações item-total corrigidas (ACITC) foram obtidos valores geralmente adequados (acima de .30) (Dunn et al., 2014; Urbina, 2014). Porém, no grupo feminino

escolar, embora o valor obtido (.23) seja inferior, é superior à correlação mínima recomendada de .20 (Nunnally et al., 1994). Assim sendo, a segunda hipótese por nós colocada foi igualmente confirmada.

Na validade convergente com o YPY-TRI-S Total, DTDD Total, SUPPS-P Total, AHSRD Total e PCS-20 Total as correlações revelaram-se positivas, fortes e estatisticamente significativas. Os resultados obtidos, tal como o esperado, corroboram o referido na revisão de literatura efetuada (e.g., López-Romero, Romero, & Andershed, 2015; Pechorro, Poiares, Marôco, & Vieira, 2012). A PC está associada a comportamentos externalizantes (e.g., agressividade, impulsividade, antissociais, delinquentes) sendo mais comuns no sexo masculino (e.g., APA, 2014; Pechorro et al., 2018a; Pechorro et al., 2018b; Rijo et al., 2017). A PC pode potenciar comportamentos delinquentes nos adolescentes e prolongar-se pela idade adulta (Hutchings, Bywater, & Daley, 2007). Alguns autores (e.g., Sevecke & Kosson, 2010) referem a existência de uma ligação retrospectiva entre psicopatia no adulto e perturbação do comportamento na infância, início precoce de comportamentos antissociais, violência crónica, delitos diversificados e impulsividade. Pode ser um precursor da PAP (APA, 2014; Hutchings et al., 2006) e, quando tal ocorre, pode verificar-se a prática de atividade criminal severa e crónica na idade adulta (Loeber & Farrington, 1998). No DSM-5 está incluído um especificador na PC de traços de insensibilidade emocional (e.g., falta de remorso ou culpa, indiferença-falta de empatia), caraterísticos da psicopatia (Frick & Moffitt, 2010; Scheepers, Buitelaar, & Matthys, 2011). É referido por vários autores que, estes traços, podem estar associados à maior estabilidade dos comportamentos antissociais, comportamentos delinquentes graves e violentos, início precoce de atividades criminais, detenções e condenações precoces (Forth & Book, 2010; Pechorro et al., 2014; Van Baardewijk et al., 2011).

A validade divergente (Kaplan & Saccuzzo, 2013) com medidas de motivação para a aprendizagem escolar (EMAE) e autocontrolo (BSCS) revelou correlações negativas, fortes e estatisticamente significativas, como o esperado. Considerando o sentido (negativo) e a intensidade (forte) da relação linear entre o CDS Total e as medidas EMAE e BSCS (e.g., Marôco, 2018), os dados obtidos são igualmente corroborados por autores diversos (e.g., Biederman et al., 2008; Jesus, 2008; Farrington, 2005; Pechorro et al., 2019c). A falta de motivação para aprendizagem escolar pode ter implicações ao nível dos comportamentos, verificando-se indisciplina dentro da sala de aula (Jesus, 2008). Nos casos em que ocorre PC, o desempenho ao longo do percurso escolar pode ficar comprometido, estando com frequência abaixo do nível esperado (APA, 2014; Rijo et al., 2017). Podem ocorrer suspensões ou mesmo expulsão, dificuldades de adaptação ao meio escolar (APA, 2014; Rijo et al., 2017) e abandono prematuro do mesmo (Biederman et al., 2008; Rijo et al., 2017). A terceira hipótese foi igualmente confirmada.

Considerando a validade de critério (concorrente) com sintomas de PC e ICS, os resultados obtidos revelaram no grupo masculino forense correlações positivas, de moderadas a fortes e estatisticamente significativas. Nos grupos masculino e feminino escolar, foram verificadas correlações positivas, fortes e estatisticamente significativas. Relativamente à idade do 1º problema com a Lei observaram-se correlações negativas, moderadas e estatisticamente significativas no grupo forense e correlações não significativas nos grupos masculino e feminino escolar. Os dados obtidos estão em linha com outros estudos anteriormente efetuados (e.g., Pechorro et al., 2012). Quando a PC ocorre precocemente (APA, 2014; Biederman et al., 2008; Frick & Viding, 2009; Simões, 2007), afetando geralmente os indivíduos do sexo masculino, apresentam estes um risco aumentado de comportamentos antissociais (APA, 2014; Biederman et al.,

2008; Frick et al., 2009; Rijo et al., 2017) e de desenvolvimento de perturbações diversas (e.g., ansiedade, humor, controlo dos impulsos, aprendizagem) (APA, 2014; Rijo et al., 2017). Verifica-se com frequência agressividade física dirigida aos outros, relações perturbadas com os pares (APA, 2014; Burke, Pardini, & Loeber, 2008). Muitas crianças com este subtipo de PC podem apresentar maior probabilidade de desenvolver PC severa e persistente, prolongando-se pela idade adulta (APA, 2014). A minoria de jovens com PC que apresentam um padrão estável de respostas com emoções prossociais limitadas (e.g., ausência de emoções, procura de excitação, insensibilidade à punição, violação das normas sociais, comportamentos violentos), a PC pode ter ocorrido precocemente e ser classificada como severa e persistente (APA, 2014; Rijo et al., 2017; Simões, 2007). Os jovens com estas características manipulam o ambiente, podendo tornar-se na principal forma de interação social para obterem gratificação imediata ou evitar as exigências do meio (Pacheco et al., 2009), recorrendo frequentemente a comportamentos violentos (Rijo et al., 2017). Pelo anteriormente referido, a quarta hipótese do presente estudo foi confirmada.

Relativamente à validade de grupos-conhecidos, a comparação entre os grupos masculino forense e masculino escolar revelou que, os participantes do grupo forense, obtiveram pontuações mais elevadas no CDS Total, tal como o esperado, uma vez que, a PC é um fator de risco para a atividade criminal (e.g., Biederman et al., 2008; Frick et al., 2009). Os resultados obtidos revelaram também que, os participantes do grupo masculino escolar obtiveram pontuações mais elevadas no CDS Total do que o grupo feminino escolar, corroborando o referido na revisão de literatura previamente efetuada (e.g., Loeber & Farrington, 1998). Revelaram ainda que, os participantes do grupo masculino forense obtiveram pontuações mais elevadas relativamente ao grupo feminino escolar corroborando igualmente o referido pelos autores consultados na

revisão de literatura efetuada para o presente estudo (e.g., Biederman et al., 2008; Frick et al., 2009). Há diferenças entre os indivíduos do sexo masculino e feminino que apresentam PC. Nos rapazes ocorrem frequentemente lutas, furtos, roubos, vandalismo e indisciplina em meio escolar. Nas raparigas verificam-se fugas, mentiras, uso de substâncias psicoativas, prostituição e absentismo escolar (APA, 2014). Já anteriormente Kratzer e Hodgins (1997) referiram que 64% dos rapazes e 17% das raparigas com PC apresentaram cadastro na idade adulta. Os dados revelaram também uma dimensão do efeito (.64) muito elevada e uma potência do teste (1) igualmente muito elevada (Marôco, 2018). As diferenças estatisticamente significativas entre o sexo masculino e o feminino são igualmente referidas pelos autores do estudo original (Lewinsohn et al., 2000). Assim sendo, foi confirmada a quinta hipótese por nós colocada.

Conclusões

Concluimos que, a versão portuguesa do CDS é um instrumento de autorrelato fiável e válido para a avaliação da PC nos adolescentes, em contexto forense e escolar. Considerando que, esta, é uma perturbação com relevância clínica, educacional e forense, a versão portuguesa deste instrumento pode contribuir para preencher uma lacuna na avaliação rápida, específica e adequada da PC nesta fase do desenvolvimento do indivíduo.

Embora a investigação empírica tenha demonstrado que a delinquência juvenil está mais concentrada nos jovens do sexo masculino (e.g., Hawkins, Laub, & Lauritsen, 1998), consideramos que, a ausência de um grupo feminino forense é uma limitação deste estudo. O número de jovens do sexo feminino, neste contexto, tem vindo a aumentar nos últimos anos a nível nacional e internacional, como referem diversos autores (e.g., Duarte, 2012; Resko et al., 2016). Ainda como limitação, seria

aconselhável a utilização de outras medidas validadas de PC em adolescentes portugueses para analisar a validade convergente.

Sendo esta uma medida breve devem considerar-se vantagens diversas para a investigação e prática clínica tais como: quando são utilizadas outras medidas de avaliação; o tempo de resposta dos participantes é menor, logo, tem impacto na motivação e na fadiga para determinadas populações (e.g., crianças, adolescentes); diminui a probabilidade de ocorrerem itens omissos (Rammstedt et al., 2014). Assim sendo, esperamos que, este trabalho, estimule futuras investigações, considerando estes factos e também a validação cruzada com outras amostras (e.g., clínica), para verificar se as propriedades psicométricas do CDS se mantêm adequadas. Porém, deve considerar-se que, a validação de um instrumento é um processo inacabado (Nunnally et al., 1994).

Financiamento

Este artigo é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/04020/2020 – CINTURS BASE/ This paper is financed by National Funds provided by FCT- Foundation for Science and Technology through project UIDB/04020/2020 – CINTURS BASE.

Referências

- Achenbach, T. M. (1991). *Manual for the Child Behavior Checklist/4-18*. University of Vermont, Department of Psychiatry.
- Achenbach, T. M., & Edelbrock, C. S. (1987). *Manual for the Youth Self Report and Profile*. University of Vermont, Department of Psychiatry.
- Achenbach, T. M., Rescorla, L. A., Dias, P., Ramalho, V., Lima, V. S., Machado, B. C., & Gonçalves, M. (2014). *Manual do sistema de avaliação empiricamente validado (ASEBA) para o período pré-escolar e escolar: Um sistema integrado de avaliação com múltiplos informadores*. Psiquilibrios Edições.
- American Psychiatric Association [APA]. (2014). *Diagnostic and statistical manual of mental disorder* (5^a ed.) (DSM-5). Author. (tradução portuguesa). Climepsi Editores.
- Bentler, P., & Wu, E. (2015). *Supplement to EQS 6.3 for Windows user's guide*. Multivariate Software, Inc.
- Biederman, J., Petty, C., Hughes, S., Mick, E., Monuteaux, M., & Faraone, S. (2008). The long-term longitudinal course of oppositional defiant disorder and conduct disorder in ADHD boys: Findings from a controlled 10-year prospective longitudinal follow-up study. *Psychological Medicine*, 38(7), 1027-1036.
<https://doi.org/10.1017/S0033291707002668>
- Borrajo, R., Gámex-Guadix, M., Pereda, N., & Calvete, E. (2015). The development and validation of the cyber dating abuse questionnaire among young couples. *Computers in Human Behavior*, 48, 358-365.
<https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.01.063>

- Braga, T., Pechorro, P., Jesus, S., & Gonçalves, R. (2018). Autoestima, narcisismo e dimensões de delinquência juvenil: Que relação? *Análise Psicológica*, 36(2), 145-157. <https://doi.org/10.14417/ap.1361>
- Burke, J. D., Pardini, D. A., & Loeber, R. (2008). Reciprocal relationships between parenting behavior and disruptive psychopathology from childhood through adolescence. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 36(5), 679-692. <https://doi.org/10.1007/s10802-008-9219-7>
- Byrne, B. (2006). *Structural equation modeling with EQS: Basic concepts, applications, and programming*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Dandreaux, D. M., & Frick, P. J. (2009). Developmental pathways to conduct problems: A further test of the childhood and adolescent-onset distinction. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 37(3), 375-385. <https://doi.org/10.1007/s10802008-9261-5>
- Duarte, V. (2012). *Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*. Edições Húmus, Lda.
- Dunn, T., Baguley, T., & Brunson, V. (2014). From alpha to omega: A practical solution to the pervasive problem of internal consistency estimation. *British Journal of Psychology*, 105(3), 399-412. <https://doi.org/10.1111/bjop.12046>
- Farrington, D. P. (2005). Childhood origins of antisocial behavior. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 12(3), 177-190. <https://doi.org/10.1002/cpp.448>
- Ferguson, C. J. (2009). An effect size primer: A guide for clinicians and researchers. *Professional Psychology: Research and Practice*, 40(5), 532-538. <https://doi.org/10.1037/a0015808>

- Forth, A., & Book, A. (2010). Psychopathic traits in children and adolescents. In R. Salekin, & D. Lynam (Eds.), *Handbook of child and adolescent psychopathy* (pp. 251-283). The Guilford Press.
- Frick, P. J., & Moffitt, T. E. (2010). *A proposal to the DSM-5 childhood disorders and the ADHD and disruptive behavior disorders work groups to include a specifier to the diagnosis of conduct disorder based on the presence of callous-unemotional traits*. American Psychiatric Association.
- Frick, P., & Viding, E. (2009). Antisocial behaviour from a developmental psychopathology perspective. *Development and Psychopathology*, 21(4), 1111-1131. <https://doi.org/10.1017/S0954579409990071>
- Gudjonsson, G. H., Sigurdsson, J. F., Sigfusdottir, I. D., & Young, S. (2014). A national epidemiological study of offending and its relationship with ADHD symptoms and associated risk factors. *Journal of Attention Disorders*, 18(1), 3-13. <https://doi.org/10.1177/1087054712437584>
- Hambleton, R. K., Merenda, P. F., & Spielberger, C. D. (2005). *Adapting educational and psychological tests for cross-cultural assessment*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Hawkins, D., Laub, J., & Lauritsen, J. (1998). Race, ethnicity, and serious juvenile offending. In R. Loeber, & D. Farrington (Eds.), *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (pp. 30-46). Sage Publications.
- Hutchings, J., Bywater, T., & Daley, D. (2007). Early prevention of conduct disorder: How and why did the North West Wales Sure Start study work? *Journal of Children's Services*, 2(2), 4-14. <https://doi.org/10.1108/17466660200700012>

- Hutchings, J., Bywater, T., Davies, C., & Whitaker, C. (2006). Do crime rates predict the outcome of parenting programmes for parents of “high-risk” preschool children? *Educational & Child Psychology, 23*(2), 15-23.
- IBM Corp. (2017). *IBM SPSS Statistics for Windows* (version 25). Author.
- Imaginário, S., Jesus, S. N., Morais, F., Fernandes, C., Santos, R., Santos, J., & Azevedo, I. (2014). Motivação para a aprendizagem escolar: Adaptação de um instrumento de avaliação para o contexto português. *Revista Lusófona de Educação, 27*, 91-105.
- Jesus, S. N. (2008). Estratégias para motivar os alunos. *Educação, 31*(1), 21-29.
- Jonason, P. K., & Webster, G. D. (2010). The Dirty Dozen: A concise measure of the dark triad. *Psychological Assessment, 22*(2), 420-432.
<https://doi.org/10.1037/a0019265>
- Kaplan, R. M., & Saccuzzo, D. P. (2013). *Psychological testing: Principles, applications, & issues* (8th ed.). Wadsworth, Cengage Learning.
- Lang, J. M., & Connell, C. M. (2017). Development and validation of a brief trauma screening measure for children: The Child Trauma Screen. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy, 9*(3), 390-398. <https://doi.org/10.1037/tra0000235>
- Leite, O. (2011). A medida no exame psicológico: Reflexões sobre o significado clínico da medida. In Y. Duarte (Coord.), *Ano da avaliação psicológica: Textos geradores* (pp. 29-36). Conselho Federal de Psicologia.
- Lewinsohn, P. M., Rohde, P., & Farrington, D. P. (2000). The OADP-CDS: A brief screener for adolescent conduct disorder. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry, 39*(7), 888-895.
<https://doi.org/10.1097/00004583-200007000-00018>

- Loeber, R., & Farrington, D. P. (1998). *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions*. Sage Publications.
- López-Romero, L., Romero, E., & Andershed, H. (2015). Conduct problems in childhood and adolescence: Developmental trajectories, predictors and outcomes in a six-year follow up. *Child Psychiatry and Human Development*, 46(5), 762-773. <https://doi.org/10.1007/s10578-014-0518-7>
- Mann, M. J., Kristjansson, A. L., Smith, M. L., & Sigfusdottir, I. D. (2016). The influence of negative life events and problem behavior on grades in early adolescence: Pathways to academic risk in the middle grades. *Research in Middle Level Education*, 39(10), 1-13. <https://doi.org/10.1080/19404476.2016.1244402>
- Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações*. ReportNumber.
- Marôco, J. (2018). *Análise estatística com o SPSS Statistics (7ª ed.)*. ReportNumber.
- Nunnally, J., & Bernstein, I. (1994). *Psychometric theory (3rd ed.)*. McGraw-Hill.
- Ogilvie, C. A., Newman, E., Todd, L., & Peck, D. (2014). Attachment & violent offending: A meta-analysis. *Aggression and Violent Behavior*, 19(4), 322-339. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2014.04.007>
- Pacheco, J. T. B., & Hutz, C. S. (2009). Variáveis familiares predictoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 213-219. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000200009>
- Palma, V. H., Pechorro, P., Nunes, C., & Jesus, S. N. (2020). Validação preliminar da versão portuguesa da Child Trauma Screen em adolescentes. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación - e Avaliação Psicológica*, 56(3), 5-19. <https://doi.org/10.21865/RIDEP56.3.01>

- Pechorro, P., Gonçalves, R., Marôco, J., Gama, A., Neves, S., & Nunes, C. (2014). Juvenile delinquency and psychopathic traits: An empirical study with Portuguese adolescents. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 58(2), 174-189. <https://doi.org/10.1177/0306624X12465584>
- Pechorro, P., Poiares, C., Marôco, J., & Vieira, R. X. (2012). Traços psicopáticos e perturbação do comportamento em adolescentes institucionalizados. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 13(2), 399-409.
- Pechorro, P., Pontes, C., DeLisi, M., Alberto, I., & Simões, M. R. (2018a). Escala breve de autocontrolo: Validação e invariância numa amostra de jovens portugueses. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica*. <https://doi.org/10.21865/RIDEP54.1.01>
- Pechorro, P., Russel, J. D., Nunes, L. A., & Nunes, C. (2018b). The Brief Peer Conflict Scale (PCS-20): Psychometric properties among a sample of incarcerated male juvenile offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 62(8), 2414-2429. <https://doi.org/10.1177/0306624X17719299>
- Pechorro, P., DeLisi, M., Alberto, I., Ray, J. V., & Simões, M. R., (2019a). The Triarchic Model of Psychopathy among incarcerated male youths: A psychometric study. In M. DeLisi (Ed.), *Routledge international handbook of psychopathy and crime* (pp. 265-275). Routledge.
- Pechorro, P., Moreira, K., Basto-Pereira, M., Oliveira, J. P., & Ray, J. V. (2019c). The self-report delinquency scale from the national longitudinal study of adolescent to adult health among at-risk for delinquency youths. *Violence and Victims*, 34(1), 120-135. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.34.1.120>

- Pechorro, P., Jonason, P. K., Raposo, V., & Marôco, J. (2019b). Dirty Dozen: A concise measure of Dark Triad traits among at-risk youths. *Current Psychology*.
<https://doi.org/10.1007/s12144-019-00288-9>
- Pechorro, P., Revilla, R., Palma, V. H., Gonçalves, R. A., & Cyders, M. (submetido). Examination of the SUPPS-P Impulsive Behavior Scale among male and female Portuguese youth: Psychometrics and invariance.
- Kratzer, L., & Hodgins, S. (1997). Adult outcomes of child conduct problems: A cohort study. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 25(1), 65-81.
<https://doi.org/10.1023/A:1025711525255>
- Rammstedt, B., & Beierlein, C. (2014). Can't we make it any shorter? The limits of personality assessment and ways to overcome them. *Journal of Individual Differences*, 35, 212-220. <https://doi.org/10.1027/1614-0001/a000141>
- Resko, S. M., Reddock, E. C., Ranney, M. L., Quyen, E. N., Zimmerman, M. A., Cunningham, R. M., & Walton, M. A. (2016). Reasons for fighting among violent female adolescents: A qualitative investigation from an urban, midwestern community. *Social Work in Public Health*, 31(3), 99-112.
<https://doi.org/10.1080/19371918.2015.1087914>
- Rijo, D., Brazão, N., Silva, D. R., & Vagos, P. (2017). *Jovens agressores*. Factor.
- Rohde, P., Lewinsohn, P. M., & Seeley, J. R. (1991). Comorbidity of unipolar depression: II. Comorbidity with other mental disorders in adolescents and adults. *Journal of Abnormal Psychology*, 100(2), 214-222. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.100.2.205>
- Rohde, P., Lewinsohn, P. M., & Seeley, J. R. (1997). Comparability of telephone and face-to-face interviews assessing axis I and II disorders. *American Journal of Psychiatry*, 154(11), 1593-1598. <https://doi.org/10.1176/ajp.154.11.1593>

- Russell, J. D. (2014). *The Structure of Child and Adolescent Aggression: Confirmatory factor analysis of a Brief Peer Conflict Scale* [Thesis Master of Science in Applied Developmental Psychology, University of New Orleans].
<http://scholarworks.uno.edu/td/1892>
- Scheepers, F., Buitelaar, J., & Matthys, W. (2011). Conduct disorder and the specifier callous and unemotional traits in the DSM-5. *European Child & Adolescent Psychiatry, 20*(2), 89-93. <https://doi.org/10.1007/s00787-010-0149-x>
- Sevecke, K., & Kosson, D. (2010). Relationships of child and adolescent psychopathy to other forms of psychopathology. In R. Salekin, & D. Lynam (Eds.), *Handbook of child and adolescent psychopathy* (pp. 284-314). The Guilford Press.
- Simões, C. (2007). *Comportamentos de risco na adolescência*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Simões, M. R. (2000). *Investigações no âmbito da Aferição Nacional do Teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (MPCR)*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Skilling, T., Quinsey, V., & Craig, W. (2001). Evidence of a taxon underlying serious antisocial behavior in boys. *Criminal Justice and Behavior, 28*, 450-470.
<https://doi.org/10.1177/00938548010280040>
- Tangney, J., Baumeister, R., & Boone, A. (2004). High self-control predicts good adjustment, less pathology, better grades, and interpersonal success. *Journal of Personality, 72*(2), 271-324. <https://doi.org/10.1111/j.0022-3506.2004.00263.x>
- Udry, J. (2003). *The national longitudinal study of Adolescent Health (Add Health), waves I and II, 1994–1996; wave III, 2001–2002*. Carolina Population Center, University of North Carolina at Chapel Hill.
- Urbina, S. (2014). *Essentials of psychological testing* (2nd ed.). John Wiley & Sons.

- Van Baardewijk, Y., Vermeiren, R., Stegge, H., & Doreleijers, T. (2011). Self-reported psychopathic traits in children: Their stability and concurrent and prospective association with conduct problems and aggression. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 33(2), 236-245. <https://doi.org/10.1007/s10862-010-9215-4>
- West, S., Taylor, A., & Wu, W. (2012). Model fit and model selection in structural equation modeling. In R. Hoyle (Ed.), *Handbook of structural equation modeling* (pp. 209-231). The Guilford Press.
- Wolfgang, M. E., Figlio, R., Tracy, P., & Singer, S. I. (1985). *The national survey of crime severity*. U. S. Government Printing Office.
- Young, S., Misch, P., Collins, P., & Gudjonsson, G. (2011). Predictors of institutional behavioural disturbance and offending in the community among young offenders. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, 22(1), 72-86. <https://doi.org/10.1080/14789949.2010.49599>

Quadro 1.

Índices de ajustamento do CDS

	χ^2 /gl	CFI	IFI	RMSEA (90% C.I.)
Masculino forense	1.99	.98	.98	.08(.01-.14)
Masculino escolar	1.60	.99	.99	.04(.00-.09)
Feminino escolar	1.91	.98	.98	.06(.00-.11)

Nota. CDS = *Conduct Disorder Screener*; χ^2 /gl = qui-quadrado de Satorra-

Bentler/graus de liberdade; IFI = Índice de ajustamento incremental; CFI = Índice de ajustamento comparativo; RMSEA (90% CI) = Raiz quadrada do erro médio de aproximação (intervalo de confiança a 90%)

Quadro 2.

Cargas fatoriais do CDS

Itens	Masculino	Masculino	Feminino
	forense	escolar	escolar
1. Quebrei regras em casa.	.64	.67	.56
2. Quebrei regras na escola.	.60	.82	.79
3. Entrei em brigas/lutas.	.73	.83	.59
4. Faltei às aulas.	.59	.82	.63
5. Fugi de casa.	.67	.41	.28
6. Meti-me em problemas por mentir ou roubar.	.70	.89	.64

Nota. CDS = *Conduct Disorder Screener*

Quadro 3.

Consistência interna do CDS

	Masculino forense	Masculino escolar	Feminino escolar
Alfa	.82	.88	.75
Omega	.83	.91	.78
MCII	.44	.55	.32
ACITC	.57-.64	.38-.82	.23-.66

Nota. CDS = *Conduct Disorder Screener*; Alfa = Alfa de Cronbach; Omega =

Coeficiente Omega; MCII = Média das Correlações Inter-Item; ACITC = Amplitude das Correlações Item-Total Corrigidas

Quadro 4.

Validade convergente, divergente e critério (concorrente) do CDS

	Masculino forense	Masculino escolar	Feminino escolar
YPI-TRI-S Total	.60**	.82**	.59**
YPI-TRI-S O/D/M	.43**/.60**/.59**	.75**/.78**/.80**	.55**/.53**/.53**
DTDD Total	.70**	.80**	.58**
DTDD M/N/P	.61**/.57**/.52**	.70**/.54**/.82**	.50**/.40**/.55**
SUPPS-P Total	.57**	.77**	.56**
SUPPS-P Un/Up	.59**/.65**	.75**/.78**	.46**/.47**
SUPPS-P Fp/Fpr/Bs	-.19**/.21**/.26**	.45**/.66**/.59**	.33**/.47**/.41**
AHSRD Total	.76**	.85**	.65**
AHSRD Nv/V	.69**/.75**	.87**/.72**	.63**/.48**
PCS-20 Total	.67**	.76**	.52**
PCS-20 Rr/Ra	.34**/.65**	.41**/.79**	.34**/.55**
PCS-20 Pr/Pa	.56**/.73**	.59**/.79**	.31**/.52**
EMAE Total	-.68**	-.72**	-.58**
BSCS Total	-.57**	-.76**	-.53**
Sintomas PC	.75**	.80**	.57**
ICS	.47**	.87**	.70**
Idade 1º prob Lei	-.29**	-.33 ^{ns}	-.24 ^{ns}

Nota. CDS = *Conduct Disorder Screener*; YPI-TRI-S = *Youth Psychopathic Traits*

Inventory-Triarchic-Short; O = Ousadia; D = Desinibição; M = Malvadez; DTDD =

Dark Triad Dirty Dozen; M = Maquiavelismo; N = Narcisismo; P = Psicopatia; SUPPS-

P = *Short Version UPPS-P Impulsive Behavior Scale*; Un = Urgência negativa; Up =

Urgência positiva; Fp = Falta de perseverança; Fpr = Falta de Premeditação; Bs = Busca

de Sensações; BSCS = *Brief Self-Control Scale*; AHSRD = *Add Health Self-Report Delinquency*; Nv = Não violento; V = Violento; PCS-20 = *Brief Peer Conflict Scale*; Rr = Reativa relacional; Ra = Reativa aberta; Pr = Proativa relacional; Pa = Proativa aberta; EMAE = Escala de Motivação para a Aprendizagem Escolar; Sintomas PC = Sintomas de Perturbação do Comportamento; ICS = *Index of Crime Severity*; Idade 1º prob Lei = Idade do 1º problema com a Lei; * $p \leq .05$; ** $p \leq .01$; *ns* = não significativa

Quadro 5.

Validade de grupos conhecidos do CDS

	Masculino forense <i>M(DP)</i>	Masculino escolar <i>M(DP)</i>	Feminino escolar <i>M(DP)</i>	<i>F</i> (2,598)	<i>p</i>	η^2_p
CDS	16.73(2.94)	9.39(2.73)	8.26(1.79)	520.38	< .001	.64

Nota. CDS = *Conduct Disorder Screener*; *M* = Média; *DP* = Desvio-padrão; *F* = estatística *F* da ANOVA; *p* = nível de significância; η^2_p = eta-quadrado parcial

2.3. Manuscrito III

Palma, V. H., Pechorro, P., Matavelli, R., Correia, A., & Jesus, S. (submitted). Dark Triad: Associations with juvenile delinquency, conduct disorder and trauma. *Análise Psicológica*.

**Dark Triad: Associations with Juvenile Delinquency, Conduct Disorder and
Trauma**

*Victor Hugo Palma

Research Centre for Tourism, Sustainability and Well-being (CinTurs), University of
Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 FARO, Portugal. Tel: 962767239. E-mail:

victorhugopalma@sapo.pt

Pedro Pechorro

Research Centre for Tourism, Sustainability and Well-being (CinTurs), University of
Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 FARO, Portugal. Tel: +351 289800100. E-

mail: ppechorro@gmail.com

Rafaela Matavelli

Research Centre for Tourism, Sustainability and Well-being (CinTurs), University of
Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 FARO, Portugal. Tel: 965075744. E-mail:

rafaela.d.matavelli@gmail.com

Adriana Correia

University of Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 FARO, Portugal. Tel:

961460548. E-mail: adrianasgcorreia@gmail.com

Saúl Neves de Jesus

Research Centre for Tourism, Sustainability and Well-being (CinTurs), University of
Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 FARO, Portugal. Tel: 965053506. E-mail:

snjesus@ualg.pt

* Main author in charge of correspondence

Abstract

The Dark Triad (DT) consists of three personality traits (Machiavellianism, narcissism and psychopathy). This is considered relevant for understanding the development of undesirable characteristics for society, frequently observed in young people and adults with antisocial and delinquent behaviours. Aversive personality traits have only recently aroused interest in researchers as a cohesive set of factors. The aim of this study was to analyse the associations of the Dark Triad (Machiavellianism, narcissism, and psychopathy) with juvenile delinquency, conduct disorder, and trauma. For this, a total sample of Portuguese adolescents ($n = 601$; M age = 15,95 years; $SD = 1,05$ years; range = 13-18 years) was used, subdivided into a male forensic group, male school group, and female school group. After the elaboration of multiple linear regression models, the results indicated that the psychopathy dimension was the one with the greatest association with juvenile delinquency and conduct disorder, while the narcissism dimension was the one with the greatest association with trauma. In future studies, the associations of the Dark Triad (DT) with juvenile delinquency, conduct disorder, and trauma in Portuguese adolescents should continue to be explored, in the forensic and school contexts, to further clarify these relationships and contribute to the development and implementation of prevention and intervention programs for youths with these characteristics.

Keywords: Conduct disorder; Dark triad; Juvenile delinquency; Trauma

Introduction

Aversive personality traits, such as a cohesive group of factors that must be studied together, have only recently aroused the interest of researchers (Furnham, Richards, & Paulhus, 2013; Jones & Paulhus, 2014; Lyons, 2019). The Dark Triad (DT), composed of three distinct personality traits (Machiavellianism, narcissism, and psychopathy), but with common characteristics, is the one that has received the most attention after being conceived by Paulhus and Williams (2002) (Jakobwitz & Egan, 2006; Jones et al., 2014). Machiavellianism is characterized by manipulation, which is a means to an end (obtaining instrumental and/or social benefits) and an absence of empathy (Gonçalves & Campbell, 2014; Kowalski et al., 2018). Narcissism is characterized by the belief in superiority, the need to dominate and be admired in an excessive way, exploitation of the other for one's own benefit, and absence of empathy (American Psychiatric Association [APA], 2014; Furnham, Richards, Rangel, & Jones, 2014). Psychopathy is characterized by emotional insensitivity, impulsivity, antisocial behaviours, and an absence of guilt and empathy (Paulhus & Williams, 2002).

Correlations between the DT dimensions have been generally positive, ranging from .26 to .70 (e.g., Jakobwitz et al., 2006). Although the three constructs that make up the DT can be measured separately, instruments have been proposed that integrate them on a scale, such as the case of the Short Dark Triad (SD-3; Jones & Paulhus, 2014) (27 items) and the Dark Triad Dirty Dozen (DTDD; Jonason & Webster, 2010) with Portuguese validation (Pechorro, Jonason, Raposo, & Marôco, 2019) (12 items). The latter instrument, as a brief measure, offers more advantages for research; among them are the fact that, when other evaluation measures are used, the response time of the participants is shorter, and therefore it has an impact on motivation and fatigue,

especially in children and adolescents; additionally, the brevity of the DTDD decreases the likelihood of missing items (Rammstedt & Beierlein, 2014).

Some authors have suggested that the DT may have an adaptive role. Although their characteristics are undesirable in cultures that favour cooperation between individuals, they may in the past have contributed to individuals' survival in different situations of competition (Filho, Teixeira, & Dias, 2012; Jonason et al., 2010). At present, competitiveness in the "working world" may increase the number of individuals with DT traits in the United States (USA), Western Europe, and Australia (Jonason, Slomski, & Partyka, 2012). The characteristics of the DT can promote dysfunctional interpersonal relationships where emotional insensitivity may occur along with an absence of empathy (Lyons, 2019), manipulation (Jones et al., 2014; Lee & Ashton, 2014; Lyons, 2019), aggressive behaviours (Paulhus et al., 2002; Jones et al., 2014), contempt for social norms associated with significant damage or the exploitation of the other (Furnham et al., 2013; Lee et al., 2014; Lyons, 2019) and impulsivity (Crysel, Crosier, & Webster, 2013; Jonason et al., 2010).

For James, Kavanagh, Jonason, Chonody, and Scrutton (2014) there is a strong positive correlation between the scores of the DT trait and sensational interests (violence, weapons, and crimes), these being considered predictors of criminal behaviour. Some studies have shown significant associations between the three DT constructs and high scores of aggression and low empathy (Jonason & Webster, 2012; Munro, Bore, & Powis, 2005); however, higher scores on empathy can be found in Machiavellianism and narcissism, when compared to psychopathy (Rauthmann, 2012). When traces of DT were verified in adolescents and young adults responsible for violent crimes in the USA and Europe, evidence was presented that they may have relevance in the aetiology of antisocial and delinquent behaviour (James et al., 2014). Boduszek et

al. (2019) when comparing a sample of prisoners ($n = 772$) with non-forensic samples from adults in the community ($n = 1201$), university students ($n = 2080$) and adolescents ($n = 472$), suggested that previous investigations may have overestimated the prevalence of psychopathy in forensic populations due to the inclusion of criminal behaviour items in the assessment of psychopathy.

In a study of Palma, Pechorro, Nunes, Correia, e Jesus (in press), the authors concluded that the psychopathy dimension of DT was the one that made the greatest contribution to the prediction of impulsivity. The machiavellian dimension also made its contribution, although considerably less. The contribution of the narcissism dimension was not significant. They also concluded that the psychopathy dimension of DT was the one that made the greatest contribution to the prediction of CD. The machiavellian dimension also made its contribution, although considerably less. The contribution of the narcissism dimension was not significant. Finally, they concluded that the male forensic group had higher scores than the male and female school groups and that, the male school group had higher scores than the female school group of traits of DT, impulsivity and CD.

The change in the diagnosis of CD in the DSM-5, which includes a specifier of emotional insensitivity traits (e.g., lack of remorse or guilt, indifference-lack of empathy), which are characteristics of psychopathy, has revealed the growing importance given to this construct (Frick & Moffitt, 2010; Scheepers, Buitelaar, & Matthys, 2011). For several authors, there is evidence that this may be associated with a greater stability of antisocial behaviour, serious and violent delinquent behaviour, early initiation of criminal activities, early detention, and convictions (Pechorro et al., 2014). There are several studies that have demonstrated that childhood exposure to adverse situations is associated with an increased risk of violent and antisocial behaviours,

delinquency, and trauma prevalence in young people (Foa, Asnaani, Zang, Capaldi, & Yeh, 2018). Psychopaths may have been exposed to adverse childhood situations (e.g., physical abuse, sexual abuse) (Hodges et al., 2013); however, when this exposure is associated with the development of Post-Traumatic Stress Disorder (PTSD), associations between narcissism and PTSD are established (North, Abbacchi, & Cloninger, 2012).

For Bachar, Hadar, and Shalev (2005), individuals who have been exposed to Potentially Traumatic Events (PTE's) and have narcissistic traits can develop PTSD. In the same vein are the results obtained by Russ, Shedler, Bradley and Westen (2008) in the USA. Using a national sample of individuals who were exposed to PTE's, evaluated by mental health specialists (psychiatrists and clinical psychologists), they concluded that people diagnosed with Narcissistic Personality Disorder had higher PTSD scores.

The present investigation is a response to three considerations: study of the DT may be relevant to understanding some frequently observed youth behaviours (e.g., antisocial, criminal) (Lyons & Jonason, 2015); aversive personality traits have only recently aroused researchers' interest as a group of factors that should be studied together (Furnham et al., 2013; Jones et al., 2014; Lyons, 2019); and the constructs in question are particularly relevant for understanding the adaptation of adolescents to the community where they are inserted and have, a strong impact on it. Thus the present investigation will make an innovative contribution because, a study with these characteristics in Portuguese adolescents of both sexes, in a forensic and school context, has not yet been performed. Therefore, the aim of this investigation was to analyse the associations of the DT dimension with juvenile delinquency, conduct disorder, and trauma. We pose three hypotheses: 1) the psychopathy dimension of the DT is the one with the greatest association with juvenile delinquency; 2) the psychopathy dimension

of the DT is the one with the greatest association with conduct disorder; and 3) the narcissism dimension of the DT is the one with the greatest association with trauma.

Method

Participants

The total sample was composed of 601 participants (M age = 15.95 years; SD = 1.05 years; range = 13-18 years), subdivided into a male forensic group (n = 131; M age = 16.09 years; SD = 1.14 years; range = 13-18 years), male school group (n = 257; M age = 15.97 years; SD = .98 years; range = 14-18 years) and female school group (n = 213; M age = 15.75 years; SD = 1.07 years; range = 14-18 years). The participants who constituted the male forensic group were detained at the national level in the Educational Centres (EC) of the General Directorate of Reinsertion and Prison Services (GDRPS), to whom the tutelary-educational measure of internment was applied by the court. The participants who formed the male and female school groups were attending basic or secondary education in public schools in the Algarve, Alentejo and Greater Lisbon regions.

Instruments

The Dirty Dozen (DD; Jonason & Webster, 2010) is a short self-report measure of 12 items, designed to evaluate DT traits and comprising three subscales: Machiavellianism (e.g., I cheated or lied to get what I wanted), narcissism (e.g., I tend to want other people to admire me), and psychopathy (e.g., I don't usually feel remorse or regret). Each item is scored on an ordinal 5-point scale (1 = never/almost never; 2 = a few times; 3 = sometimes; 4 = often; 5 = almost always/always). Higher values reflect the presence of higher levels of DT traits. In the present investigation, we used the Portuguese validation of the DD (Pechorro, Jonason, Raposo, & Marôco, in press) with an internal consistency measured by Cronbach's alpha of .86 in the Machiavellianism

dimension, .94 in the narcissism dimension, .86 in the psychopathy dimension, and .93 in the total DD.

The Add Health Self-Report Delinquency (AHSRD; Udry, 2003) was developed for the National Longitudinal Study of Adolescent Health (Add Health), a prospective study of American adolescents from the seventh to the twelfth year of schooling. The scale is scored by adding the 10 items of the Nonviolent Factor (e.g., you took things from a store without paying) and the seven items of the Violent Factor (e.g., you pulled a knife or weapon to threaten someone), considering an ordinal 5-point scale (0 = never/almost never; 1 = a few times; 2 = sometimes; 3 = many times; 4 = almost always/always). Higher scores indicate higher levels of juvenile delinquency. In this investigation the Portuguese AHSRD validation (Pechorro, Moreira, Basto-Pereira, Oliveira, & Ray, 2019) was used with an internal consistency measured by Cronbach's alpha of .96.

The Conduct Disorder Screener of the Oregon Adolescent Depression Project (CDS; Lewinsohn, Rohde, & Farrington, 2000) is a brief self-report measure of six items, designed to assess conduct disorders in adolescents. The scale can be scored by adding the items (1- I broke rules at home, 2- I broke rules at school, 3- I got into fights, 4- I skipped school, 5- I ran away from home, 6- I got into trouble for lying or stealing) on a 4-point scale (1 = never/almost never; 2 = sometimes; 3 = many times; 4 = almost always/always). Higher results indicate higher levels of conduct disorder. In the present investigation we used a Portuguese validation of CDS (Palma, Pechorro, Jesus, & Nunes, submitted) with an internal consistency measured by Cronbach's alpha of .91.

The Child Trauma Screen (CTS; Lang & Connel, 2017) is a brief self-report measure for children and youth, consisting of 10 items. It is composed of two distinct dimensions where a total CTS value is not obtained, namely: "Events", related to

exposure to Potentially Traumatic Events (PTE's) (e.g., Has someone ever really hurt you? Hit, punched, or kicked you really hard with hands, belts, or other objects, or tried to shoot or stab you?), composed of four items (1-4) dichotomous, coded (0 = no; 1 = yes) that, after adding (Total Events), indicate the number of different types of potentially traumatic events experienced; "Reactions", related PTSD symptoms, consistent with the DSM-5 definition of PTSD (e.g., strong feelings in your body when you remember something that happened [sweating, heart beats fast, feel sick]). It consists of six items (5-10) classified on a 4-point scale (0 = never/rarely; 1 = 1-2 times per month; 2 = 1-2 times per week; 3 = 3 or more times per week) which, when added together provide the "Total Reactions", where higher results indicate higher levels of PTSD. In the present investigation we use a Portuguese CTS validation (Palma, Pechorro, Nunes, & Jesus, in press) with an internal consistency measured by Cronbach's alpha of .81.

The sociodemographic and criminal characteristics of the sample were collected through a sociodemographic and criminal questionnaire, created for this investigation, where the following data were collected: sociodemographic (e.g., age, sex, parental nationality, nationality and education of the participants, education, socioeconomic status, and marital status of the parents) and criminal (e.g., problems with the law, age of the first problem with the law, kind of problem that occurred).

Procedures

The data collection from the male forensic group occurred after obtaining authorization for processing personal data from the National Data Protection Commission (NDPC) and data collection at the GDRPS EC. Data collection took place in all EC in Portugal. Before the battery of tests was applied in groups of three to six, each participant was given an informed consent form. The data collection of male and

female school groups took place in Schools Groupings of the Algarve, Alentejo and Greatest Lisbon regions, after obtaining authorization for processing personal data from the NDPC and conducting a survey in the school environment of the General Directorate of Education (GDE) and respective directorates of public School Groupings. A free consent form was also signed by the students' guardians, authorizing their participation in this investigation, before the group test battery was applied. In all groups, cases where individuals were outside the pre-established age range (12-18 years) and where questionnaires were unusable (e.g., not completed, unreadable) were excluded. The participation rate was 90% and 92%, respectively.

Data Analysis Procedures

Data analysis employed IBM SPSS Statistics for Windows, v25 (IBM Corp, 2017). Data treatment was performed using ANOVA, Kruskal-Wallis, and Chi-squared tests to compare the groups under study when the variables were metric, ordinal, and nominal. The internal consistency was also analysed by Cronbach's alpha, and Pearson correlations were used to analyse the associations between scalar variables and multiple linear regression models, to analyse the relationship between independent and dependent variables (Marôco, 2018). Regarding the magnitude of correlations, those between 0 and .20 were considered as weak, between .20 and .50 as moderate, and above .50 as strong (Ferguson, 2009). Internal consistency by Cronbach's alpha between .60 and .69 was considered as marginally acceptable, above .70 as adequate, and above .80 as good (Nunnally & Bernstein, 1994). Multiple linear regression models were performed to analyse the associations of the DT dimensions with juvenile delinquency, conduct disorder and trauma. Correlations between independent variables, Tolerance, and VIF were analysed to diagnose multicollinearity. To analyse the quality of adjustment or as a measure of confidence in the regression model, the determination

coefficient R^2 was used. This measures the proportion of the total variability that is explained by the regression model ($0 \leq R^2 \leq 1$). It is a measure of the dimension of the effect of the independent variables on the dependent variable. A value of $R^2 = 0$ indicates that the model does not fit the data. A value of $R^2 = 1$ indicates a perfect fit. A value close to 0 indicates that the model is very inadequate, because much of the variability of the dependent variable is not explained by the independent variables. A value close to 1 indicates a very suitable model. An R^2 greater than $> .50$ is an indicator of a good fit. The part of the variability of the dependent variables that remained unexplained was due to other factors not considered in the regression model (Marôco, 2018). The results were considered significant for $p < .05$.

Results

Significant statistical differences were found between the participants of the male forensic group and the female school group regarding age ($F = 3.79, p = .02$). The data also revealed significant differences between the male forensic group and the male and female school groups regarding the completed years of schooling ($F = 273.38, p < .001$; M forensic males = 6.49, $SD = 1.42$, range = 4-10; M school males = 8.98, $SD = .95$, range = 7-11; M school females = 8.92, $SD = .95$, range = 7-11), socioeconomic level (SES) of the parents ($KW = 50.47, p < .001$), and nationality ($\chi^2 = 18.76, p = .00$). The parents of the participants in the male forensic group had a lower SES. The male forensic group presented a greater diversity of nationalities than the male and female school groups.

Table 1 shows the results of the associations between the variables under study. The Machiavellianism dimension was associated in a positive, strong, and statistically significant way with juvenile delinquency and conduct disorder and was positive, moderate, and statistically significant with trauma. The narcissism dimension was

positive, moderate, and statistically significant associated with juvenile delinquency, trauma and conduct disorder. The psychopathy dimension was positive, strong and statistically significant associated with juvenile delinquency and conduct disorder and was positive, moderate and statistically significant with trauma. The results obtained revealed that the correlations between the independent variables of Machiavellianism, narcissism, and psychopathy were positive, strong and statistically significant.

(Insert Table 1)

Considering the results of multiple regression for DT in association with juvenile delinquency, it can be seen that the model is statistically significant. The R^2 value indicates that the proportion of the total variability of juvenile delinquency explained by the regression model is 64%. The determination coefficient (R^2) is an indicator of a good fit of the model to the data. The standardized regression coefficients (β) do not contribute equally to the model, presenting different magnitudes. The psychopathy dimension is the one with the greatest association with juvenile delinquency. The Machiavellianism and narcissism dimensions presented considerably smaller associations (see Table 2).

(Insert Table 2)

We can see that the results of multiple regression for DT in association with conduct disorder are statistically significant. The R^2 value indicates that the proportion of the total variability of the conduct disorder explained by the multiple regression model is 70%. The coefficient of determination (R^2) is an indicator of a good fit of the model to the data. The standardized regression coefficients (β) did not contribute equally to the regression model. The psychopathy dimension is the one with the greatest association with conduct disorder. The Machiavellianism dimension also has a

significant association, although a considerably smaller one. The association of the narcissism dimension is not significant (see Table 3).

(Insert Table 3)

Regarding the results of multiple regression for DT in association with trauma, it can be seen that the regression model is statistically significant. The R^2 value indicates that the proportion of the total trauma variability explained by the model is 8%. The coefficient of determination (R^2) is an indicator of a poor fit of the model to the data. The standardized regression coefficients (β) did not contribute equally to the regression model. The narcissism dimension is the one with the greatest association with trauma. The associations of the psychopathy and Machiavellianism dimensions were not significant (see Table 4).

(Insert Table 4)

Discussion

The aim of this study was to analyse the associations of the DT dimensions with juvenile delinquency, conduct disorder, and trauma. We posited three hypotheses: 1) the psychopathy dimension of the DT is the one with the greatest association with juvenile delinquency; 2) the psychopathy dimension of the DT is the one with the greatest association with conduct disorder; and 3) the narcissism dimension of the DT is the one with the greatest association with trauma.

Considering the obtained results, it was the psychopathy dimension of the DT that presented the greatest association with juvenile delinquency. These results are in line with our first hypothesis and are corroborated by previous studies of different authors consulted in the literature review. It should be noted that the construct of psychopathy applied to adolescents in the context of juvenile delinquency has at present assumed an increasing importance in research, with several authors presenting evidence

of its association with severe and violent delinquency (e.g., Pechorro, Marôco, Gonçalves, Nunes, & Jesus, 2014), and present psychopathy as a predictor of delinquency in youths of the general population's (e.g., Marsee, Silverhorn, & Frick, 2005). In the present study, the Machiavellianism and narcissism dimension, also presented association with juvenile delinquency, although to a considerably smaller degree, corroborating the evidence from previous studies in which narcissism and Machiavellianism would not independently contribute to delinquency. However, psychopathy is an independent predictor of delinquency among male adolescents (e.g., Chabrol, Van Leeuwen, Rodgers, & Séjourné, 2009). Accordingly, our first hypothesis was confirmed.

Considering the obtained results, it was the psychopathy dimension of the DT that showed the greatest association with conduct disorder. These results are in line with what we expected and are corroborated by other authors when they report that, in the DSM-5, youths with a diagnosis of conduct disorder present behaviours similar to those of adults with psychopathy (e.g., Leistico, Salekin, DeCoster, & Rogers, 2008), especially when they have limited prosocial emotions such as lack of guilt or remorse, or lack of empathy) (e.g., Sylvers, Brennan, & Lilienfeld, 2011). It also has been reported in previous studies that there is evidence of retrospective links between psychopathy and conduct disorder in childhood (e.g., Sevecke & Kosson, 2010), and positive and significant correlations have been found between psychopathy and conduct disorder (e.g., Myers, Burket, & Harris, 1995). Therefore, our second hypothesis has been confirmed.

Regarding our third hypothesis, this is also aligned with the obtained results, since it is the narcissism dimension of the DT that has the greatest association with trauma. These results are also corroborated by the authors consulted in the literature review. In previous studies, child exposure to adverse situations has been reported to be associated

with an increased risk of trauma prevalence in young people (e.g., Foa et al., 2018). It has also been reported that narcissism may be associated with PTSD symptomatology, when the individual was been exposed to potentially traumatic events in childhood (e.g., Bachar et al., 2005; North et al., 2012; Russ et al., 2008). Other authors have found positive associations between narcissism and PTSD symptomatology (e.g., Pietrzak, Goldstein, Southwick, & Grant, 2011). In the same vein are the results obtained by other authors, when they have concluded that people diagnosed with narcissistic personality disorder may have PTSD symptoms (e.g. Russ et al., 2008). Therefore, we can infer that our third hypothesis has also been confirmed.

Our study has some limitations. The fact that only self-response measures were used can be considered as one of them. Therefore, in future studies, we also suggest the use of multiple assessment methods (e.g., rating scales), other informants (e.g., parents, teachers) and other sources of information (e.g., institutional information from education centres and schools). Although it has been reported by various authors that juvenile delinquency is more concentrated in young males (e.g., Hawkins, Laub, & Lauritsen, 1998), the absence of a female forensic group is another limitation of this study. In addition to these, the fact that the forensic group (male forensic group) is smaller when compared to the school groups (male school group and female school group) should also be considered as such.

Within the scientific community there is a strong consensus on the need to identify, as early as possible, young people at risk of developing antisocial and delinquent behaviours or who have already started a trajectory of transgression of the norms of the society where they are inserted, so that they can be referred to prevention and intervention programs (Loeber & Stouthamer-Loeber, 1998; López-Romero et al., 2019; Rijo et al., 2017). Research in this area in the sense of real quantitative data (e.g.,

aetiology of phenomena, specific characteristics of young people) contributes to the effectiveness of prevention and intervention programs (e.g., psychotherapeutic), to improving knowledge about resistance to change and, motivations for young people to abandon these programs (Loeber & LeBlanc, 1990; Moffitt, 2006; Monahan, Steinberg, Cauffman, & Mulvey, 2009; Zara & Farrington, 2016), and reducing the costs of the programs to be implemented, because it allows a more judicious use of the available resources. This can be an important benefit, because the available resources are generally scarce (Olver, 2019; Pechorro, 2013; 2019; Polaschek, 2019). Prevention and intervention programs must involve the youths and those who interact with them (e.g., parents, teachers) (Cunneen & Luke, 2007). Therefore, we hope that the present study can contribute to stimulate future research on the relationship between DT and juvenile delinquency, conduct disorder and trauma, as well as for the development and implementation of prevention and intervention programs aimed at youths with these characteristics.

Conclusion

We conclude that the psychopathy dimension of the Dark Triad is the one with the greatest association with juvenile delinquency. We also found the Machiavellianism and narcissism dimensions to show an association with juvenile delinquency, although to a considerably smaller extent. We also conclude that the psychopathy dimension of the DT is the one we found to have the greatest association with conduct disorder. We found the Machiavellianism dimension be associated with conduct disorder, although to a considerably smaller degree. And we found the association of the narcissism dimension to be not significant. Finally, we conclude that the narcissism dimension of the DT is the one with the greatest association with trauma. Our results showed the association of the psychopathy and Machiavellianism dimensions to not be significant.

Financing

This paper is financed by National Funds provided by FCT- Foundation for Science and Technology through project UIDB/04020/2020 – CINTURS BASE.

This manuscript has not been published in any other journal and has not been simultaneously submitted for another publication.

All authors declare to have no conflict of interests.

References

- American Psychiatric Association [APA]. (2014). *Diagnostic and statistical manual of mental disorder* (5^a ed.) (DSM-5). Arlington, VA: Author. (tradução portuguesa). Lisboa: Climepsi Editores.
- Bachar, E., Hadar, H., & Shalev, A. Y. (2005). Narcissistic vulnerability and the development of PTSD: A prospective study. *Journal of Nervous and Mental Disease*, 193(11), 762-765. Doi: 10.1097/01.nmd.0000185874.31672.a5
- Boduszek, D., Debowska, A., Sherretts, N., Willmott, D., Boulton, M., Kielkiewicz, K., ... Hyland, P. (2019). Are prisoners more psychopathic than non-forensic populations? Profiling psychopathic traits among prisoners, community adults, university students, and adolescents. *Deviant Behavior*. Doi: 10.1080/01639625.2019.1665221
- Chabrol, H., Van Leeuwen, N., Rodgers, R., & Séjourné, N. (2009). Contributions of psychopathic, narcissistic, machiavellian, and sadistic personality traits to juvenile delinquency. *Personality and Individual Differences*, 47(7), 734–739. Doi: 10.1016/j.paid.2009.06.020
- Crysel, L. C., Crosier, B. S., & Webster, G. D. (2013). The Dark Triad and risk behaviour. *Personality and Individual Differences*, 54(1), 35-40. Doi: 10.1016/j.paid.2012.07.029
- Ferguson, C. J. (2009). An effect size primer: A guide for clinicians and researchers. *Professional Psychology: Research and Practice*, 40(5), 532-538. Doi: 10.1037/a0015808
- Filho, N. H., Teixeira, M. A. P., & Dias, A. C. G. (2012). Psicopatia: Uma perspectiva dimensional e não-criminosa do construto. *Avances en Psicología Latinoamericana*, 30(2), 317-327.

- Foa, E. B., Asnaani, A., Zang, Y., Capaldi, S., & Yep, R. (2018). Psychometrics of the Child PTSD Symptom Scale for DSM-5 for Trauma-Exposed Children and Adolescents. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology, 47*(1), 38-46. Doi: 10.1080/15374416.2017.1350962
- Frick, P. J., & Moffitt, T. E. (2010). *A proposal to the DSM-5 childhood disorders and the ADHD and disruptive behavior disorders work groups to include a specifier to the diagnosis of conduct disorder based on the presence of callous-unemotional traits*. Washington, DC: American Psychiatric Association.
- Furnham, A., Richards, S. C., & Paulhus, D. L. (2013). The dark triad of personality: A 10 year review. *Social and Personality Psychology Compass, 7*(3), 199-216. Doi: 10.1111/spc3.12018
- Furnham, A., Richards, S., Rangel, L., & Jones, D. N. (2014). Measuring malevolence: Quantitative issues surrounding the dark triad of personality. *Personality and Individual Differences, 67*, 114-121. Doi: 10.1016/j.paid.2014.02.001
- Gonçalves, M. K., & Campbell, L. (2014). The dark triad and the derogation of mating competitors. *Personality and Individual Differences, 67*, 42-46. Doi: 10.1016/j.paid.2014.02.003
- Hodges, M., Godbout, N., Briere, J., Lanktree, C., Gilbert, A., & Kletzka, N. T. (2013). Cumulative trauma and symptom complexity in children: A path analysis. *Child Abuse & Neglect, 37*(11), 891-898. Doi: 10.1016/j.chiabu.2013.04.001
- IBM Corp. (2017). *IBM SPSS Statistics for Windows* (version 25). Armonk, NY: Author
- Jakobwitz, S. & Egan, V. (2006). The dark triad and normal personality traits. *Personality and Individual Differences, 40*(2), 331-339. Doi: 10.1016/j.paid.200507

- James, S. J., Kavanagh, P. S., Jonason, P. K., Chonody, J. M., & Scrutton, H. E. (2014). The Dark Triad, schadenfreude, and sensational interests: Dark personalities, dark emotions, and dark behaviors. *Personality and Individual Differences, 68*, 211-216. Doi: 10.1016/j.paid.2014.04.020
- Jonason, P. K., Slomski, S., & Partyka, J. (2012) The Dark Triad at work: How toxic employees get their way. *Personality and Individual Differences, 52*(3), 449-453. Doi: 10.1016/j.paid.2011.11.008
- Jonason, P. K., & Webster, G. D. (2010). The dirty dozen: A concise measure of the Dark Triad. *Psychological Assessment, 22*(2), 420-432. Doi: 10.1037/a0019265
- Jonason, P. K., & Webster, G. D. (2012). A protean approach to social influence: Dark Triad personalities and social influence tactics. *Personality and Individual Differences, 52*(4), 521–526. Doi: 10.1016/j.paid.2011.11.023
- Jones, D. N., & Paulhus, D. L. (2014). Introducing the short Dark Triad (SD3): A brief measure of dark personality traits. *Assessment, 21*(1), 28-41. Doi: 10.1177/1073191113514105
- Kowalski, C. M., Kwiatkowska, K., Kwiatkowska, M. M., Ponikiewska, K., Rogosa, R., & Schermer, J. A. (2018). The Dark Triad traits and intelligence: Machiavellians are bright, and narcissists and psychopaths are ordinary. *Personality and Individual Differences, 135*, 1-6. Doi: 10.1016/j.paid.2018.06.049
- Lang, J. M., & Connell, C. M. (2017). Development and validation of a brief trauma screening measure for children: The Child Trauma Screen. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy, 9*(3), 390-398. Doi: 10.1037/tra0000235
- Lee, K., & Ashton, M. C. (2014). The dark triad, the big five and the HEXACO model. *Personality and Individual Differences, 67*, 2-5. Doi: 10.1016/j.paid.2014.01.048

- Leech, N., Barrett, K., & Morgan, G. (2015). *IBM SPSS for intermediate statistics: Use and interpretation* (5th ed.). New York, NY: LEA.
- Leistico, A., Salekin, R., DeCoster, J., & Rogers, R. (2008). A large-scale metaanalysis relating the Hare measures of psychopathy to antisocial conduct. *Law and Human Behavior*, 32(1), 28-45. Doi: 10.1007/s10979-007-9096-6
- Lewinsohn, P. M., Rohde, P., & Farrington, D. P. (2000). The OADP-CDS: A brief screener for adolescent conduct disorder. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 39(7), 888-895. Doi: 10.1097/00004583-200007000-00018
- Lyons, M. (2019). *The Dark Triad of Personality: Narcissism, Machiavellianism, and psychopathy in everyday life*. London, UK: Elsevier.
- Lyons, M., & Jonason, P. K. (2015). Dark Triad, tramps, and thieves: Psychopathy predicts a diverse range of theft-related attitudes and behaviors.” *Journal of Individual Differences* 36, 215-20. Doi: 10.1027/1614-0001/a000177
- Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações*. Pero Pinheiro: ReportNumber.
- Marôco, J. (2018). *Análise estatística com o SPSS Statistics* (7^a ed.). Pêro Pinheiro: ReportNumber.
- Marsee, M., Silverthorn, P., & Frick, P. (2005). The association of psychopathic traits with aggression and delinquency in non-referred boys and girls. *Behavioral Sciences and the Law*, 23(6), 803–817. Doi: 10.1002/bsl.662
- Miller, M. W. (2004). Personality and the development and expression of PTSD. *National Center for PTSD Clinical Quarterly*, 15(3), 1-3.

- Munro, D., Bore, M., & Powis, D. (2005) Personality factors in professional ethical behaviour: Studies of empathy and narcissism. *Australian Journal of Psychology*, 57(1), 49-60. Doi: 10.1080/00049530412331283453
- Myers, W., Burket, R., & Harris, H. (1995). Adolescent psychopathy in relation to delinquent behaviors, conduct disorders, and personality disorders. *Journal of Forensic Sciences*, 40(3), 436-440.
- North, C. S., Abbacchi, A., & Cloninger, C. R. (2012). Personality and posttraumatic stress disorder among directly exposed survivors of the Oklahoma City bombing. *Comprehensive Psychiatry*, 53(1), 1-8. Doi: 10.1016/j.comppsy.2011.02.005.
- Nunnally, J., & Bernstein, I. (1994). *Psychometric theory* (3rd ed.). New York, NY: McGraw-Hill.
- Palma, V. H., Pechorro, P., Jesus, S. N., & Nunes, C. (submetido). Propriedades psicométricas do Conduct Disorder Screener entre jovens portugueses em contexto forense e escolar. *PSICOLOGIA*.
- Palma, V. H., Pechorro, P., Nunes, C., Correia, B., & Jesus, S. N. (2020). Tríade Negra na adolescência: Relação com impulsividade e perturbação do comportamento. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 21(2), 355-366.
<http://dx.doi.org/10.15309/20psd210210>
- Palma, V. H., Pechorro, P., Nunes, C., & Jesus, S. N. (2020). Validação preliminar da versão portuguesa da Child Trauma Screen em adolescentes. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación - e Avaliação Psicológica*, 56(3), 5-19. <https://doi.org/10.21865/RIDEP56.3.01>
- Paulhus, D. L., & Williams, K. M. (2002). The dark triad of personality: narcissism, Machiavellianism and psychopathy. *Journal of Research in Personality*, 36(6), 556-563. Doi: 10.1016/S0092-6566(02)00505-6

- Pechorro, P., Gonçalves, R., Marôco, J., Gama, A., Neves, S., & Nunes, C. (2014). Juvenile delinquency and psychopathic traits: An empirical study with Portuguese adolescents. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 58(2), 174-189. Doi: 10.1177/0306624X12465584
- Pechorro, P., Marôco, J., Gonçalves, R., Nunes, C., & Jesus, S. (2014). Psychopathic traits and age of crime onset in male juvenile delinquents. *European Journal of Criminology*, 1(3), 288–302. Doi: 10.1177/1477370813495759
- Pechorro, P., Moreira, K., Basto-Pereira, M., Oliveira, J. P., & Ray, J. V. (2019). The self-report delinquency scale from the national longitudinal study of adolescent to adult health among at-risk for delinquency youths. *Violence and Victims*, 34(1), 120-135. Doi: 10.1891/0886-6708.34.1.120.
- Pechorro, P., Jonason, P. K., Raposo, V., & Marôco, J. (2019). The Dirty Dozen in Portugal (DD-Port): The psychometrics of a concise measure of the Dark Triad traits in a sample of at-risk youths. *Current Psychology*. Doi: 10.1007/s12144-019-00288-9
- Pietrzak, R. H., Goldstein, R. B., Southwick, S. M., & Grant, B. F. (2011). Personality disorders associated with full and partial posttraumatic stress disorder in the U.S. population: Results from Wave 2 of the National Epidemiologic Survey on Alcohol and Related Conditions. *Journal of Psychiatric Research*, 45(5), 678–686. Doi: 10.1016/j.jpsychires.2010.09.013
- Rammstedt, B., & Beierlein, C. (2014). Can't we make it any shorter? The limits of personality assessment and ways to overcome them. *Journal of Individual Differences*, 35(4), 212-220. Doi: 10.1027/1614-0001/a000141
- Rauthmann, J. F. (2012). The Dark Triad and interpersonal perception: Similarities and differences in the social consequences of narcissism, Machiavellianism, and

psychopathy. *Social Psychological and Personality Science*, 3(4), 487–496. Doi: 10.1177/1948550611427608

Russ, E., Shedler, J., Bradley, R., & Westen, D. (2008). Refining the construct of narcissistic personality disorder: Diagnostic criteria and subtypes. *American Journal of Psychiatry*, 165(11), 1473-1481. Doi: 10.1176/appi.ajp.2008.07030376

Scheepers, F., Buitelaar, J., & Matthys, W. (2011). Conduct disorder and the specifier callous and unemotional traits in the DSM-5. *European Child & Adolescent Psychiatry*, 20(2), 89-93. Doi: 10.1007/s00787-010-0149-x

Sevecke, K., & Kosson, D. (2010). Relationships of child and adolescent psychopathy to other forms of psychopathology. In R. Salekin, & D. Lynam (Eds.), *Handbook of child and adolescent psychopathy* (pp. 284-314). New York, NY: The Guilford Press.

Sylvers, P., Brennan, P., & Lilienfeld, S. (2011). Psychopathic traits and preattentive threat processing in children: A novel test of the fearlessness hypothesis. *Psychological Science*, 22(10), 1280–1287. Doi: 10.1177/0956797611420730

Udry, J. (2003). *The national longitudinal study of Adolescent Health (Add Health), waves I and II, 1994–1996; wave III, 2001–2002*. Chapel Hill, NC: Carolina Population Center, University of North Carolina at Chapel Hill.

Table 1.

Pearson correlation matrix between the variables under study

	1	2	3	4	5	6
1.Machiavellianism	1					
2.Narcissism	.57***	1				
3.Psychopathy	.76***	.51***	1			
4.Juv delinq	.66***	.38***	.79***	1		
5.Trauma	.22***	.25***	.23***	.17***	1	
6.Cond disorder	.71***	.43***	.82***	.92***	.22***	1

Note. Juv delinq = Juvenile delinquency; Cond disorder = Conduct disorder; *** $p <$

.001

Table 2.

Multiple regression analysis for the dimensions of the Dark Triad in association with juvenile delinquency

Variables	<i>B</i>	<i>SE B</i>	β	<i>t</i>	<i>p</i> value
Machiavellianism	.73	.17	.17	4.23	$p < .001$
Narcissism	-.28	.12	-.07	-2.23	$p = .03$
Psychopathy	2.12	.12	.70	18.18	$p < .001$
Constant	-13.42	1.28		-10.46	$p < .001$

Note. $R^2 = .64$; $F(3,596) = 352.83$, $p < .001$

Table 3.

Multiple regression analysis for the dimensions of the Dark Triad in association with conduct disorder

Variables	<i>B</i>	<i>SE B</i>	β	<i>t</i>	<i>p</i> value
Machiavellianism	.29	.05	.20	5.47	$p < .001$
Narcissism	-.04	.04	-.03	-1.00	$p = .32$
Psychopathy	.70	.04	.68	19.34	$p < .001$
Constant	2.21	.40		5.53	$p < .001$

Note. $R^2 = .70$; $F(3,596) = 451.67$, $p < .001$

Table 4.

Multiple regression analysis for the dimensions of the Dark Triad in association with trauma

Variables	<i>B</i>	<i>SE B</i>	β	<i>t</i>	<i>p</i> value
Machiavellianism	.06	.10	.04	.65	<i>p</i> = .52
Narcissism	.24	.07	.17	3.44	<i>p</i> = .00
Psychopathy	.12	.07	.11	1.81	<i>p</i> = .07
Constant	2.88	.72		4.02	<i>p</i> < .001

Note. $R^2 = .08$; $F(3,596) = 16.20$, $p < .001$

2.4. Manuscrito IV

Palma, V., Pechorro, P., Nunes, C., Correia, B., & Jesus, S. (2020). Tríade Negra na adolescência: Relação com impulsividade e perturbação do comportamento. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 21(2), 355-366. <http://dx.doi.org/10.15309/20psd210210>

**Tríade Negra na adolescência: Relação com impulsividade e perturbação do
comportamento**

Dark Triad in adolescence: Relationship with impulsivity and conduct disorder

*Victor Hugo Palma

Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs),
Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 FARO, Portugal. Tel:
962767239. E-mail: victorhugopalma@sapo.pt

Pedro Pechorro

Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs),
Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 FARO, Portugal. Tel: +351
289800100. E-mail: ppechorro@gmail.com

Cristina Nunes

Centro de Investigação em Psicologia (CIP) e Universidade do Algarve, Portugal.
Campus de Gambelas Edifício 9. 8005-139 FARO, Portugal. Tel: +351 289800900. E-
mail: csnunes@ualg.pt

Beatriz Correia

University of Bedfordshire, Campus de Luton, LU1-3JU, LUTON, Reino Unido.
Tel: +44 7713753138. E-mail: bfrcorreia@gmail.com

Saúl de Jesus

Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs),
Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 FARO, Portugal. Tel:
965053506. E-mail: snjesus@ualg.pt

*Autor principal encarregue da correspondência

Resumo: O objetivo do presente estudo foi analisar a capacidade preditiva da Tríade Negra (maquiavelismo, narcisismo e psicopatia) na impulsividade e perturbação do comportamento (PC). Para tal, recorreu-se a uma amostra total de adolescentes portugueses ($N = 601$; M idade = 15,95 anos; $DP = 1,05$ anos; amplitude = 13-18 anos), subdividida em grupo masculino forense ($n = 131$), grupo masculino escolar ($n = 257$) e grupo feminino escolar ($n = 213$). Após a elaboração de modelos de regressão linear múltipla, os resultados indicaram que a dimensão psicopatia da Tríade Negra (TN) é a que mais contribuiu para a predição da impulsividade e da PC. Adicionalmente procedeu-se à avaliação dos traços de TN, impulsividade e PC nos grupos em estudo. O grupo masculino forense apresentou pontuações mais elevadas do que os grupos masculino e feminino escolar. O grupo masculino escolar apresentou pontuações mais elevadas do que o grupo feminino escolar. Deve continuar a ser explorado, em estudos futuros, o papel da TN na predição da impulsividade e PC para melhor clarificar esta relação, assim como também a avaliação dos traços de TN, impulsividade e PC em adolescentes portugueses, em contexto forense e escolar.

Palavras-chave: Adolescência; Impulsividade; Perturbação do comportamento; Tríade negra

Abstract: The aim of this study was to analyze the predictive capacity of the Dark Triad (Machiavellianism, narcissism and psychopathy) in impulsivity and Conduct Disorder (CD). For this, a total sample of Portuguese adolescents was used. ($N = 601$; M age = 15,95 years; $DP = 1,05$ years; range = 13-18 years), subdivided in forensic male group ($n = 131$), school male group ($n = 257$) and school female group ($n = 213$). After the elaboration of multiple linear regression models, the results indicated that the psychopathy dimension of the Dark Triad (TN) is the one that most contributed to the prediction of impulsivity and CD. Additionally, proceeded assessment of the DT traits, impulsivity and CD in the study groups. The forensic male group had higher scores than the male and female school groups. The male school group had higher scores than the female school group. It should continue to be explored in future studies the DT role in predicting impulsivity and CD to further clarify this relationship, as well the evaluation of DT traits, impulsivity and CD in Portuguese adolescents, in forensic and school context.

Keywords: Adolescence; Conduct disorder; Dark triad; Impulsiveness

Só recentemente os investigadores consideraram os traços aversivos da personalidade, como um grupo de fatores que devem ser estudados em conjunto (Furnham, Richards, & Paulhus, 2013; Jones & Paulhus, 2014; Lyons, 2019). Os três traços de personalidade (maquiavelismo, narcisismo e psicopatia) que compõem a Tríade Negra (TN), embora distintos, apresentam características comuns (Jones et al., 2014). O maquiavelismo é caracterizado pela manipulação, sendo esta um meio para atingir um fim (obtenção de benefícios instrumentais e/ou sociais) e ausência de empatia (Kowalski et al., 2018). O narcisismo é caracterizado pela crença de superioridade, necessidade de dominar (Furnham, Richards, Rangel, & Jones, 2014), egoísmo e ausência de empatia. A psicopatia é caracterizada por insensibilidade emocional, impulsividade, comportamentos antissociais e ausência de culpabilidade e empatia (Fowles & Dindo, 2006). Os construtos que compõem a TN podem ser medidos separadamente, porém, há instrumentos que os integram numa única escala, como são o caso da Short Dark Triad (SD-3; Jones & Paulhus, 2014) de 27 itens e o Dark Triad Dirty Dozen (DTDD; Jonason & Webster, 2010) com validação portuguesa (Pechorro, Jonason, Raposo, & Marôco, 2019) de 12 itens.

As suas características, embora indesejáveis nas culturas que dependem da cooperação entre os indivíduos, podem no passado ter desempenhado um papel adaptativo e contribuído para a sua sobrevivência, em situações adversas e de competição (Jonason et al., 2010). No presente, a competitividade no “mundo do trabalho” pode estar a potenciar o aumento do número de indivíduos com traços de TN (Jonason, Slomski, & Partyka, 2012). As relações interpessoais estabelecidas por estes indivíduos são disfuncionais, podendo ocorrer nas mesmas, insensibilidade emocional, ausência de empatia, manipulação (Jones et al., 2014; Lyons, 2019), comportamentos agressivos (Jones et al., 2014), desprezo pelas normas sociais associado a danos

significativos ou à exploração do outro (Furnham et al., 2013; Lyons, 2019) e impulsividade (Jonason et al., 2010).

Para James, Kavanagh, Jonason, Chonody, e Scrutton (2014) há uma correlação positiva forte entre as pontuações dos traços de TN e interesses sensacionais (violência, armas e crimes), sendo estes considerados preditores de comportamento delituoso. Alguns estudos evidenciaram associações significativas entre os três construtos da TN e altas pontuações de agressão e baixas pontuações de empatia (Jonason & Webster, 2012). Porém, podem ocorrer no maquiavelismo e no narcisismo, pontuações mais elevadas na empatia, quando comparadas às da psicopatia (Rauthmann, 2012). Alguns autores verificaram traços de TN em adolescentes e jovens adultos, responsabilizados por crimes violentos nos EUA e na Europa (Muris, Meesters, & Timmermans, 2013), havendo evidências de que, estes, podem ter relevância na etiologia de comportamentos violentos e/ou antissociais (James et al., 2014).

A impulsividade pode ser definida como uma tendência do indivíduo para reagir de forma não planeada aos estímulos a que é submetido, não tendo em consideração as consequências (Moeller, Barratt, Dougherty, Schmitz, & Swann, 2001). Há evidências de que, os jovens, com níveis elevados de impulsividade, apresentam um risco aumentado para causarem dano não só ao próprio como também aos outros (Moeller et al., 2001). Embora seja um construto multidimensional (Whiteside & Lynam, 2001) podem identificar-se fatores comuns tais como: incapacidade para esperar, tendência para agir sem pensar ou avaliar a situação, insensibilidade às consequências, incapacidade para inibir comportamentos indesejáveis e adiar a gratificação (Swann, Bjork, Moeller, & Dougherty, 2002). Em crianças e adolescentes a impulsividade tem sido relacionada, por autores diversos, com comportamentos de externalização e internalização (e.g., hiperatividade, agressividade, dificuldades de aprendizagem, perturbações de ansiedade

e depressivas, perturbação do comportamento, abuso de substâncias) (Ryan, Mackillop, & Carpenter, 2013). Estudos longitudinais têm demonstrado que a impulsividade está associada ao aumento de comportamentos antissociais (López-Romero, Romero, & Andershed, 2015), podendo esta ser considerada como um preditor relevante de comportamentos de risco na adolescência (Carvalho & Novo, 2014).

Há evidências de uma ligação retrospectiva entre psicopatia e impulsividade (Sevecke & Kosson, 2010). Desde há muito que, os investigadores, têm defendido que a impulsividade é uma característica importante do comportamento antissocial e psicopático (Lynam, 1998). Para Hart e Dempster (1997) o conceito de psicopatia, refere-se a uma forma de perturbação da personalidade da qual a impulsividade é um sintoma importante. Para Wallace, Newman, e Bachorowski (1991) a incapacidade de adiar a gratificação, observada em psicopatas, pode dever-se a défices nas respostas associada a um nível mais elevado de impulsividade. Também Lynam (1998) ao aplicar o constructo da psicopatia a crianças e adolescentes deu especial relevo à impulsividade. Para este autor, as crianças que exibiam uma combinação de impulsividade, hiperactividade e défice de atenção, bem como de perturbação do comportamento, teriam uma variante especialmente grave de PC, apresentando estas muitas características atribuídas aos psicopatas adultos (Leistico, Salekin, DeCoster, & Rogers, 2008). Recorrendo a uma amostra clínica de 120 crianças Christian, Frick, Hill, Tyler, e Frazer (1997) avaliaram os traços calosos/não-emocionais, impulsividade e perturbações do comportamento/oposição. As crianças com níveis elevados de impulsividade e nas outras duas áreas, apresentaram comportamentos com características psicopáticas (e.g., comportamentos agressivos, desafio às figuras de autoridade).

A característica essencial da PC é para (American Psychiatric Association [APA], 2014) “um padrão de comportamento repetitivo e intermitente no qual são violados os

direitos básicos dos outros ou as principais normas/regras sociais correspondentes à idade do indivíduo” (p. 566) onde são considerados quatro grupos: Agressão a Pessoas e Animais; Destruição de Propriedade; Falsificação ou Roubo; Violação Grave de Normas. A alteração no diagnóstico da PC no DSM-5, onde se incluiu um especificador de traços de insensibilidade emocional (e.g., falta de remorso ou culpa, indiferença-falta de empatia), caraterísticos da psicopatia, revela a crescente importância dada a este constructo (Frick & Moffitt, 2010). Para vários autores há evidências de que, este, pode estar associado à maior estabilidade dos comportamentos antissociais, comportamentos delinquentes graves e violentos, início precoce de atividades criminais, detenções e condenações precoces (Pechorro et al., 2014). A PC é mais frequente nos indivíduos do sexo masculino do que nos do sexo feminino (APA, 2014; Sevecke et al., 2010). Em geral, tem início entre a segunda infância e o meio da adolescência. Embora possa ser diagnosticada na idade adulta é raro ocorrer depois dos 16 anos de idade (APA, 2014).

Considerando que, os traços aversivos da personalidade só recentemente despertaram o interesse dos investigadores como um grupo de fatores que devem ser estudados em conjunto (Furnham et al., 2013; Jones et al., 2014; Lyons, 2019). Considerando ainda que, os construtos em causa são particularmente relevantes para a compreensão da adaptação dos adolescentes à comunidade onde estão inseridos, com forte impacto na mesma, a presente investigação dará um contributo relevante, pelos construtos abordados e pelas características da amostra em estudo (adolescentes portugueses, ambos os sexos, contexto forense e escolar). Assim sendo, o estudo da TN pode ser relevante para a compreensão de características observadas com frequência em jovens que apresentam comportamentos antissociais e delituosos (Lyons & Jonason, 2015). Por tal, o objetivo da presente investigação foi analisar a relação da TN na predição da impulsividade e PC, onde foram colocadas as hipóteses de que, o presente estudo, irá

demonstrar: 1) A variável psicopatia da TN é a que apresenta maior contribuição na predição da impulsividade; 2) A variável psicopatia da TN é a que apresenta maior contribuição na predição da PC. Adicionalmente foram analisados os traços de TN, impulsividade e PC nos grupos em estudo.

Método

Participantes

A amostra total foi constituída por 601 participantes (M idade = 15,95 anos; DP = 1,05 anos; amplitude = 13-18 anos), subdividida em grupo masculino forense (n = 131; M idade = 16,09 anos; DP = 1,14 anos; amplitude = 13-18 anos), grupo masculino escolar (n = 257; M idade = 15,97 anos; DP = 0,98 anos; amplitude = 14-18 anos) e grupo feminino escolar (n = 213; M idade = 15,75 anos; DP = 1,07 anos; amplitude = 14-18 anos). Os participantes que constituíram o grupo masculino forense encontravam-se detidos a nível nacional nos Centros Educativos (CE) da Direção Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP), aos quais foi aplicada pelo tribunal a medida tutelar educativa de internamento. Os participantes que constituíram os grupos masculino e feminino escolar encontravam-se a frequentar o ensino básico ou secundário em estabelecimentos públicos da Região do Algarve, Alentejo e Grande Lisboa.

Material

A Dirty Dozen (DD; Jonason & Webster, 2010) é uma medida breve de autorrelato de 12 itens, concebida para avaliar traços de tríade negra, composta por três subescalas, a saber: Maquiavelismo (e.g., Já enganei ou menti para obter o que eu queria), Narcisismo (e.g., Tenho tendência a querer que as outras pessoas sintam admiração por mim) e Psicopatia (e.g., Não costumo sentir remorsos ou arrependimento). Cada item é pontuado numa escala ordinal de 5 pontos (1 = Nunca/Quase nunca; 2 = Poucas vezes; 3 = Algumas vezes; 4 = Muitas vezes; 5 =

Quase sempre/ Sempre), sendo que, a obtenção de valores mais elevados, refletem a presença de níveis mais elevados de traços de tríade negra. Na presente investigação foi utilizada a validação portuguesa da DD (Pechorro et al., 2019) com uma consistência interna medida pelo alfa de *Cronbach* de 0,92.

A SUPPS-P Impulsive Behavior Scale (SUPPS-P; Pechorro, Revilla, Palma, Gonçalves, & Cyders, submetido) é uma medida breve de autorrelato de 20 itens, concebida para avaliar a impulsividade, composta por cinco subescalas, que correspondem a cinco traços de impulsividade, a saber: Urgência positiva (itens 3, 10, 17 e 20), Urgência negativa (itens 6, 8, 13 e 15), Falta de premeditação (itens 2, 5, 12 e 19), Falta de perseverança (itens 1, 4, 7 e 11) e Busca de sensações (itens 9, 14, 16 e 18). Depois de inverter o resultado dos itens apropriados (1, 2, 4, 5, 7, 11, 12 e 19), cada item é pontuado numa escala ordinal de 4 pontos (4 = Discordo muito; 3 = Discordo; 2 = Concordo; 1 = Concordo muito). A obtenção de valores mais elevados, refletem a presença de níveis mais elevados de impulsividade. Na presente investigação a consistência interna medida pelo alfa de *Cronbach* foi de 0,92.

O Conduct Disorder Screener do Oregon Adolescent Depression Project (CDS; Lewinsohn, Rohde, & Farrington, 2000) é uma medida breve de autorrelato, composta por 6 itens, concebida para avaliar Perturbação do Comportamento em adolescentes. A escala pode ser pontuada adicionando os itens (1- Quebrei regras em casa, 2- Quebrei regras na escola, 3- Entrei em brigas/lutas, 4- Faltei às aulas, 5- Fugi de casa, 6- Meti-me em problemas por mentir ou roubar) numa escala ordinal de 4 pontos (1 = Nunca/Quase nunca; 2 = Algumas vezes; 3 = Muitas vezes; 4 = Quase sempre/ Sempre). Resultados mais elevados indicam níveis mais elevados de perturbação do comportamento. Na presente investigação foi utilizada uma validação portuguesa do

CDS (Palma, Pechorro, Jesus, & Nunes, submetido) com uma consistência interna medida pelo alfa de Cronbach de 0,91.

As características sociodemográficas e criminais da amostra foram recolhidas através de um Questionário Sociodemográfico e Criminal (QSC), construído para a presente investigação, onde foram recolhidos os seguintes dados: Sociodemográficos (e.g., idade, sexo, nacionalidade dos pais, nacionalidade e escolaridade dos participantes, escolaridade, nível socioeconómico e estado civil dos pais) e Criminais (e.g., ocorreram problemas com a lei, idade do primeiro problema com a lei, tipo de problema que ocorreu).

Procedimentos

A recolha de dados do grupo masculino forense ocorreu após a obtenção das autorizações para tratamento de dados pessoais da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) e recolha de dados nos Centros Educativos (CE) por parte da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais (DGRSP). A recolha de dados ocorreu em todos os CE de Portugal. Antes de ser aplicada a bateria de testes em grupos de 3 a 6, foi entregue a cada participante um termo de consentimento informado. A recolha de dados dos grupos masculino e feminino escolar ocorreu em Agrupamentos de Escolas das Regiões do Algarve, Alentejo e Grande Lisboa, após a obtenção das autorizações para tratamento de dados pessoais da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD), realização de inquérito em meio escolar da Direção-Geral de Educação (DGE) e respetivas Direções dos Agrupamentos de Escolas do ensino público. Foi entregue um termo de consentimento livre para ser assinado pelos encarregados de educação dos alunos, autorizando a sua participação na investigação, antes de lhes ser aplicada a bateria de testes em grupo, onde se encontrava um termo de consentimento informado para alunos. Tanto no grupo masculino forense quanto nos grupos masculino e feminino

escolar foram excluídos os participantes que se encontravam fora do intervalo etário pré-estabelecido (dos 12 aos 18 anos de idade) e que entregaram pelo menos um questionário não utilizável (e.g., não preenchido, ilegível). A taxa de participação foi de 90 % e 92 % respectivamente.

Procedimentos de análise de dados

Para inserir e analisar os dados foi utilizado o software IBM SPSS Statistics for Windows, v25 (IBM Corp, 2017). O tratamento de dados ocorreu com recurso a ANOVA, Kruskal-Wallis, Qui-quadrado para comparar os grupos em estudo quando as variáveis eram métricas, ordinais e nominais. Foi também analisada a consistência interna por alfa de Cronbach, utilizadas correlações *Pearson* para analisar as associações entre as variáveis escalares e modelos de regressão linear múltipla para analisar a relação entre as variáveis independentes e dependentes (Marôco, 2018). Relativamente à magnitude de correlações, foram estas consideradas entre 0 e 0,20 fracas, entre 0,20 e 0,50 moderadas e acima de 0,50 fortes (Ferguson, 2009). A consistência interna por alfa de Cronbach foi considerada entre 0,60 e 0,69 marginalmente aceitável, acima de 0,70 adequada e acima de 0,80 boa (Nunnally & Bernstein, 1994). Foram efetuados modelos de regressão linear múltipla para analisar as variáveis da TN na predição da impulsividade e PC. Foram analisadas as correlações entre as variáveis independentes, a Tolerância e o VIF para diagnosticar a multicolinearidade. Para analisar a qualidade de ajustamento ou como medida da confiança do modelo de regressão como instrumento preditivo, utilizou-se o coeficiente de determinação R^2 . Este mede a proporção da variabilidade total que é explicada pelo modelo de regressão ($0 \leq R^2 \leq 1$). É uma medida da dimensão do efeito das variáveis independentes sobre a variável dependente. Um valor de $R^2 = 0$ indica que o modelo não se ajusta aos dados. Um valor de $R^2 = 1$ indica um ajustamento perfeito. Um valor

próximo de 0 indica que o modelo é muito pouco adequado porque grande parte da variabilidade da variável dependente não é explicada pelas variáveis independentes. Um valor próximo de 1 indica um modelo bastante adequado. Um $R^2 > 0,50$ é indicador de um bom ajustamento. A parte da variabilidade das variáveis dependentes que ficou por explicar, deveu-se a outros fatores não considerados no modelo de regressão (Marôco, 2018). Os resultados foram considerados significativos para $p < 0,05$.

Resultados

Foram encontradas diferenças estatísticas significativas entre os participantes do grupo masculino forense e grupo feminino escolar relativamente à idade ($F = 3,79$, $p = 0,02$). Os dados revelaram também diferenças significativas entre o grupo masculino forense e o grupo masculino e feminino escolar relativamente aos anos de escolaridade completados ($F = 273,38$, $p < 0,001$; M masculino forense = 6,49, $DP = 1,42$, amplitude = 4-10; M masculino escolar = 8,98, $DP = 0,95$, amplitude = 7-11; M feminino escolar = 8,92, $DP = 0,95$, amplitude = 7-11), ao nível socioeconómico (NSE) dos pais ($KW = 50,47$, $p < 0,001$) e à nacionalidade ($\chi^2 = 18,76$, $p = 0,00$). Os pais dos participantes do grupo masculino forense apresentaram menor NSE. O grupo masculino forense apresentou maior diversidade de nacionalidades relativamente aos grupos masculino e feminino escolar.

No Quadro 1 são apresentados os resultados das associações entre as variáveis em estudo. A variável maquiavelismo associou-se de forma positiva, forte e estatisticamente significativa com a impulsividade e positiva, forte e estatisticamente significativa com a perturbação do comportamento. A variável narcisismo associou-se de forma positiva, moderada e estatisticamente significativa com a impulsividade e a perturbação do comportamento. A variável psicopatia associou-se de forma positiva, forte e significativa com a impulsividade e com a perturbação do comportamento. As

correlações entre as variáveis independentes maquiavelismo e narcisismo, entre o narcisismo e a psicopatia e entre a psicopatia e o maquiavelismo foram positivas, fortes e significativas.

(Quadro 1)

Considerando os resultados da regressão múltipla para a TN na predição da impulsividade, pode verificar-se que o modelo é estatisticamente significativo. O valor do R^2 indica que a proporção da variabilidade total da impulsividade explicada pelo modelo de regressão é de 73%. O coeficiente de determinação (R^2) é indicador de um bom ajustamento do modelo aos dados. Os coeficientes de regressão estandardizados (β) não contribuem de igual forma para o modelo, apresentando magnitudes diferentes. A variável psicopatia é a que apresenta maior contribuição na predição da impulsividade. A variável maquiavelismo também deu o seu contributo, mas consideravelmente menor. O contributo da variável narcisismo não é significativo (ver Quadro 2).

(Quadro 2)

Podemos verificar que, os resultados da regressão múltipla para a TN na predição da PC são estatisticamente significativos. O valor do R^2 indica que a proporção da variabilidade total de PC explicada pelo modelo de regressão múltipla é de 57%. O coeficiente de determinação (R^2) é indicador de um bom ajustamento do modelo aos dados. Os coeficientes de regressão estandardizados (β) não contribuíram de igual forma para o modelo de regressão. A variável psicopatia é a que apresenta maior contribuição na predição da PC. A variável maquiavelismo apresenta também a sua contribuição significativa, porém, é consideravelmente menor. A contribuição da variável narcisismo não é significativa (ver Quadro 3).

(Quadro 3)

No Quadro 4 são apresentados os resultados dos traços de TN, impulsividade e PC relativamente aos grupos em estudo. Os dados revelaram que, o grupo masculino forense obteve pontuações mais elevadas e estatisticamente significativas do que os grupos masculino e feminino escolar e que, o grupo masculino escolar, obteve pontuações mais elevadas e estatisticamente significativas do que o grupo feminino escolar relativamente aos traços de TN, impulsividade e PC. Com recurso ao teste *post-hoc* Games-Howell, os dados revelaram diferenças significativas entre os grupos masculino forense e masculino escolar ($p < 0,001$), masculino escolar e feminino escolar ($p < 0,001$) e masculino forense e feminino escolar ($p < 0,001$).

(Quadro 4)

Discussão

O objetivo da presente investigação foi analisar a relação da TN na predição da impulsividade e da PC. Foram colocadas as hipóteses de que iria ser demonstrado: 1) A variável psicopatia da TN é a que apresenta maior contribuição na predição da impulsividade; 2) A variável psicopatia da TN é a que apresenta maior contribuição na predição da PC.

Considerando os resultados obtidos foi a variável psicopatia da TN que apresentou maior contribuição para a predição da impulsividade. A variável maquiavelismo também deu o seu contributo, embora consideravelmente menor. O contributo do narcisismo não é significativo. Estes resultados estão em linha com a hipótese por nós colocada e são corroborados por estudos anteriores, consultados na revisão de literatura efetuada. São vários os investigadores que, há muito, têm defendido que a impulsividade é uma característica importante da psicopatia, sendo-lhe dada relevância quando é aplicado o constructo da psicopatia a crianças e adolescentes (e.g., Lynam, 1998), havendo evidências de uma ligação retrospectiva entre psicopatia no adulto e impulsividade na

infância (e.g., Sevecke et al., 2010). O conceito de psicopatia refere-se a uma forma de perturbação da personalidade na qual a impulsividade é um sintoma relevante (e.g., Hart et al., 1997). A incapacidade de adiar a gratificação, observada nos psicopatas, pode dever-se a défices nas respostas associadas a níveis elevados de impulsividade (e.g., Wallace et al., 1991). Pelo referido a nossa primeira hipótese foi confirmada.

Considerando ainda os resultados obtidos, foi a variável psicopatia da TN que apresentou a maior contribuição para a predição da PC, estando também estes em linha com o por nós esperado. Estes resultados são corroborados por outros autores quando referem que, no DSM-5, os menores com diagnóstico de PC, apresentam comportamentos semelhantes aos dos adultos com psicopatia (e.g., Leistico et al., 2008), especialmente quando ocorrem emoções prossociais limitadas (e.g., falta de culpa ou remorsos, ausência de empatia) (e.g., Wilson, Juodis, & Porter, 2011). Em estudos anteriores são referidas evidências de uma ligação retrospectiva entre a psicopatia no adulto e a PC na infância (e.g., Sevecke et al., 2010) tendo sido encontradas correlações positivas e significativas entre a psicopatia e a PC (e.g., Myers, Burket, & Harris, 1995). Assim sendo, a nossa segunda hipótese também foi confirmada.

Adicionalmente analisámos os traços de TN, impulsividade e PC nos grupos em estudo. Os resultados obtidos revelaram que, o grupo masculino forense obteve pontuações mais elevadas e significativas do que os grupos masculino e feminino escolar e que, o grupo masculino escolar, obteve pontuações mais elevadas e significativas do que o grupo feminino escolar relativamente aos traços de TN, impulsividade e PC. Estes resultados são corroborados pelos autores por nós consultados na revisão de literatura efetuada para o presente estudo. Foram verificados traços de TN em adolescentes e jovens adultos responsabilizados por crimes violentos nos Estados Unidos da América (EUA) e

na Europa (e.g., Muris, Meesters, & Timmermans, 2013). Há evidências de associações significativas entre as três dimensões da TN, pontuações elevadas de agressão e baixas pontuações de empatia (e.g., Jonason et al., 2012). São também referidas correlações positivas e fortes entre as pontuações de traços de TN e as pontuações de interesses sensacionais (violência, armas e crimes), sendo estes últimos considerados preditores de comportamento delituoso (James et al., 2014). Em estudos anteriores é referido que, a impulsividade em adolescentes, têm sido associada de forma significativa a uma maior diversidade e quantidade de crimes cometidos (e.g., Lynam, 1998) e considerada relevante em várias teorias criminais (Lynam & Miller, 2004). Os indivíduos que apresentam na infância predisposição para a impulsividade, podem apresentar tendências criminais ao longo da vida (Pratt & Cullen, 2000). Há evidências clínicas, educacionais e forenses de que, os jovens com níveis elevados de impulsividade, apresentam um risco aumentado para causarem danos não só a si como também aos outros (e.g., Moeller et al., 2001) e que, a impulsividade está associada ao aumento de comportamentos antissociais (e.g., López-Romero et al., 2015). A impulsividade por parte da criança ou do jovem aumenta o risco de comportamento antissocial persistente a longo prazo porque interferem diretamente na capacidade de controlar os seus comportamentos e pensar nas consequências futuras dos seus atos. A influência indireta deve ser considerada, quando os défices no controlo dos impulsos podem levar ao insucesso escolar, fomentando a incapacidade futura de ter sucesso socioprofissional, levando o indivíduo a procurar benefícios a curto prazo, associados ao envolvimento em atividades antissociais (Moffitt, 1993). Assim sendo, os adolescentes que apresentam níveis elevados de impulsividade e fraco controlo inibitório têm maior probabilidade de serem adolescentes com início precoce de delinquência (e.g., Carroll et al., 2006).

Relativamente às diferenças apresentadas entre os grupos masculinos (forense e escolar) e o grupo feminino escolar a investigação empírica tem demonstrado que os indivíduos do sexo masculino optam por métodos mais violentos para atingir os seus objetivos, enquanto que, os indivíduos do sexo feminino recorrem maioritariamente a outras estratégias (e.g., manipulação, sedução) (Forouzan & Cooke, 2005). Considerando a baixa incidência da atividade criminal entre o sexo feminino quando comparada ao sexo masculino, especialmente nos indivíduos mais jovens (Hipwell et al., 2002) é sugerido que, tanto o início precoce (infância) como o início tardio (adolescência) da atividade criminal não podem ser aplicados às raparigas. Alguns autores sugerem que as raparigas com comportamentos antissociais seguem um percurso diferente, o qual denominaram por trajetória de início adiado. Os mecanismos patogénicos que podem contribuir para o desenvolvimento de comportamentos antissociais nas raparigas (e.g., défices neuropsicológicos e cognitivos, ambiente familiar disfuncional, insensibilidade emocional) embora já estando presentes na infância, não as levam à prática de comportamentos antissociais graves até à adolescência (Silverthorn & Frick, 1999).

Relativamente à PC, também é referido por autores diversos que, esta, é mais frequente nos indivíduos do sexo masculino. Os rapazes apresentam mais comportamentos externalizantes (e.g., agressividade, antissociais) (e.g., APA, 2014; Pechorro, Pontes, DeLisi, Alberto, & Simões, 2018), enquanto as raparigas, na adolescência, apresentam mais tendência para comportamentos internalizantes relacionados com Perturbações de Ansiedade e Perturbações Depressivas (APA, 2014).

Concluimos que, a dimensão psicopatia da TN é a que apresenta maior contribuição para a predição da impulsividade. A dimensão maquiavelismo também deu o seu contributo, embora consideravelmente menor. O contributo da dimensão narcisismo não é significativo. Concluimos também que, a dimensão da psicopatia da

TN é a que apresenta maior contribuição para a predição da PC. A dimensão maquiavelismo também dá o seu contributo, embora consideravelmente menor. O contributo da dimensão narcisismo não é significativo. Por fim, concluímos que, o grupo masculino forense apresentou pontuações mais elevadas do que os grupos masculino e feminino escolar e que, o grupo masculino escolar obteve pontuações mais elevadas do que o grupo feminino escolar de traços de TN, impulsividade e PC.

O facto de apenas terem sido utilizadas medidas de autorresposta pode ser considerada uma limitação deste estudo. Assim sendo, em estudos futuros, sugerimos também a utilização de métodos de avaliação múltiplos (e.g., *rating scales*), outros informadores (e.g., pais, professores) e outras fontes de informação (e.g., informação institucional dos Centros Educativos e Escolas). Outra limitação que deve ser referida é a ausência de um grupo feminino forense. Embora a investigação empírica tenha demonstrado que a delinquência juvenil está mais concentrada nos jovens do sexo masculino, o número de jovens do sexo feminino, neste contexto, tem vindo a aumentar nos últimos anos a nível nacional e internacional, como referem diversos autores (e.g., Duarte, 2012).

Os resultados obtidos fornecem informação relevante sobre os traços de TN como preditores de impulsividade e de PC e sobre a avaliação dos traços de TN, Impulsividade e PC em adolescentes portugueses, em contexto forense e escolar. Assim sendo, esperamos que, o presente estudo, estimule futuras investigações e sejam considerados os resultados aqui obtidos para reflexão e desenvolvimento de programas de prevenção e intervenção (e.g., psicoterapêuticos, psicossociais).

Financiamento

Este artigo é financiado por Fundos Nacionais através da FCT - Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projeto UIDB/04020/2020 – CINTURS BASE/

This paper is financed by National Funds provided by FCT- Foundation for Science and Technology through project UIDB/04020/2020 – CINTURS BASE.

Referências

- American Psychiatric Association [APA]. (2014). *Diagnostic and statistical manual of mental disorder* (5^a ed.) (DSM-5). Arlington, VA: Author. (tradução portuguesa). Lisboa: Climepsi Editores.
- Carvalho, R., & Novo, R. (2014). Dimensões da personalidade e comportamentos de risco na adolescência: Um estudo com a versão portuguesa do MMPI-A. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico e Avaliação Psicológica*, 37(1), 203-222.
- Christian, R., Frick, P., Hill, N., Tyler, L., & Frazer, D. (1997). Psychopathy and conduct problems in children: II. Implications for subtyping children with conduct problems. *American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 36, 233-241.
- Duarte, V. (2012). *Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, Lda.
- Ferguson, C. J. (2009). An effect size primer: A guide for clinicians and researchers. *Professional Psychology: Research and Practice*, 40(5), 532-538.
doi:10.1037/a0015808
- Fowles, D. C., & Dindo, L. (2006). A dual-deficit model of psychopathy. In C. J. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 14-34). New York, NY: The Guilford Press.
- Frick, P. J., & Moffitt, T. E. (2010). *A proposal to the DSM-5 childhood disorders and the ADHD and disruptive behavior disorders work groups to include a specifier to the diagnosis of conduct disorder based on the presence of callous-unemotional traits*. Washington, DC: American Psychiatric Association.
- Furnham, A., Richards, S. C., & Paulhus, D. L. (2013). The dark triad of personality: A 10 year review. *Social and Personality Psychology Compass*, 7(3), 199-216.
doi:10.1111/spc3.12018

- Furnham, A., Richards, S., Rangel, L., & Jones, D. N. (2014). Measuring malevolence: Quantitative issues surrounding the dark triad of personality. *Personality and Individual Differences, 67*(14), 114-121. doi:10.1016/j.paid.2014.02.001
- Hart, S., & Dempster, R. (1997). Impulsivity and psychopathy. In C. Webster, & M. Jackson (Eds.), *Impulsivity: Theory, assessment and treatment* (pp. 212-232). New York, NY: The Guilford Press.
- IBM Corp. (2017). *IBM SPSS Statistics for Windows* (version 25). Armonk, NY: Author
- James, S. J., Kavanagh, P. S., Jonason, P. K., Chonody, J. M., & Scrutton, H. E. (2014). The Dark Triad, schadenfreude, and sensational interests: Dark personalities, dark emotions, and dark behaviors. *Personality and Individual Differences, 68*, 211-216. doi:10.1016/j.paid.2014.04.020
- Jonason, P. K., Slomski, S., & Partyka, J. (2012) The Dark Triad at work: How toxic employees get their way. *Personality and Individual Differences, 52*(3), 449-453. doi: 10.1016/j.paid.2011.11.008
- Jonason, P. K., & Webster, G. D. (2010). The dirty dozen: A concise measure of the Dark Triad. *Psychological Assessment, 22*(2), 420-432. doi: 10.1037/a0019265
- Jonason, P. K., & Webster, G. D. (2012). A protean approach to social influence: Dark Triad personalities and social influence tactics. *Personality and Individual Differences, 52*(4), 521–526. doi: 10.1016/j.paid.2011.11.023
- Jones, D. N., & Paulhus, D. L. (2014). Introducing the short Dark Triad (SD3): A brief measure of dark personality traits. *SAGE Journal: Assessment, 21*(1), 28-41. doi: 10.1177/1073191113514105
- Kowalski, C. M., Kwiatkowska, K., Kwiatkowska, M. M., Ponikiewska, K., Rogosa, R., & Schermer, J. A. (2018). The Dark Triad traits and intelligence: Machiavellians

- are bright, and narcissists and psychopaths are ordinary. *Personality and Individual Differences*, 135, 1-6. doi: 10.1016/j.paid.2018.06.049
- Leistico, A., Salekin, R., DeCoster, J., & Rogers, R. (2008). A large-scale metaanalysis relating the Hare measures of psychopathy to antisocial conduct. *Law and Human Behavior*, 32(1), 28-45. doi: 10.1007/s10979-007-9096-6
- Lewinsohn, P. M., Rohde, P., & Farrington, D. P. (2000). The OADP-CDS: A brief screener for adolescent conduct disorder. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 39(7), 888-895. doi: 10.1097/00004583-200007000-00018
- López-Romero, L., Romero, E., & Andershed, H. (2015). Conduct problems in childhood and adolescence: Developmental trajectories, predictors and outcomes in a six-year follow up. *Child Psychiatry and Human Development*, 46(5), 762-773. doi: 10.1007/s10578-014-0518-7
- Lynam, D. (1998). Early identification of the fledgling psychopath: Locating the psychopathic child in the current literature. *Journal of Abnormal Psychology*, 107(4), 566-575. doi: 10.1037//0021-843X.107.4.566
- Lyons, M. (2019). *The Dark Triad of Personality: Narcissism, Machiavellianism, and psychopathy in everyday life*. London, UK: Elsevier.
- Lyons, M., & Jonason, P. K. (2015). Dark Triad, tramps, and thieves: Psychopathy predicts a diverse range of theft-related attitudes and behaviors.” *Journal of Individual Differences* 36(4), 215-20. doi: 10.1027/1614-0001/a000177
- Marôco, J. (2018). *Análise estatística com o SPSS Statistics (7ª ed.)*. Pêro Pinheiro: ReportNumber.

- Moeller, F. G., Barratt, E. S., Dougherty, D. M., Schmitz, J. M., & Swann, A. C. (2001). Psychiatric aspects of impulsivity. *The American Journal of Psychiatry*, *158*, 1783-1793. doi: 10.1176/appi.ajp.158.11.1783
- Muris, P., Meesters, C., & Timmermans, A. (2013). Some youths have a gloomy side: Correlates of the dark triad personality traits in non-clinical adolescents. *Child Psychiatry and Human Development*, *4*(5), 658-665. doi: 10.1007/s10578-013-0359-9
- Myers, W., Burket, R., & Harris, H. (1995). Adolescent psychopathy in relation to delinquent behaviors, conduct disorders, and personality disorders. *Journal of Forensic Sciences*, *40*(3), 436-440.
- Nunnally, J., & Bernstein, I. (1994). *Psychometric theory* (3rd ed.). New York, NY: McGraw-Hill.
- Palma, V. H., Pechorro, P., Jesus, S. N., & Nunes, C. (submetido). Psychometric properties of the Conduct Disorder Screener among Portuguese youths. *PSICOLOGIA*.
- Pechorro, P., Gonçalves, R., Marôco, J., Gama, A., Neves, S., & Nunes, C. (2014). Juvenile delinquency and psychopathic traits: An empirical study with portuguese adolescents. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, *58*(2), 174-189. doi: 10.1177/0306624X12465584
- Pechorro, P., Jonason, P. K., Raposo, V., & Marôco, J. (2019). Dirty Dozen: A concise measure of Dark Triad traits among at-risk youths. *Current Psychology*. doi: 10.1007/s12144-019-00288-9
- Pechorro, P., Pontes, C., DeLisi, M., Alberto, I., & Simões, M. R. (2018). Escala breve de autocontrolo: Validação e invariância numa amostra de jovens portugueses. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica*.

- Pechorro, P., Revilla, R., Palma, V. H., Gonçalves, R. A., & Cyders, M. (submetido). Examination of the SUPPS-P Impulsive Behavior Scale among male and female Portuguese youth: Psychometrics and invariance.
- Rauthmann, J. F. (2012). The Dark Triad and interpersonal perception: Similarities and differences in the social consequences of narcissism, Machiavellianism, and psychopathy. *Social Psychological and Personality Science*, 3(4), 487–496. doi: 10.1177/1948550611427608
- Ryan, K. K., Mackillop, J., & Carpenter, M. J. (2013). The relationship between impulsivity, risk-taking propensity and nicotine dependence among older adolescent smokers. *Addictive Behaviors*, 38(1), 1431-1434. doi: 10.1016/j.addbeh.2012.08.013
- Sevecke, K., & Kosson, D. (2010). Relationships of child and adolescent psychopathy to other forms of psychopathology. In R. Salekin, & D. Lynam (Eds.), *Handbook of child and adolescent psychopathy* (pp. 284-314). New York, NY: The Guilford Press.
- Swann, A. C., Bjork, J. M., Moeller, F. G., & Dougherty, D. M. (2002). Two models of impulsivity: Relationship to personality traits and psychopathology. *Biological Psychiatry*, 51(12), 988-994. doi: 10.1016/S0006-3223(01)01357-9
- Wallace, J., Newman, J., & Bachorowski, J. (1991). Failures of response modulations: Impulse behavior in anxious and impulsive individuals. *Journal of Research in Personality*, 25(1), 23-44. doi: 10.1016/0092-6566(91)90003-9
- Whiteside, S., & Lynam, D. (2001). The five factor model and impulsivity: Using a structural model of personality to understand impulsivity. *Personality and Individual Differences*, 30(4), 669-689. doi: 10.1016/S01918869(00)00064-7

Wilson, K., Juodis, M., & Porter, S. (2011). Fear and loathing in psychopaths: A meta-analytic investigation of the affect recognition deficit. *Criminal Justice and Behavior*, 38(7), 659–668. doi: 10.1177/0093854811404120

Quadro 1.

Matriz de correlações Pearson entre as variáveis em estudo

	1	2	3	4	5
1.Maquiavelismo	1				
2.Narcisismo	0,57***	1			
3.Psicopatia	0,76***	0,51***	1		
4.Impulsividade	0,75***	0,47***	0,84***	1	
5.PertComport	0,62***	0,36***	0,75***	0,65***	1

Nota. PertComport = Perturbação do Comportamento; *** $p < 0,001$

Quadro 2.

Análise de regressão múltipla para a Tríade Negra na predição da impulsividade

Variáveis	<i>B</i>	<i>SE B</i>	β	<i>t</i>	Valor <i>p</i>
Maquiavelismo	0,88	0,12	0,26	7,52	$p < 0,001$
Narcisismo	-0,01	0,08	-0,00	-0,06	$p = 0,95$
Psicopatia	1,50	0,08	0,63	18,96	$p < 0,001$
Constante	21,62	0,87		24,77	$p < 0,001$

Nota. $R^2 = 0,73$; $F(3,595) = 525,14$, $p < 0,001$

Quadro 3.

Análise de regressão múltipla para a Tríade Negra na predição da perturbação do comportamento

Variáveis	<i>B</i>	<i>SE B</i>	β	<i>t</i>	Valor <i>p</i>
Maquiavelismo	0,29	0,05	0,20	5,47	$p < 0,001$
Narcisismo	-0,04	0,04	-0,03	-1,00	$p = 0,32$
Psicopatia	0,70	0,04	0,68	19,34	$p < 0,001$
Constante	2,21	0,40		5,53	$p < 0,001$

Nota. $R^2 = 0,70$; $F(3,596) = 451,67$, $p < 0,001$

Quadro 4.

Estatística descritiva e ANOVA das variáveis TN, impulsividade e perturbação do comportamento nos grupos em estudo

	Masculino forense	Masculino escolar	Feminino escolar	Valor p^*
	$M(DP)$	$M(DP)$	$M(DP)$	
TN	37,63(5,76)	29,37(8,44)	25,22(6,21)	$F = 121,77$ $p < 0,001$
Impul	51,69(4,77)	42,17(9,48)	37,71(7,51)	$F = 125,88$ $p < 0,001$
PC	8,05(3,51)	1,07(1,87)	0,30(0,77)	$F = 520,38$ $p < 0,001$

Nota. TN = Tríade Negra; Impul = Impulsividade; PC = Perturbação do

Comportamento; M = Média; DP = Desvio-padrão; *Valor p obtido por ANOVA

3. Resultados e discussão geral

A presente tese de doutoramento aborda a Tríade Negra, delinquência, trauma, perturbação do comportamento e impulsividade em adolescentes portugueses de ambos os sexos, em contexto forense e escolar. Estas são temáticas que têm gerado interesse no seio da comunidade científica, encontrando-se o mesmo em fase de crescimento a nível nacional e internacional. No nosso País, embora tenha aumentado o interesse pela investigação com recurso a amostras forenses, continuam no presente a ser escassos os estudos efetuados com recurso a amostras de jovens delinquentes que se encontram a cumprir medidas tutelares educativas nos CE da DGRSP ou detidos em Estabelecimentos Prisionais (Costa et al., 2017; Pechorro, 2019).

A investigação científica é um processo sistemático cujo objetivo é fornecer informação/resposta que será utilizada na resolução de um problema (Gil, 2008; Quivy & Campenhoudt, 2013). Este é considerado um processo sistemático porque fornece conhecimento de forma organizada. É baseado em procedimentos fiáveis através da elaboração de planos metodológicos rigorosos, permitindo que, o estudo, possa ser reproduzido por outros investigadores. A investigação científica empírica é baseada em dados reais (factual) e testáveis, logo, a hipótese colocada sobre um determinado fenómeno, mesmo que, o resultado possa parecer óbvio, deve ser confirmada através de um estudo científico para, desta forma, ser confrontada com a realidade (Haro et al., 2016). Assim sendo, a presente tese de doutoramento foi concebida no seguimento de tal. Pretendemos através desta dar o nosso contributo para a investigação destes construtos (Tríade Negra, delinquência juvenil, trauma, perturbação do comportamento e impulsividade), dirigido à realidade portuguesa, para, posteriormente, colocarmos os resultados obtidos ao dispor da comunidade científica nacional e internacional, das instituições que trabalham com jovens delinquentes e da população em geral.

Há forte consenso no seio da comunidade científica relativamente à necessidade de identificação, o mais precocemente possível, dos jovens que apresentam risco de desenvolverem comportamentos antissociais e delinquentes ou que, já tenham iniciado uma trajetória de transgressão das normas da sociedade onde estão inseridos, para que, estes, sejam encaminhados para programas de prevenção e intervenção (Loeber et al., 1998; López-Romero et al., 2019; Rijo et al., 2017). A intervenção precoce em jovens com estas características é uma das recomendações mais recorrentes a nível nacional e internacional (Santos et al., 2010). Para alguns autores, os indivíduos que apresentam

comportamentos delinquentes são muito resistentes à mudança e, caso não sejam sujeitos a programas de intervenção, os comportamentos têm tendência para se prolongarem pela idade adulta. Para Tarolla et al. (2002) quando os adolescentes não são submetidos a programas de intervenção, a reincidência varia entre os 60% e os 80%.

A investigação nesta área pode contribuir para a eficácia destes programas (e.g., psicoterapêuticos, psicossociais), para melhorar o conhecimento sobre as resistências à mudança, as motivações para o abandono dos programas de intervenção por parte dos jovens aos quais estes se dirigem (Loeber & LeBlanc, 1990; Moffitt, 2006; Monahan et al., 2009; Zara et al., 2016) e a diminuição dos custos dos programas implementados, uma vez que, permite a utilização mais criteriosa dos recursos disponíveis. Este último é um importante benefício, porque, os recursos são geralmente escassos (Olver, 2019; Pechorro, 2013, 2019; Polaschek, 2019). Deve ainda referir-se que, os programas de prevenção e intervenção devem envolver não só os jovens, como também todos aqueles que com estes interagem diretamente (e.g., pais, professores) (Cunneen & Luke, 2007).

Considerando também que, os jovens delinquentes apresentam baixa motivação para a aprendizagem escolar, refletindo-se este facto no baixo desempenho neste contexto, aos adolescentes que se encontram a cumprir medidas tutelares educativas deve ser proporcionada a oportunidade de aquisição de competências pessoais para que consigam superar as dificuldades de aprendizagem (Bickel et al., 2002). Para serem elaboradas intervenções específicas para os jovens delinquentes é necessário igualmente ter a perceção das diferenças fundamentais entre aqueles que, iniciaram precocemente a sua atividade criminal e os que a iniciaram tardiamente. Desta forma, pode ser possível prevenir ou mesmo alterar o desenvolvimento individual das suas trajetórias delinquentiais (Pechorro, 2013).

Continuam a existir lacunas no conhecimento e no desenvolvimento de programas específicos dirigidos a jovens delinquentes, assim como também na avaliação da sua eficácia. Este facto pode estar relacionado com a falta de investimento na investigação nesta área, por considerar-se e valorizar-se as narrativas prevalentes na sociedade em geral. Segundo as mesmas, estes jovens apresentam comportamentos crónicos, baixa motivação para a aprendizagem em contexto escolar, resistência à mudança, dificuldades em estabelecer laços afetivos, resistência aos programas de intervenção e incapacidade de interiorizar as regras e normas da comunidade onde estão inseridos (Farrington, 2005; Nardi et al., 2010).

Os programas de prevenção e intervenção a implementar, devem, para além dos jovens, envolver os pais, professores e outros especialistas e técnicos, com o objetivo de impedir a consolidação das suas características antissociais e criminais, de forma a que, estes comportamentos não sejam cristalizados, tornando-se estáveis no tempo, ou seja, se prolonguem pela idade adulta. Para alguns autores é igualmente importante que, os programas de prevenção e intervenção (e.g., psicoterapêuticas, psicossociais) devam ser avaliadas em termos de eficácia, através do acompanhamento longitudinal destes processos (Cunneen et al., 2007; Pechorro, 2019). É fundamental a recolha de informação para a avaliação do fenómeno da delinquência juvenil em geral e dos jovens em particular. Desta forma pode melhorar-se o conhecimento disponível sobre as carreiras delinquentiais e as especificidades dos programas de prevenção e intervenção aplicados, tanto no sistema de proteção, em procedimentos tutelares cíveis, como no sistema tutelar educativo. Porém, a escassez de dados e de uma visão global dos processos (antes, durante e após) que, deve ser corrigida, têm sido consideradas como obstáculos ao conhecimento da realidade (Carvalho, 2017).

Os programas de prevenção e intervenção a elaborar, devem ter em consideração a possibilidade de estigmatização destes jovens por parte da sociedade (LeBlanc, 1998). Estes programas, dirigidos a jovens delinquentes são processos complexos que exigem a definição de objetivos e planeamento a curto, médio e longo prazo. Devem ter a capacidade de prever a complexidade da nossa realidade social e rejeitar a tendência para a apresentação de modelos únicos que não tenham em consideração a diversidade social e cultural do nosso País. Caso contrário, podemos correr o risco de excluir alguns elementos da nossa comunidade por, os ditos programas, não darem respostas diversificadas, ou seja, adequadas à realidade social do momento presente (Santos et al., 2010).

Deve salientar-se também a necessidade de serem efetuados estudos sobre a eficácia das medidas tutelares educativas aplicadas aos jovens delinquentes. É referido que, os países do sul da Europa apresentam lacunas na investigação sobre reincidência criminal em jovens e adultos. Este facto é referido em obras de referência por diversos autores (e.g., Zara et al., 2016). Em Portugal, destacam-se as recentes investigações com jovens delinquentes internados em CE da DGRSP de Pechorro (2019). Estas revelaram por exemplo que, no primeiro ano de seguimento ocorreu uma reincidência geral de 37.9% para os jovens do sexo masculino e de 18.4% para os jovens do sexo feminino, além de uma reincidência violenta de 20.3% para os rapazes e de 7.9% para as raparigas.

A presente tese é composta por dois estudos de validação. Uma medida breve de trauma (CTS) e uma medida breve de perturbação do comportamento (CDS). Pretendemos com estes estudos diversificar os recursos de avaliação em contexto forense e escolar e colocá-los ao dispor da comunidade científica para futuras investigações, assim como também para a avaliação de adolescentes noutros contextos (e.g., clínico). Porém, deve ser salientado que, o método científico utilizado nas validações do CTS e do CDS podem futuramente ser aperfeiçoados (Pais-Ribeiro, 2010) e que, a validação de um instrumento é um processo inacabado (Nunnally et al., 1994).

A validação das medidas breves de trauma e de perturbação do comportamento, ocorreram porque, considerámos serem estas pertinentes para atingir os objetivos a que nos propusemos no terceiro e quarto estudo onde foram analisadas as associações da TN (maquiavelismo, narcisismo e psicopatia) com a delinquência juvenil, perturbação do comportamento, trauma e impulsividade. Foram utilizadas medidas breves de triagem por considerarmos que, estas, apresentam vantagens diversas em diferentes contextos de investigação (e.g., forense, escolar, clínico). Os instrumentos breves, tal como é referido por alguns autores, apresentam benefícios tais como, por exemplo: Quando são utilizadas outras medidas de avaliação; O tempo de resposta dos participantes é menor, logo, tem impacto na motivação e na fadiga para determinadas populações (e.g., crianças, adolescentes); Diminuição da probabilidade de ocorrerem itens omissos (Rammstedt et al., 2014).

Considerando a revisão de literatura efetuada e os objetivos por nós traçados para a presente tese de doutoramento, tendo por base os construtos em estudo (Tríade Negra, delinquência juvenil, trauma, perturbação do comportamento e impulsividade), foram elaborados quatro artigos e formuladas as respetivas hipóteses de investigação que, novamente aqui são apresentadas. Para além de tal, vamos também, seguidamente, proceder à apresentação dos resultados e discussão geral dos estudos que compõem a presente investigação.

Validação preliminar da versão portuguesa do Child Trauma Screen em adolescentes

Nas últimas duas décadas aumentaram o número de investigações sobre o maltrato na infância e as suas consequências associadas à exposição dos indivíduos a situações adversas, porém, a sua mensuração continua a ser um desafio (Gilbert et al., 2009; Torre & Escobar, 2017). Não é comum fazer-se o rastreio do trauma, devido em parte, à falta de medidas breves e validadas para tal (Lang et al., 2017, 2018). Considerando a prevalência e as consequências do trauma na saúde física e mental das crianças que, podem prolongar-se pela idade adulta (Denton et al., 2016; Dubowitz et al., 2011; Kisiel et al., 2014; Lang et al., 2017) e o elevado impacto económico na sociedade a este associado (Fang et al., 2012), o CTS pode preencher uma lacuna na obtenção rápida de resultados sobre a exposição a EPT e sintomas de PTSD em adolescentes (Lang et al., 2017, 2018). Por tal, consideramos ser importante a disponibilização dum instrumento breve, psicometricamente adequado e devidamente validado. Os instrumentos de recolha de informação sobre o trauma podem ser fundamentais como estratégia de identificação precoce e encaminhamento para intervenções mais adequadas. Desta forma pode diminuir-se o impacto do trauma quando o indivíduo atinge a idade adulta, não só no próprio como também na sociedade em geral (e.g., Denton et al., 2016; Lang et al., 2017, 2018).

O objetivo da “Validação preliminar da versão portuguesa do *Child Trauma Screen* em adolescentes” consistiu na validação de uma versão do CTS em adolescentes portugueses, em contexto escolar, onde foram colocadas as hipóteses de que, esta, iria demonstrar: 1) Uma estrutura unifatorial do CTS Reações; 2) Boa consistência interna medida pelo alfa de Cronbach; 3) Validade divergente com medidas de motivação para a aprendizagem escolar e de autocontrolo; 4) Validade de grupos conhecidos e, adicionalmente, foram analisadas as correlações com medidas de traços triárquicos de psicopatia, traços de tríade negra, impulsividade, delinquência juvenil, violência entre pares, perturbação do comportamento, sintomas de perturbação do comportamento e índice de gravidade do crime.

Na adequação dos dados à análise fatorial, os valores de KMO revelaram-se adequados por se apresentarem médios no grupo masculino e bons no grupo feminino. Os valores de BTS revelaram-se estatisticamente significativos. Assim sendo, os testes de KMO e BTS revelaram que os dados obtidos eram adequados para efetuar a AFE, considerando os critérios de classificação definidos em Marôco (2018). Na AFE foram

obtidos, no CTS Reações, valores de cargas fatoriais $\geq .30$ (Byrne, 2006; Marôco, 2014). Foi verificada a existência de um fator que explica cerca de 53,47% da variância total para o grupo masculino e cerca de 58% da variância total para o grupo feminino. Estes valores são superiores a 50% da variância total explicada que é considerado o valor mínimo aceitável (Marôco, 2018). Uma das hipóteses colocada por nós, foi que, o instrumento apresentaria uma estrutura unifatorial para o CTS Reações. Uma vez que, não foi analisada a estrutura fatorial do instrumento em estudos anteriores, que seja do nosso conhecimento, razão pela qual foi por nós efetuada, ficámos impossibilitados de fazer comparações entre os nossos resultados e os resultados de outras validações do instrumento. Este facto pode ser justificado por ser esta uma escala recente e, assim sendo, ainda não terem sido efetuadas validações anteriores à presente validação preliminar. Pelos resultados obtidos na validação por nós efetuada, foi sugerida uma solução unidimensional para o instrumento, confirmando a nossa primeira hipótese.

Na análise da consistência interna (fiabilidade) do CTS Reações, estimada pelo alfa de Cronbach, foram revelados valores bons (acima de .80) (Dunn et al., 2014; Nunnally et al., 1994). Tendo em consideração o estudo do instrumento original, o valor por nós obtido é superior. Os seus autores apresentaram um alfa de Cronbach de .78 (Lang et al., 2017, 2018). As médias das correlações inter-itens (MCII) revelaram valores adequados (de .15 a .50) nos grupos em estudo. Na amplitude das correlações item-total corrigidas (ACITC) foram obtidos valores adequados (acima de .30) (Dunn et al., 2014; Urbina, 2014). Pelo referido, a segunda hipótese por nós colocada foi igualmente confirmada.

Considerando a validade divergente foram obtidas correlações com medidas de motivação para a aprendizagem escolar (EMAE) e autocontrolo (BSCS). Os dados revelaram correlações Pearson negativas, moderadas e estatisticamente significativas, nos grupos em estudo. Tendo em consideração o sentido negativo e a intensidade moderada da relação linear entre o CTS Reações, que corresponde a sintomas de PTSD, e as medidas EMAE e BSCS (e.g., Marôco, 2018), os dados por nós obtidos são corroborados por outros autores. Estes referem que, a exposição do indivíduo a situações adversas, pode ter influência no desempenho em contexto escolar (e.g., notas inferiores, retenção escolar, abandono escolar) por ocorrerem respostas a nível psicológico (e.g., ansiedade, depressão, medo, agressividade, défices nas relações interpessoais) (e.g., Romano et al., 2015) e a nível físico (e.g., insónia, fadiga) (Calhoun et al., 2013). Por alguns autores a retenção escolar é associada ao fraco desempenho escolar, menor ligação à escola,

problemas de comportamento, interação com grupos de pares desviantes (Simões et al., 2008) e diminuição da autoestima (Chohan & Qadir, 2013; Leyrit, 2012). Podem ocorrer também comportamentos externalizantes (e.g., baixo autocontrole) associados significativamente a formas diversas de vitimização (DeLisi et al., 2016; Pechorro et al., 2018b). A retenção escolar pode ser considerada uma situação adversa, geradora de elevado *stress* para os alunos (Morizot et al., 2015). Deve referir-se ainda que, alguns autores, sugerem associações entre a exposição a situações adversas e problemas de comportamento na adolescência (Flouri et al., 2014). Assim sendo, a terceira hipótese por nós colocada foi igualmente confirmada.

Relativamente à validade de grupos conhecidos, os resultados revelaram diferenças estatisticamente significativas entre os grupos em estudo no CTS Reações, uma dimensão do efeito reduzida (.02) e uma potência do teste adequada (.80) (Marôco, 2018). Na comparação entre os grupos masculino e feminino não foram encontradas diferenças significativas no CTS Eventos, porém, os dados revelaram que os participantes do grupo feminino obtiveram pontuações mais elevadas, estatisticamente significativas, no CTS Reações. Os resultados obtidos são corroborados por autores diversos. É referido por estes que, os indivíduos do sexo feminino correm maior risco de desenvolver PTSD do que os indivíduos do sexo masculino. A PTSD tem maior prevalência ao longo da vida e é experienciada por períodos mais longos nas raparigas, considerando a população geral (e.g., APA, 2014; Trickey et al., 2012). A quarta hipótese por nós colocada foi também confirmada.

Após a análise das correlações com outras medidas, os dados revelaram que, nos grupos masculino e feminino, nas medidas de traços triárquicos de psicopatia, traços de tríade negra, impulsividade, delinquência juvenil, violência entre pares, perturbação do comportamento, sintomas de perturbação do comportamento e índice de gravidade do crime, são positivas, de moderadas a fortes e estatisticamente significativas. Estes resultados são corroborados pelos autores consultados na revisão de literatura que efetuámos (e.g., Christian et al., 2015; Wright et al., 2017). Para além destes, num estudo com jovens delinquentes entre os 12 e os 18 anos de idade, onde foi analisada por Hoskins et al. (2019) a associação entre o trauma e (e.g., sintomas psiquiátricos), quase três quartos dos adolescentes estiveram expostos a EPT, apresentando mais sintomas externalizantes do que os não expostos a tais situações adversas e, ainda que, os participantes do sexo feminino revelaram taxas mais elevadas de sintomas internalizantes e com maior gravidade do que os do sexo masculino. Para (Wilson et al., 2009) a exposição na infância

à violência é um fator de risco para comportamentos violentos, antissociais e prevalência do trauma em jovens delinquentes. Este facto é corroborado por Dubowitz et al. (2011) quando referem que há evidências empíricas da relação entre a exposição à violência na infância e os comportamentos violentos e prática de crimes na adolescência. D'Andrea et al. (2012) referem que os indivíduos expostos a EPT na infância e que apresentam determinados sintomas (e.g., agressividade, impulsividade, comportamento de oposição) podem desenvolver mais tarde PTSD.

Propriedades psicométricas do Conduct Disorder Screener entre jovens portugueses em contexto forense e escolar

É referido na literatura especializada que a PC é uma perturbação cujo início é cada vez mais precoce. Esta pode potenciar comportamentos de delinquência na adolescência e prolongar-se pela idade adulta, com elevados custos sociais e económicos (Hutchings et al., 2007). Assim sendo, considerámos ser relevante a disponibilização de uma versão portuguesa do CDS, devidamente validada, para a triagem da PC em adolescentes. Este instrumento breve pode ser fundamental como estratégia de identificação e encaminhamento dos jovens para intervenções psicoterapêuticas e psicossociais mais adequadas.

O objetivo do estudo “Propriedades psicométricas do *Conduct Disorder Screener* entre jovens portugueses em contexto forense e escolar” foi a validação do CDS numa amostra de adolescentes de ambos os sexos, em contexto forense e escolar, onde foram colocadas as hipóteses de que, este, iria demonstrar: 1) Estrutura fatorial unidimensional; 2) Boa consistência interna medida por alfa de Cronbach e coeficiente Omega; 3) Adequada validade convergente com medidas de avaliação de traços psicopáticos, traços de tríade negra, impulsividade, delinquência juvenil, violência entre pares e validade divergente com medidas de motivação para a aprendizagem escolar e autocontrolo; 4) Adequada validade de critério (concorrente) com sintomas de perturbação do comportamento, índice de gravidade do crime, idade do primeiro problema com a lei; 5) Adequada validade de grupos conhecidos.

Os resultados obtidos revelaram uma estrutura fatorial unidimensional com índices de ajustamento de adequados a bons (Marôco, 2014; West et al., 2012), tal como no instrumento original proposto por Lewinsohn et al. (2000). A nossa primeira hipótese

foi confirmada. Após a análise da consistência interna (fiabilidade), estimada pelo alfa de Cronbach e coeficiente Omega os valores revelaram-se de adequados (acima de .70) no grupo feminino escolar a bons (acima de .80) nos grupos masculino forense e escolar (Dunn et al., 2014; Nunnally et al., 1994). No instrumento original a consistência interna medida por alfa de Cronbach foi de .78 no sexo masculino e de .72 no sexo feminino. Os resultados por nós obtidos são superiores aos de Lewinsohn et al. (2000). A utilização do coeficiente Omega é recomendada porque o alfa de Cronbach tende a subestimar a consistência interna (Dunn et al., 2014). Porém, optámos pela apresentação do valor do alfa de Cronbach por ser este o coeficiente mais utilizado e o apresentado no estudo original.

Os resultados das médias das correlações inter-item (MCII) revelaram geralmente valores adequados (de .15 a .50) para os grupos em estudo. No grupo feminino escolar este é ligeiramente superior (.55) ao intervalo recomendado. Na amplitude das correlações item-total corrigidas (ACITC) foram obtidos valores geralmente adequados (acima de .30) (Dunn et al., 2014; Urbina, 2014). No grupo feminino escolar, embora o valor obtido (.23) seja inferior, é superior à correlação mínima recomendada de .20 (Nunnally et al., 1994). A segunda hipótese por nós colocada foi também confirmada.

Na validade convergente com o YPY-TRI-S Total, DTDD Total, SUPPS-P Total, AHSRD Total e PCS-20 Total as correlações revelaram-se positivas, fortes e estatisticamente significativas. Os resultados obtidos são corroborados pelos autores consultados na revisão de literatura por nós efetuada (e.g., López-Romero et al., 2015; Pechorro et al., 2012). A PC está associada a comportamentos externalizantes (e.g., agressividade, impulsividade, antissociais, delinquentes). Estes são mais comuns nos indivíduos do sexo masculino (e.g., APA, 2014; Pechorro et al., 2018c; Rijo et al., 2017). A PC pode potenciar comportamentos delinquentes nos adolescentes e prolongar-se pela idade adulta (Hutchings et al., 2007). Alguns autores (e.g., Sevecke et al., 2010) referem a existência de uma ligação retrospectiva entre psicopatia no adulto e perturbação do comportamento na infância, início precoce de comportamentos antissociais, violência crónica, delitos diversificados e impulsividade. A PC pode ser um precursor da PAP (e.g., Hutchings et al., 2006) e, quando tal ocorre, pode verificar-se a prática de atividade criminal severa e crónica na idade adulta (Loeber et al., 1998). No DSM-5 está incluído um especificador (emoções prossociais limitadas) no diagnóstico de PC de traços de insensibilidade emocional (Falta de remorso ou culpa, Indiferença-falta de empatia, Despreocupação relativamente ao seu desempenho e Afeto superficial ou deficiente),

característicos da psicopatia (Frick et al., 2010; Scheepers et al., 2011). É referido pela APA (2014) que “Falta de remorsos ou culpa. O indivíduo não se sente mal ou culpado por ter feito algo de errado [...]. Indiferença-falta de empatia. Ignora e não se preocupa com os sentimentos dos outros. O indivíduo é descrito como frio e insensível [...]. Despreocupação relativamente ao seu desempenho. Não demonstra preocupação acerca do desempenho pobre ou problemático que apresenta na escola, no trabalho ou noutras atividades importantes [...]. Afeto superficial ou deficiente. Não expressa sentimentos ou demonstra emoções aos outros, exceto de forma superficial ou insincera (por exemplo, as ações contradizem as emoções demonstradas; consegue «ligar» e «desligar» as emoções de forma rápida) ou quando a expressão emocional é usada para obter ganhos (por exemplo, as emoções expressas têm o intuito de manipular ou intimidar as outras pessoas).” (pp. 564-565). É referido por outros autores que, estes traços podem estar associados à maior estabilidade dos comportamentos antissociais, comportamentos delinquentes severos e violentos, início precoce de atividades criminais, detenções e condenações precoces (e.g., Forth et al., 2010; Pechorro, 2013; Pechorro et al., 2014a; Van Baardewijk et al., 2011).

A validade divergente (Kaplan & Saccuzzo, 2013) com medidas de motivação para a aprendizagem escolar (EMAE) e autocontrolo (BSCS) revelou correlações negativas, fortes e estatisticamente significativas. Considerando o sentido negativo e a intensidade forte da relação linear entre o CDS Total e as medidas EMAE e BSCS (e.g., Marôco, 2018), os dados obtidos são igualmente corroborados por outros autores (e.g., Biederman et al., 2008; Farrington, 2005; Jesus, 2008; Pechorro et al., 2019d). A falta de motivação para aprendizagem escolar pode ter implicações ao nível dos comportamentos, verificando-se indisciplina dentro da sala de aula (Jesus, 2008). Nos casos em que o indivíduo apresenta PC, o desempenho ao longo do percurso escolar pode ficar comprometido, estando frequentemente abaixo do nível esperado. Nestes casos podem ocorrer suspensões ou mesmo expulsão, dificuldades de adaptação ao meio escolar (APA, 2014; Rijo et al., 2017) e abandono prematuro do mesmo (Biederman et al., 2008; Rijo et al., 2017). A terceira hipótese foi igualmente confirmada.

Relativamente à validade de critério (concorrente) com sintomas de PC e ICS, foram obtidas, no grupo masculino forense, correlações positivas de moderadas a fortes e estatisticamente significativas. Nos grupos masculino e feminino escolar foram verificadas correlações positivas fortes e estatisticamente significativas. Tendo em consideração a idade do 1º problema com a Lei observaram-se correlações negativas

moderadas e estatisticamente significativas no grupo forense e correlações não significativas nos grupos masculino e feminino escolar. Os dados obtidos estão em linha com os de outros estudos efetuados anteriormente (e.g., Pechorro et al., 2012). Quando a PC ocorre precocemente (APA, 2014; Biederman et al., 2008; Frick et al., 2009; Simões, 2007), geralmente nos indivíduos do sexo masculino, verifica-se um risco aumentado de desenvolvimento de comportamentos antissociais (APA, 2014; Biederman et al., 2008; Frick et al., 2009; Rijo et al., 2017) e de perturbações diversas (e.g., ansiedade, humor, controlo dos impulsos, aprendizagem) (APA, 2014; Rijo et al., 2017). Verifica-se também com frequência agressividade física dirigida aos outros e relações disfuncionais com os pares (APA, 2014; Burke et al., 2008). Muitas crianças com este subtipo de PC podem apresentar maior probabilidade de desenvolver PC severa e persistente, sendo que, esta, pode prolongar-se pela idade adulta (APA, 2014). Nos jovens com PC que apresentam um padrão estável de respostas com emoções prossociais limitadas (e.g., ausência de emoções, procura de excitação, insensibilidade à punição, violação das normas sociais, comportamentos violentos), a PC pode ter ocorrido precocemente e ser classificada como severa e persistente (APA, 2014; Rijo et al., 2017; Simões, 2007). Os jovens com estas características têm tendência para manipular o ambiente. A manipulação pode tornar-se na principal forma de interação social para este grupo minoritário de jovens obter gratificação imediata ou evitar as exigências do meio (Pacheco et al., 2009). Para tal, estes indivíduos recorrem com frequência a comportamentos violentos (Rijo et al., 2017). A quarta hipótese por nós colocada foi confirmada.

Na validade de grupos conhecidos, a comparação entre os grupos masculino forense e masculino escolar revelou que, os participantes do grupo forense obtiveram pontuações mais elevadas no CDS Total tal como o esperado. Para alguns autores a PC é um fator de risco para a atividade criminal (e.g., Biederman et al., 2008; Frick et al., 2009). Os resultados obtidos revelaram também que os participantes do grupo masculino escolar obtiveram pontuações mais elevadas no CDS Total do que o grupo feminino escolar, corroborando o referido na revisão de literatura previamente efetuada (e.g., Loeber et al., 1998). Foi verificado ainda que, os participantes do grupo masculino forense obtiveram pontuações mais elevadas relativamente ao grupo feminino escolar corroborando igualmente o referido pelos autores consultados na revisão de literatura efetuada para a presente tese (e.g., Biederman et al., 2008; Frick et al., 2009). Há diferenças entre os indivíduos do sexo masculino e feminino que apresentam PC. Nos rapazes ocorrem frequentemente lutas, furtos, roubos, vandalismo e indisciplina em meio

escolar. Nas raparigas ocorrem fugas, mentiras, uso de substâncias psicoativas, prostituição e absentismo escolar (APA, 2014). Já anteriormente Kratzer e Hodgins (1997) referiram que 64% dos rapazes e 17% das raparigas com PC apresentaram cadastro na idade adulta. Os dados obtidos revelaram também uma dimensão do efeito muito elevada (.64) e uma potência do teste igualmente muito elevada (1) (Marôco, 2018). As diferenças estatisticamente significativas entre o sexo masculino e o feminino são igualmente referidas por Lewinsohn et al. (2000), autores do estudo original. A quinta hipótese por nós colocada foi igualmente confirmada.

Após a apresentação dos resultados e discussão geral da validação dos instrumentos de trauma (CTS) e perturbação de comportamento (CDS), considerados construtos relevantes para a compreensão da adaptação dos adolescentes à comunidade onde estão inseridos, com forte impacto na mesma e, para dar continuidade aos objetivos a que nos propusemos atingir, procedemos à apresentação dos resultados e discussão geral dos estudos empíricos. A TN é também um construto relevante para a compreensão de alguns comportamentos observados com frequência nos jovens (e.g., antissociais, delinquentes) (Lyons et al., 2015). Uma vez que, são por nós desconhecidos estudos empíricos com estas características em adolescentes portugueses de ambos os sexos, em contexto forense e escolar, as investigações cujos resultados e discussão geral apresentamos seguidamente, darão um importante e inovador contributo para todos aqueles que trabalham com jovens que apresentam estas características e para a comunidade científica que investiga estes fenómenos.

Tríade Negra: Associações com delinquência juvenil, perturbação do comportamento e trauma

A TN, composta por três traços de personalidade (maquiavelismo, narcisismo e psicopatia) que, embora distintos apresentam características comuns, devem para alguns autores ser estudados em conjunto (Furnham et al., 2013; Jakobwitz et al., 2006; Jones et al., 2014; Lyons, 2019). O maquiavelismo é caracterizado pela manipulação, sendo esta um meio para atingir um fim (obtenção de benefícios instrumentais e/ou sociais) e ausência de empatia (Kowalski et al., 2018). O narcisismo é caracterizado pela crença de superioridade, necessidade de dominar (Furnham et al., 2014), egoísmo e ausência de

empatia. A psicopatia é caracterizada por insensibilidade emocional, impulsividade, comportamentos antissociais e ausência de culpabilidade e empatia (Fowles & Dindo, 2006). Embora as suas características sejam indesejáveis nas culturas que privilegiam a cooperação entre os indivíduos, em situações de competitividade, no presente (e.g., atividade profissional), tal como num passado remoto (e.g., alimento), podem potenciar o aumento do número de indivíduos com traços de TN (Filho et al., 2012; Jonason et al., 2012).

O objetivo do estudo “Tríade negra: Associações com delinquência juvenil, perturbação do comportamento e trauma” foi analisar as associações das dimensões da TN com a delinquência juvenil, perturbação do comportamento e trauma. Para tal foram colocadas as hipóteses de que, iria ser demonstrado: 1) A dimensão psicopatia da TN é a que apresenta maior associação com a delinquência juvenil; 2) A dimensão psicopatia da TN é a que apresenta maior associação com a perturbação do comportamento; 3) A dimensão narcisismo da TN é a que apresenta maior associação com o trauma.

Após a análise das variáveis sociodemográficas verificámos diferenças estatisticamente significativas entre o grupo masculino forense e os grupos masculino e feminino escolar. O grupo masculino forense apresentou um menor número de anos de escolaridade completados, quando comparado com os grupos masculino e feminino escolar. Foi verificado também que, o grupo masculino forense apresentou maior diversidade de nacionalidades e, ainda que, os pais dos participantes do grupo masculino forense apresentaram um NSE mais baixo.

Considerando os resultados obtidos verificou-se que foi a dimensão psicopatia da TN que apresentou maior associação com a delinquência juvenil. Estes resultados vão ao encontro da nossa primeira hipótese e são corroborados por estudos anteriores, consultados na revisão de literatura efetuada. É referido nesta que, o construto da psicopatia aplicado a adolescentes em contexto de delinquência juvenil tem no presente uma importância crescente na investigação. São apresentadas por diversos autores evidências da sua associação com delinquência severa, persistente e violenta (e.g., Pechorro et al., 2014a) e apresentada como preditora de delinquência em jovens da população geral (e.g., Marsee, Silverhorn, & Frick, 2005). Na presente investigação as dimensões maquiavelismo e narcisismo também apresentaram associações com a delinquência juvenil, embora consideravelmente menores, corroborando as evidências de estudos anteriores em que, o narcisismo e o maquiavelismo não contribuiriam de forma independente para a delinquência juvenil. Porém, a psicopatia, apresenta-se como

preditora independente de delinquência entre os adolescentes do sexo masculino (e.g., Chabrol et al., 2009). A nossa primeira hipótese foi confirmada.

Considerando ainda os resultados obtidos, foi a dimensão psicopatia da TN que apresentou maior associação com a perturbação do comportamento. Estes resultados estão em linha com o por nós esperado e são corroborados por outros autores. Estes referem que, no DSM-5, os menores com diagnóstico de perturbação do comportamento, apresentam comportamentos semelhantes ao dos adultos com psicopatia (e.g., Leistico et al., 2008), em especial quando apresentam emoções prossociais limitadas (e.g., falta de culpabilidade ou remorsos, ausência de empatia) (e.g., Sylvers, Brennan, & Lilienfeld, 2011). É também referido em estudos anteriores que, há evidências de ligações retrospectivas entre psicopatia e perturbação do comportamento na infância (e.g., Sevecke et al., 2010), tendo sido encontradas correlações positivas e estatisticamente significativas entre a psicopatia e a perturbação do comportamento (e.g., Myers, Burket, & Harris, 1995). A nossa segunda hipótese foi igualmente confirmada.

Os resultados obtidos sugerem que a dimensão narcisismo da TN é a que apresenta maior associação com o trauma. Estes resultados são corroborados por alguns autores consultados na revisão de literatura efetuada. Em estudos anteriores é referido que, a exposição infantil a situações adversas está associada a um risco aumentado de prevalência do trauma nos jovens (e.g., Foa et al., 2018). Foi também referido que, o narcisismo, pode estar associado a sintomatologia de PTSD quando o indivíduo foi exposto a EPT na infância (e.g., Bachar et al., 2005; North et al., 2012; Russ et al., 2008). Outros autores verificaram associações positivas entre o narcisismo e sintomatologia de PTSD (e.g., Pietrzak et al., 2011). Na mesma linha estão os resultados obtidos por outros autores ao concluíram que, as pessoas com diagnóstico de perturbação narcísica da personalidade podem apresentar sintomas de PTSD como consequência da exposição a situações adversas (e.g., Russ et al., 2008). A nossa terceira hipótese foi igualmente confirmada.

Triade Negra na adolescência: Relação com impulsividade e perturbação do comportamento

Dando continuidade ao estudo dos traços aversivos da personalidade que, no presente, têm despertado interesse no seio da comunidade científica como um grupo de

fatores que devem ser estudados em conjunto (Furnham et al., 2013; Jones et al., 2014; Lyons, 2019), o estudo “Tríade Negra na adolescência: Relação com impulsividade e perturbação do comportamento” teve por objetivo analisar a relação da TN na predição da impulsividade e PC. Neste foram colocadas as hipóteses de que, iria ser demonstrado: 1) A variável psicopatia da TN é a que apresenta maior contribuição na predição da impulsividade; 2) A variável psicopatia da TN é a que apresenta maior contribuição na predição da PC. Adicionalmente foram analisados os traços de TN, impulsividade e PC nos grupos em estudo.

Considerando os resultados obtidos verificámos que a variável psicopatia da TN foi a que apresentou maior contribuição para a predição da impulsividade. A variável maquiavelismo deu também o seu contributo, porém, consideravelmente menor. O contributo da variável narcisismo não foi significativo. Estes resultados são corroborados por estudos anteriores consultados na revisão de literatura por nós efetuada. Nela é referido que a impulsividade pode ser definida como uma tendência do indivíduo para reagir de forma não planeada aos estímulos a que é submetido, não tendo em consideração as consequências (Moeller et al., 2001). Há evidências de que, os jovens com níveis elevados de impulsividade apresentam riscos aumentados para causarem danos não só ao próprio como também aos outros (Moeller et al., 2001). Há evidências de uma ligação retrospectiva entre psicopatia e impulsividade (Sevecke et al., 2010). Desde há muito que, os investigadores têm defendido que a impulsividade é uma característica importante do comportamento antissocial e psicopático. São vários os investigadores que, desde há muito, têm defendido que a impulsividade é uma característica importante da psicopatia, sendo-lhe dada relevância quando é aplicado o constructo da psicopatia a crianças e adolescentes (e.g., Lynam, 1998), havendo evidências de uma ligação retrospectiva entre psicopatia no adulto e impulsividade na infância (e.g., Sevecke et al., 2010). O conceito de psicopatia refere-se a uma forma de perturbação da personalidade na qual a impulsividade é um sintoma relevante (e.g., Hart et al., 1997). A incapacidade de adiar a gratificação, observada nos psicopatas, pode dever-se a défices nas respostas associadas a níveis elevados de impulsividade (e.g., Wallace et al., 1991). A nossa primeira hipótese foi confirmada.

A variável psicopatia da TN, considerando os resultados obtidos, foi aquela que apresentou maior contribuição para a predição da PC. Estes resultados estão igualmente em linha com o por nós esperado e já anteriormente referido no estudo anterior (ver Manuscrito III, p. 170). A alteração no diagnóstico da PC no DSM-5, onde está incluído

um especificador de traços de insensibilidade emocional característicos da psicopatia revela a crescente importância dada a este constructo (APA, 2014; Frick et al., 2010). Para vários autores há evidências de que, este, pode estar associado à maior estabilidade dos comportamentos antissociais, comportamentos delinquentes severos e persistentes, início precoce de atividades criminais, detenções e condenações precoces (Pechorro et al., 2014a). É referido por outros autores que no DSM-5, os menores com diagnóstico de PC, apresentam comportamentos semelhantes aos dos adultos com psicopatia (e.g., Leistico et al., 2008), especialmente quando são verificadas emoções pró-sociais limitadas (e.g., Wilson, Juodis, & Porter, 2011). Em estudos anteriores são apresentadas evidências de uma ligação retrospectiva entre a psicopatia no adulto e a PC na infância (e.g., Sevecke et al., 2010) e encontradas correlações positivas e significativas entre a psicopatia e a PC (e.g., Myers et al., 1995). A nossa segunda hipótese também foi confirmada.

Foram também por nós analisados, adicionalmente, os traços de TN, impulsividade e PC nos grupos em estudo. Os resultados obtidos revelaram que, o grupo masculino forense obteve pontuações mais elevadas e significativas do que os grupos masculino e feminino escolar e que, o grupo masculino escolar obteve pontuações mais elevadas e significativas do que o grupo feminino escolar relativamente aos traços de TN, impulsividade e PC. Estes resultados estão em linha com os sugeridos por outros autores consultados na revisão de literatura. Foram verificados traços de TN em adolescentes e jovens adultos responsabilizados por crimes violentos nos EUA e na Europa (e.g., Muris et al., 2013). Há evidências de associações significativas entre as três dimensões da TN, pontuações elevadas de agressão e baixas pontuações de empatia (e.g., Jonason et al., 2012). São também referidas por outros autores, correlações positivas e fortes entre as pontuações de traços de TN e as pontuações de interesses sensacionais (violência, armas e crimes), sendo estes últimos considerados preditores de comportamento delinvente (James et al., 2014). Em estudos anteriores foi referido que, a impulsividade verificada em adolescentes tem sido associada de forma significativa a uma maior diversidade e quantidade de crimes cometidos (e.g., Lynam, 1998) e considerada relevante em várias teorias criminais (Lynam et al., 2004). Os indivíduos que apresentam na infância predisposição para a impulsividade, podem apresentar tendências criminais ao longo da vida (Pratt et al., 2000). Há evidências clínicas, educacionais e forenses de que, os jovens com níveis elevados de impulsividade, apresentam um risco aumentado para causarem danos não só a si próprios como também aos outros (e.g., Moeller et al., 2001) e que, a

impulsividade, está associada a um número mais elevado de comportamentos antissociais (e.g., López-Romero et al., 2015). Já Moffitt (1993) tinha anteriormente referido que, a impulsividade verificada em crianças e jovens, aumentava o risco de comportamentos antissociais persistentes a longo prazo porque, esta, interfere diretamente na capacidade de controlar os seus comportamentos e pensar nas consequências futuras dos atos praticados. A influência indireta deve ser considerada quando os défices no controlo dos impulsos podem contribuir para o insucesso escolar, influenciando a incapacidade futura para a obtenção de sucesso socioprofissional. Quando tal ocorre, pode o indivíduo ter tendência para procurar benefícios a curto prazo associados ao envolvimento em atividades antissociais. Para outros autores, os adolescentes que apresentam níveis elevados de impulsividade e fraco controlo inibitório, a probabilidade de serem adolescentes com início precoce de comportamentos de delinquência é mais elevada (e.g., Carroll et al., 2006).

Considerando as diferenças apresentadas entre os grupos masculino forense e masculino escolar e o grupo feminino escolar, as investigações empíricas têm demonstrado que os indivíduos do sexo masculino optam por métodos mais violentos para atingir os seus objetivos, enquanto que, os indivíduos do sexo feminino recorrem maioritariamente a outras estratégias (e.g., manipulação, sedução) (Forouzan et al., 2005). Considerando a baixa incidência da atividade criminal entre os indivíduos do sexo feminino quando comparada aos do sexo masculino, especialmente nos indivíduos mais jovens (Hipwell et al., 2002), alguns autores sugerem que, tanto o início precoce, na infância, como o início tardio, na adolescência, da atividade criminal, não podem ser aplicados às raparigas tal como são aplicados aos rapazes. Considerando este facto é sugerido que as raparigas com comportamentos antissociais seguem um percurso diferente, o qual é designado por trajetória de início adiado. Os mecanismos que podem contribuir para o desenvolvimento de comportamentos antissociais nos indivíduos do sexo feminino (e.g., défices neuropsicológicos e cognitivos, ambiente familiar disfuncional, insensibilidade emocional), embora já estejam presentes na infância, não contribuem para a prática de comportamentos antissociais severos até à adolescência (Silverthorn & Frick, 1999). São diversos os autores que referem que a PC é mais frequente nos indivíduos do sexo masculino. Os rapazes apresentam mais comportamentos externalizantes (e.g., agressividade, antissociais) (e.g., APA, 2014; Pechorro et al., 2018c), enquanto as raparigas, na adolescência, apresentam mais

tendência para comportamentos internalizantes relacionados com Perturbações de Ansiedade e Perturbações Depressivas (APA, 2014).

Seguidamente, apresentamos as conclusões dos estudos efetuados para a presente tese de doutoramento, as suas limitações e as principais implicações teórico-práticas da investigação realizada. Por fim, serão apresentadas as referências bibliográficas gerais, a legislação aqui mencionada e os devidos anexos.

4. Conclusões

Pretendemos com a presente tese de doutoramento dar um contributo para o conhecimento sobre a Tríade Negra, delinquência juvenil, trauma, perturbação do comportamento e impulsividade em jovens do sexo masculino que se encontravam a cumprir medidas tutelares educativas nos CE da DGRSP e em jovens do sexo masculino e feminino que frequentavam o ensino básico ou secundário em escolas públicas nas regiões do Algarve, Alentejo e grande Lisboa. Foram por nós validados dois instrumentos breves de avaliação do trauma e da perturbação do comportamento, com o objetivo de diversificar os recursos de avaliação em contexto forense e escolar no nosso País. Desta forma, para além da sua utilização na presente tese, colocamos ao dispor da comunidade científica e dos profissionais que trabalham com estas problemáticas mais dois recursos de avaliação. Após a apresentação dos resultados e discussão geral dos quatro estudos efetuados serão de imediato apresentadas as conclusões.

Concluimos que, a versão do CTS apresentou propriedades psicométricas adequadas para a sua utilização em adolescentes portugueses em contexto escolar, uma vez que, os resultados obtidos, indicam que o instrumento proposto no presente estudo para validação é uma medida de autorrelato válida e fiável para a avaliação do trauma nesta população. Considerando que, o trauma é um construto com relevância clínica, educacional e forense, que influencia o indivíduo, a sua família e a sociedade em geral, a versão portuguesa deste instrumento pode contribuir para preencher uma importante lacuna na obtenção rápida de dados sobre o trauma, específica e adequada a esta fase do desenvolvimento. Os benefícios da utilização de medidas de triagem com estas características, devem ser considerados na investigação e prática clínica, uma vez que, a aplicação de instrumentos breves nesta população apresenta vantagens com impacto na motivação e na fadiga dos jovens. Com a presente investigação, por considerarmos que, este, é um tema de relevante interesse para a comunidade, pensamos ter contribuído para fomentar novas investigações com adolescentes na área do trauma e das suas consequências ao longo do percurso de vida dos indivíduos, não só para o próprio, como também para a sua família e sociedade em geral. Pelo anteriormente referido, concluimos que, este estudo, apresenta relevância clínica e epidemiológica.

Concluimos que, a versão portuguesa do CDS é um instrumento de autorrelato fiável e válido para a avaliação da perturbação do comportamento em adolescentes, em contexto forense e escolar. Considerando que, esta, é também uma perturbação com

relevância clínica, educacional e forense, a versão portuguesa deste instrumento pode contribuir para preencher uma lacuna na avaliação rápida, específica e adequada da perturbação do comportamento na adolescência. Sendo também esta uma medida breve, devem considerar-se vantagens diversas para a investigação e prática clínica, tal como no CTS, também esta, uma medida breve de avaliação. Esperamos que, este estudo, estimule futuras investigações nesta área, devendo os mesmos considerar a validação cruzada com outras amostras (e.g., clínica), para verificar se as propriedades psicométricas do CDS se mantêm adequadas.

Concluimos que, a dimensão psicopatia da TN foi a que apresentou a maior contribuição para a associação com a delinquência juvenil. As dimensões maquiavelismo e narcisismo também deram o seu contributo, embora, consideravelmente menor. Concluimos que, a dimensão da psicopatia da TN foi a que apresentou a maior contribuição para a associação com a perturbação do comportamento. A dimensão maquiavelismo também deu o seu contributo, embora, consideravelmente menor. O contributo da dimensão narcisismo não foi significativo. Concluimos também que, a dimensão narcisismo da TN foi a que apresentou maior contribuição para a associação com o trauma. A contribuição das dimensões psicopatia e maquiavelismo não foram significativas.

Concluimos ainda que, a dimensão psicopatia da TN foi a que apresentou maior contribuição para a predição da impulsividade. A dimensão maquiavelismo também deu o seu contributo, embora, consideravelmente menor. O contributo da dimensão narcisismo não foi significativo. Por fim concluimos que, o grupo masculino forense apresentou traços de TN, impulsividade e PC mais elevados do que os grupos masculino e feminino escolar e que, o grupo masculino escolar obteve traços de TN, impulsividade e PC mais elevados do que o grupo feminino escolar.

Limitações

São algumas as limitações dos estudos que compõem a presente tese e, por tal, devem as mesmas ser aqui mencionadas. Relativamente ao estudo das propriedades psicométricas das medidas validadas de trauma (CTS) e perturbação do comportamento (CDS), seria aconselhável a utilização de outras medidas validadas de trauma e perturbação do comportamento em adolescentes portugueses para analisar a validade

convergente, e, também, a validação cruzada com outras amostras (e.g., clínica) para verificar se as propriedades psicométricas destes instrumentos de avaliação (CTS e CDS) se mantinham adequadas. Outra limitação dos estudos em causa está relacionada com o facto de parte da amostra total (grupo masculino escolar e grupo feminino escolar) ter sido recolhida apenas na zona sul de Portugal (regiões do Algarve, Alentejo e Grande Lisboa), enquanto que, a outra parte da amostra total, correspondente ao grupo masculino forense, foi recolhida em todos os Centros Educativos da DGRSP do nosso País.

Embora a investigação empírica tenha demonstrado que a delinquência juvenil está mais concentrada nos jovens do sexo masculino (e.g., Hawkins et al., 1998), consideramos que, a ausência de um grupo feminino forense é uma limitação deste estudo. O número de jovens do sexo feminino, neste contexto, tem vindo a aumentar nos últimos anos a nível nacional e internacional, como referem diversos autores (e.g., Duarte, 2012; Resko et al., 2016). Porém, o grupo feminino forense teria um tamanho reduzido à data da recolha dos dados, considerando a dimensão da população de indivíduos do sexo feminino ($n = 22$) a cumprir medidas tutelares educativas nos CE da DGRSP. A menor dimensão das amostras femininas é um problema recorrente nos estudos forenses, dada a desproporção existente face aos jovens delinquentes do sexo masculino (Pechorro, 2013). O facto do grupo masculino forense ser menor, quando comparado com os grupos masculino e feminino escolar, também pode ser considerada uma limitação dos estudos que compõem a presente tese. Porém, a amostra ($n = 131$) foi recolhida em todos os CE da DGRSP do nosso País com uma taxa de participação de 90 %.

Outra limitação está relacionada com o facto de apenas terem sido utilizadas medidas de autorresposta na recolha dos dados. Assim sendo, este, pode ter contribuído para o enviesamento da informação obtida, devido ao efeito da desejabilidade social, uma vez que, pode colocar-se a hipótese de alguns jovens poderem considerar que o seu percurso nos CE da DGRSP seria prejudicado pela informação revelada. Porém, os investigadores tomaram as devidas precauções para controlar tal efeito. Pelo referido, em estudos futuros sugerimos para além deste, a utilização de métodos de avaliação múltiplos, outros informadores (e.g., pais, professores) e outras fontes de informação (e.g., informação institucional dos CE e Escolas).

Principais implicações teórico-práticas da investigação realizada

No seio da comunidade científica há forte consenso relativamente à necessidade de identificação, o mais precocemente possível, dos jovens em risco de desenvolver comportamentos antissociais e delinquentes ou que, já tenham iniciado uma trajetória de transgressão das normas da sociedade, para posteriormente encaminhá-los para programas de prevenção e intervenção (e.g., psicoterapêuticos, psicossociais) (López-Romero et al., 2019; Rijo et al., 2017). A investigação nesta área, ao fornecer dados (e.g., etiologia dos fenómenos, características específicas dos jovens), contribui para a eficácia dos programas de prevenção e intervenção, para melhorar o conhecimento sobre as resistências à mudança dos seus comportamentos, as motivações para o abandono dos programas de prevenção e intervenção por parte dos jovens (Moffitt, 2006; Monahan et al., 2009; Zara et al., 2016) e diminuição dos custos dos programas a implementar, uma vez que, permite a utilização mais criteriosa dos recursos disponíveis. Este último pode ser considerado um importante benefício, uma vez que, os recursos disponíveis são de uma forma geral escassos (Olver, 2019; Pechorro, 2013, 2019; Polaschek, 2019).

Os estudos desenvolvidos na presente tese de doutoramento colocam à disposição da comunidade científica e dos profissionais que trabalham em contexto forense e escolar, duas medidas de avaliação breve. Os dois estudos de validação correspondem a uma medida breve de trauma (CTS) e a uma medida breve de perturbação do comportamento (CDS). Pretendemos com estes estudos diversificar os recursos de avaliação em contexto forense e escolar e colocá-los ao dispor da comunidade científica para futuras investigações, assim como também para a avaliação dos adolescentes em contexto clínico. Foram utilizadas medidas breves de triagem por considerarmos que, estas, apresentam vantagens em contexto de investigação tal como por exemplo: Quando são utilizadas outras medidas de avaliação; O tempo de resposta dos participantes é menor, logo, tem impacto na motivação e na fadiga de determinadas populações (e.g., crianças, adolescentes) (Rammstedt et al., 2014).

Os trabalhos desenvolvidos na presente tese dão um contributo para o aprofundamento do conhecimento sobre os construtos da TN, trauma, perturbação do comportamento, delinquência juvenil e impulsividade, em contexto forense e escolar. Os resultados obtidos nos estudos efetuados podem contribuir para a caracterização dos jovens delinquentes e dos seus comportamentos (e.g., criminais), identificação da etiologia do trauma, perturbação do comportamento, traços de Tríade Negra, delinquência

juvenil, impulsividade e trajetórias criminais severas e crónicas. Pode ainda fornecer uma base empírica para a elaboração de programas de prevenção e intervenção (e.g., psicoterapêutica, psicossocial), assim como também para uma melhor perceção das motivações para o abandono, por parte destes jovens, dos referidos programas. Para muitos autores, o abandono dos programas sugeridos constitui um desafio para a investigação e para os profissionais que trabalham com os jovens que apresentam estas características (Moffitt, 2006; Monahan et al., 2009; Sampson & Laub, 2003; Zara et al., 2016).

Os estudos da presente tese, ao integrarem na sua amostra um grupo masculino forense de delinquentes juvenis a cumprirem medidas tutelares educativas nos CE da DGRSP, podem permitir o desenvolvimento de intervenções com maior eficácia em termos de custo/benefício, pelo conhecimento adquirido sobre esta população e as temáticas abordadas. Desta forma, podem ser tomadas decisões no sentido da maximizar os recursos, de uma forma geral escassos, considerando as características e os comportamentos particularmente problemáticos destes jovens (Olver, 2019; Polaschek, 2019). Deve salientar-se por último que, a recolha sistemática de informação sobre os percursos dos jovens delinquentes, submetidos a medidas tutelares educativas nos CE da DGRSP e a ligação dos indicadores de reincidência criminal com os diversos tipos de intervenção a que foram submetidos, são também desafios relevantes que, no presente, são colocados à investigação científica, aos profissionais que trabalham com estes jovens e às práticas institucionais do sistema tutelar educativo.

Considerando os efeitos negativos provocados pela delinquência juvenil, nas vítimas em particular e na sociedade em geral. Considerando ainda que, os estudos empíricos e todos os instrumentos de avaliação, ao disponibilizarem informação que permita melhor identificar e caracterizar estes jovens delinquentes severos e persistentes, podem facilitar a elaboração de programas de prevenção e intervenção mais eficazes, melhorar os seus conteúdos e maximizar os recursos disponíveis. Estes factos são benéficos para os jovens, para os profissionais que trabalham diretamente com os mesmos e para a sociedade em geral. Assim sendo, esperamos que, a presente tese estimule futuras investigações, considerando as limitações e as implicações teóricas-práticas aqui apresentadas, por serem estes temas de relevante interesse para a sociedade portuguesa. Por tal, pensamos ter dado um importante contributo para fomentar novas investigações com adolescentes portugueses, de ambos os sexos, em contexto forense e escolar, sobre Triáde Negra, delinquência juvenil, trauma, perturbação do comportamento,

impulsividade e as graves consequências para o indivíduo ao longo do tempo, não só para o próprio, como também para a sua família, para as vítimas dos seus comportamentos e para a sociedade em geral.

5. Referências bibliográficas gerais

- Achenbach, T. M. (1991). *Manual for the Child Behavior Checklist/4-18 and 1991 profile*. University of Vermont, Department of Psychiatry.
- Achenbach, T. M., & Edelbrock, C. S. (1987). *Manual for the Youth Self Report and Profile*. University of Vermont, Department of Psychiatry.
- Achenbach, T. M., Rescorla, L. A., Dias, P., Ramalho, V., Lima, V. S., Machado, B. C., & Gonçalves, M. (2014). *Manual do sistema de avaliação empiricamente validado (ASEBA) para o período pré-escolar e escolar: Um sistema integrado de avaliação com múltiplos informadores*. Psiquilibrios Edições.
- Adams, Z. W., McCart, M. R., Zajac, K., Danielson, C. K., Sawyer, G. K., Saunders, B. E., & Kilpatrick, D. G. (2013). Psychiatric problems and trauma exposure in nondetained delinquent and nondelinquent adolescents. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 42(3), 323-331. <https://doi.org/10.1080/15374416.2012.749786>
- Aebi, M., Tiago, M., Berger-Kolopp, L., & Burkhardt, C. (2017). *SPACE I – Council of Europe Annual Penal Statistics: Prison populations. Survey 2016*. Council of Europe.
- Afonso, M. (2011). *Estilos de vida dos adolescentes: Sexualidade e atividade física* [Dissertação de Mestrado em Exercício e Saúde, Instituto Politécnico de Bragança]. <https://bibliotecadigital.ipb.pt/bitstream/10198/4466/3/Tese%20Final%20MARI%20JOS%20C3%89%20AFONSO%20-%20Junho%202011.pdf>
- Aggarwal, S., Prabhu, H. R. A., Anand, A., & Kotwal, A. (2007). Stressful life events among adolescents. The development of a new measure. *Indian Journal of Psychiatry*, 49(2), 96-102. <https://doi.org/10.4103/0019-5545.33255>
- Alberto, I. (2014). Maus tratos e negligência de crianças: Modelos e formatos de intervenção. In M. Matos (Coord.), *Vítimas de crime e violência: Práticas de intervenção* (pp. 13-26). Psiquilibrios Edições.
- Almaça, I. (2009). *A constelação fraternal: Auto-estima, padrão de vinculação e percepção das práticas parentais no adolescente* [Tese de Mestrado em Psicologia, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa]. <http://hdl.handle.net/10451/2186>

- Almeida, L., & Freire, T. (2011). *Metodologia de investigação em psicologia da educação* (5ª ed. revista). Psiquilíbrios.
- American Psychiatric Association [APA]. (2014). *Diagnostic and statistical manual of mental disorder* (5ª ed.) (DSM-5). Author. (tradução portuguesa). Climepsi Editores.
- Andershed, H. (2010). Stability and change of psychopathic traits. In R. Salekin, & D. Lynam (Eds.), *Handbook of child and adolescent psychopathy* (pp. 233-250). The Guilford Press.
- Andershed, H., Gustafson, S., Kerr, M., & Stattin, H. (2002). The usefulness of self-reported psychopathy-like traits in the study of antisocial behaviour among nonreferred adolescents. *European Journal of Personality*, 16(5), 383-402. <https://doi.org/10.1002/per.455>
- Andery, M. A. (2010). Métodos de pesquisa em análise do comportamento. *Psicologia USP*, 21(2), 313-342. <https://doi.org/10.1590/S0103-65642010000200006>
- Andrade, S. (2019). *Crianças e jovens em perigo: Estudo de casos clínicos* (2ª ed.). Edições Vieira da Silva.
- Archer, R., Bisbee, E., Spiegel, D., Handel, R., & Elkins, D. (2010). Validity of the massachusetts youth screening instrument-2 (MAYSI-2) scales in juvenile justice settings. *Journal of Personality Assessment*, 92(4), 337-348. <https://doi.org/10.1080/00223891.2010.482009>
- Ariès, P. (2017). *História social da criança e da família* (2ª ed.). Livros Técnicos e Científicos Editora. (Obra original publicada em 1960).
- Arneklev, B. J., Elis, L., & Medlicott, S. (2006). Testing the General Theory of Crime: Comparing the effects of “Imprudent Behavior” and an attitudinal indicator of “Low Self-Control”. *Western Criminology Review*, 7(3), 41-55.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima [APAV]. (2011). *Manual crianças e jovens vítimas de violência: Compreender, intervir e prevenir*. Autor.
- Audiffren, M., & André, N. (2015). The strength model of self-control revisited: Linking acute and chronic effects of exercise on executive functions. *Journal of Sport and Health Science*, 4(1), 30-46. <https://doi.org/10.1016/j.jshs.2014.09.002>
- Axelrod, S. R., Morgan, C. A., & Southwick, S. M. (2005). Symptoms of posttraumatic stress disorder and borderline personality disorder in veterans of Operation Desert Storm. *American Journal of Psychiatry*, 162(2), 270-275. <https://doi.org/10.1176/appi.ajp.162.2.270>

- Azevedo, M. C., & Maia, A. (2006). *Maus-tratos à criança*. Climepsi Editores.
- Babiak, P., & Hare, R. (2006). *Snakes in suits: When psychopaths go to work*. HarperCollins Publishers.
- Bachar, E., Hadar, H., & Shalev, A. Y. (2005). Narcissistic vulnerability and the development of PTSD: A prospective study. *Journal of Nervous and Mental Disease*, *193*(11), 762-765. <https://doi.org/10.1097/01.nmd.0000185874.31672.a5>
- Bachman, R., & Schutt, R. (2014). *The practice of research in criminology and criminal justice* (5th ed.). Sage Publications Inc.
- Baglivio, M. T., Wolff, K. T., Piquero, A. R., Delisi, M., & Vaughn, M. G. (2017). Multiple pathways to juvenile recidivism: Examining parental drug and mental health problems, and markers of neuropsychological deficits among serious juvenile offenders. *Criminal Justice and Behavior*, *34*(1), 1-21. <https://doi.org/10.1177/0093854817714810>
- Barbosa, M. R., Matos, P. M., & Costa, M. E. (2011). As relações de vinculação e a imagem corporal: Exploração de um modelo. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *27*(3), 273-282. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722011000300002>
- Barnown, S., Lucht, M., & Freyberger, H. (2005). Correlates of aggressive and delinquent conduct problems in adolescence. *Aggressive Behavior*, *31*(1), 24-39. <https://doi.org/10.1002/ab.20033>
- Bastos, A. P. (2011). *Afetividade na adolescência: Sexualidade e educação para os valores*. Paulinas.
- Baumeister, R. F., Vohs, K. D., & Tice D. M. (2007). The strength model of self-control. *Current Directions in Psychological Science*, *16*(6), 351-355. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8721.2007.00534.x>
- Baron, S. (1995). Serious offenders. In J. Creechman, & R. Silverman (Eds.), *Canadian Delinquency* (pp. 135-147). Prentice Hall.
- Barratt, E., & Patton, J. (1983). Impulsivity: Cognitive, behavioral, and psychophysiological correlates. In M. Zuckerman (Ed.), *Biological Bases of Sensation Seeking, Impulsivity, and Anxiety* (pp. 77-116). Lawrence Erlbaum Associates.
- Barry, C., Frick, P., DeShazo, T., McCoy, M., Ellis, M., & Loney, B. (2000). The importance of callous-unemotional traits for extending the concept of

- psychopathy to children. *Journal of Abnormal Psychology*, 109(2), 335-340.
<https://doi.org/10.1037/0021-843X.109.2.335>
- Bastos, A. C. M. (2015). *Maus-tratos na infância e a violência nas relações de intimidade na vida adulta* [Tese de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Universidade Lusófona do Porto]. <http://hdl.handle.net/10437/6934>
- Basto-Pereira, M., Miranda, A., Ribeiro, S., & Maia, Â. (2016). Growing up with adversity: From juvenile justice involvement to criminal persistence and psychosocial problems in young adulthood. *Child Abuse & Neglect*, 62, 63-75.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2016.10011>
- Baughman, H. M., Dearing, S., Giammarco, E., & Vernon, P. A. (2012) Relationships between bullying behaviours and the Dark Triad: A study with adults. *Personality and Individual Differences*, 52(5), 571-575.
<https://doi.org/10.1016/j.paid.2011.11.020>
- Benavente, R. (2002). Delinquência juvenil: Da disfunção social à psicopatologia. *Análise Psicológica*, 20(4), 637-645. <https://doi.org/10.14417/ap.26>
- Benjet, C., Bromet, E., Karam, E. G., Kessler, R. C., McLaughlin, K., Ruscio, A. M., Shahly, V., Stein, D. J., Petukhova, M., Hill, E., Alonso, J., Atwoli, L., Bunting, B., Bruffaerts, R., Caldas-de-Almeida, J. M., Girolamo, G., Florescu, S., Gureje, O., Huang, Y., Lepine, J. P., Kawakami, N., Kovess-Masfety, V., Medina-Mora, M. E., Navarro-Mateu, M. C., Piazza, M., Posada-Villa, J., Scott, K. M., Shalev, K. M., Shalev, A., Slade, T., Have, M., Torres, Y., Viana, M. C., Zarkov, Z., & Koenen, K. C. (2016). The epidemiology of traumatic event exposure worldwide: Results from the World Mental Health Survey Consortium. *Psychological Medicine*, 46(2), 327-343. <https://doi.org/10.1017/S0033291715001981>
- Benning, S., Patrick, C. & Iacono, W. (2005). Psychopathy, startle blink modulation, and electrodermal reactivity in twin men. *Psychophysiology*, 42(6), 753-762.
<https://doi.org/10.1111/j.1469-8986.2005.00353.x>
- Bentler, P., & Wu, E. (2015). *Supplement to EQS 6.3 for Windows user's guide*. Multivariate Software, Inc.
- Biazus, C. B., & Ramires, V. R. (2012). Depressão na adolescência: Uma problemática dos vínculos. *Psicologia em Estudo*, 17(1), 83-91.
<http://dx.doi.org/10.1590/S1413-73722012000100010>

- Bickel, R., & Campbell, A. (2002). Mental health of adolescents in custody; The use of the "Adolescent Psychopathology Scale" in a tasmanian contexto. *Australian and New Zealand Journal of Psychiatry*, 36(5), 603-609.
- Biederman, J., Petty, C., Hughes, S., Mick, E., Monuteaux, M., & Faraone, S. (2008). The long-term longitudinal course of oppositional defiant disorder and conduct disorder in ADHD boys: Findings from a controlled 10-year prospective longitudinal follow-up study. *Psychological Medicine*, 38(7), 1027-1036. <https://doi.org/10.1017/S0033291707002668>
- Bijttebier P., & Decoene, S. (2009). Assessment of psychopathic traits in children and adolescents further validation of the antisocial process screening device and the childhood psychopathy scale. *European Journal of Psychological Assessment*, 25(3), 157-163. <https://doi.org/10.1027/1015-5759.25.3.157>
- Binelli, C., Muñiz, A., Sanches, S., Ortiz, A., Navines, R., Egmond, E., Udina, M., Batalha, A., López-Sola, C., Crippa, J. A., Subirà, S., & Martín-Santos, R. (2015). New evidence of heterogeneity in social anxiety disorder: Defining two qualitatively different personality profiles taking into account clinical, environmental and genetic factors. *European Psychiatry*, 30(1), 160-165. <https://doi.org/10.1016/j.eurpsy.2014.09.418>
- Birkeland, M. S., Breivik, K., & Wold, B. (2014). Peer acceptance protects global selfesteem from negative effects of low closeness to parents during adolescence and early adulthood. *Journal of Youth Adolescence*, 43(1), 70-80. <https://doi.org/10.1007/s10964-013-9929-1>
- Blackburn, R. (1998). Psychopathy and personality disorder: Implications of interpersonal theory. In D. Cooke, A. Forth, & R. Hare (Eds.), *Psychopathy: Theory, research and implications for society* (pp. 269-301). Kluwer Academic.
- Blair, R. (2003). Neurobiological basis of psychopathy. *The British Journal of Psychiatry*, 182(1), 5-7. <https://doi.org/10.1192/bjp.182.1.5>
- Blair, R. (2010). Neuroimaging of psychopathy and antisocial behavior: A targeted review. *Current Psychiatry Reports*, 12(1), 76-82. <https://doi.org/10.1007/s11920-009-0086-x>
- Blair, J., Mitchell, D. & Blair, K. (2005). *The psychopath: Emotion and the brain*. Blackwell Publishing.
- Blair, R., Mitchell, D., Leonard, A., Budhani, S., Peschardt, K. & Newman, C. (2004). Passive avoidance learning in individuals with psychopathy: Modulation by

- reward but not by punishment. *Personality and Individual Differences*, 37(6), 1179-1192. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2003.12.001>
- Boals, A., VanDellen, M. R., & Banks, J. B. (2011). The relationship between self-control and health: The mediating effect of avoidant coping. *Psychology & Health*, 26(8), 1049-1062. <https://doi.org/10.1080/08870446.2010.529139>
- Boduszek, D., Debowska, A., Sherretts, N., Willmott, D., Boulton, M., Kielkiewicz, K., Popiolek, K., & Hyland, P. (2019). Are prisoners more psychopathic than non-forensic populations? Profiling psychopathic traits among prisoners, community adults, university students, and adolescents. *Deviant Behavior*. <https://doi.org/10.1080/01639625.2019.1665221>
- Bogaerts, S., Daalder, A., Spreen, M., Van der Knaap, L., & Henrichs, J. (2011). Factor Structure of the Dutch Version of the Childhood Trauma Questionnaire-SF among Female Sex Workers in the Netherlands. *Journal of Forensic Psychology Practice*, 11(5), 432-442. <https://doi.org/10.1080/15228932.2011.588926>
- Bohnert, K. M., & Breslau, N. (2011). Assessing the performance of the short screening scale for post-traumatic stress disorder in a large nationally-representative survey. *International Journal of Methods in Psychiatric Research*, 20(1), e1-e5. <https://doi.org/10.1002/mpr.331>
- Bolsanello, A., & Bolsanello, M. A. (1993). *Conselhos: Análise do comportamento humano em psicologia* (25ª ed.). Editora Educacional Brasileira.
- Bolsoni-Silva, A. T., & Del Prette, A. (2003). Problemas de comportamento: Um panorama da área. *Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva*, 5(2), 91-103. <https://doi.org/10.31505/rbtcc.v5i2.74>
- Book, A., Visser, B. A., & Volk, A. A. (2015). Unpacking "evil": Claiming the core of the Dark Triad. *Personality and Individual Differences*, 73, 29-38. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.09.016>
- Born, M. (2005) *Psicologia da delinquência*. Climepsi Editores.
- Bordin, I. A. S., & Offord, D. R. (2000). Transtorno da conduta e comportamento anti-social. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 22(2), 12-15. <https://doi.org/10.1590/S1516-44462000000600004>
- Borrajo, R., Gámex-Guadix, M., Pereda, N., & Calvete, E. (2015). The development and validation of the cyber dating abuse questionnaire among young couples. *Computers in Human Behavior*, 48, 358-365. <https://doi.org/10.1016/j.chb.2015.01.063>

- Botchkovar, E., Marshall, I. H., Rocque, M., & Posick, C. (2015). The importance of parenting in the development of self-control in boys and girls: Results from a multinational study of youth. *Journal of Criminal Justice*, 43(2), 133-141. <https://doi.org/10.1016/j.crimjus.2015.02.001>
- Bouffard, L. (2009). Age and crime. In J. Miller (Ed.), *21st century criminology: A reference handbook* (pp. 28-35). Sage Publications.
- Braconnier, A. (2002). *O guia da adolescência: 1º Vol.* Prefácio.
- Braconnier, A. (2003). *O guia da adolescência: À procura da identidade: 2º Vol.* Prefácio.
- Braconnier, A. (2007). *Manual de psicopatologia*. Climepsi Editores.
- Braconnier, A., & Marcelli, D. (2005). *Adolescência e Psicopatologia*. Climepsi Editores.
- Branson, C. E., Baetz, C. L., Horwitz, S. M., & Hoagwood, K. E. (2017). Trauma-informed juvenile justice systems: A systematic review of definitions and core components. *Psychological Trauma*, 9(6), 635-646. <https://doi.org/10.1037/tra0000255>
- Brewin, C. R. (2005). Systematic review of screening instruments for adults at risk of PTSD. *Journal of Traumatic Stress*, 18(1), 53-62. <https://doi.org/10.1002/jts.20007>
- Brites, J., Ladera, V., Perea, V., & García, R. (2014). Verbal functions in psychopathy. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 59(14), 1536-1514. <https://doi.org/10.1177/0306624X14545608>
- Braga, T., Gonçalves, L., Basto-Pereira, M., & Maia, Â. (2017). Unraveling the link between maltreatment and juvenile antisocial behavior: A meta-analysis of prospective longitudinal studies. *Aggression and Violent Behavior*, 33, 37-50. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2017.01.006>
- Braga, T., Pechorro, P., Jesus, S., & Gonçalves, R. (2018). Autoestima, narcisismo e dimensões de delinquência juvenil: Que relação? *Análise Psicológica*, 36(2), 145-157. <https://doi.org/10.14417/ap.1361>
- Branson, C. E., Baetz, C. L., Horwitz, S. M., & Hoagwood, K. E. (2017). Trauma-informed juvenile justice systems: A systematic review of definitions and core components. *Psychological Trauma*, 9(6), 635-646. <https://doi.org/10.1037/tra0000255>
- Brenda, B.B. (2005). The of Self-Control in relation to form delinquency. *Youth Society*, 36, 418-444. <https://doi.org/10.1177/0044118X0426807>

- Bronfenbrenner, U., & Morris, P. A. (2006). The bioecological model of human development. In R. M. Lerner, & W. Damon (Eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development* (6th ed., Vol. 1, pp. 793-828). John Willey & Sons.
- Bucholtz, M. (2002). Youth and cultural practice. *Annual Review of Anthropology*, 31(1), 525-552. <https://doi.org/10.1146/annurev.anthro.31.040402.085443>
- Burfeind, J., & Barthusch, D. (2016). *Juvenile delinquency: An integrated approach* (3rd ed.). Jones and Bartlett Publishers.
- Burke, J. D., & Loeber, R. (2015). The effectiveness of the Stop Now and Plan (SNAP) Program for boys at risk for violence and delinquency. *Prevention Science*, 16(2), 242-253. <https://doi.org/10.1007/s11121-014-0490-2>
- Burke, J. D., Pardini, D. A., & Loeber, R. (2008). Reciprocal relationships between parenting behavior and disruptive psychopathology from childhood through adolescence. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 36(5), 679-692. <https://doi.org/10.1007/s10802-008-9219-7>
- Byrne, B. (2006). *Structural equation modeling with EQS: Basic concepts, applications, and programming*. LEA.
- Calhoun, L. G., & Tedeschi, R. G. (2006). The foundations of posttraumatic growth: An expanded framework. In L. G. Calhoun, & R. G. Tedeschi (Eds.), *The handbook of posttraumatic growth: Research and practice* (pp. 1-23). Lawrence Erlbaum.
- Calhoun, L. G., & Tedeschi, R. G. (2013). The Process of Posttraumatic Growth in Clinical Practice. In L. G. Calhoun, & R. G. Tedeschi (Eds.), *Posttraumatic growth in clinical practice* (pp. 1-22). Routledge.
- Campos, B. (1990), *Psicologia do desenvolvimento e educação de jovens: Vol. I*. Universidade Aberta.
- Campos, R. C. (2017). Avaliação psicológica em contextos clínicos: Três breves notas epistemológicas com relevância para a informação de psicólogos. *Revista Educação Temas e Problemas*, 17, 42-54.
- Campos, R. M. (2007). *Pintando a cidade: Uma abordagem antropológica ao graffiti urbano* [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade Aberta.
- Cantwell, D. P., Lewinsohn, P. M., Rohde, P., & Seeley, J. R. (1997), Correspondence between adolescent report and parent report of psychiatric diagnostic data. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 36(5), 610-619. <https://doi.org/10.1097/00004583-199705000-00011>

- Caputo, A., Frick, P., & Brosky, S. (1999). Family violence and juvenile sex offending: The potential role of psychopathic traits and negative attitudes toward women. *Criminal Justice and Behavior*, 26(3), 338-356. <https://doi.org/10.1177/0093854899026003004>
- Carroll, A., Hemingway, F., Bower., J. Ashman, A., Houghton, S., & Durkin, K. (2006). Impulsivity in juvenile delinquency: Differences among early-onset, late-onset, and non-offenders. *Journal of Youth and Adolescence*, 35(4), 519-529. <https://doi.org/10.1007/s10964-006-9053-6>
- Carroll, A., Houghton, S., Durkin, K., & Hattie, J. (2009). *Adolescent reputations and risk*. Springer.
- Carvajal-Carrascal, G., & Caro-Castillo, C. V. (2009). Soledad en la adolescencia: Análisis del concepto. *Aquichan*, 9(3), 281-296.
- Carvalho, M. (2003). *Entre as malhas do desvio: Jovens, espaços, trajetórias e delinquências*. Celta Editora.
- Carvalho, M. (2005). Jovens, espaços, trajetórias e delinquências. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 49, 71-93.
- Carvalho, M. (2017). Traços da evolução da justiça juvenil em Portugal: Do “menor” à “justiça amiga das crianças”. *Configurações*, 20, 13-28. <https://doi.org/10.4000/configuracoes.4267>
- Carvalho, M., & Duarte, V. M. (2013). Crianças, jovens e a cidade: Riscos, violências e delinquências em Portugal. *Latitude*, 7(2), 133-166.
- Carvalho, A., & Leal, I. (2006). Construção e validação de uma escala de representações sociais do consumo de álcool e drogas em adolescentes. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 7(2), 287-297.
- Carvalho, R., & Novo, R. (2014). Dimensões da personalidade e comportamentos de risco na adolescência: Um estudo com a versão portuguesa do MMPI-A. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico e Avaliação Psicológica*, 37(1), 203-222.
- Caspi, A. (2000). A criança é o pai do homem: Continuidades na personalidade, da infância à vida adulta. *Psychologica*, 24, 21-54.
- Cataldo, M. G., Nobile, M., Lorusso, M. L., Battaglia, M., & Molteni, M. (2005). Impulsivity in depressed children and adolescents: a comparison between behavioral and neuropsychological data. *Psychiatry Research*, 136(2-3), 123-133. <https://doi.org/10.1016/j.psychres.2004.12.012>

- Cauffman, E. (2004). A statewide screening of mental health symptoms among juvenile offenders in detention. *Journal of American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 43*(4), 430-439. <https://doi.org/10.1097/01.chi.0000112481.08386.0c>
- Cauffman, E., Lexcen, F. J., Goldweber, A., Shulman, E. P., & Grisso, T. (2007). Gender differences in mental health symptoms among delinquent and community youth. *Youth Violence and Juvenile Justice, 5*(3), 287-307. <https://doi.org/10.1177/1541204007301292>
- Chabrol, H., Van Leeuwen, N., Rodgers, R., & Séjourné, N. (2009). Contributions of psychopathic, narcissistic, machiavellian, and sadistic personality traits to juvenile delinquency. *Personality and Individual Differences, 47*(7), 734-739. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2009.06.020>
- Charles, N., Acheson, A., Mathias, C., Furr, R. & Dougherty, D. (2012). Psychopathic traits and their association with adjustment problems in girls. *Behavioral Sciences & the Law, 30*(5), 631-642. <https://doi.org/10.1002/bsl.2029>
- Chohan, B. I., & Qadir, S. A. (2013). Self-esteem of the repeaters: A mixed method study of elementary grade students. *Pakistan Journal of Psychological Research, 28*(2), 277-296.
- Christian, C. W., Crawford-Jakubiak, J. E., Flaherty, E. G., Leventhal, J. M., Lukefahr, J. L., & Sege, R. D. (2015). The evaluation of suspected child physical abuse. *Pediatrics, 135*(5), e1337-e1354. <https://doi.org/10.1542/peds.2015-0356>
- Christian, R., Frick, P., Hill, N., Tyler, L., & Frazer, D. (1997). Psychopathy and conduct problems in children: II. Implications for subtyping children with conduct problems. *American Academy of Child and Adolescent Psychiatry, 36*(2), 233-241. <https://doi.org/10.1097/00004583-199702000-00014>
- Chuang, Y. C., Ennett, S. T., Bauman, K. E., & Foshee, V. A. (2005). Neighborhood influences on adolescent cigarette and alcohol use: Mediating effects through parent and peer behaviors. *Journal of Health and Social Behavior, 46*(2), 187-204. <https://doi.org/10.1177/002214650504600205>
- Chui, W. H., & Chan, H. C. (2016). The gendered analysis of self-control on theft and violent delinquency: An examination of Hong Kong adolescent population. *Crime & Delinquency, 62*, 1648-1677. <https://doi.org/10.1177/0011128712470992>
- Cicchetti, D., & Toth, S. (2005). Child maltreatment. *Annual Review of Clinical Psychology, 1*(1), 409-438. <https://doi.org/10.1146/annurev.clinpsy.1.102803.144029>

- Claes, M. (2004). Les relations entre parents et adolescents: Un bref bilan des travaux actuels. *L'Orientation Scolaire et Professionnelle*, 33(2), 205-226.
<https://doi.org/10.4000/osp.2137>
- Cleckley, H. (1941). *The mask of sanity*. Mosby.
- Cleckley, H. (1988). *The mask of sanity* (6th ed.). Mosby. (Obra original publicada em 1941).
- Cocozza, J., & Skowrya, K. (2000). Youth with mental health disorders: Issues and emerging responses. *Juvenile Justice*, 7(1), 3-13.
- Cole, M., & Cole, S. (2004). *O desenvolvimento da criança e do adolescente*. Artmed Editora.
- Coleman, J. (2011). *The nature of adolescence*. Routledge.
- Collins, W. A., & Laursen, B. (2004). Parent-adolescence relationships and influences. In R. Lerner, & L. Steinberg (Eds.), *Handbook of adolescent psychology* (2^a ed., pp. 331-361). John Wiley & Sons.
- Collis, J., & Hussey, R. (2005). *Pesquisa em administração* (2^a ed.). Editora Bookman.
- Collishaw, S., Pickles, A., Messer, J., Rutter, M., Shearer, C., & Maughan, B. (2007). Resilience to adult psychopathology following childhood maltreatment: evidence from a community sample. *Child Abuse & Neglect*, 31(3), 211-229.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2007.02.004>
- Compas, B. E., Champion, J. E. & Reeslund, K. (2005). Coping with stress: Implications for preventive interventions with adolescents. *The Prevention Researcher*, 12(3), 17-20.
- Conradi, L., Wherry, J., & Kisiel, C. L. (2011). Linking child welfare and mental health using trauma-informed screening and assessment practices. *Child Welfare*, 90(6), 129-147.
- Cooke, D., Hart, S., Logan, C., Michie, C. (2012). Explicating the construct of psychopathy: Development and validation of a conceptual model, the comprehensive assessment of psychopathic personality (CAPP). *International Journal of Forensic Mental Health*, 11(4), 242-252.
<https://doi.org/10.1080/14999013.2012.746759>
- Cooke, D., Michie, C., & Hart, S. (2006). Facets of clinical psychopathy: Toward clear measurement. In C.J. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 91-106). The Guilford Press.
- Cordeiro, J. C. (1988). *Os adolescentes por dentro*. Edições Salamanca.

- Cordeiro, J. (2005). *Manual de psiquiatria clínica* (3ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Coslin, P. G. (2009). *Psicologia do Adolescente*. Instituto Piaget.
- Costa, V., Monteiro, S., Esgalhado, G., & Pereira, H. (2017). Investigação psicológica em contexto prisional português: Uma revisão sistemática da literatura e desafios futuros para a investigação. *PSICOLOGIA*, 31(1), 49-58. <https://doi.org/10.17575/rpsicol.v31i1.1238>
- Costa, S. F., & Teixeira, S. (2016). “A história não tem de ser o destino”: O risco psicossocial em crianças com famílias disfuncionais. *Psicologia da Criança e do Adolescente*, 7(1-2), 193-203.
- Costin, J., Lichte, C., Hill-Smith, A., Vance, A., & Luk, E. (2004). Parent group treatments for children with oppositional defiant disorder. *Australian e-Journal for the Advancement of Mental Health*, 3(1), 1-8. <https://doi.org/10.5172/jamh.3.1.36>
- Cox, P. (2002). Race, delinquency and difference in twentieth century in Britain. In P. Cox, & H. Shore (Eds.), *Becoming delinquent: British and European youth* (pp. 1650-1950). Ashgate Publishing.
- Cozby, P. C., & Bates, S. C. (2018). *Methods in behavioral research* (13th ed.). McGraw-Hill.
- Crego, C., & Widiger, T. (2015). Psychopathy and the DSM. *Journal of Personality*, 83(6), 665-677. <https://doi.org/10.1111/jopy.12115>
- Critchfield, K. L., Levy, K. N., & Clarkin, J. F. (2004). The relationship between impulsivity, aggression, and impulsive-aggression in borderline personality disorder: An empirical analysis of self-report measures. *Journal of Personality Disorders*, 18, 555-570. <https://doi.org/10.1521/pedi.18.6.555.54795>
- Crysel, L. C., Crosier, B. S., & Webster, G. D. (2013). The Dark Triad and risk behaviour. *Personality and Individual Differences*, 54(1), 35-40. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2012.07.029>
- Cunneen, C., & Luke, G. (2007). Recidivism and the effectiveness of criminal justice interventions: Juvenile offenders and post release support. *Current Issues in Criminal Justice*, 19(2), 197-210. <https://doi.org/10.1080/10345329.2007.12036426>

- Cunningham, A. J., & Baker, L. L. (2007). *Little eyes, little ears: How violence against a mother shapes children as they grow*. Centre for Children & Families in The Justice System
- Cusson, M. (2011). *Criminologia* (3^a ed.). Casa das Letras.
- Dadds, M., Fraser, J., Frost, A., & Hawes, D. (2005). Disentangling the underlying dimensions of psychopathy and conduct problems in childhood: A community study. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 73*(3), 400-410. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.73.3.400>
- Dandreaux, D. M., & Frick, P. J. (2009). Developmental pathways to conduct problems: A further test of the childhood and adolescent-onset distinction. *Journal of Abnormal Child Psychology, 37*(3), 375-385. <https://doi.org/10.1007/s10802008-9261-5>
- D'Andrea, W. D., Ford, J., Stolbach, B., Spinazzola, J., & Van der Kolk, B. A. (2012). Understanding interpersonal trauma in children: Why we need a developmentally appropriate trauma diagnosis. *American Journal of Orthopsychiatry, 82*(2), 187-200. <https://doi.org/10.1111/j.1939-0025.2012.01154.x>
- Daunis, R. (2000). *Jovens: Desenvolvimento e identidade: Troca de perspectiva na psicologia da educação*. Sinodal.
- Deater-Deckard, K., & Plomin, R. (1999). An adoption study of the etiology of teacher and parent reports of externalizing problems in middle childhood. *Child Development, 70*(1), 144-154. <https://doi.org/10.1111/11467-8624.00011>
- DeLisi, M. (2011). Self-control theory: The tyrannosaurus rex of criminology is poised to devour criminal justice. *Journal of Criminal Justice, 39*(2), 103-105. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2011.02.012>
- DeLisi, M. (2013). Pandora's box: The consequences of low self-control into adulthood. In C. L. Gibson, & M. D. Krohn (Eds.), *Handbook of life-course criminology* (pp. 261-273). Springer.
- DeLisi, M. (2016). *Psychopathy as unified theory of crime*. Palgrave Macmillan.
- Del Prette, Z., & Del Prette, A. (2010) Habilidades sociais e análise do comportamento: Proximidade histórica e atualidades. *Perspectivas em Análise do Comportamento, 1*(2), 104-115.
- Denton, R., Frogley, C., Jackson, S., John, M., & Querstret, D. (2016). The assessment of developmental trauma in children and adolescents: A systematic review.

- Clinical Child Psychology and Psychiatry*, 22(2), 260-287.
<https://doi.org/10.1177/1359104516631607>
- Delisi, M., Hochstetler, A., & Murphy, D. S. (2003). Self-control behind bars: A validation study of the Grasmick et al. Scale. *Justice Quarterly*, 20(2), 241-263.
<https://doi.org/10.1080/07418820300095521>
- Derefinko, K. J., Peters, J. R., Eisenlohr-Moul, T. A., Walsh, E. C., Adams, Z. W., & Lynam, D. R. (2014). Relations between trait impulsivity, behavioral impulsivity, physiological arousal, and risky sexual behavior among young men. *Archives of Sexual Behavior*, 43(6), 1149-1158. <https://doi.org/10.1007/s10508-014-0327-x>
- De Vries, S. L. A., Hoeve, M., Assink, M., Stams, G. J., & Asscher, J. J. (2014). Practitioner review: Effective ingredients of prevention programs for youth at risk of persistent juvenile delinquency: Recommendations for clinical practice. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 56(2), 108-121. <http://dx.doi.org/10.1111/jcpp.12320>
- Dias, M., Martinho, L., Franco-Borges, G., & Vaz-Rebelo, P. (2012). Estilos educativos parentais e comportamento antissocial na adolescência. *International Journal of Developmental and Educational Psychology*, 1(1), 469-478.
- Dierkhising, C. B., Ko, S. J., Woods-Jaeger, B., Briggs, E. C., Lee, R., & Pynoos, R. S. (2013). Trauma histories among justice-involved youth: Findings from the National Child Traumatic Stress Network. *European Journal of Psychotraumatology*, 4(1), 1-12. <https://doi.org/10.3402/ejpt.v4i0.20274>
- Digneffe, F. (1995). "Problèmes sociaux et représentations du crime et du criminel: De Howard (1777) a Engels (1845)". In C. Debuyst, F. Digneffe, J. M. Labadie, & À. P. Pires (Orgs.), *Histoire des savoirs sur le crime & la peine* (Vol. 1, pp. 137-212). De Boeck-Wesmael.
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP]. (2016). *Relatório Estatístico Anual*. Ministério da Justiça: Autor.
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP]. (2017). *Relatório Estatístico Anual*. Ministério da Justiça: Autor.
- Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais [DGRSP]. (2018). *Relatório Estatístico Anual*. Ministério da Justiça: Autor.
- Direção-Geral da Saúde [DGS]. (2011). *Maus tratos em crianças e jovens: Guia prático de abordagem, diagnóstico e intervenção*. Autor.

- Dolan, M., & Völlm, B. (2009). Antisocial personality disorder and psychopathy in women: A literature review on the reliability and validity of assessment instruments. *International Journal of Law and Psychiatry*, 32(1), 2-9. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2008.11.002>
- Douglas, H., Bore, M., & Munro, D. (2012). Distinguishing the Dark Triad: Evidence from the Five-Factor Model and the Hogan Development Survey. *Psychology*, 3(3), 237-242. <https://doi.org/10.4236/psych.2012.33033>
- Drislane, L., Patrick, C., & Arsal, G. (2014). Clarifying the content coverage of differing psychopathy inventories through reference to the triarchic psychopathy measure. *Psychological Assessment*, 26(2), 350-362. <https://doi.org/10.1037/a0035152>
- Duarte, V. (2012). *Discursos e percursos na delinquência juvenil feminina*. Edições Húmus, Lda.
- Dubowitz, H., Kim, J., Black, M. M., Weisbart, C., Semiatin, J., & Magder, L. S. (2011). Identifying children at high risk for a child maltreatment report. *Child Abuse & Neglect*, 35(2), 96-104. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2010.09.003>
- Duckworth, A. L., Quinn, P. D., & TsuKayama, E. (2012). What no child left behind leaves behind: The role of IQ and self-control in predicting standardized achievement test scores and report card grades. *Journal of Educational Psychology*, 104(2), 439-451. <https://doi.org/10.1037/a0026280>
- Dunn, T., Baguley, T., & Brunsdon, V. (2014). From alpha to omega: A practical solution to the pervasive problem of internal consistency estimation. *British Journal of Psychology*, 105(3), 399-412. <https://doi.org/10.1111/bjop.12046>
- Eisenberg, N., Zhou, Q., Spinrad, T. L., Valiente, C., Fabes, R. A., & Liew, J. (2005). Relations among positive parenting, children's effortful control, and externalizing problems: A three-wave longitudinal study. *Child Development*, 76(5), 1055-1071. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8624.2005.00897.x>
- Eisenstein, E. (2005). Adolescência: Definições, conceitos e critérios. *Adolescência & Saúde*, 2(2), 6-7.
- Eklund, J. M., & Klinteberg, B. (2012). Stability and change in criminal behavior: A prospective study of young male lawbreakers and controls. *International Journal of Forensic Mental Health*, 5(1), 83-95. <https://doi.org/10.1080/14999013.2006.10471232>
- Ellingson, J. M., Fleming, K. A., Vergés, A., Bartholow, B. D., & Sher, K. J. (2014). Working memory as a moderator of impulsivity and alcohol involvement: Testing

- the cognitive-motivational theory of alcohol use with prospective and working memory updating data. *Addictive Behaviors*, 39, 1622-1631. <https://doi.org/10.1016/j.addbeh.2014.01.004>
- Elliott, D., Huizinga, D., & Menard, S. (1989). *Multiple problem youth: Delinquency, substance abuse and mental health problems*. Springer-Verlag.
- Emond, A., Ormel, J., Veenstra, R., & Oldehinkel, A. (2007). Preschool behavioral and social-cognitive problems as predictors of (pre)adolescent disruptive behavior. *Child Psychiatry & Human Development*, 38(3), 221-236. <https://doi.org/10.1007/s10578-007-0058-5>
- Engel, C. (2012). *Low self-control as a source of crime: A meta-study*. Max Planck Institute for Research on Collective Goods.
- Espiritu, R. C., Huizinga, D., Crawford, A. M., & Loeber, R. (2001). Epidemiology of self-reported delinquency. In R. Loeber, & D. P. Farrington (Eds.), *Child delinquents: Development, intervention, and service needs* (pp. 47-66). Sage Publications.
- Essau, C., Sasagawa, S., & Frick, P. (2006). Callous-unemotional traits in a community sample of adolescents. *Assessment*, 13(4), 454-469. <https://doi.org/10.1177/1073191106287354>
- Eysenck, S., & Eysenck, H. (1977). The place of impulsiveness in a dimensional system of personality description. *British Journal of Social and Clinical Psychology*, 16(1), 57-58. <https://doi.org/10.1111/j.2044-8260.1977.tb01003.x>
- Fang, X., Brown, D. S., Florence, C. S., & Mercy, J. A. (2012). The economic burden of child maltreatment in the United States and implications for prevention. *Child Abuse & Neglect*, 36(2), 156-165. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2011.10.006>
- Farrington, D. P. (1989). Early predictors of adolescent aggression and adult violence. *Violence and Victims*, 4(2), 79-100. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.4.2.79>
- Farrington, D. P. (2002). Developmental criminology and risk-focused prevention. In M. Maguire, R. Morgan, & R. Reiner (Eds.), *The Oxford Handbook of Criminology* (3^a ed., pp. 657-701). Clarendon.
- Farrington, D. P. (2005). Childhood origins of antisocial behavior. *Clinical Psychology & Psychotherapy*, 12(3), 177-190. <https://doi.org/10.1002/cpp.448>
- Farrington, D. P., Coid, J. W., Harnett, L., Jolliffe, D., Soteriou, N., Turner, R., & West, D. J. (2006). *Criminal careers and life success: New findings from the Cambridge Study in Delinquent Development*. Home Office (Research Findings N° 281).

- Farrington, D. P., Jolliffe, D., Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M., & Kalb, L. M. (2001). The concentration of offenders in families, and family criminality in the prediction of boys' delinquency. *Journal of Adolescence*, 24(5), 579-596. <https://doi.org/10.1006/jado.2001.0424>
- Farrington, D. P., Loeber, R., & Kalb, L. (2001). Key research and policy issues. In R. Loeber, & D. Farrington (Eds.), *Child delinquents: Development, intervention, and service needs* (pp. 385-394). Sage Publications.
- Farrington, D. P., & McGee, T. R. (2017). The integrated cognitive antisocial potential (ICAP) theory: Empirical testing. In A. Blokland, & V. van der Geest (Eds.), *The Routledge international handbook of life-course criminology* (pp. 11-28). Routledge.
- Félix, A. (2011). *Acontecimentos de vida negativos e as perturbações do comportamento alimentar* [Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica e da Saúde, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve]. <https://core.ac.uk/download/pdf/61507268.pdf>
- Feilhauer, J., & Cima, M. (2013). Youth psychopathy: Differential correlates of callous-unemotional traits, narcissism, and impulsivity. *Forensic Science International*, 224(1-3), 1-7. <https://doi.org/10.1016/j.forsciint.2012.10.016>
- Ferguson, C. J. (2009). An effect size primer: A guide for clinicians and researchers. *Professional Psychology: Research and Practice*, 40(5), 532-538. <https://doi.org/10.1037/a0015808>
- Fergusson, D. M., Boden, J. M., & Horwood, L. J. (2008). Exposure to childhood sexual and physical abuse and adjustment in early adulthood. *Child Abuse & Neglect* 32(6), 607-19. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2006.12.018>
- Fergusson, D. M., Horwood, L. J., & Woodward, L. J. (2000). The stability of child abuse reports: A longitudinal study of the reporting behaviour of young adults. *Psychological Medicine*, 30(3), 529-544. <https://doi.org/10.1017/S0033291799002111>
- Fergusson, D. M., Wanner, B., Vitaro, F., Horwood, L. J., & Swain-Campbell, N. (2003). Deviant peer affiliations and depression: Confounding or causation? *Journal of Abnormal Child Psychology*, 31(6), 605-618. <https://doi.org/10.1023/A:1026258106540>
- Ferraz, L., Vázquez, M., Navarro, J. B., Gelabert, E., Martín-Santos, R., & Subirà, S. (2009). Dimensional assessment of personality and impulsiveness in borderline

- personality disorder. *Personality and Individual Differences*, 46(2), 140-146.
<https://doi.org/10.1016/j.paid.2008.09.017>
- Ferreira, P. (1997). “Delinquência juvenil”, família e escola. *Análise Social*, 32(143), 913-924.
- Ferreira, A., & Ferreira, J. (2000). A adolescência e o grupo de pares. In M. L. Medeiros (Coord.), *Adolescência: Abordagens, investigações e contextos de desenvolvimento* (pp.198-209). Direção Regional de Educação de Lisboa.
- Ferreira, M., & Nelas, P. B. (2006). Adolescências ... adolescentes. *Millenium-Journal of Education, Technologies, and Health*, 32(11), 141-162.
- Ferronato, V. F. (2015). A importância da família na formação social do adolescente. *Revista Educação*, 18(24), 3-9.
- Figueiroa, F. (2010). Punição no limiar da idade adulta: O regime penal especial para jovens adultos e, em especial, a interactividade entre penas e medidas tutelares educativa. *Julgar*, 11, 147-173.
- Filho, N. H., Teixeira, M. A. P., & Dias, A. C. G. (2009). Psicopatia: O construto e sua avaliação. *Avaliação Psicológica*, 8(3), 337-346.
- Filho, N. H., Teixeira, M. A. P., & Dias, A. C. G. (2012). Psicopatia: Uma perspectiva dimensional e não-criminosa do construto. *Avances en Psicologia Latinoamericana*, 30(2), 317-327.
- Filipini, C., Prado, B., Felipe, A., & Terra, F. (2013). Transformações físicas e psíquicas: Um olhar do adolescente. *Adolescência e Saúde*, 10(1), 22-29.
- Finkelhor, D., Turner, H. A., Shattuck, A., & Hamby, S. L. (2013). Violence, crime, and abuse exposure in a national sample of children and youth: An update. *Journal of the American Medical Association Pediatrics*, 167(7), 614-621.
<https://doi.org/10.1001/jamapediatrics.2013.42>
- Fisher, M. A. (2011). Ethics for the pediatrician: Caring for abused children. *Pediatrics in Review*, 32(7), e73–e78. <https://doi.org/10.1542/pir.32-7-e73> PMID:21724900
- Fleming, M. (2005). *Entre o medo e o desejo de crescer: Psicologia da adolescência*. Edições Afrontamento.
- Flexon, J. L., Meldrum, R. C., & Piquero, A. R. (2016). Low self-control and the victim–offender overlap: A gendered analysis. *Journal of Interpersonal Violence*, 31, 2052-2076. <https://doi.org/10.1177/0886260515572471>
- Flexon, J. L., Meldrum, R. C., Young, J. T., & Lehmann, P. S. (2016). Low self-control and the Dark Triad: Disentangling the predictive power of personality traits on

- young adult substance use, offending and victimization. *Journal of Criminal Justice*, 46, 159-169. <https://doi.org/10.1016/j.crimjus.2016.05.006>
- Flight, J., & Forth, A. (2007). Instrumentally violent youths. The roles of psychopathic traits, empathy, and attachment. *Criminal Justice & Behaviour*, 34(6), 739-751. <https://doi.org/10.1177/0093854807299462>
- Florence, C., Brown, D. S., Fang, X., & Thompson, H. F. (2013). Health care costs associated with child maltreatment: Impact on medicaid. *Pediatrics*, 132, 312-318. <https://doi.org/10.1542/peds.2012-2212>
- Flouri, E., & Panourgia, C. (2014). Negative automatic thoughts and emotional and behavioural problems in adolescence. *Child and Adolescent Mental Health*, 19(1), 46-51. <https://doi.org/10.1111/camh.12004>
- Foa, E. B., Asnaani, A., Zang, Y., Capaldi, S., & Yep, R. (2018). Psychometrics of the Child PTSD Symptom Scale for DSM-5 for Trauma-Exposed Children and Adolescents. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 47(1), 38-46. <https://doi.org/10.1080/15374416.2017.1350962>
- Fonagy, P., & Bateman, A. W. (2007). Mentalizing and borderline personality disorder. *Journal of Mental Health*, 16(1), 83-101. <https://doi.org/10.1080/09638230601182045>
- Fonseca, A. C. (2000). Comportamentos anti-sociais: Uma introdução. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 34(1-2-3), 9-36.
- Fonseca, A. C. (2002). *Comportamento anti-social e a família*. Almedina.
- Fonseca, A. C. (2008). *Projeto comportamento anti-social e problemas de saúde mental em jovens adultos: Continuidades e descontinuidades*. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação.
- Fonseca, A. C. (2015). Transição para a vida adulta: O papel do autocontrolo. In A. C. Fonseca (Eds.), *Jovens Adultos* (pp.133-162). Almedina.
- Fonseca, A. C., & Simões, A. (2002). A teoria geral do crime de Gottfredson e Hirschi: O papel do autocontrolo da família e das oportunidades. In A.C. Fonseca (Ed.), *Comportamento anti-social e família* (pp. 245-267). Almedina.
- Fonseca, A. C., & Simões, M. C. (2004). Comportamento antissocial: Técnicas e instrumentos de avaliação. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e crime* (pp. 39-72). Almedina.
- Fonseca, H. (2005). *Compreender os adolescentes: Um desafio para pais e educadores*. Editorial Presença.

- Formiga, N. S. (2003). Adaptação e validação da Escala de Condutas Antissociais e Delitivas ao Contexto Brasileiro. *Revista Psico*, 34(2), 367-388.
- Formiga, N. S., Aguiar, M., & Omar, A. (2008). Busca de Sensação e Condutas Antissociais e Delitivas em Jovens. *Psicologia Ciência e Profissão*, 28(4), 668-681. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932008000400002>
- Forouzan, E., & Cooke, D. (2005). Figuring out la femme fatale: Conceptual and assessment issues concerning psychopathy in females. *Behavioral Sciences & The Law*, 23(6), 765-778. <https://doi.org/10.1002/bsl.669>
- Fonseca, A. C. (2006). Responsabilização dos menores pela prática de factos qualificados como crimes: Políticas actuais. In A. Fonseca, M. R. Simões, M. C. Simões, & M. Pinho (Eds.), *Psicologia forense* (pp. 355-386). Edições Almedina.
- Fonseca, A. C. (2014). Privação de liberdade na justiça juvenil: Contornos de problemas entre meios e fins, *Julgar*, 22, 75-95.
- Fossati, A., Barratt, E., Acquarini, E., & Di Ceglie, A. (2002). Psychometric properties of an adolescent version of the Barratt Impulsiveness Scale - 11 for a sample of Italian high school students. *Perceptual and Motor Skills*, 95, 621-635. <https://doi.org/10.2466/pms.2002.95.2.621>
- Fowles, D. C., & Dindo, L. (2006). A dual-deficit model of psychopathy. In C. J. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 14-34). The Guilford Press.
- Frances, A., & Ross, R. (2004). *Casos clínicos DSM-IV-TR: Guia para o diagnóstico diferencial*. Climepsi Editores.
- Frechette, M., & LeBlanc, M. (1987). *Délinquances et délinquants*. Gaetan Morin.
- Freeman, P. A. C. (2014). Prevalence and relationship between adverse childhood experiences and child behavior among young children. *Infant Mental Health Journal*, 35(6), 544-554. <https://doi.org/10.1002/imhj.21460>
- Freud, S. (1980). *Sobre o narcisismo: Uma introdução: Vol.14*. Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud. Imago. (Obra original publicada em 1914).
- Frick, P. (1998). *Conduct disorders and severe antisocial behaviour*. Plenum Publishing Corporation.
- Frick, P. (2004). Developmental pathways to conduct disorder: Implications for serving youth who show severe aggressive and antisocial behavior. *Psychology in the Schools*, 41(8), 823-834. <https://doi.org/10.1002/pits.20039>

- Frick, P., Barry, C., & Bodin, S. (2000). Applying the concept of psychopathy to children: Implications for the assessment of antisocial youth. In C. Gacono (Ed.), *The clinical and forensic assessment of psychopathy: A practitioner's guide* (pp. 1-24). Lawrence Erlbaum Associates.
- Frick, P., Bodin, S., & Barry, C. (2000). Psychopathic traits and conduct problems in community and clinic-referred samples of children: Further development of the psychopathy screening device. *Psychological Assessment, 12*(4), 382-393. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.12.4.382>
- Frick, P. J., & Dantagnan, A. L. (2005). Predicting the stability of conduct problems in children with and without callous-unemotional traits. *Journal of Child and Family Studies, 14*(4), 469-485. <https://doi.org/10.1007/s10826-005-7183-1>
- Frick, P., & Hare, R. (2001). *Antisocial process screening device (APSD): Technical manual*. Multi-Health Systems.
- Frick, P., Kimonis, E., Dandreaux, D., & Farrel, J. (2003). The 4 year stability of psychopathic traits in non-referred youth. *Behavioral Sciences and the Law, 21*(6), 713-736. <https://doi.org/10.1002/bsl.568>
- Frick, P., & Loney, B. (1999). Outcomes of children and adolescents with oppositional defiant disorder and conduct disorder. In H. Quay, & A. Hogan (Eds.), *Handbook of disruptive behavior disorders* (pp. 507-524). Plenum.
- Frick, P., & Marsee, M. (2006). Psychopathy and developmental pathways to antisocial behavior in youth. In C. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 353-374). The Guilford Press.
- Frick, P. J., & Moffitt, T. E. (2010). *A proposal to the DSM-5 childhood disorders and the ADHD and disruptive behavior disorders work groups to include a specifier to the diagnosis of conduct disorder based on the presence of callous-unemotional traits*. American Psychiatric Association.
- Frick, P., & Silverthorn, P. (2001). Psychopathology in children and adolescents. In H. Adams (Ed.), *Comprehensive handbook of psychopathology* (pp. 879-919). Plenum Press.
- Frick, P., Stickle, T., Dandreaux, D., Farrell, J., & Kimonis, E. (2005). Callous unemotional traits in predicting the severity and stability of conduct problems and delinquency. *Journal of Abnormal Child Psychology, 33*(4), 471-487. <https://doi.org/10.1007/s10648-005-5728-9>

- Frick, P., & Viding, E. (2009). Antisocial behavior from a developmental psychopathology perspective. *Development and Psychopathology*, 21(4), 1111-1131. <https://doi.org/10.1017/S0954579409990071>
- Frick, P., & White, S. (2008). The importance of callous-unemotional traits for the developmental models of aggressive and antisocial behaviour. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 49(4), 359-375. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2007.01862.x>
- Fridlund, A., & Gleitman, H. & Reisberg, D. (2003). *Psicologia* (6ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Forth, A., & Book, A. (2010). Psychopathic traits in children and adolescents. In R. Salekin, & D. Lynam (Eds.), *Handbook of child and adolescent psychopathy* (pp. 251-283). The Guilford Press.
- Forth, A., Kosson, D., & Hare, R. (2003). *The psychopathy checklist: Youth version*. Multi-Health Systems.
- Fox, B., Perez, N., Cass, E., Baglivio, M., & Epps, N. (2015). Trauma changes everything: Examining the relationship between adverse childhood experiences and serious, violent and chronic juvenile offenders. *Child Abuse & Neglect*, 46, 163-173. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2007.01862.x>
- Fung, A., Gao, Y., & Raine, A. (2010). The utility of the child and adolescent psychopathy construct in Hong Kong, China. *Journal of Clinical Child & Adolescent Psychology*, 39(1), 134-140. <https://doi.org/10.1080/15374410903401138>
- Furnham, A., Richards, S. C., & Paulhus, D. L. (2013). The dark triad of personality: A 10 year review. *Social and Personality Psychology Compass*, 7(3), 199-216. <https://doi.org/10.1111/spc3.12018>
- Furnham, A., Richards, S., Rangel, L., & Jones, D. N. (2014). Measuring malevolence: Quantitative issues surrounding the dark triad of personality. *Personality and Individual Differences*, 67, 114-121. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.02.001>
- Gadeyne, E., Ghesquière, P., & Onghena, P. (2004). Longitudinal relations between parenting and child adjustment in young children. *Journal Clinical Child & Adolescent Psychology*, 33(2), 347-358. https://doi.org/10.1207/s15374424jccp3302_16
- Gammer, C., & Cabié, M. (1999). *Adolescência e crise familiar*. Climepsi Editores.

- Gaspar, T., & Matos, M. (2008). *Qualidade de vida em crianças e adolescentes: Versão portuguesa dos instrumentos KIDSCREEN-52*. Aventura Social e Saúde.
- Gibbs, J. J., Giever, D., & Higgins, G. E. (2003). A test of Gottfredson and Hirschi's general theory using structural equation modeling. *Criminal Justice and Behavior*, 30, 441-458. <https://doi.org/10.1177/0093854803253135>
- Gil, A. C. (2008). *Métodos e técnicas de pesquisa social* (6ª ed.). Editora Atlas.
- Gil, A. C. (2010). *Como elaborar projetos de pesquisa* (5ª ed.). Editora Atlas.
- Gilbert, R., Widom, C. S., Browne, K., Fergusson, D., Webb, E., & Janson, S. (2009). Burden and consequences of child maltreatment in high-income countries. *The Lancet*, 373(9657), 68-81. [https://doi.org/10.1016/S0140-6736\(08\)61706-7](https://doi.org/10.1016/S0140-6736(08)61706-7)
- Glaser, B., Shelton, H., & Bree, M. (2010). The moderating role of close friends in the relationship between conduct problems and adolescent substance use. *Journal of Adolescent Health*, 47(1), 35-42. <https://doi.org/10.1016/j.jadohealth.2009.12.022>
- Glenn, A. L., Kurzban, R., & Raine, A. (2011). Evolutionary theory and psychopathy. *Aggression and Violent Behavior*, 16(5), 371-380. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.03.009>
- Gliner, J. A., Morgan, G. A., & Leech, N. L. (2017). *Research methods in applied settings: An integrated approach to design and analysis* (3th ed.). Routledge.
- Gomes, V. (2005). Delinquência juvenil polícia e justiça. In J. Barroso, J. Coias, R. B. Costa, & D. Silva (Eds.), *Os jovens e a justiça* (pp. 57-74). Apport.
- Gomes, H. M. S., & Gouveia-Pereira, M. (2014). Funcionamento familiar e delinquência juvenil: A mediação do autocontrolo. *Análise Psicológica*, 32(4), 439-451. <https://doi.org/10.14417/ap.958>
- Gonçalves, R. (1999). *Psicopatía e processos adaptativos à prisão: Da intervenção para a prevenção*. Universidade do Minho.
- Gonçalves, M. K., & Campbell, L. (2014). The dark triad and the derogation of mating competitors. *Personality and Individual Differences*, 67, 42-46. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.02.003>
- Gottfredson, M., & Hirschi, T. (1990). *A general theory of crime*. Stanford University Press.
- Gottfredson, M., & Hirschi, T. (2016). The criminal career perspective as an explanation of crime and a guide to crime control policy: The view from general Theories of

- Crime. *Journal of Research in Crime and Delinquency*, 53(3), 406-419.
<https://doi.org/10.1177/0022427815624041>
- Goulart, V. R., & Wagner, A. (2013). Os conflitos conjugais na perspectiva dos filhos. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 65(3), 392-408.
- Gouveia-Pereira, M. (2008). *Percepções de justiça na adolescência: A escola e a legitimação das autoridades institucionais*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Gouveia, V. V., Santos, W. S., Guerra, V. M., Fonseca, P. N., & Gouveia, R. S. V. (2013). Escala de autocontrole: Adaptação brasileira e evidências de validade de construto. *Avaliação Psicológica*, 12(3), 379-386.
- Grassi-Oliveira, R., & Stein, L. M. (2008). Childhood maltreatment associated with PTSD and emotional distress in low-income adults: The burden of neglect. *Child Abuse & Neglect*, 32(12), 1089-1094.
<https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2008.05.008>
- Grasso, D. J., Felton, J. W., & Reid-Quiñones, K. (2015). The Structured Trauma-Related Experiences and Symptoms Screener (STRESS): Development and Preliminary Psychometrics. *Child Maltreatment*, 20(3), 214-220.
<https://doi.org/10.1177/1077559515588131>
- Graves, K., Frabutt, J., & Shelton, T. (2007). Factors associated with mental health and juvenile justice involvement among children with severe emotional disturbance. *Youth Violence and Juvenile Justice*, 5(2), 147-167.
<https://doi.org/10.1177/1541204006292870>
- Grisso, T. (1998). *Forensic evaluation of juveniles*. Professional Resources Press.
- Grisso, T. (2005). Why we need mental health screening and assessment in juvenile justice programs. In T. Grisso, G. Vicent, & D. Seagrave (Eds.), *Mental Health Screening and Assessment in Juvenile Justice* (pp. 99-111). The Guilford Press.
- Grisso, T. (2008). Adolescent offenders with mental disorders. *Juvenile Justice*, 18(2), 143-164. <https://doi.org/10.1353/foc.0.0016>
- Grossman, E. (1998). La adolescencia cruzando los siglos. *Adolescencia Latinoamericana*, 1(2), 68-74.
- Grossman, E. (2010). A construção do conceito de adolescência no Ocidente. *Revista Saúde & Adolescência*, 7(3), 47-51.
- Gudjonsson, G. H., Sigurdsson, J. F., Sigfusdottir, I. D., & Young, S. (2014). A national epidemiological study of offending and its relationship with ADHD symptoms

- and associated risk factors. *Journal of attention Disorders*, 18(1), 3-13.
<https://doi.org/10.1177/1087054712437584>
- Häkkinen-Nyholm, H., & Nyholm, J-O. (2012). Introduction. In H. Häkkinen-Nyholm, & J-O. Nyholm (Eds.), *Psychopathy and law: A practitioner's guide* (pp. 1-16). John Wiley & Sons, Ltd.
- Hall, J. R., & Benning, S. D. (2006). The "successful" psychopath: Adaptive and subclinical manifestations of psychopathy in the general population. In C. J. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 459-478). The Guilford Press.
- Hambleton, R., Merenda, P., & Spielberger, C. (2005). *Adapting educational and psychological tests for cross-cultural assessment*. Lawrence Erlbaum Associates.
- Hameister, B. R., Barbosa, P. V., & Wagner, A. (2015). Conjugalidade e parentalidade: Uma revisão sistemática do efeito spillover. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 67(2), 140-155.
- Hare, R. (1985). A comparison of procedures for the assessment of psychopathy. *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 53(1), 7-16. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.53.1.7>
- Hare, R. (1996). Psychopathy and antisocial personality disorder: A case of diagnostic confusion. *Psychiatric Times*, 13(2), 39-40.
- Hare, R. D. (1999). Psychopathy as a risk factor for violence. *The Psychiatric Quarterly*, 70(3), 181-97. <https://doi.org/10.1023/A:1022094925150>
- Hare, R. (2003). *The Hare psychopathy checklist-revised: Technical manual* (2nd ed.). Multi-Health Systems.
- Hare, R. D. (2006). Psychopathy: A clinical and forensic overview. *The Psychiatric Clinics of North America*, 29(3), 709-24. <https://doi.org/10.1016/j.psc.2006.04.007>
- Hare, R. D., & Neumann, C. S. (2010). The role of antisociality in the psychopathy construct: Comment on Skeem and Cooke. *Psychological Assessment*, 22(2), 446-454. <https://doi.org/10.1037/a0013635>
- Haro, F. A., Serafim, J., Cobra, J., Faria, L., Roque, M. I., Ramos M., Carvalho, P., & Costa, R. (2016). *Investigação em ciências sociais: Guia prático do estudante*. Factor.
- Hart, S., & Dempster, R. (1997). Impulsivity and psychopathy. In C. Webster, & M. Jackson (Eds.), *Impulsivity: Theory, assessment and treatment* (pp. 212-232). The Guilford Press.

- Hart, S., Watt, K., & Vincent, G. (2002). Commentary on Seagrave and Grisso: Impressions of the state of the art. *Law and Human Behavior, 26*(2), 241-245. <https://doi.org/10.1023/a:1014648227688>
- Hawkins, D., Laub, J., & Lauritsen, J. (1998). Race, ethnicity, and serious juvenile offending. In R. Loeber, & D. Farrington (Eds.), *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (pp. 30-46). Sage Publications.
- Hay, C., & Meldrum, R. (2015). *Self-control and crime over the life course*. Sage Publications.
- Henriques, B. M. (2014). Comportamento antissocial na infância e adolescência. *International Journal of Developmental and Educational Psychology, 4*(1), 83-92. <https://doi.org/10.17060/ijodaep>
- Henriques, R. P. (2009). From H. Cleckley to DSM-IV-TR: The evolution of the concept of psychopathy toward the medicalization of delinquency. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental, 12*(2), 285-302. <https://doi.org/10.1590/S1415-47142009000200004>
- Henry, K. L., Knight, K. E., & Thornberry, T. P. (2012). School disengagement as a predictor of dropout, delinquency, and problem substance use during adolescence and early adulthood. *Journal of Youth and Adolescence, 41*(2), 156–166. <https://doi.org/10.1007/s10964-011-9665-3>
- Hernández, R. P., & Gras, R. M. L. (2005). Víctimas de violencia familiar: Consecuencias psicológicas en hijos de mujeres maltratadas. *Anales Psicología, 21*(1), 11-17.
- Hicks, B., Markon, K., Patrick, C., Krueger, R., & Newman, J. (2004). Identifying psychopathy subtypes on the basis of personality structure. *Psychological Assessment, 16*(3), 276-288. <https://doi.org/10.1037/1040-3590.16.3.276>
- Higgins, G. E. (2007). Examining the original Grasmick scale: A rasch model approach. *Criminal Justice and Behavior, 34*(2), 157-178. <https://doi.org/10.1177/0093854806290071>
- Higgins, G. E., & Tewksbury, R. (2006). Sex and self-control theory: The measures and causal model may be different. *Youth & Society, 37*, 479-503. <https://doi.org/10.1177/0044118X05283423>
- Hildyard, K. L., & Wolfe, D. A. (2002). Child neglect: Developmental issues and outcomes. *Child Abuse & Neglect, 26*(6-7), 679-695. [https://doi.org/10.1016/S0145-2134\(02\)00341-1](https://doi.org/10.1016/S0145-2134(02)00341-1)

- Hipwell, A., Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M., Keenan, K., White, H., & Kroneman, L. (2002). Characteristics of girls with early onset disruptive and anti-social behaviour. *Criminal Behaviour and Mental Health*, *12*(1), 99-118. <https://doi.org/10.1002/cbm.489>
- Hirschi, T. (2002). *Causes of delinquency*. Transaction Publishers.
- Hirtenlehner, H., Pauwels, L., & Mesko, G. (2015). Is the criminogenic effect of exposure to peer delinquency dependent on the ability to exercise self-control? Results from three countries. *Journal of Criminal Justice*, *43*, 532-543. <https://doi.org/10.1016/j.crimjus.2015.05.006>
- Hodges, M., Godbout, N., Briere, J., Lanktree, C., Gilbert, A., & Kletzka, N. T. (2013). Cumulative trauma and symptom complexity in children: A path analysis. *Child Abuse & Neglect*, *37*(11), 891-898. <https://doi.org/10.1016/j.chiabu.2013.04.001>
- Hodson, G., Hogg, S. M., & MacInnis, C. C. (2009). The role of “dark personalities” (narcissism, Machiavellianism, psychopathy), big five personality factors, and ideology in explaining prejudice. *Journal of Research in Personality*, *43*(4), 686-690. <https://doi.org/10.1016/j.jrp.2009.02.005>
- Hoeve, M., Smeenk, W., Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M., Van der Laan, P. H., Gerris, J. R. M., & Dubas, J. S. (2007). Long-term effects of parenting and family characteristics on delinquency of male young adults. *European Journal of Criminology*, *4*(2), 161–194. <https://doi.org/10.1177/1477370807074854>
- Hofer, J., Busch, H., & Kärtner, J. (2011). Selfregulation and well-being: The influence of identity and motives. *European Journal of Personality*, *25*, 211-224. <https://doi.org/10.1002/per.789>
- Hoffmann, J. P., Erikson, L. D., & Spence, K. R. (2013). Modeling the association between academic achievement and delinquency: An application of interactional theory. *Criminology*, *51*(3), 629-660. <https://doi.org/10.1111/1745-9125.12014>
- Holtzman, N., & Strube, M. (2010). Narcissism and attractiveness. *Journal of Research in Personality*, *44*(1), 133–136. <https://doi.org/10.1016/j.jrp.2009.10.004>
- Hoskins, D., Marshall, B. D. L., Koinis-Mitchell, D., Galbraith, K., & Tolou-Shams, M. (2019). Latinx youth in first contact with the justice system: Trauma and associated behavioral health needs. *Child Psychiatry & Human Development*, *50*(3), 459-472. <https://doi.org/10.1007/s10578-018-0855-z>
- Hovens, J. G. F. M., Wiersman, J. E., Giltay, E. J., Van Oppen, P., Spinhoven, P., Penninx, B. W. J. H., & Zitman, F. G. (2010). Childhood life events and childhood

- trauma in adult patients with depressive, anxiety and comorbid disorders vs. controls. *Acta Psychiatrica Scandinavica*, 122(1), 66-74. <https://doi.org/10.1111/j.1600-0447.2009.01491.x>
- Howell, J., Krisberg, B., & Jones, M. (1995). Trends in juvenile crime and youth violence. In J. Howell, B. Krisberg, J. Hawkins, & J. Wilson (Eds.), *A sourcebook: Serious, violent and chronic juvenile offenders* (pp. 1-35). Sage Publications.
- Huizinga, D., Loeber, R., Thornberry, T., & Cothorn, L. (2000). Co-occurrence of delinquency and other problem behaviors. *Juvenile Justice Bulletin* (November, pp. 1-8). OJJDP.
- Hutchings, J., Bywater, T., & Daley, D. (2007). Early prevention of conduct disorder: How and why did the North West Wales Sure Start study work? *Journal of Children's Services*, 2(2), 4-14. <https://doi.org/10.1108/17466660200700012>
- Hutchings, J., Bywater, T., Davies, C., & Whitaker, C. (2006). Do crime rates predict the outcome of parenting programmes for parents of “high-risk” preschool children? *Educational & Child Psychology*, 23(2), 15-23.
- IBM Corp. (2017). *IBM SPSS Statistics for Windows (version 25)*. Author.
- Imaginário, S., Jesus, S. N., Morais, F., Fernandes, C., Santos, R., Santos, J., & Azevedo, I. (2014). Motivação para a aprendizagem escolar: Adaptação de um instrumento de avaliação para o contexto português. *Revista Lusófona de Educação*, 27, 91-105.
- Ingram, J., Patchin, J., Huebner, B., McCluskey, J., & Bynum, T. (2007). Parents, friends, and serious delinquency: An examination of direct and indirect effects among at-risk early adolescents. *Criminal Justice Review*, 32(4), 380-400. <https://doi.org/10.1177/0734016807311436>
- Iraurgi, I., Martínez-Pampliega, A., Sanz, M., Cosgaya, L., Galíndez, E., & Muñoz, A. (2008). Escala de Conflicto Interparental desde la Perspectiva de los Hijos (CPIC): Estudio de validación de una versión abreviada de 36 ítems. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación - e Avaliação Psicológica*, 25(1), 9-34.
- Jaffee, S. R., Belsky, J., Harrington, H., Caspi, A., & Moffit, T. E. (2006). When parents have a history of conduct disorder: How is the caregiving environment affected? *Journal of Abnormal Psychology*, 115(4), 309-319. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.115.2.309>

- Jakobwitz, S., & Egan, V. (2006). The Dark Triad and normal personality traits. *Personality and Individual Differences, 40*(2), 331-339. <https://doi.org/10.1016/j.paid.200507>
- James, S. J., Kavanagh, P. S., Jonason, P. K., Chonody, J. M., & Scrutton, H. E. (2014). The Dark Triad, schadenfreude, and sensational interests: Dark personalities, dark emotions, and dark behaviors. *Personality and Individual Differences, 68*, 211-216. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.04.020>
- Janosz, M., & Le Blanc, M. (2000). Abandono escolar na adolescência: Factores comuns e trajetórias múltiplas. *Revista Portuguesa de Pedagogia, 34*(1,2,3), 341-403.
- Jesus, S. N. (2008). Estratégias para motivar os alunos. *Educação, 31*(1), 21-29.
- Jo, Y., & Armstrong, T. (2018). The development of a self-control in late adolescence: An analysis of trajectories and predictors of change within trajectories. *Internacional Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 62*(1), 50-72. <https://doi.org/10.1177/0306624X16643786>
- Jonason, P. K., Slomski, S., & Partyka, J. (2012) The Dark Triad at work: How toxic employees get their way. *Personality and Individual Differences, 52*(3), 449-453. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2011.11.008>
- Jonason, P. K., & Tost, J. (2010). I just cannot control myself: The Dark Triad and self-control. *Personality and Individual Differences, 49*(6), 611-615. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2010.05.031>
- Jonason, P. K., & Webster, G. D. (2010). The dirty dozen: A concise measure of the Dark Triad. *Psychological Assessment, 22*(2), 420-432. <https://doi.org/10.1037/a0019265>
- Jonason, P. K., & Webster, G. D. (2012). A protean approach to social influence: Dark Triad personalities and social influence tactics. *Personality and Individual Differences, 52*(4), 521–526. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2011.11.023>
- Jones, D. N., & Figueredo, A. J. (2013). The core of darkness: Uncovering the heart of the dark triad. *European Journal of Personality, 27*(6), 521-531. <https://doi.org/10.1002/per.1893>
- Jones, S., & Lynam, D. R. (2008). In the eye of the impulsive beholder: The interaction between impulsivity and perceived informal social control on offending. *Criminal Justice and Behavior, 36*(3), 307-321. <https://doi.org/10.1177/0093854808328653>

- Jones, D. N., & Paulhus, D. L. (2011). Differentiating the Dark Triad within the interpersonal circumplex. In L. M. Horowitz, & S. Strack (Eds.), *Handbook of interpersonal psychology: Theory, research, assessment, and therapeutic interventions* (pp. 249-269). Wiley & Sons.
- Jones, D. N., & Paulhus, D. L. (2014). Introducing the short Dark Triad (SD3): A brief measure of dark personality traits. *Assessment, 21*(1), 28-41. <https://doi.org/10.1177/1073191113514105>
- Kadzin, A., & Buela-Casal, G. (2001). *Conducta antisocial: Evaluación, tratamiento y prevención en la infancia y adolescencia*. Ediciones Pirámide.
- Kaplan, R., & Saccuzzo, D. (2013). *Psychological testing: Principles, applications, and issues* (8th ed.). Cengage.
- Karpman, B. (1941). On the need of separating psychopathy into distinct clinical types: The symptomatic and the idiopathic. *Journal of Criminal Psychopathology, 3*, 112-137.
- Kazdin, A. (1996). *Conduct disorders in childhood and adolescence*. Sage Publications.
- Keenan, K., & Shaw, D. (1994). The development of aggression in toddlers: A study of low-income families. *Journal of Abnormal Child Psychology, 22*, 53-77. <https://doi.org/10.1007/BF02169256>
- Kemp, R., Scholte, R., Overbeek, G., & Engels, R. (2006). Early adolescent delinquency: The role of parents and best friends. *Criminal Justice and Behavior, 33*(4), 488-510. <https://doi.org/10.1177/0093854806286208>
- Kiazad, K., Restubog, S. L., Zagenczyk, T. J., Kiewitz, C., & Tang, R. L. (2010). In pursuit of power: The role of authoritarian leadership in the relationship between supervisors' Machiavellianism and subordinates' perceptions of abusive supervisory behavior. *Journal of Research on Personality, 44*(4), 512-519. <https://doi.org/10.1016/j.jrp.2010.06.004>
- Kimonis, E., Frick, P., & Barry, C. (2004). Callous-unemotional traits and delinquent peer affiliation. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 72*(6), 956-966. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.72.6.956>
- Kimonis, E., Frick, P., Skeem, J., Marsee, M., Cruise, K., Munoz, L., Aucoin, K., & Morris, A. (2008). Assessing callous-unemotional traits in adolescent offenders: Validation of the Inventory of Callous-Unemotional Traits. *International Journal of Law and Psychiatry, 31*(3), 241-252. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2008.04.002>

- Kisiel, C., Conradi, L., Fehrenbach, T., Torgersen, E., & Briggs, E. C. (2014). Assessing the effects of trauma in children and adolescents in practice settings. *Child and Adolescent Psychiatric Clinics of North America*, 23(2), 223–242. <https://doi.org/10.1016/j.chc.2013.12.007>
- Ko, S. J., Ford, J. D., Kassam-Adams, N., Berkowitz, S. J., Wilson, C., Wong, M., Brymer, M.J., & Layne, C. M. (2008). Creating trauma-informed systems: Child welfare, education, first responders, health care, juvenile justice. *Professional Psychology: Research and Practice*, 39(4), 396-404. <https://doi.org/10.1037/0735-7028.39.4.396>
- Kolko, D. J., Hurlburt, M. S., Zhang, J., Barth, R. P., Leslie, L. K., & Burns, B. J. (2010). Posttraumatic stress symptoms in children and adolescents referred for child welfare investigation: A national sample of in-home and out-of-home care. *Child Maltreatment*, 15(1), 48-63. <https://doi.org/10.1177/1077559509337892>
- Kollins, S. H. (2003). Delay discounting is associated with substance use in college students. *Addictive Behaviors*, 28(6), 1167-1173. [https://doi.org/10.1016/S0306-4603\(02\)00220-4](https://doi.org/10.1016/S0306-4603(02)00220-4)
- Kowalski, C. M., Kwiatkowska, K., Kwiatkowska, M. M., Ponikiewska, K., Rogosa, R., & Schermer, J. A. (2018). The Dark Triad traits and intelligence: Machiavellians are bright, and narcissists and psychopaths are ordinary. *Personality and Individual Differences*, 135, 1-6. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2018.06.049>
- Kratzer, L., & Hodgins, S. (1997). Adult outcomes of child conduct problems: A cohort study. *Journal of Abnormal Child Psychology*, 25(1), 65-81. <https://doi.org/10.1023/A:1025711525255>
- Krohn, M., Thornberry, T., Rivera, C., & Le Blanc, M. (2001). Later delinquency careers. In R. Loeber, & D. Farrington (Eds.), *Child delinquents: Development, intervention, and service needs* (pp. 67-94). Sage Publications.
- Kruh, I. P., Frick, P. J., & Clements, C. B. (2005). Historical and personality correlates to the violence patterns of juveniles tried as adults. *Criminal Justice and Behavior*, 32(1), 69-96. <https://doi.org/10.1177/0093854804270629>
- Kuhn, A., & Da Agra, C. (2010). *Somos todos criminosos?* Casa das Letras.
- Lagrange, H. (2002). “La délinquance des jeunes”. In L. Mucchielli, & P. Robert (Eds.), *Crime et sécurité: L'état des savoirs* (pp. 158-167). Éditions La Découverte.
- Lancôt, N., & LeBlanc, M. (2002). Explaining deviance by adolescent females. *Crime and Justice: A Review of Research*, 29, 113-202. <https://doi.org/10.1086/652220>

- Landry, S. H., Smith, K. E., & Swank, P. R. (2009). New directions in evaluating social problem solving in childhood: Early precursors and links to adolescent social competence. *New Directions for Child and Adolescent Development*, *123*, 51-68. <https://doi.org/10.1002/cd.235>
- Lang, J. M., & Connell, C. M. (2017). Development and validation of a brief trauma screening measure for children: The Child Trauma Screen. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, *9*(3), 390-398. <https://doi.org/10.1037/tra0000235>
- Lang, J. M., & Connell, C. M. (2018). The Child Trauma Screen: A follow-up validation. *Journal of Traumatic Stress*, *31*(3), 540-548. <https://doi.org/10.1002/jts.22310>
- Lang, A. J., & Stein, M. B. (2005). An abbreviated PTSD checklist for use as a screening instrument in primary care. *Behaviour Research and Therapy*, *43*, 585-594. <https://doi.org/10.1016/j.brat.2004.04.005>
- Laranjeira, C. (2007). A análise psicossocial do jovem delinquente: Uma revisão da literatura. *Psicologia em Estudo*, *12*(2), 221-227. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722007000200002>
- LeBlanc, M. (1998). Screenning of serious and violent juvenil offenders. In R. Loeber, & D. P. Farrington (Eds.), *Serious & violent offenders. Risk factos and successful interventions* (pp. 167-196). Sage Publications.
- LeBlanc, M. (2003). La conduite délinquante des adolescents: Son développement et son explication. In M. Le Blanc., M. Ouimet, & D. Szabo (Eds.), *Traité de Criminologie empirique* (pp. 367-420). Les Presses de l'Université de Montréal.
- LeBlanc, M., & Janosz, M. (2002). Regulação familiar da conduta delinquente em adolescentes. In A. C. Fonseca (Ed.), *Comportamento antissocial e família* (pp. 37-79). Almedina.
- Lee, K., & Ashton, M. C. (2005). Psychopathy, Machiavellianism, and narcissism in the five-factor model and the HEXACO model of personality structure. *Personality and Individual Differences*, *38*(7), 1571-1582. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2004.09.016>
- Lee, K., & Ashton, M. C. (2014). The dark triad, the big five and the HEXACO model. *Personality and Individual Differences*, *67*, 2-5. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2014.01.048>

- Lee, V., & Hoaken, P. N. S. (2007). Cognition, emotion, and neurobiological development: Mediating the relation between maltreatment and aggression. *Child Maltreatment*, 12(3), 281-298. <https://doi.org/10.1177/1077559507303778>
- Leech, N., Barrett, K., & Morgan, G. (2015). *IBM SPSS for intermediate statistics: Use and interpretation* (5th ed.). LEA.
- Leistico, A., Salekin, R., DeCoster, J., & Rogers, R. (2008). A large-scale meta-analysis relating the Hare measures of psychopathy to antisocial conduct. *Law and Human Behavior*, 32(1), 28-45. <https://doi.org/10.1007/s10979-007-9096-6>
- Leite, O. (2011). A medida no exame psicológico: Reflexões sobre o significado clínico da medida. In Y. Duarte (Coord.), *Ano da avaliação psicológica: Textos geradores* (pp. 29-36). Conselho Federal de Psicologia.
- Lemos, I. T. (2010). Risco psicossocial e psicopatologia em adolescentes com percurso delinvente. *Análise Psicológica*, 28(1), 117-132. <https://doi.org/10.14417/ap.258>
- Leve, L., & Chamberlain, P. (2004). Female juvenile offenders: Defining an early-onset pathway for delinquency. *Journal of Child and Family Studies*, 13(4), 439-452. <https://doi.org/10.1023/B:JCFS.0000044726.07272.b5>
- Levesque, R. (2011). *Encyclopedia of Adolescence*. Springer.
- Lewinsohn, P. M., Rohde, P., & Farrington, D. P. (2000). The OADP-CDS: A brief screener for adolescent conduct disorder. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 39(7), 888-895. <https://doi.org/10.1097/00004583-200007000-00018>
- Leyrit, A. (2012). Comprendre le rôle des stratégies de protection de soi dans la relation entre facteurs scolaires et estime de soi: Un enjeu pour la prévention de l'échec scolaire chez les adolescents. *Journal de Thérapie Comportementale et Cognitive*, 22(4), 161-168. <http://dx.doi.org/10.1016/j.jtcc.2012.09.004>
- Lilienfeld, S., & Fowler, K. (2006). The self-report assessment of psychopathy: Problems, pitfalls, and promises. In C. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 107-132). The Guilford Press.
- Lindberg, N. (2012). Psychopathic features in adolescence. In H. Hakkanen-Nyholm, & J. Nyholm (Eds.), *Psychopathy and law: A practitioner's guide* (pp. 127-138). JohnWiley & Sons, Ltd.
- Lipsey, M., & Derzon J. (1998). Predictors of violent or serious delinquency in adolescence and early adulthood: A synthesis of longitudinal research. In R.

- Loeber, & D. Farrington (Eds.), *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (pp. 84-105). Sage Publications.
- Lisi, A., & Lisi, R. (2007). Perceptions of family relations when mothers and fathers are depicted with different parenting styles. *The Journal of Genetic Psychology*, *168*(4), 425-442. <https://doi.org/10.3200/GNTP.168.4.425-442>
- Loeber, R., & Farrington, D. P. (1998). *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions*. Sage Publications.
- Loeber, R., & Farrington, D. (2001). The significance of child delinquency. In R. Loeber, & D. Farrington (Eds.), *Child delinquents: Development, intervention and service needs* (pp. 1-24). Sage Publications.
- Loeber, R., Farrington, D., & Waschbusch, D. (1998). Serious and violent juvenile offenders. In R. Loeber, & D. Farrington (Eds.), *Serious and violent juvenile offenders: Risk factors and successful interventions* (pp. 13-29). Sage Publications.
- Loeber, R., & LeBlanc, M. (1990). Toward a developmental criminology. *Crime and Justice*, *15*, 375-473. <https://doi.org/10.1086/449169>
- Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (1998). Development of juvenile aggression and violence. Some common misconceptions and controversies. *American Psychologist*, *53*(2), 242-259. <https://doi.org/10.1037/0003-066X.53.2.242>
- Loeber, R., Stouthamer-Loeber, M., & Farrington, D. P. (2008). The Pittsburgh Youth Study: It designs, data collection, and early key findings. In R. Loeber, D. P. Farrington, M. Southamer-Loeber, & H. R. White (Eds.), *Violence and serious theft: Development and prediction from childhood to adulthood* (pp. 25-37). Routledge.
- Lohman, B. J., & Billings, A. (2008). Protective and risk factors associated with adolescent boys' early sexual debut and risk sexual behaviors. *Journal of Youth and Adolescence*, *37*(6), 723-735. <https://doi.org/10.1007/s10964-008-9283-x>
- Loney, B., Frick, P., Clements, C., Ellis, M., & Kerlin, K. (2003). Callous-unemotional traits, impulsivity, and emotional processing in adolescents with antisocial behavior problems. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, *32*(1), 66-80. https://doi.org/10.1207/S15374424JCCP3201_07
- López-Romero, L., Gómez-Fraguela, G., & Romero, E. (2015). Assessing callous-unemotional traits in a Spanish sample of institutionalized youths: The

- Inventory of Callous-Unemotional Traits. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, 37, 392-406. <https://doi.org/10.1007/s10862-014-9469-3>
- López-Romero, L., Maneiro, L., Cutrín, O., Gómez-Fraguela, J. A., Vilar, P., Luengo, M. Á., Sobral, J., & Romero, E. (2019). Identifying risk profiles for antisocial behavior in a Spanish sample of young offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 63(10), 1896-1913. <https://doi.org/10.1177/0306624X19842032>
- López-Romero, L., Romero, E., & Andershed, H. (2015). Conduct problems in childhood and adolescence: Developmental trajectories, predictors and outcomes in a six-year follow up. *Child Psychiatry and Human Development*, 46, 762-773. <https://doi.org/10.1007/s10578-014-0518-7>
- Lopes, J., Rutherford, R., Cruz, M. C., Mathur, S., & Quinn, M. (2011). *Competências sociais: Aspectos comportamentais, emocionais e da aprendizagem* (2ª ed.). Psiquilibrios Edições.
- Luengo, M., Carrillo-de-la-Peña, M., Otero, J., & Romero, E. (1994). A short-term longitudinal study of impulsivity and anti-social behavior. *Journal of Personality and Social Psychology*, 66(3), 542-548. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.66.3.542>
- Luthar, S. S., Crossman, E. J., & Small, P. J. (2015). Resilience and adversity. In R. M. Lerner, & M. E. Lamb (Eds.), *Handbook of child psychology and developmental science* (7th ed., Vol. 3, pp. 247-286). Wiley.
- Lykken, D. (1995). *The antisocial personalities*. Erlbaum.
- Lynam, D. (1996). Early identification of chronic offenders: Who is the fledgling psychopath? *Psychological Bulletin*, 120(2), 209-243. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.120.2.209>
- Lynam, D. (1997). Pursuing the psychopath: Capturing the fledgling psychopath in a nomological net. *Journal of Abnormal Psychology*, 106(3), 425-438. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.106.3.425>
- Lynam, D. (1998). Early identification of the fledgling psychopath: Locating the psychopathic child in the current literature. *Journal of Abnormal Psychology*, 107(4), 566-575. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.107.4.566>
- Lynam, D., Caspi, A., Moffitt, T., Loeber, R., & Stouthamer-Loeber, M. (2007). Longitudinal evidence that psychopathy scores in early adolescence predict adult

- psychopathy. *Journal of Abnormal Psychology*, 116(1), 155-165. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.116.1.155>
- Lynam, D., & Miller, J. (2004). Personality pathways to impulsive behaviour and their relations to deviance: Results from three samples. *Journal of Quantitative Criminology*, 20(4), 319-341. <https://doi.org/10.1007/s10940-004-5867-0>
- Lyons, M. (2019). *The Dark Triad of Personality: Narcissism, Machiavellianism, and psychopathy in everyday life*. Elsevier.
- Lyons, M., & Jonason, P. K. (2015). Dark Triad, tramps, and thieves: Psychopathy predicts a diverse range of theft-related attitudes and behaviors.” *Journal of Individual Differences* 36, 215-20. <https://doi.org/10.1027/1614-0001/a000177>
- Machado, C. (2004). *Crime e Insegurança: Discursos do medo, imagens do outro*. Editorial Notícias
- Maciel, N., & Rebelo, O. (2010). Da puberdade à adolescência: Os acontecimentos de vida na adolescência: Desenvolvimento físico, fisiológico e sexual. In T. Medeiros (Coord.), *Adolescência: Desafios e riscos* (pp.161-182). Letras Lavadas Edições.
- Maldonado, D., & Williams, L. (2005). O comportamento agressivo de crianças do sexo masculino na escola e sua relação com a violência doméstica. *Psicologia em Estudo, Maringá*, 10(3), 353-362. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722005000300003>
- Malloy-Diniz, L., Fuentes, D., Leite, W. B., Correa, H., & Bechara, A. (2007). Impulsive behavior in adults with attention deficit/hyperactivity disorder: Characterization of attentional, motor and cognitive impulsiveness. *Journal of the International Neuropsychological Society*, 13, 693–698. <https://doi.org/10.1017/S1355617707070889>
- Mann, M. J., Kristjansson, A. L., Smith, M. L., & Sigfusdottir, I. D. (2016). The influence of negative life events and problem behavior on grades in early adolescence: Pathways to academic risk in the middle grades. *Research in Middle Level Education*, 39(10), 1-13. <https://doi.org/10.1080/19404476.2016.1244402>
- Manso, A., & Almeida, A. (2010). “... E depois o que é que querem que faça?” Educar para o Direito: Pontes de ligação do centro educativo à comunidade. *Educação, Sociedade e Culturas*, 30, 23-40.
- Marcotte, G., Marcotte, D., & Bouffard, T. (2002). The influence of familial support and dysfunctional attitudes on depression and delinquency in an adolescent

- population. *European Journal of Psychology of Education*, 17(4), 363-376.
<https://doi.org/10.1007/BF03173591>
- Margis, R., Picon, P., Cosner, A. F., & Silveira, R. O. (2003). Relação entre estressores, estresse e ansiedade. *Revista de Psiquiatria do Rio Grande do Sul*, 25(Supl. 1), 65-74. <https://doi.org/10.1590/S0101-81082003000400008>.
- Marôco, J. (2014). *Análise de equações estruturais: Fundamentos teóricos, software & aplicações*. ReportNumber.
- Marôco, J. (2018). *Análise estatística com o SPSS Statistics (7ª ed.)*. ReportNumber.
- Marsee, M., Silverthorn, P., & Frick, P. (2005). The association of psychopathic traits with aggression and delinquency in non-referred boys and girls. *Behavioral Sciences and the Law*, 23(6), 803-817. <https://doi.org/10.1002/bsl.662>
- Martinho, L. (2010). *O Papel da Educação Parental no Comportamento Anti-Social dos Adolescentes* [Dissertação de Mestrado em Psicologia da Educação, Desenvolvimento e Aconselhamento, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/14232/1/O%20Papel%20da%20Educa%C3%A7%C3%A3o%20Parental.pdf>
- Martins, J. (2005). O problema da violência escolar: Uma clarificação e diferenciação de vários conceitos relacionados. *Revista Portuguesa de Educação*, 18(1), 93-115.
- Martins, M. (2005). Condutas agressivas na adolescência: Fatores de risco e de proteção. *Análise Psicológica*, 23(2), 129-135.
- Martins, N. (2006). Jovens com comportamentos delinquentes: Os caminhos da Lei. In A. Fonseca, M. R. Simões, M. C. Simões, & M. Pinho (Eds.), *Psicologia forense* (pp. 387-400). Edições Almedina.
- Martorell, C., González, R., Ordóñez, A., & Gómez, O. (2011). Estudio confirmatorio del cuestionario de conducta antisocial (CCA) y su relación con variables de personalidad y conducta antisocial [Confirmatory study of antisocial behavior questionnaire (CCA) and its relationship with personality and antisocial behavior]. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico e Avaliação Psicológica*, 31(1), 97-114.
- Mathias, C. W., Marsh-Richard, D. M., & Dougherty, D. M. (2008). Behavioral measures of impulsivity and the law. *Behavioral Sciences & the Law*, 26, 691-707. <https://doi.org/10.1002/bsl>
- Matos, C. (2002). *Adolescência*. Climepsi Editores.

- Matos, C. (2003). *Mais amor menos doença*. Climepsi Editores.
- Matos, C. (2007). *Vária: Existo porque fui amado*. Climepsi Editores.
- Matos, M. G., & Sampaio, D. (2009). *Jovens com Saúde: Diálogo com uma geração*. Texto Editores, Lda.
- Maughan, B., Rowe R., Messer J., Goodman, R., & Meltzer, H. (2004). Conduct disorder and oppositional defiant disorder in a national sample: Developmental epidemiology. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45(3), 609-621. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2004.00250.x>
- Maxfield, M. G., & Widom, C. S. (1996). The cycle of violence: Revisited 6 years later. *Archives of Pediatrics & Adolescent Medicine*, 150(4), 390-395. <https://doi.org/10.1001/archpedi.1996.02170290056009>
- Mayone, M. A., & Arneklev, B. J. (2015). Curiosity, low self-control and deviance: An exploratory study. *Florida Atlantic University Undergraduate Research Journal*, 4(1), 1-13.
- McCarthy, C. J., Lambert, R. G., & Moller, N. P. (2006). Preventive resources and emotion regulation expectancies as mediators between attachment and college students' stress outcomes. *International Journal of Stress Management*, 13(1), 1-22. <https://doi.org/10.1037/1072-5245.13.1.1>
- McCollister, K. E., French, M. T., & Fang, H. (2010). The cost of crime to society: New crime-specific estimates for policy and program evaluation. *Drug & Alcohol Dependence*, 108(1), 98-109. <https://doi.org/10.1016/j.drugalcdep.2009.12.002>
- McCord, W., & McCord, J. (1964). *The psychopath: An essay on the criminal mind*. Van Nostrand.
- McCrorry, E., Brito, S. A., & Viding, E. (2010). Research review: The neurobiology and genetics of maltreatment and adversity. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 51(10), 1079-1095. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2010.02271.x>
- McLachlan, K., Gagnon, N., Mordell, S., & Roesch, R. (2010). Os adolescentes perante a lei. In A. Fonseca (Ed.), *Crianças e adolescentes* (pp. 595-634). Nova Almedina.
- Medeiros, T. (2013). O conceito de adolescência revisitado. In T. Medeiros (Coord.), *Adolescência: Desafios e riscos* (pp. 27-46). Letras Lavadas Edições.
- Meehan, K. B., Panfilis, C., Cain, N. M., & Clarkin, J. F. (2013). Effortful control and externalizing problems in young adults. *Personality and Individual Differences*, 55(5), 553-558. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2013.04.019>

- Mersky, J., & Reynolds, A. (2007). Child maltreatment and violent delinquency: Disentangling main effects and subgroup effects. *Child Maltreatment, 12*(3), 246-258. <https://doi.org/10.1177/1077559507301842>
- Miller, M. W. (2004). Personality and the development and expression of PTSD. *PTSD Research Quarterly, 15*(3), 1-8.
- Miller, J. D., Dir, A., Gentile, B., Wilson, L., Pryor, L. R., & Campbell, W. K. (2010). Searching for a vulnerable Dark Triad: Comparing Factor 2 psychopathy, vulnerable narcissism, and borderline personality disorder. *Journal of Personality, 78*(5), 1529-1564. <https://doi.org/10.1111/j.1467-6494.2010.00660>
- Moeller, F. G., Barratt, E. S., Dougherty, D. M., Schmitz, J. M., & Swann, A. C. (2001). Psychiatric aspects of impulsivity. *The American Journal of Psychiatry, 158*, 1783-1793. <https://doi.org/10.1176/appi.ajp.158.11.1783>
- Moffitt, T. (1993). Adolescent-limited and life-persistent antisocial behaviour: A developmental taxonomy. *Psychological Review, 100*(4), 674-701.
- Moffitt, T. (2006). A review of the research on the taxonomy of life-course persistent versus adolescence-limited antisocial behavior. In: F. T. Cullen, J. P. Wright, & K. R. Blevins (Eds.), *Taking Stock: The Status of Criminological Theory-Advances in criminological theory* (Vol. 15, pp. 277-311). Transaction Publishers.
- Moffitt T., Arseneault L., Belsky D., Dickson N., Hancox R. J., Harrington H., Houts, R., Poulton, R., Roberts, B., Ross, S., Sears, M., Thomson, W., & Caspi, A. (2011). A gradient of childhood self-control predicts health, wealth, and public safety. *Proceedings of the National Academy of Sciences, 108*(7), 2693-2698. <https://doi.org/10.1073/pnas.1010076108>
- Moffitt, T., & Caspi, A. (2001). Childhood predictors differentiate life-course persistent and adolescent-limited antisocial pathways among males and females. *Development and Psychopathology, 13*(2), 355-375. <https://doi.org/10.1017/S0954579401002097>
- Moffitt, T., Caspi, A., Rutter, M., & Silva, P. (2006). *Sex differences in antisocial behaviour: Conduct disorder, delinquency and violence in the dunedin longitudinal study*. Cambridge University Press.
- Monahan, K. C., Steinberg, L., Cauffman, E., & Mulvey, E. P. (2009). Trajectories of antisocial behavior and psychosocial maturity from adolescence to young adulthood. *Developmental Psychology, 45*, 1654-1668. <https://doi.org/10.1037/a0015862>

- Monteiro, M., & Santos, M. (1998). *Psicologia*. Porto Editora.
- Monteiro, P., & Confraria, L. (2014). Adolescência. In P. Monteiro (Coord.), *Psicologia e psiquiatria da infância e adolescência* (pp. 339-358). Lidel.
- Monterosso, J., & Ainslie, G. (1999). Beyond discounting: Possible experimental models of impulse control. *Psychopharmacology*, *146*, 339-347. <https://doi.org/10.1007/PL00005480>
- Morf, C. C., & Rhodewalt, F. (2001). Unraveling the paradoxes of narcissism: A dynamic self-regulatory processing model. *Psychological Inquiry*, *12*(4), 177-196. https://doi.org/10.1207/S15327965PLI1204_1
- Morgado, A., & Dias, M. L. (2017). Portuguese juvenile delinquents: An exploratory study from a sample of institutionalized young offenders, *Análise Psicológica*, *35*(2), 157-170. <https://doi.org/10.14417/ap.1219>
- Morizot, J., & Kazemian, L. (2015). Introduction: Understanding criminal and antisocial behavior within a development and multidisciplinary perspective. In J. Morizot, & L. Kazemian (Eds.), *The development of criminal and antisocial behavior: Theory, research and practical applications* (pp. 1-16). Springer International Publishing Switzerland. https://doi.org/10.1007/978-3-319-08720-7_1
- Muncie, J. (2009). *Youth & Crime*. Sage Publications.
- Munro, D., Bore, M., & Powis, D. (2005) Personality factors in professional ethical behaviour: Studies of empathy and narcissism. *Australian Journal of Psychology*, *57*(1), 49-60. <https://doi.org/10.1080/00049530412331283453>
- Murga, H. V. (2017). Violencia contra la mujer infligida por su pareja y su relación con la salud mental de los hijos adolescentes. *Revista Medica Herediana*, *28*(1), 48-58. <http://dx.doi.org/10.20453/rmh.v28i1.3074>
- Muris, P., Meesters, C., & Timmermans, A. (2013). Some youths have a gloomy side: Correlates of the dark triad personality traits in non-clinical adolescents. *Child Psychiatry and Human Development*, *4*(5), 658-665. <https://doi.org/10.1007/s10578-013-0359-9>
- Murrie, D., Boccaccini, M., McCoy, W., & Cornell, D. (2007). Diagnostic labeling in juvenile court: How do descriptions of psychopathy and conduct disorder influence judges? *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, *36*, 228-241. <https://doi.org/10.1080/15374410701279602>

- Myers, W., Burket, R., & Harris, H. (1995). Adolescent psychopathy in relation to delinquent behaviors, conduct disorders, and personality disorders. *Journal of Forensic Sciences*, 40(3), 436-440.
- Nagin, D., & Tremblay, R. (1999). Trajectories of boys' physical aggression, opposition, and hyperactivity on the path to physically violent and non violent juvenile delinquency. *Child Development*, 70(5), 1181-1196. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00086>
- Nardi, F., & Dell'Aglio, D. (2010). Delinquência juvenil: Uma revisão teórica. *Ata Colombiana de Psicologia*, 13(2), 69-77.
- Negreiros, J. (2008). *Delinquências juvenis: Trajectórias, intervenções e prevenção*. Legis Editora.
- Negreiros, J. (2015). *Intervenção na delinquência juvenil: Perspetivas psico-forenses*. Editora CRV.
- Neto, F. (2000). *Psicologia social: Vol. 2*. Universidade Aberta.
- Neumann, C., Hare, R., & Pardini, D. (2015). Antisociality and the construct of psychopathy: Data from across the globe. *Journal of Personality*, 83, 678-692. <https://doi.org/10.1111/jopy.12127>
- Nietzsche, F. (1994). *Assim falava zaratustra*. Ediclube. (Obra original publicada em 1892).
- Nocentini, A., Calamai, G., & Menesini, E. (2012). Codevelopment of delinquent and depressive symptoms across adolescence: Time-invariant and time-varying effects of school and social failure. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology*, 41(6), 746-759. <https://doi.org/10.1080/15374416.2012.728155>
- Norman, R. E., Byambaa, M., De, R., Butchart, A., Scott, J., & Vos, T. (2012). The long-term health consequences of child physical abuse, emotional abuse, and neglect: A systematic review and meta-analysis. *Plos Medicine*, 9(11), e1001349. <https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001349>
- North, C. S., Abbacchi, A., & Cloninger, C. R. (2012). Personality and posttraumatic stress disorder among directly exposed survivors of the Oklahoma City bombing. *Comprehensive Psychiatry*, 53(1), 1-8. <https://doi.org/10.1016/j.comppsy.2011.02.005>
- Nunes, C. (2011). Importância da especificação dos contextos de aplicação e propósitos nos manuais de testes psicológicos. In Y. Duarte (Coord.), *Ano da avaliação psicológica: Textos geradores* (pp. 59-64). Conselho Federal de Psicologia.

- Nunnally, J., & Bernstein, I. (1994). *Psychometric theory* (3rd ed.). McGraw-Hill.
- O'Boyle, E. H. Jr., Forsyth, D. R., Banks, G. C., & McDaniel, M. A. (2012). A meta-analysis of the dark triad and work behavior: A social exchange perspective. *Journal of Applied Psychology, 97*(3), 557-579. <https://doi.org/10.1037/a0025679>
- Obradovic, J., Pardini, D., Long, J., & Loeber, R. (2007). Measuring interpersonal callousness in boys from childhood to adolescence: An examination of longitudinal invariance and temporal stability. *Journal of Clinical Child and Adolescent Psychology, 36*(3), 276-292. <https://doi.org/10.1080/15374410701441633>
- Ogilvie, C. A., Newman, E., Todd, L., & Peck, D. (2014). Attachment & violent offending: A meta-analysis. *Aggression and Violent Behavior, 19*(4), 322-339. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2014.04.007>
- Olate, R., Salas-Wright, C. P., Vaughn, M. G., & Yu, M. (2015). Preventing violence among gang-involved and high-risk youth in El Salvador: The role of school motivation and self-control. *Deviant Behavior, 36*, 259-275. <https://doi.org/10.1080/01639625.2014.9243644>
- Olver, M. (2019). Psychopathy and sex offender recidivism. In M. DeLisi (Ed.), *Routledge international handbook of psychopathy and crime* (pp. 598-609). Routledge.
- Organização Mundial da Saúde [OMS]. (2002). *Relatório mundial de saúde. saúde mental: Nova concepção, nova esperança*. Climepsi Editores.
- Organização Mundial de Saúde [OMS]. (2018). *Adolescentes: Riesgos para la salud y soluciones*. Autor. <https://www.who.int/es/news-room/fact-sheets/detail/adolescents-health-risks-and-solutions>
- Organização Mundial da Saúde [OMS]. (2020). *Salud de la madre, el recién nacido, del niño y del adolescente: Desarrollo en la adolescencia*. Autor. https://www.who.int/maternal_child_adolescent/topics/adolescence/dev/es/
- Oshiro, R., Kopitz, J., Soejima, T., Kibi, S., Kamibepu, K., Sakamoto, S., & Taku, K. (2019). Perceptions of positive and negative changes for posttraumatic growth and depreciation: Judgments from Japanese undergraduates. *Personality and Individual Differences, 137*, 17-21. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2018.07.040>
- Oswald, S. H., Heil, K., & Goldbeck, L. (2010). History of maltreatment and mental health problems in foster children: A review of literature. *Journal of Pediatric Psychology, 35*(5), 462-472. <https://doi.org/10.1093/jpepsy/jsp114>

- Otto, R., & Borum, R. (2004). Evaluation of youth in the juvenile justice system. *Mental Health Law & Policy Faculty Publications*, 394, 871-893.
- Pacheco, J. T. B., & Hutz, C. S. (2009). Variáveis familiares predictoras do comportamento anti-social em adolescentes autores de atos infracionais. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 25(2), 213-219. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722009000200009>
- Pailing, A., Boon, J., & Egan, V. (2014). Personality, the Dark Triad and violence. *Personality and Individual Differences*, 67, 81-86. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2013.11-018>
- Pais-Ribeiro, J. L. (2010). *Investigação e avaliação em psicologia e saúde* (2ª ed.). Placebo Editora.
- Paixão, G., Gomes, N., Diniz, N., Couto, T., Vianna., & Santos, S. (2014). Situações que precipitam conflitos na relação conjugal: O discurso de mulheres. *Texto & Contexto Enfermagem*, 23(4), 1041-1049. <https://doi.org/10.1590/0104-07072014003290013>
- Pakes, F., & Winstone, J. (2007). *Psychology and crime: Understanding and tackling offending behaviour*. Willan Publishing.
- Palma, V. H., Pechorro, P., Jesus, S., & Nunes, C. (submetido). Propriedades psicométricas do Conduct Disorder Screener entre jovens portugueses em contexto forense e escolar. *Psicologia Clínica*.
- Palma, V. H., Pechorro, P., Nunes, C., Correia, B., & Jesus, S. N. (2020). Tríade Negra na adolescência: Relação com impulsividade e perturbação do comportamento. *Psicologia, Saúde & Doenças*, 21(2), 355-366. <http://dx.doi.org/10.15309/20psd210210>
- Palma, V. H., Pechorro, P., Matavelli, R., Correia, A., & Jesus, S. (submetido). Dark Triad: Associations with juvenile delinquency, conduct disorder and trauma. *Análise Psicológica*.
- Palma, V. H., Pechorro, P., Nunes, C., & Jesus, S. N. (2020). Validação preliminar da versão portuguesa da Child Trauma Screen em adolescentes. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación - e Avaliação Psicológica*, 56(3), 5-19. <https://doi.org/10.21865/RIDEP56.3.01>
- Papalia, D. E., & Feldman, R. D. (2013). *Desenvolvimento humano* (12ª ed.). AMGH Editora.

- Pardini, D., Lochman, J. & Frick, P. (2003). Callous/unemotional traits and social cognitive processes in adjudicated youths. *Journal of the American Academy of Child & Adolescent Psychiatry*, 42(3), 364-371. <https://doi.org/10.1097/00004583-200303000-00018>
- Pardini, D., & Loeber, R. (2008). Interpersonal callousness trajectories across adolescence: Early social influences and adult outcomes. *Criminal Justice and Behavior*, 35(2), 173-196. <https://doi.org/10.1177/0093854807310157>
- Park, C. L., & Lechner, S. C. (2006). Measurement issues in assessing growth following stressful life experiences. In L. G. Calhoun, & R. G. Tedeschi (Eds.), *Handbook of posttraumatic growth: Research and practice* (pp. 47-67). Lawrence Erlbaum.
- Parker, J., & Morton, T. (2009). Distinguishing between early and late onset delinquents: Race, income, verbal intelligence and impulsivity. *North American Journal of Psychology*, 11(2), 273-284.
- Paschke, L. M., Dörfel, D., Steimke, R., Trempler, I., Magrabi, A., Ludwig, V. U., Schubert, T., Stelzel, C., & Walter, H. (2016). Individual differences in self-reported self-control predict successful emotion regulation. *Social Cognitive and Affective Neuroscience*, 11, 1193-1204. <https://doi.org/10.1093/scan/nsw036>
- Patias, N. D., Heine, J. A., & Dell'Aglio, D. D. (2017). Bem-estar subjetivo, violência e sintomas de depressão, ansiedade e estresse em adolescentes. *Avaliação Psicológica*, 16(4), 468-477. <http://dx.doi.org/10.15689/ap.2017.1604.13012>
- Patrick, C. (2010). Conceptualizing the psychopathic personality: Disinhibited, bold, ... or just plain mean? In R. Salekin, & D. Lynam (Eds.), *Handbook of child and adolescent psychopathy* (pp. 15-48). The Guilford Press.
- Patrick, C., & Drislane, L. (2014). Triarchic model of psychopathy: Origins, operationalizations, and observed linkages with personality and general psychopathology. *Journal of Personality*, 83(6), 627-643. <https://doi.org/10.1111/jopy.12119>
- Patrick, C. J., & Drislane, L. E. (2015). Triarchic model of psychopathy: Origins, operationalizations, and observed linkages with personality and general psychopathology. *Journal of Personality*, 83, 627-643. <https://doi.org/10.1111/jopy.12111>
- Patrick, C., Drislane, L., & Strickland, C. (2012). Conceptualizing psychopathy in triarchic terms: Implications for treatment. *International Journal of Forensic Mental Health*, 11(4), 253-266. <https://doi.org/10.1080/14999013.2012.746761>

- Patrick, C. J., Fowles, D. C., & Krueger, R. F. (2009). Triarchic conceptualization of psychopathy: Developmental origins of disinhibition, boldness, and meanness. *Development and Psychopathology*, *21*(3), 913-938. <https://doi.org/10.1017/S0954579409000492>
- Patterson, G. R., DeBaryshe, B., & Ramsey, E. (1993). A developmental perspective on antisocial behavior. In M. Gauvain., & M. Cole (Eds.), *Readings on the development of children* (2^a ed., 263-271). Freeman.
- Patterson, G. R., DeGarmo, D., & Knutson, N. (2000). Hyperactive and antisocial behaviors: Comorbid or two points in the same process? *Development and Psychopathology*, *12*(1), 91-106. <https://doi.org/10.1017/s0954579400001061>
- Patterson, G. R., Forgatch, M., Yoerger, K., & Stoolmiller, M. (1998). Variables that initiate and maintain an early-onset trajectory for juvenile offending. *Development and Psychopathology*, *10*(3), 531-547. <https://doi.org/10.1017/S0954579498001734>
- Patterson, G. R., & Yoerger, K. (2002). A developmental model for early-and late-onset delinquency. In J. B. Reid., G. R. Patterson., & J. Snyder (Eds.), *Antisocial behavior in children and adolescents: A developmental analysis and model for intervention* (pp. 147-172). American Psychological Association.
- Patton, C. L., Smith, S. F., & Lilienfeld, S. O. (2018). Psychopathy and heroism in first responders: Traits cut from the same cloth? *Personality Disorders: Theory, Research, and Treatment*, *9*(4), 354-368. <https://doi.org/10.1037/per0000261>
- Paulhus, D. L., & Williams, K. M. (2002). The Dark Triad of personality: Narcissism, Machiavellianism and psychopathy. *Journal of Research in Personality*, *36*(6), 556-563. [https://doi.org/10.1016/S0092-6566\(02\)00505-6](https://doi.org/10.1016/S0092-6566(02)00505-6)
- Pauli-Pott, U., & Beckmann, D. (2007). On the association of interparental conflict with developing behavioral inhibition and behavior problems in early childhood. *Journal of Family Psychology*, *21*(3), 529-532. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.21.3.529>
- Pechorro, P. (2011). *Delinquência juvenil: Estudo de algumas variáveis psicológicas e relacionais com ênfase nos traços psicopáticos* [Tese de Doutoramento em Ciências e Tecnologias da Saúde, especialidade em Medicina Legal e Ciências Forenses, Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa]. https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5994/1/ulsd062466_td_Pedro_Pechorro.pdf

- Pechorro, P. (2013). *Traços psicopáticos em delinquentes juvenis: Investigações sobre início na atividade criminal, etnicidade e género* [Tese de Doutoramento em Psicologia, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve]. <https://core.ac.uk/download/pdf/61522694.pdf>
- Pechorro, P. (2019). *Reincidência criminal em jovens delinquentes internados em Centro Educativo* [Tese de doutoramento não publicada]. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Pechorro, P., Barroso, R., Marôco, J., Vieira, R. X., & Gonçalves, R. A. (2015c). Psychometric properties of the Psychopathy Checklist: Youth version among Portuguese juvenile delinquents. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 59(12), 1322-1337. <https://doi.org/10.1177/0306624x14535558>
- Pechorro, P., DeLisi, M., Alberto, I., Ray, J. V., & Simões, M. R., (2019a). The Triarchic Model of Psychopathy among incarcerated male youths: A psychometric study. In M. DeLisi (Ed.), *Routledge international handbook of psychopathy and crime* (pp. 265-275). Routledge.
- Pechorro, P., Delisi, M., Gonçalves, R., Quintas, J., & Palma, V. H. (2019d). The Brief Self-Control Scale and its refined version among incarcerated and community youths: Psychometrics and measurement invariance. *Deviant Behavior*. <https://doi.org/10.1080/01639625.2019.1684942>
- Pechorro, P., Gonçalves, R., Marôco, J., Gama, A., Neves, S., & Nunes, C. (2014c). Juvenile delinquency and psychopathic traits: An empirical study with Portuguese adolescents. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 58(2), 174-189. <https://doi.org/10.1177/0306624X12465584>
- Pechorro, P., Gonçalves, R. A., Marôco, J., Nunes, C., & Jesus, S. N. (2014b). Age of crime onset and psychopathic traits in female juvenile delinquents. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 58, 1101-1119. <https://doi.org/10.1177/0306624X13489864>
- Pechorro, P., Gonçalves, R. A., & Quintas, J. (in press). Delinquência juvenil e justiça tutelar. In L. Nunes, & A. Sani (Eds.), *Manual de criminologia e vitimologia*.
- Pechorro, P., Hayes, N., Gonçalves, M., Palma, V. H., Gonçalves, R. A., & Marsee, M. (2020). Portuguese validation of the Brief Peer Conflict Scale: Validity, reliability and invariance across gender. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*. <https://doi.org/10.1007/s10862-020-09826-3>

- Pechorro, P., Jiménez, L., Nunes, C., & Hidalgo, V. (2016). El constructo de psicopatía y su aplicación en niños y adolescentes. In C. Poiares, J. Urrea, A. Martínez, & J. A. Echauri (Eds.), *La psicología jurídica en Iberoamérica: Nuevos aportes de la psicología jurídica 2* (pp. 55-66). Editorial EOS.
- Pechorro, P., Jonason, P. K., Raposo, V., & Marôco, J. (2019b). Dirty Dozen: A concise measure of Dark Triad traits among at-risk youths. *Current Psychology*. <https://doi.org/10.1007/s12144-019-00288-9>
- Pechorro, P., Marôco, J., Gonçalves, R., Nunes, C., & Jesus, S. (2014a). Psychopathic traits and age of crime onset in male juvenile delinquents. *European Journal of Criminology*, *11*, 288-302. <https://doi.org/10.1177/1477370813495759>
- Pechorro, P., Marôco, J., Ray, J. V., & Gonçalves, R. A. (2015b). Psychometric properties of the Barratt Impulsiveness Scale version 11 among a Portuguese sample of incarcerated juvenile offenders. *Psychology Crime & Law*, *21*(9), 854-870. <https://doi.org/10.1080/1068316x.2015.1054386>
- Pechorro, P., Marôco, J., Poiares, C., & Vieira, R. (2011). Validação da Escala de Auto-estima de Rosenberg com adolescentes portugueses em contexto forense e escolar. *Arquivos de Medicina*, *25*(5/6), 174-179.
- Pechorro, P., Marôco, J., Poiares, C., & Vieira, R. (2013). Validation of the Portuguese version of the antisocial process screening device-self-report (APSD-SR) with a focus on delinquent behavior and behavior problems. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, *57*(1), 112-126. <https://doi.org/10.1177/0306624X11427174>
- Pechorro, P., Moreira, K., Basto-Pereira, M., Oliveira, J. P., & Ray, J. V. (2019c). The self-report delinquency scale from the national longitudinal study of adolescent to adult health among at-risk for delinquency youths. *Violence and Victims*, *34*(1), 120-135. <https://doi.org/10.1891/0886-6708.34.1.120>
- Pechorro, P., Oliveira, J. P., Gonçalves, R. A., & Jesus, S. N. (2018c). Propriedades psicométricas de uma versão reduzida da Escala de Impulsividade de Barratt-11 numa amostra escolar de adolescentes portugueses. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica*, *47*(2), 157-170. <https://doi.org/10.21865/RIDEP47.2.11>
- Pechorro, P., Poiares, C., & Vieira, R. (2011). Propriedades psicométricas do questionário de capacidades e de dificuldades na versão portuguesa de auto-resposta. *Revista de Psiquiatria Consiliar e de Ligação*, *16/19*(1/2), 99-109.

- Pechorro, P., Poiares, C., Marôco, J., & Vieira, R. X. (2012). Traços psicopáticos e perturbação do comportamento em adolescentes institucionalizados. *Psicologia, Saúde & Doenças, 13*(2), 399-409.
- Pechorro, P., Poiares, C., Barroso, R., Nunes, C., & Jesus, S. N. (2015a). Examining ethnic differences in self-reported psychopathic traits among Portuguese male juvenile offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 59*(1), 68-84. <https://doi.org/10.1177/0306624x13502942>
- Pechorro, P., Pontes, C., DeLisi, M., Alberto, I., & Simões, M. R. (2018b). Escala breve de autocontrolo: Validação e invariância numa amostra de jovens portugueses. *Revista Iberoamericana de Diagnóstico y Evaluación – e Avaliação Psicológica*. <https://doi.org/10.21865/RIDEP54.1.01>
- Pechorro, P., Ray, J. V., Salas-Wright, C. P., Marôco, J., & Gonçalves, R. A. (2015d). Adaptation of the Basic Empathy Scale among a Portuguese sample of incarcerated juvenile offenders. *Psychology Crime & Law, 21*(7), 699-714. <https://doi.org/10.1080/1068316x.2015.1028546>
- Pechorro, P., Revilla, R., Palma, V. H., Gonçalves, R. A., & Cyders, M. (in press). Examination of the SUPPS-P Impulsive Behavior Scale among male and female Portuguese youth: Psychometrics and invariance.
- Pechorro, P., Russel, J. D., Nunes, L. A., & Nunes, C. (2018a). The Brief Peer Conflict Scale (PCS-20): Psychometric properties among a sample of incarcerated male juvenile offenders. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology, 62*(8), 2414-2429. <https://doi.org/10.1177/0306624X17719299>
- Pechorro, P., Vieira, R., Poiares, C., & Marôco, J. (2012). Contributos para a validação duma versão curta da escala de desejabilidade social de marlowe-crowne com adolescentes portugueses. *Arquivos de Medicina, 26*(3), 103-108.
- Pechorro, P., Vieira, D., Poiares, A., Vieira, R., Marôco, J., Neves, S., & Nunes, C. (2013). Psychopathy and behavior problems: A comparison of incarcerated male and female juvenile delinquents. *International Journal of Law and Psychiatry, 36*(1), 18-22. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2012.11.003>
- Penney, S., & Moretti, M. (2007). The relation of psychopathy to concurrent aggression and antisocial behavior in high-risk adolescent girls and boys. *Behavioral Sciences and the Law, 25*(1), 21-41. <https://doi.org/10.1002/bsl.715>

- Pereira, A., Nunes, C., Lemos, I., & Ayala-Nunes, L. (2003). Acontecimentos de vida negativos e qualidade de vida percebida pelos adolescentes. *Psicologia, Saúde e Doenças, 14*(2), 321-328.
- Pereira, A. I., Canavarro, M. C., Cardoso, M. F., & Mendonça, D. (2009). Patterns of parental rearing styles and child behavior problems among Portuguese schoolaged children. *Journal of Child and Family Studies, 18*(4), 454-464. <https://doi.org/10.1007/s10826-008-9249-3>
- Pereira, S. (2011). *Programa de prevenção: Comportamentos sexuais de risco em adolescentes* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias da Faculdade de Psicologia]. <http://recil.grupolusofona.pt/bitstream/handle/10437/1701/SARA%20PEREIRA%20TESE.pdf?sequence=1>
- Perista, H., Cardoso, A., Silva, M., & Carrilho, P. (2012). *Delinquência e violência juvenil em Portugal: Traçando um retrato a diferentes vozes*. Centro de Estudos para a Intervenção Social.
- Perry, J. L., & Carroll, M. E. (2008). The role of impulsive behavior in drug abuse. *Psychopharmacology, 200*, 1-26. <https://doi.org/10.1007/s00213-008-1173-0>
- Petry, N. M. (2001). Substance abuse, pathological gambling, and impulsiveness. *Drug and Alcohol Dependence, 63*, 29-38. [https://doi.org/10.1016/S0376-8716\(00\)00188-5](https://doi.org/10.1016/S0376-8716(00)00188-5)
- Petrides, K., Vernon, P., Schermer, J., & Veselka, L. (2011). Trait emotional intelligence and the Dark Triad traits of personality. *Twin Research and Human Genetics, 14*(1), 35-41. <https://doi.org/10.1375/twin.14.1.35>
- Pietrzak, R. H., Goldstein, R. B., Southwick, S. M., & Grant, B. F. (2011). Personality disorders associated with full and partial posttraumatic stress disorder in the U.S. population: Results from Wave 2 of the National Epidemiologic Survey on Alcohol and Related Conditions. *Journal of Psychiatric Research, 45*(5), 678-686. <https://doi.org/10.1016/j.jpsychires.2010.09.013>
- Pimentel, A., Quintas, J., Fonseca, E., & Serra, A. (2015). Estudo normativo da versão portuguesa do YLS/CMI – Inventário de avaliação do risco de reincidência e de gestão de caso para jovens. *Análise Psicológica, 31*(1), 55-71. <https://doi.org/10.14417/ap.883>

- Poiares, C. (2016). Trajetórias desviantes. In R. Maia, L. Nunes, S. Caridade, A. Sani, R. Estrada, C. Nogueira, H. Fernandes, & L. Afonso (Coords.), *Dicionário crime, justiça e sociedade* (pp. 498-499). Edições Sílabo.
- Polaschek, D. (2019). The treatment of psychopathy. In M. DeLisi (Ed.), *Routledge international handbook of psychopathy and crime* (pp. 610-634). Routledge.
- Polit, D. F., Beck, C. T., & Hungler, B. P. (2004). *Fundamentos de pesquisa em enfermagem* (5ª ed.). Artmed.
- Porter, S., Bhanwer, A., Woodworth, M., & Black, P. J. (2013). Soldiers of misfortune: An examination of the Dark Triad and the experience of schadenfreude. *Personality and Individual Differences*, 67, 64-68. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2013.11.014>
- Poy, R., Segarra, P., Esteller, À., López, R., & Moltó, J. (2014). FFM description of the triarchic conceptualization of psychopathy in men and women. *Psychological Assessment*, 26(1), 69-76. <https://doi.org/10.1037/a0034642>
- Pral, C. (2007). *Oportunidade e risco: Suporte social e factores psicossociais associados ao fenómeno da delinquência juvenil* [Dissertação de Mestrado em Psicologia, especialidade em Psicologia Legal, Instituto Superior de Psicologia Aplicada]. <http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/824/1/DM%20PRAL1.pdf>
- Pratt, T., & Cullen, F. (2000). The empirical status of Gottfredson and Hirschi's General theory of crime: A meta-analysis. *Criminology*, 38(3), 931-964. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2000.tb00911.x>
- Prazeres, R., & Souza, J. (2017). A família e a formação de valores no espaço escolar. *Revista Batista Pioneira*, 6(2), 403-414.
- Quay, H. (1964). Dimensions of personality in delinquent boys as inferred from the factor analysis of case history data. *Child Development*, 35(2), 479-484.
- Quiles, M., & Espada, J. (2014). *A autoestima na infância e na adolescência*. Bookout.
- Quinsey, V., Skilling, T., Lalumière, M., & Craig, W. (2004). *Juvenile delinquency: Understanding the origins of individual differences*. American Psychological Association.
- Quivy, R., & Campenhoudt, L. (2018). *Manual de investigação em ciências sociais*. Gradiva.
- Rammstedt, B., & Beierlein, C. (2014). Can't we make it any shorter? The limits of personality assessment and ways to overcome them. *Journal of Individual Differences*, 35, 212-220. <https://doi.org/10.1027/1614-0001/a000141>

- Ramos, R. C. (2004). *Acontecimentos de vida na infância e percepção de stress na adultez* [Dissertação de Mestrado em Sociologia da Saúde, Universidade do Minho]. <https://core.ac.uk/download/pdf/55604472.pdf>
- Rauthmann, J. F. (2012). The Dark Triad and interpersonal perception: Similarities and differences in the social consequences of narcissism, Machiavellianism, and psychopathy. *Social Psychological and Personality Science*, 3(4), 487-496. <https://doi.org/10.1177/1948550611427608>
- Resko, S. M., Reddock, E. C., Ranney, M. L., Quyen, E. N., Zimmerman, M. A., Cunningham, R. M., & Walton, M. A. (2016). Reasons for fighting among violent female adolescents: A qualitative investigation from an urban, midwestern community. *Social Work in Public Health*, 31(3), 99-112. <https://doi.org/10.1080/19371918.2015.1087914>
- Ribeiro, C. (2015). *Lei Tutelar Educativa: Natureza e eficácia da medida de internamento em regime de execução fechado aplicada ao menor infrator* [Dissertação de Mestrado, especialidade em Ciências Jurídico Forenses, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra]. <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/34662/1/Lei%20Tutelar%20Educativa%20natureza%20e%20eficacia%20da%20medida%20de%20internamento%20em%20regime%20de%20execucao%20fechado%20aplicada%20ao%20menor%20infrator.pdf>
- Richardson, R. (2007). *Pesquisa social: Métodos e técnicas* (3ª ed.). Editora Atlas.
- Ridder, D. T. D., Mulders-Lensvelt, G., Finkenauer, C., Stok, F. M., & Baumeister, R. F. (2012). Taking stock of self-control: A meta-analysis of how trait self-control relates to a wide range of behaviours. *Personality and Social Psychology Review*, 16(1), 76-99. <https://doi.org/10.1177/1088868311418749>
- Rijo, D., Brazão, N., & Capinha, M. (2016). A Terapia do esquema para indivíduos antissociais. In R. Wainer, K. Paim, R. Erdos, & R. Andriola (Orgs.), *Terapia cognitiva focada em esquemas: Integração em psicoterapia* (pp. 155-183). Artmed Editora.
- Rijo, D., Brazão, N., Silva, D. R., & Vagos, P. (2017). *Jovens agressores*. Factor.
- Roberton, T., Daffern, M., & Bucks, R. S. (2012). Emotion regulation and aggression. *Aggression and Violent Behavior*, 17(1), 72-82. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2011.09.006>

- Rockhill, C., Collett, B., McClellan, J., & Speltz, M. (2006). Oppositional defiant disorder. In J. Luby (Ed.), *Handbook of preschool mental health: Development, disorders and treatment* (pp. 80-115). The Guilford Press.
- Rodrigues, A. M., & Fonseca, A. D. (2010). "Portugal". In F. Dunkel, J. Grzywa, P. Horsfield, & I. Pruin (Eds.), *Juvenile justice systems in Europe: Current situation and reform developments* (Vol. 2, pp. 1027-1076). Forum Verlag Godesberg GmbH.
- Roesch, S. (2005). *Projectos de estágio e de pesquisa em administração* (3ª ed.). Editora Atlas.
- Rogstad, J., & Rogers, R. (2008). Gender differences in contributions of emotion to psychopathy and antisocial personality disorder. *Clinical Psychology Review*, 28(8), 1472-1484. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2008.09.004>
- Rohde, P., Lewinsohn, P. M., & Seeley, J. R. (1991). Comorbidity of unipolar depression: II. Comorbidity with other mental disorders in adolescents and adults. *Journal of Abnormal Psychology*, 100(2), 214-222. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.100.2.205>
- Rohde, P., Lewinsohn, P. M., & Seeley, J. R. (1997). Comparability of telephone and face-to-face interviews assessing axis I and II disorders. *American Journal of Psychiatry*, 154(11), 1593-1598. <https://doi.org/10.1176/ajp.154.11.1593>
- Romano, E., Babchishin, L., Marquis, R., & Fréchette, S. (2015). Childhood maltreatment and educational outcomes. *Trauma, Violence & Abuse*, 16(4), 418-437. <https://doi.org/10.1177/1524838014537908>
- Roose, A., Bijttebier, P., Decoene, S., Claes, L., & Frick, P. (2010). Assessing the affective features of psychopathy in adolescence: A further validation of the Inventory of Callous and Unemotional Traits. *Assessment*, 17(1), 44-57. <https://doi.org/10.1177/1073191109344153>
- Roskam, I., Stiévenart, M., Meunier, J. C., Van de Moortele, G., Kinoo, P., & Nassogne, M. C. (2011). Le diagnostic précoce des troubles du comportement externalisé est-il fiable? Mise à l'épreuve d'une procédure multi-informateurs et multiméthodes. *Pratiques Psychologiques*, 17, 189-200. <https://doi.org/10.1016/j.prps.2009.07.001>.
- Rozemberg, L., Avanci, J., Schenker, M. & Pires, T. (2014). Resiliência, gênero e família na adolescência. *Ciência & Saúde Coletiva*, 19(3), 673-684. <https://doi.org/10.1590/1413-81232014193.21902013>

- Rucevic, S. (2010). Psychopathic personality traits and delinquent and risky sexual behaviors in Croatian sample of non-referred boys and girls. *Law and Human Behavior, 34*(5), 379-391. <https://doi.org/10.1007/s10979-009-9196-6>
- Ruel, C., Lavoie, F., Hébert, M., & Blais, M. (2017). Gender's role in exposure to interparental violence, acceptance of violence, self-efficacy, and physical teen dating violence among Quebec adolescents. *Journal of Interpersonal Violence*. <https://doi.org/10.1177/0886260517707311>
- Ruiz, J. A. (2006). *Metodologia científica: Guia para eficiência nos estudos* (6ª ed.). Atlas.
- Russ, E., Shedler, J., Bradley, R., & Westen, D. (2008). Refining the construct of narcissistic personality disorder: Diagnostic criteria and subtypes. *American Journal of Psychiatry, 165*(11), 1473-1481. <https://doi.org/10.1176/appi.ajp.2008.07030376>
- Russell, J. D. (2014). *The structure of child and adolescent aggression: Confirmatory factor analysis of a Brief Peer Conflict Scale* [Thesis Master of Science in Applied Developmental Psychology, University of New Orleans]. <http://scholarworks.uno.edu/td/1892>
- Rutter, M. (2003). Commentary: Causal processes leading to antisocial behavior. *Developmental Psychology, 39*(2), 372-378. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.39.2.372>
- Rutter, M., Giller, H., & Hagell, A. (1998). *Antisocial behavior by young people*. Cambridge University Press.
- Ryan, K. K., Mackillop, J., & Carpenter, M. J. (2013). The relationship between impulsivity, risk-taking propensity and nicotine dependence among older adolescent smokers. *Addictive Behaviors, 38*(1), 1431-1434. <https://doi.org/10.1016/j.addbeh.2012.08.013>
- Ryan, J. P., Williams, A. B., & Courtney, M. E. (2013). Adolescent neglect, juvenile delinquency and the risk of recidivism. *Journal of Youth and Adolescence, 42*(3), 454-465. <https://doi.org/10.1007/s10964-013-9906-8>
- Sacarellos, C. D., Wright, J. P., Almosaed, N. F., Moghrabi, S. S., Bashatah, F. S., & Morgan, M. A. (2016). Crime in the kingdom: The effects of low self-control in a Saudi Arabian sample of youth. *Youth Violence and Juvenile Justice, 14*, 291-312. <https://doi.org/10.1177/1541204015616663>

- Sachser, C., Berliner, L., Holt, T., Jensen, T. K., Jungbluth, N., Risch, E., Rosner, R., & Goldbeck, L. (2017). International development and psychometric properties of the Child and Adolescent Trauma Screen (CATS). *Journal of Affective Disorders*, *210*, 189-195. <https://doi.org/10.1016/j.jad.2016.12.040>
- Saito, M. I. (2014). Adolescência, cultura, vulnerabilidade e risco. A prevenção em questão. In M. I. Saito, L. E., & M. M. Leal (Eds.), *Adolescência: Prevenção e risco* (3ª ed., pp. 39-44). Atheneu.
- Salekin, R., Leistico, A., Neumann, C., DiCicco, T., & Duros, R. (2004). Psychopathy and comorbidity in a young offender sample: Taking a closer look at psychopathy's potential importance over disruptive behavior disorders. *Journal of Abnormal Psychology*, *113*(3), 416-427. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.113.3.416>
- Salekin, R., & Lynam, D. (2010). Child and adolescent psychopathy: An introduction. In R. T. Salekin, & D. R. Lynam (Eds.), *Handbook of child & adolescent psychopathy* (pp. 1-12). The Guilford Press.
- Salekin, R., Rosenbaum, J., & Lee, Z. (2008). Child and adolescent psychopathy: Stability and change. *Psychiatry, Psychology and Law*, *15*(2), 224-236. <https://doi.org/10.1080/13218710802014519>
- Sampaio, D. (1994). *Vozes e ruídos: Diálogos com adolescentes* (4ª ed.). Editorial Caminho.
- Sampaio, D. (2006). *Lavrar o mar*. Editorial Caminho.
- Sampaio, M. (2019). *O outro lado da vida: Delinquência juvenil e justiça* [Dissertação de Mestrado em Ciências do Serviço Social, Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar]. <https://repositorio-aberto.up.pt/bitstream/10216/23796/2/FIM%20%20entrega%203%2005.pdf>
- Sampson, R., & Laub, J. (2003). Life-course desisters? Trajectories of crime among delinquent boys followed to age 70. *Criminology*, *41*(3), 301-339. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.2003.tb00997.x>
- Sampson, R. J., & Laub, J. H. (2005). A life-course view of the development of crime. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, *602*(1), 12-45. <https://doi.org/10.1177/0002716205280075>
- Sani, A. I. & Cunha, D. M. M. (2011). Práticas educativas parentais em mulheres vítimas e não vítimas de violência conjugal. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, *27*(4), 429-437.

- Santos, B. S., Gomes, C., Fernando, P., Portugal, S., Soares, C., Trincão, C., Sousa, F., Aldeia, J., & Reis, J. (2010). *Entre a Lei e a prática: Subsídios para uma reforma da Lei Tutelar Educativa*. Observatório Permanente da Justiça Portuguesa.
- Santos, T. M. (1966). *Noções de psicologia do adolescente: Para uso das faculdades de filosofia, dos institutos de educação e das escolas normais* (3ª ed.). Companhia Editora Nacional.
- Savage, J. (2009). Understanding persistent offending: Linking developmental psychology with research on the criminal career. In J. Savage (Ed.), *The development of persistent criminality* (pp. 3-35). Oxford University Press.
- Savage, J. (2014). The association between attachment, parental bonds and physically aggressive and violent behavior: A comprehensive review. *Aggression and Violent Behavior, 19*(2), 164-178. <https://doi.org/10.1016/j.avb.2014.02.004>
- Scheepers, F., Buitelaar, J., & Matthys, W. (2011). Conduct disorder and the specifier callous and unemotional traits in the DSM-5. *European Child & Adolescent Psychiatry, 20*(2), 89-93. <https://doi.org/10.1007/s00787-010-0149-x>
- Schmahl, C. G., Vermetten, E., Elzinga, B. M., & Bremner, D. J. (2003). Magnetic resonance imaging of hippocampal and amygdala volume in women with childhood abuse and borderline personality disorder. *Psychiatry Research, 122*(3), 193-198. [https://doi.org/10.1016/S0925-4927\(03\)00023-4](https://doi.org/10.1016/S0925-4927(03)00023-4)
- Schoeneberger, J. A. (2011). Longitudinal attendance patterns: Developing high school dropouts. *The Clearing House: A Journal of Educational Strategies, Issues and Ideas, 85*(1), 7-14. <http://dx.doi.org/10.1080/00098655.2011.6037>
- Schoen-Ferreira, T. (2010). Adolescência através dos séculos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 26*(2), 227-234. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722010000200004>
- Schulenberg, J. (2006). Police culture and young offenders: The effect of legislative change on definitions of crime and delinquency. *Police Quarterly, 9*(4), 423-347. <https://doi.org/10.1177/1098611105276543>
- Schrum, C., & Salekin, R. (2006). Psychopathy in adolescent female offenders: An item response theory analysis of the psychopathy checklist: youth version. *Behavioral Sciences and the Law, 24*(1), 39-63. <https://doi.org/10.1002/bsl.679>
- Seabra, H. (2005). *Delinquência a preto e branco: Estudo de jovens em reinserção*. ACIME.

- Seagrave, D., & Grisso, T. (2002). Adolescent development and the measurement of juvenile psychopathy. *Law and Human Behavior, 26*(2), 219-239. <https://doi.org/10.1023/A:1014696110850>
- Sellbom, M. (2019). The triarchic psychopathy model: theory and measurement. In M. DeLisi (Ed.), *Routledge international handbook of psychopathy and crime* (pp. 241-264). Routledge.
- Sellbom, M., & Phillips, T. (2013). An examination of the triarchic conceptualization of psychopathy in incarcerated and nonincarcerated samples. *Journal of Abnormal Psychology, 122*(1), 208-214. <https://doi.org/10.1037/a0029306>
- Senna, S., & Dessen, M. (2012). Contribuições das teorias do desenvolvimento humano para a concepção contemporânea da adolescência. *Psicologia: Teoria e Pesquisa, 28*(1), 101-108. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722012000100013>
- Sevecke, K., & Kosson, D. (2010). Relationships of child and adolescent psychopathy to other forms of psychopathology. In R. Salekin, & D. Lynam (Eds.), *Handbook of child and adolescent psychopathy* (pp. 284-314). The Guilford Press.
- Sharp, C., & Kine, S. (2008). The assessment of juvenile psychopathy: Strengths and weaknesses of currently used questionnaire measures. *Child and Adolescent Mental Health, 13*(2), 85-95. <https://doi.org/10.1111/j.1475-3588.2008.00483.x>
- Shekarkhar, Z., & Gibson, C. L. (2011). Gender, self-control, and offending behaviors among latino youth. *Journal of Contemporary Criminal Justice, 27*(1), 63-80. <https://doi.org/10.1177/1043986211402224>
- Shenk, C. E., Griffin, A. M., & O'Donnell, K. J. (2015). Symptoms of major depressive disorder subsequent to child maltreatment: Examining change across multiple levels of analysis to identify transdiagnostic risk pathways. *Development and Psychopathology, 27*(4Pt2), 1503-1514. <https://doi.org/10.1017/S0954579415000905>
- Shulman, E. P., Harden, K. P., Chein, J. M., & Steinberg, L. (2015). Sex differences in the developmental trajectories of impulse control and sensation-seeking from early adolescence to early adulthood. *Journal of Youth and Adolescence, 44*(1), 1-17. <https://doi.org/10.1007/s10964-014-0116-9>
- Sica, C., Drislane, L., Caudek, C., Angrilli, A., Bottesi, G., Cerea, S., & Ghisi, M. (2015). A test of the construct validity of the triarchic psychopathy measure in an italian community sample. *Personality and Individual Differences, 82*, 163-168. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2015.03.015>

- Sifuentes, T. R., Dessen, M. A., & Oliveira, M. C. (2007). Desenvolvimento humano: Desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 23(4), 379-385. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722007000400003>
- Silva, A.M. (2004). *Desenvolvimento de competências sociais nos adolescentes*. Climepsi Editores.
- Silverthorn, P., & Frick, P. (1999). Developmental pathways to antisocial behavior: The delayed-onset pathway in girls. *Development and Psychopathology*, 11, 101-126.
- Simões, C. (2007). *Comportamentos de risco na adolescência*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Simões, M. C. T., Fonseca, A. C., Formosinho, M. D., Dias, M. L. V., & Lopes, M. C. (2008). Abandono escolar precoce: Dados de uma investigação empírica. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 42(1), 135-151. http://dx.doi.org/10.14195/1647-8614_42-1_7
- Simões, M. R., Almeida, L. S., & Gonçalves, M. M. (2017). Introdução. In M. R. Simões, L. S. Almeida, & M. M. Gonçalves (Eds.), *Psicologia forense: Instrumentos de avaliação* (pp. 1-22). Pactor.
- Simões, C., Matos, M. G., & Batista-Foguet, J. M. (2008). Juvenile delinquency: Analysis of risk and protective factors using quantitative and qualitative methods. *Cognition, Brain, Behavior. An Interdisciplinary Journal*, 12(4), 389-408.
- Simões, M. R. (2000). *Investigações no âmbito da Aferição Nacional do Teste das Matrizes Progressivas Coloridas de Raven (MPCR)*. Fundação Calouste Gulbenkian.
- Simões, M. R., Almeida, L. S., & Gonçalves, M. M. (2017). Introdução. In M. Simões, L. Almeida, & M. Gonçalves (Eds.), *Psicologia forense: Instrumentos de avaliação* (pp. 1-22). Pactor.
- Sistema de Segurança Interna [SSI]. (2016). *Relatório anual de segurança interna*. Gabinete do Secretário-Geral: Autor.
- Sistema de Segurança Interna [SSI]. (2017). *Relatório anual de segurança interna*. Gabinete do Secretário-Geral: Autor.
- Sistema de Segurança Interna [SSI]. (2018). *Relatório anual de segurança interna*. Gabinete do Secretário-Geral: Autor.

- Skardhamar, T. (2009): Reconsidering the theory of adolescent-limited and life-course persistent antisocial behavior. *British Journal of Criminology*, 49(6), 863-878. <https://doi.org/10.1093/bjc/azp048>
- Skeem, J. L., & Cooke, D. J. (2010). Is criminal behavior a central component of psychopathy? Conceptual directions for resolving the debate. *Psychological Assessment*, 22(2), 433-445. <https://doi.org/10.1037/a0008512>
- Skeem, J., Johansson, P., Andershed, H., Kerr, M., & Louden, J. E. (2007). Two subtypes of psychopathic violent offenders that parallel primary and secondary variants. *Journal of Abnormal Psychology*, 116(2), 395-409. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.116.2.395>
- Skilling, T., Quinsey, V., & Craig, W. (2001). Evidence of a taxon underlying serious antisocial behavior in boys. *Criminal Justice and Behavior*, 28, 450-470. <https://doi.org/10.1177/00938548010280040>
- Smith, C. A., & Farrington, D. P. (2004). Continuities in antisocial behavior and parenting across three generations. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 45(2), 230-247. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2004.00216.x>
- Smith, M. B., Hill, A. D., Wallace, J. C., Recendes, T., & Judge, T. A. (2018). Upsides to dark and downsides to bright personality: A multidomain review and future research agenda. *Journal of Management*, 44(1), 191-217. <https://doi.org/10.1177/0149206317733511>
- Smith, C., & Thornberry, T. P. (1995). The relationship between childhood maltreatment and adolescent involvement in delinquency. *Criminology*, 33(4), 451-481. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1995.tb01186.x>
- Smokowski, P. R., Mann, E. A., Reynolds, A. J., & Fraser, M. W. (2004). Childhood risk and protective factors and late adolescent adjustment in inner city minority youth. *Children and Youth Services Review*, 26(1), 63-91. <https://doi.org/10.1016/j.childyouth.2003.11.003>
- Snyder, H. N. (2001). Epidemiology of official offending. In R. Loeber, & D. H. Farrington (Eds.), *Child delinquents: Development, intervention, and service needs* (pp. 25-46). Sage Publications.
- Soeiro, C., & Gonçalves, R. (2010). O estado de arte do conceito de psicopatia. *Análise Psicológica*, 28(1), 227-240. <https://doi.org/10.14417/ap.271>
- Souverein, F., Dekkers, T., Bulanovaitė, E., Doreleijers, T., Hales, H., Kaltiala-Heino, R., Oddo, A., Popma, A., Raschle, N., Schmeck, K., Zanoli, M., & van der Po, T.

- (2019). Overview of European forensic youth care: Towards an integrative mission for prevention and intervention strategies for juvenile offenders. *Child and Adolescent Psychiatry and Mental Health*, 13(1), [6]. <https://doi.org/10.1186/s13034-019-0265-4>
- Sprinthall, N. A., & Collins, W. A. (2003). *Psicologia do adolescente: Uma abordagem desenvolvimentista* (3ª ed.). Fundação Calouste Gulbenkian.
- Sroufe, L. A., Egeland, B., Carlson, E., & Collins, W. A. (2005). Placing early attachment experiences in developmental context: The Minnesota Longitudinal Study. In K. E. Grossmann, K. Grossmann, & E. Waters (Eds.), *Attachment from infancy to adulthood: The major longitudinal studies* (pp. 48-70). The Guilford Press.
- Stanford, M., Mathias, C., Dougherty, D., Lake, S., Anderson, N., & Patton, J. (2009). Fifty years of the Barratt Impulsiveness Scale: An update and review. *Personality and Individual Differences*, 47, 385-395. <https://doi.org/10.1016/j.paid.2009.04.008>
- Stanhope, M. (1999). Teorias e desenvolvimento familiar. In M. Stanhope, & J. Lancaster (Orgs.), *Enfermagem comunitária: Promoção de saúde de grupos, famílias e indivíduos* (pp. 492-514). Lusociência.
- Stanley, J., Wygant, D., & Sellbom, M. (2013). Elaborating on the construct validity of the triarchic psychopathy measure in a criminal offender sample. *Journal of Personality Assessment*, 95(4), 343-350. <https://doi.org/10.1080/00223891.2012.735302>
- Stattin, H., Kerr, M., & Bergmann, L. (2010). On the utility of Moffitt's typology trajectories in long-term perspective. *European Journal of Criminology*, 7(6), 521-545. <https://doi.org/10.1177/1477370810376573>
- Steinberg, L. (1999). *Adolescence*. Mc Grow-Hill.
- Steinberg, L. (2003). Is decision making the right framework for research on adolescent risk taking? In D. Romer (Ed.), *Reducing adolescent risk toward an integrated approach* (pp. 18-24). Stage Publications.
- Steinberg, A. M., Brymer, M. J., Kim, S., Briggs, E. C., Ippen, C. G., Ostrowski, S. A., Gully, K. J., & Pynoos, R. S. (2013). Psychometric properties of the UCLA PTSD reaction index: Part I. *Journal of Traumatic Stress*, 26(1), 1-9. <https://doi.org/10.1002/jts.21780>
- Steinberg, L., Cauffman, E., Woolard, J., Graham, S., & Banich, M. (2009). Are adolescents less mature than adults? Minors' access to abortion, the juvenile death

- penalty, and the alleged APA “flip-flop”. *American Psychologist*, 64(7), 583-594.
<https://doi.org/10.1037/a0014763>
- Susano, H. (2010). A dinâmica do processo na Lei Tutelar Educativa: Contributo para a resolução de questões jurisprudenciais suscitadas na sua aplicação. *Julgar*, 11, 109-133.
- Swann, A. C., Bjork, J. M., Moeller, F. G., & Dougherty, D. M. (2002). Two models of impulsivity: Relationship to personality traits and psychopathology. *Biological Psychiatry*, 51, 988-994. [https://doi.org/10.1016/S0006-3223\(01\)01357-9](https://doi.org/10.1016/S0006-3223(01)01357-9)
- Sylvers, P., Brennan, P., & Lilienfeld, S. (2011). Psychopathic traits and preattentive threat processing in children: A novel test of the fearlessness hypothesis. *Psychological Science*, 22(10), 1280-1287.
<https://doi.org/10.1177/0956797611420730>
- Tanaka, M., Wekerle, C., Leung, E., Waechter, R., Gonzalez, A., Jamieson, E., & MacMillan, H. (2012). Preliminary evaluation of the childhood experiences of violence questionnaire short form. *Journal of Interpersonal Violence*, 27(2), 396-407. <https://doi.org/10.1177/08862605111416462>
- Tangney, J., Baumeister, R., & Boone, A. (2004). High self-control predicts good adjustment, less pathology, better grades, and interpersonal success. *Journal of Personality*, 72(2), 271-324. <https://doi.org/10.1111/j.0022-3506.2004.00263.x>
- Tarolla, S. M., Wagner, E. F., Rabinowitz, J., & Tubman, J. G. (2002). Understanding and treating juvenile offenders: A review of current knowledge and future directions. *Aggression and Violent Behavior*, 7, 125-143.
[https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(00\)00041-0](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(00)00041-0)
- Taveira, M. (1999). Intervenção precoce no desenvolvimento vocacional. *Psicologia: Teoria, investigação e prática*, 4(1), 173-190.
- Taveira, M. (2000). *Exploração e desenvolvimento vocacional de jovens: Estudo sobre as relações ente a exploração, a identidade e a indecisão vocacional*. Universidade do Minho.
- Tedeschi, R. G., & Calhoun, L. G. (1996). The Posttraumatic Growth Inventory: Measuring the positive legacy of trauma. *Journal of Traumatic Stress*, 9, 455-471.
<https://doi.org/10.1002/jts.2490090305>
- Tedeschi, R. G., & Calhoun, L. (2004). Posttraumatic growth: Conceptual foundations and empirical evidence. *Psychological Inquiry*, 15(1), 1-18,
https://doi.org/10.1207/s15327965pli1501_01

- Tedeschi, R. G., Shakespeare-Finch, J., Taku, K., & Calhoun, L. (2018). *Posttraumatic growth: Theory, research, and applications*. Routledge.
- Theodore, A. D., Chang, J. J., Runyan, D. K., Hunter, W. M., Bangdiwala, S. I., & Agans, R. (2005). Epidemiologic features of the physical and sexual maltreatment of children in the Carolinas. *Pediatrics*, *115*(3), e331-e337. <https://doi.org/10.1542/peds.2004-1033>
- Thornberry, T. (2005). Explaining multiple patterns of offending across the life course and across the generations. *Annals of the American Academy of Political and Social Sciences*, *602*(1), 156-195. <https://doi.org/10.1177/0002716205280641>
- Thornberry, T., Huizinga, D., & Loeber, R. (1995). The prevention of serious delinquency and violence: Implications from the program of research on the causes and correlates of delinquency. In J. Howell, B. Krisberg, J. Hawkins, & J. Wilson (Eds.), *Sourcebook on serious, violent, and chronic juvenile offenders* (pp. 213-237). Sage Publications.
- Thornberry, T. P., Huizinga, D., & Loeber, R. (2006). Justiça juvenil. Estudos relativos a causas e correlações: Resultados e consequências para a adoção de políticas. *Revista Infância e Juventude*, *1*, 71-96.
- Thornberry, T. P., Moore, M., & Christenson, R. L. (1985). The effect of dropping out of high school on subsequent criminal behavior. *Criminology*, *23*(1), 3-18. <https://doi.org/10.1111/j.1745-9125.1985.tb00323.x>
- Tonmyr, L., Hovdestad, W., & Draca, J. (2014). Commentary on Canadian child maltreatment data. *Journal of Interpersonal Violence*, *29*, 186-197. <https://doi.org/10.1177/0886260513504643PMID:24097903>
- Torre, M. L., & Escobar, C. G. (2017). Maus-tratos na criança e no jovem. In F. Xarepe, I. F. Costa, & M. R. O. Morgado (Coords.), *O risco e o perigo na criança e na família* (pp. 69-78). Pactor.
- Trickey, D., Siddaway, A. P., Meiser-Stedman, R., Serpell, L., & Field, A. (2012). A meta-analysis of risk factors for post-traumatic stress disorder in children and adolescents. *Clinical Psychology Review*, *32*(2), 122-138. <https://doi.org/10.1016/j.cpr.2011.12.001>
- Udry, J. (2003). *The national longitudinal study of Adolescent Health (Add Health), waves I and II, 1994-1996; wave III, 2001-2002*. Carolina Population Center, University of North Carolina at Chapel Hill.
- Urbina, S. (2014). *Essentials of psychological testing* (2nd ed.). John Wiley & Sons.

- Urta, J. (2016). *O pequeno ditador cresceu: Pais e filhos em conflito*. A Esfera dos Livros.
- Van Baardewijk, Y., Stegge, H., Andershed, H., Thomaes, S., Scholte, E., & Vermeiren, R. (2008). Measuring psychopathic traits in children through self-report: The development of the youth psychopathic traits inventory-child version. *The International Journal of Law and Psychiatry*, *31*(3), 199-209. <https://doi.org/10.1016/j.ijlp.2008.04.004>
- Van Baardewijk, Y., Vermeiren, R., Stegge, H., & Doreleijers, T. (2011). Self-reported psychopathic traits in children: Their stability and concurrent and prospective association with conduct problems and aggression. *Journal of Psychopathology and Behavioral Assessment*, *33*(2), 236-245. <https://doi.org/10.1007/s10862-010-9215-4>
- VandenBos, G. R. (2010). *Dicionário de psicologia da APA*. Artmed.
- Vasey, M., Kotov, R., Frick, P., & Loney, B. (2005). The latent structure of psychopathy in youth: A taxometric investigation. *Journal of Abnormal Child Psychology*, *33*(4), 411-429. <https://doi.org/10.1007/s10802-005-5723-1>
- Vaughn, M., & Howard, M. (2005). The construct of psychopathy and its potential contribution to the study of serious, violent, and chronic youth offending. *Youth Violence and Juvenile Justice*, *3*(3), 235-252. <https://doi.org/10.1177/1541204005276320>
- Vaz Serra, A. (2000). A vulnerabilidade ao stress. *Psiquiatria Clínica*, *21*(4), 261-278.
- Vazsonyi, A. T., Mikuška, J., & Kelley, E. L. (2017). It's time: A meta-analysis on the self-control-deviance link. *Journal of Criminal Justice*, *48*, 48-63. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2016.10.001>
- Venables, N. C., Foell, J., Yancey, J. R., Beaver, K. M., Iacono, W. G., & Patrick, C. J. (2018). Integrating criminological and mental health perspectives on low self-control: A multi-domain analysis. *Journal of Criminal Justice*, *56*, 2-10. <https://doi.org/10.1016/j.jcrimjus.2017.10.004>
- Venables, N. C., Hall, J. R., & Patrick, C. J. (2014). Differentiating psychopathy from antisocial personality disorder: A triarchic model perspective. *Psychological Medicine*, *44*(5), 1005-1013. <https://doi.org/10.1017/S003329171300161X>
- Vermeiren, R. (2003). Psychopathology and delinquency in adolescents: A descriptive and developmental perspective. *Clinical Psychology Review*, *23*(2), 277-318. [https://doi.org/10.1016/s0272-7358\(02\)00227-1](https://doi.org/10.1016/s0272-7358(02)00227-1)

- Verona, E., Sadeh, N., & Javdani, S. (2010). The influences of gender and culture on child and adolescent psychopathy. In R. Salekin, & D. Lynam (Eds.), *Handbook of child and adolescent psychopathy* (pp. 317-342). The Guilford Press.
- Verona, E., & Vitale, J. (2006). Psychopathy in women. In C. Patrick (Ed.), *Handbook of psychopathy* (pp. 415-436). The Guilford Press.
- Vincent, G. M., & Hart, S. D. (2002). Psychopathy in children and adolescents: Implications for the assessment and management of multi-problem youths. In R. R. Corrado, R. Roesch, S. D. Hart, & J. K. Gierowski (Eds.), *Multi-problem violent youth: A foundation for comparative research on needs, interventions, and outcomes* (pp. 150-163). IOS Press.
- Vincent, G., Vitacco, M., Grisso, T., & Corrado, R. (2003). Subtypes of adolescent offenders: Affective traits and anti-social behavior patterns. *Behavioral Sciences & the Law*, 21(6), 695-712. <https://doi.org/10.1002/bsl.556>
- Vilariño, M., Amado, B. G., & Alves, C. (2013). Menores infractores: Un estudio de campo de los factores de riesgo. *Anuario de Psicología Jurídica*, 23(1), 39-45.
- Vitacco, M., Neumann, C., Robertson, A., & Durrant, S. (2002). Contributions of impulsivity and callousness in the assessment of adjudicated male adolescents: A prospective study. *Journal of Personality Assessment*, 78(1), 87-103. https://doi.org/10.1207/S15327752JPA7801_06
- Walker-Barnes, C. J., & Mason, C. A. (2001). Ethnic differences in the effect of parenting upon gang involvement and gang delinquency: A longitudinal, Hierarchical Linear Modeling perspective. *Child Development*, 72(6), 1814-1831. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00380>
- Wallace, J., Newman, J., & Bachorowski, J. (1991). Failures of response modulations: Impulse behavior in anxious and impulsive individuals. *Journal of Research in Personality*, 25(1), 23-44. [https://doi.org/10.1016/0092-6566\(91\)90003-9](https://doi.org/10.1016/0092-6566(91)90003-9)
- Walters, G. D. (2016). Are behavioral measures of self-control and the Grasmick self-control scale measuring the same construct? A meta-analysis. *American Journal of Criminal Justice*, 41, 151-167. <https://doi.org/10.1007/s12103-015-9317-3>
- Washburn, J., McMahon, S., King, C., Reinecke, M. & Silver, C. (2004). Narcissism features in young adolescents: Relations to aggression and internalizing symptoms. *Journal of Youth and Adolescence*, 33(3), 247-260. <https://doi.org/10.1023/B:JOYO.0000025323.94929.d9>

- Watts-English, T., Fortson, B. L., Gibler, N., Hooper, S. R., & De Bellis, M. D. (2006). The psychobiology of maltreatment in childhood. *Journal of Social Issues, 62*(4), 717-736. <https://doi.org/10.1111/j.1540-4560.2006.00484.x>
- Weber, L. N. D., Salvador, A. P. V., & Brandenburg, O. J. (2009). Escalas de Qualidade na Interação Familiar (EQIF). In L. N. D. Weber & M. A. Dessen (Orgs.), *Pesquisando a família: Instrumentos para coleta e análise de dados* (pp. 57-68). Juruá Editora.
- West, S., Taylor, A., & Wu, W. (2012). Model fit and model selection in structural equation modeling. In R. Hoyle (Ed.), *Handbook of structural equation modeling* (pp. 209-231). The Guilford Press.
- White, J., Moffitt, T., Caspi, A., Bartusch, D., Needles, D., & Stouthamer-Loeber, M. (1994). Measuring impulsivity and examining its relationships to delinquency. *Journal of Abnormal Psychology, 103*(2), 192-205. <https://doi.org/10.1037//0021-843x.103.2.192>
- Whiteside, S., & Lynam, D. (2001). The five factor model and impulsivity: Using a structural model of personality to understand impulsivity. *Personality and Individual Differences, 30*, 669-689. [https://doi.org/10.1016/S01918869\(00\)00064-7](https://doi.org/10.1016/S01918869(00)00064-7)
- Widom, C. S. (2010). Understanding child maltreatment & juvenile delinquency: The research. In J. K. Wiig, C. S. Widom, & J. A. Tuell (Eds.), *Understanding child maltreatment & juvenile delinquency: From research to effective program, practice, and systemic solutions* (pp. 1-10). Child Welfare League of America Press.
- Williams, L. M. (1994). Recall of childhood trauma: A prospective study of women's memories of child sexual abuse. *Journal of Consulting and Clinical Psychology, 62*(6), 1167-1176. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.62.6.1167>
- Williams, K. M., Nathanson, C., & Paulhus, D. L. (2010). Identifying and profiling scholastic cheaters: Their personality, cognitive ability, and motivation. *Journal of Experimental Psychology: Applied, 16*(3), 293-307. <https://doi.org/10.1037/a0020773>
- Wilson, K., Juodis, M., & Porter, S. (2011). Fear and loathing in psychopaths: A meta-analytic investigation of the affect recognition deficit. *Criminal Justice and Behavior, 38*(7), 659–668. <https://doi.org/10.1177/0093854811404120>

- Wilson, D. S., Near, D., & Miller, R. R. (1996). Machiavellianism: A synthesis of the evolutionary and psychological literatures. *Psychological Bulletin*, *119*(2), 285-299. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.119.2.285>
- Wilson, H. W., Stover, C. S., & Berkowitz, S. J. (2009). Research review: The relationship between childhood violence exposure and juvenile antisocial behavior: A meta-analytic review. *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, *50*(7), 769-779. <https://doi.org/10.1111/j.1469-7610.2008.01974.x>
- Wolfgang, M., Figlio, R., & Sellin, T. (1972). *Delinquency in a birth cohort*. University of Chicago Press.
- Wolfgang, M., Figlio, R., Tracy, P., & Singer, S. (1985). *The national survey of crime severity*. United States Department of Justice, Bureau of Statistics.
- Wong, T., Slotboom, A., & Bijleveld, C. (2010). Risk factors for delinquency in adolescent and young adult females: A European review. *European Journal of Criminology*, *7*(4), 266-284. <https://doi.org/10.1177/1477370810363374>
- Wright, R., John, L., Livingston, M. A., Shepherd, N., & Duku, E. (2007). Effects of school-based interventions on secondary school students with and low risks for antisocial behavior. *Canadian Journal of School Psychology*, *22*(1), 32-49. <https://doi.org/10.1177/0829573507301249>.
- Wright, J. P., Morgan, M. A., Almeida, P. R., Almosaed, N. F., Moghrabi, S. S., & Bashatah, F. S. (2017). Malevolent forces: Self-control, the dark triad, and crime. *Youth Violence and Juvenile Justice*, *15*(2), 191-215. <https://doi.org/10.1177/1541204016667995>
- Yanos, P. T., Czaja, S. J., & Widom, C. S. (2010). A prospective examination of service use by abused and neglected children followed up into adulthood. *Psychiatric Services Washington DC*, *61*(8), 796-802. <https://doi.org/10.1176/ps.2010.61.8.796>
- Young, S., Misch, P., Collins, P., & Gudjonsson, G. (2011). Predictors of institutional behavioural disturbance and offending in the community among young offenders. *The Journal of Forensic Psychiatry & Psychology*, *22*(1), 72-86. <https://doi.org/10.1080/14789949.2010.49599>
- Zamble, E., & Quinsey, V. (1997). *The criminal recidivism process*. Cambridge University Press.
- Zara, G., & Farrington, D. P. (2016). *Criminal recidivism: Explanation, prediction and prevention*. Routledge.

- Zoellner, L. A., Foa, E. B., Brigidi, B. D., & Przeworski, A. (2000). Are trauma victims susceptible to “false memories”? *Journal of Abnormal Psychology, 109*(3), 517-524. <https://doi.org/10.1037/0021-843X.109.3.517>
- Zuckerman, M., & Kuhlman, D. M. (2000). Personality and risk-taking: Common biosocial factors. *Journal of Personality, 68*(6), 999-1029. <https://doi.org/10.1111/1467-6494.00124>

6. Legislação

Decreto-Lei n.º 44288, de 20 de abril de 1962. Aprova a Organização Tutelar de Menores.

Diário do Governo, n.º 89/1962, 1º Suplemento, Série I de 1962-04-20, pp. 512-527.

Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro. Revê a Organização Tutelar de Menores. *Diário da República*, n.º 248/1978, Série I de 1978-10-27, pp. 2256-2281.

Decreto-Lei n.º 401/82, de 23 de setembro. Institui o regime aplicável em matéria penal aos jovens com idade compreendida entre os 16 e os 21 anos. *Diário da República*, n.º 221/1982, 1º Suplemento, Série I de 1982-09-23, pp. 3006-(64) a 3006(66).

Decreto-Lei n.º 215/2012, de 28 de setembro. Aprova a orgânica da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais. *Diário da República*, n.º 189/2012, Série I de 2012-09-28, pp. 5470-5480.

Decreto-Lei n.º 42/2018, de 12 de junho. Regula as condições de instalação e funcionamento das casas de autonomia a que se refere a Lei Tutelar Educativa. *Diário da República*, n.º 112/2018, Série I de 2018-06-12, pp. 2491-2492.

Lei de Proteção à Infância, de 27 de maio de 1911. *Diário do Governo*, n.º 137/1911, pp. 1316-1331.

Lei n.º 133/99, de 28 de agosto. Quinta alteração do Decreto-Lei n.º 314/78, de 27 de outubro, em matéria de processos tutelares cíveis. *Diário da República*, n.º 201/1999, Série I-A de 1999-08-28, pp. 5943-5945.

Lei n.º 147/99, de 1 de setembro. Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo. *Diário da República*, n.º 204/1999, Série I-A de 1999-09-01, pp. 6115-6132.

Lei n.º 166/99, de 14 de setembro. Aprova a Lei Tutelar Educativa. *Diário da República*, n.º 215/1999, Série I-A de 1999-09-14, pp. 6320-6351.

Lei n.º 4/2015, de 15 de janeiro. Procede à primeira alteração à Lei Tutelar Educativa, aprovada em anexo à Lei n.º 166/99, de 14 de setembro. *Diário da República*, n.º 10/2015, Série I de 2015-01-15, pp. 396-436.

7. Anexos

Anexo A

Deliberação da Comissão Nacional de Proteção de Dados

DELIBERAÇÃO N.º 215/2018

Vitor Hugo Gregório Palma, no âmbito do Doutoramento em Psicologia pela Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve notificou à Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPd) um tratamento de dados pessoais, com a finalidade de elaborar um estudo com o tema "Traços Psicopáticos e Motivação para a Aprendizagem Escolar na Adolescência".

O referido estudo compreende 4 pontos de análise, a saber:

Adaptação de Instrumentos de Avaliação"; O Modelo Triárquico da Psicopatia: estudos dos traços Psicopáticos na Adolescência em Contexto Forense e escolar"; a Tríade Negra: um estudo com adolescentes portugueses em contexto forense e escolar e "Motivação para a aprendizagem escolar. A amostra será constituída por 500 jovens de ambos os sexos e de uma amostra forense composta por 120 jovens do género masculino com idades compreendidas entre os 12 e os 18 anos.

A participação no estudo consistirá no preenchimento de questionários sociodemográficos e de saúde, psicológicos, nos quais não são recolhidos dados que identifiquem os participantes, nem é aposto qualquer código. Os instrumentos utilizados serão o Questionário Sociodemográfico e Clínico, (*The Child Trauma Screen-CTS; Lang&Connell, 2016 e A Brief Screener for Adolescent Conduct Disorder-OADP-CDS; Lewinsohn, Rohde&Farrington, 2000*).

O estudo será previamente apresentado e explicado às participantes, sendo-lhes igualmente solicitada a assinatura de declaração de consentimento informado, bem como aos respetivos encarregados de educação ou representantes legais. Deverá ser facultada aos pais/representantes legais uma cópia do questionário.

O responsável pelo tratamento deve contar com a colaboração das escolas para intermediarem o primeiro contacto com os potenciais participantes e seus encarregados de educação. O formulário de consentimento deve ser conservado na pasta individual dos alunos pela escola.

Anexo B

Autorização da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais

Bom dia Dr. Vitor Hugo Palma,

O seu pedido para recolha de dados nos Centros Educativos foi autorizado por despacho do Senhor Director Geral, Dr. Celso Manata, de 30-01-2018, nos termos solicitados, podendo ser feito em todos os Centros Educativos (Santo António no Porto, Santa Clara em Vila do Conde, Olivais em Coimbra, Padre António de Oliveira em Caxias, Bela Vista e Navarro de Paiva em Lisboa). Oportunamente poderá contactar aqueles CE e combinar o que for necessário para a execução do trabalho.

Obrigado

Com os melhores cumprimentos

João Agante

Direcção de Serviços de Organização Planeamento e Relações Externas



Anexo C

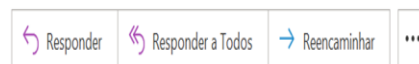
Autorização para a realização de inquérito em meio escolar

Monitorização de Inquéritos em Meio Escolar: Inquérito nº 0618500001



mime-noreply@gepe.min-edu.pt

Para victorhugopalma@sapo.pt; victorhugopalma@sapo.pt



ter 27/03/2018 16:36

Exmo(a)s. Sr(a)s.

O pedido de autorização do inquérito n.º 0618500001, com a designação *Estudos sobre Traços Psicopáticos e Motivação para a Aprendizagem Escolar na Adolescência*, registado em 24-02-2018, foi aprovado.

Avaliação do inquérito:

Exmo.(a) Senhor(a) Victor Hugo Gregório Palma

Venho por este meio informar que o pedido de realização de inquérito em meio escolar é autorizado uma vez que, submetido a análise, cumpre os requisitos, devendo atender-se às observações aduzidas.

Com os melhores cumprimentos

José Vítor Pedroso

Diretor-Geral

DGE

Observações:

- a) A realização dos Inquéritos fica sujeita a autorização das Direções dos Agrupamentos de Escolas do ensino público a contactar para a realização do estudo. Merece especial atenção o modo, o momento e condições de aplicação dos instrumentos de recolha de dados em meio escolar, porque onerosos e muito sensíveis, devendo fazer-se em estreita articulação com as Direções dos Agrupamentos.
- b) Devem ser cumpridas as disposições da Deliberação da CNPD n.º 215/2018 de 20 de Fevereiro nos termos e condições fixados, resultando obrigações que o responsável tem de cumprir. Destas deve dar conhecimento a todos os inquiridos e seus representantes legais e a quem intervenha na recolha e tratamento de dados pessoais.
- c) Informa-se, ainda, que a DGE não é competente para autorizar a realização de estudos/aplicação de inquéritos ou outros instrumentos em estabelecimentos de ensino privados e, sublinhe-se, para autorizar a realização de intervenções educativas/desenvolvimento de projetos e atividades/programas de intervenção/formação em meio escolar junto de alunos, dado ser competência da Escola/Agrupamento.

Anexo D

Consentimento livre e informado (Versão para Encarregados de Educação)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

(Versão para Encarregados de Educação)

Faro, 23 de abril de 2018

Exmo(a). Sr(a). Encarregado(a) de Educação,

No âmbito de uma tese de doutoramento em Psicologia da Universidade do Algarve, estamos a desenvolver uma investigação científica sobre traços psicopáticos e motivação para a aprendizagem escolar na adolescência. Os traços psicopáticos podem influenciar a motivação para a aprendizagem escolar dos adolescentes, requerendo mais investigação e posterior intervenção. A participação dos alunos, selecionados aleatoriamente, consiste especificamente em preencher um conjunto de questionários sobre a temática apresentada, numa sessão única e em contexto de sala-de-aula.

Após a autorização da Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPd), da Direção Geral de Educação (DGE) e da Direção deste estabelecimento de ensino, vimos por este meio solicitar a autorização de V. Exa. para que, o seu educando, possa participar nesta investigação.

A participação dos alunos é **voluntária** e mediante **Consentimento Informado** dos mesmos e dos respetivos encarregados de educação. Todos os dados recolhidos são **anónimos** e **confidenciais** e destinam-se unicamente para fins de investigação.

Obrigado pela sua colaboração,

Victor Hugo Palma, Mestre em Psicologia Clínica (victorhugopalma@sapo.pt)
Professor Doutor Pedro Pechorro, Doutorando em Psicologia
Professor Doutor Saúl Neves de Jesus, Catedrático em Psicologia

.....
Eu, _____, Encarregado(a) de Educação do(a) aluno(a) _____, do _____º ano, da turma _____, **AUTORIZO/NÃO AUTORIZO** (riscar o que não interessa) o meu educando a participar neste estudo.

(Assinatura do(a) Encarregado(a) de Educação)

Anexo E

Consentimento livre e informado (Versão para Adolescentes)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

(Versão Centro Educativo)

Concordo em participar neste estudo de Doutoramento em Psicologia, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, de Victor Hugo Gregório Palma, Psicólogo (Cédula Profissional nº 16.098), a decorrer neste Centro Educativo.

Foi-me dada uma explicação da natureza e objetivos deste estudo e concedida a possibilidade de perguntar e esclarecer todos os aspetos que me pareceram pertinentes.

Foi-me dada a informação de que, os dados recolhidos através destes questionários são **anónimos e confidenciais**.

Concordo que, os dados recolhidos, sejam analisados pelo investigador deste estudo.

Sei que, a minha participação é voluntária e sou livre de desistir deste estudo a qualquer momento, bastando para tal, que, seja essa a minha vontade.

Data: _____

Por favor não deixes nenhuma pergunta por responder.

Obrigado pela colaboração.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E INFORMADO

(Versão Escolar)

Concordo em participar neste estudo de Doutoramento em Psicologia, da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade do Algarve, de Victor Hugo Gregório Palma, Psicólogo (Cédula Profissional nº 16.098), a decorrer nesta Escola.

Foi-me dada uma explicação da natureza e objetivos deste estudo e concedida a possibilidade de perguntar e esclarecer todos os aspetos que me pareceram pertinentes.

Foi-me dada a informação de que, os dados recolhidos através destes questionários são **anónimos e confidenciais**.

Concordo que, os dados recolhidos, sejam analisados pelo investigador deste estudo.

Sei que, a minha participação é voluntária e sou livre de desistir deste estudo a qualquer momento, bastando para tal que, seja essa a minha vontade.

Data: _____

Por favor não deixes nenhuma pergunta por responder.

Obrigado pela colaboração.

Anexo F

Questionário sociodemográfico e instrumentos psicométricos

Questionário Sociodemográfico e Criminal

1. Idade: _____ anos

2. Género: Masculino Feminino

3. Qual é a nacionalidade dos teus pais?

Pai

Portuguesa

Países da Europa

Países de África

Outra. Qual? _____

Mãe

Portuguesa

Países da Europa

Países de África

Outra. Qual? _____

4. Qual é a tua nacionalidade?

Portuguesa

Países da Europa

Países de África

Outra. Qual? _____

5. Que escolaridade tens já completa? _____

6. Que escolaridade têm os teus pais?

Pai

Sem estudos/analfabeto

1º Ciclo (4º ano)

2º Ciclo (6º ano)

3º Ciclo (9º ano)

Ensino Secundário (12º ano)

Ensino Superior/Universitário

Não sei

Mãe

Sem estudos/analfabeta

1º Ciclo (4º ano)

2º Ciclo (6º ano)

3º Ciclo (9º ano)

Ensino Secundário (12º ano)

Ensino Superior/Universitário

Não sei

7. Que profissão têm os teus pais?

Pai _____ Não sei

Mãe _____ Não sei

8. Assinala a situação que corresponde melhor à situação dos teus pais:

O meu pai e a minha mãe estão casados / vivem juntos

O meu pai e a minha mãe estão divorciados / separados

O meu pai já faleceu

A minha mãe já faleceu

9.1. Com quem vives habitualmente na tua casa?

9.2. Quantas pessoas vivem na tua casa ao todo (incluindo tu)?

Somos _____ pessoas.

10. Tens quantos irmãos ao todo (incluindo tu)?

Somos _____ irmãos.

11. Estás a tomar medicamentos para os “nervos” ou “cabeça” (psiquiátricos)?

Sim Não

12.1. Já tiveste problemas com a lei (pólicia, esquadra, etc.)?

Sim Não

12.2. Se respondeste Sim, que idade tinhas quando tiveste problemas pela primeira vez com a lei?

Tinha _____ anos.

12.3. Se respondeste Sim, o que fizeste para teres problemas com a lei?

Agrediste alguém

Roubaste

Outro Especifica_____

13.1. Já estiveste internado num Centro Educativo (“reformatório”) do Ministério da Justiça?

Sim Não

13.2. Se respondeste Sim, que idade tinhas quando estiveste internado pela primeira vez num Centro Educativo?

Tinha _____ anos.

13.3. Se respondeste Sim, quanto tempo estiveste internado no Centro Educativo?

Estive _____ meses/anos.

YPI-TRI-S

Neste questionário vais encontrar afirmações sobre a forma como tu geralmente pensas e sentes as coisas. Lê atentamente cada afirmação e diz em que grau concordas ou discordas com elas. Das quatro alternativas diferentes de resposta para cada afirmação assinala apenas uma. Responde a cada afirmação de acordo com o que pensas e sentes mais frequentemente e não apenas neste momento.

	Discordo muito	Discordo	Concordo	Concordo muito
1. Gosto de estar onde acontecem coisas excitantes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Prefiro gastar logo o dinheiro em vez de o poupar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Provavelmente já faltei à escola ou ao trabalho mais vezes do que a maioria das pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Tenho a capacidade de não me sentir culpado(a) nem arrependido(a) de coisas más que tenho feito.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Consigo fazer as pessoas acreditarem em quase tudo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Acho que chorar é sinal de fraqueza mesmo que ninguém nos veja.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Sou bom(boa) a fazer as pessoas acreditarem em mim quando invento alguma história.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Já cheguei muitas vezes atrasado(a) à escola ou ao trabalho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Quando as outras pessoas têm problemas muitas vezes é por culpa delas, por isso não devíamos ajudá-las.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Muitas vezes falo primeiro e só penso depois.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Tenho capacidades que vão muito além das capacidades das outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. É fácil para mim manipular as pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Raramente me arrependo das coisas que faço, mesmo se as outras pessoas achem que são erradas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Gosto de fazer coisas apenas pela excitação que me provocam.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Aborreço-me muito depressa se estiver a fazer sempre as mesmas coisas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Muitas vezes faço coisas sem pensar nas consequências.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. O que assusta os outros normalmente não me assusta a mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Não entendo como há pessoas que ficam tão emocionadas ao ponto de chorarem com o que vêem na televisão ou nos filmes.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Muitas vezes não fiz a tempo os trabalhos escolares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. É sinal de fraqueza sentir culpa e remorsos por coisas que fizemos e que magoaram os outros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21. É uma perda de tempo sentir culpa e lamentar o que fizemos de errado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

DTDD-Port

Neste questionário vais encontrar afirmações sobre a forma como tu geralmente pensas e sentes as coisas. Lê atentamente cada afirmação e diz em que grau concordas ou discordas com elas. Das cinco alternativas diferentes de resposta para cada afirmação assinala apenas uma. Responde a cada afirmação de acordo com o que pensas e sentes mais frequentemente e não apenas neste momento.

	Nunca / Quase nunca	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre / Sempre
1. Tenho tendência a levar as outras pessoas a fazerem o que eu quero.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Já enganei ou menti para obter o que eu queria.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Já elogiei (engraxei) pessoas para obter o que eu queria.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Tenho tendência a usar as outras pessoas em meu benefício pessoal.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Não costumo sentir remorsos ou arrependimento.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Tenho tendência a não me preocupar com o que é certo ou errado.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Tenho tendência a ser uma pessoa insensível ou fria.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Tenho tendência a não me importar com as regras e normas sociais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Tenho tendência a querer que as outras pessoas sintam admiração por mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Tenho tendência a querer que as outras pessoas me prestem atenção.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Tenho tendência a querer ter prestígio ou estatuto social alto.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Tenho tendência a esperar que os outros me façam favores especiais.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

SUPPS-P

Neste questionário vais encontrar afirmações sobre a forma como tu geralmente pensas e sentes as coisas. Lê atentamente cada afirmação e diz em que grau concordas ou discordas com elas. Das quatro alternativas diferentes de resposta para cada afirmação assinala apenas uma. Responde a cada afirmação de acordo com o que pensas e sentes mais frequentemente e não apenas neste momento.

	<i>Discordo muito</i>	<i>Discordo</i>	<i>Concordo</i>	<i>Concordo muito</i>
1. Geralmente gosto de terminar as coisas que faço.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Geralmente costumo pensar nas coisas com calma e de forma planeada.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Quando estou muito bem-disposto(a) tenho tendência para meter-me em situações que me podem causar problemas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Deixar coisas por acabar incomoda-me bastante.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Gosto de parar para pensar antes de fazer as coisas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Quando me sinto mal, frequentemente faço coisas para me sentir melhor mas depois arrependo-me.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Quando começo a fazer alguma coisa, detesto parar antes de terminar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Por vezes quando me sinto mal não consigo parar de fazer coisas que pioram ainda mais a minha situação .	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Gosto bastante de correr riscos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Tenho tendência para perder o controlo quando me sinto extremamente bem-disposto(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Faço questão de terminar as coisas que começo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Tenho tendência a fazer as coisas de uma forma sensata e racional.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Quando estou alterado(a) frequentemente faço coisas sem pensar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Gosto de ter experiências e sensações novas e excitantes mesmo que sejam um pouco assustadoras e fora do normal.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Quando me sinto rejeitado(a) frequentemente digo coisas que mais tarde me arrependo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Gostaria de aprender a pilotar um avião.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. As outras pessoas por vezes ficam preocupadas ou chocadas com as coisas que eu faço quando me sinto muito agitado(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Gostaria da sensação de esquiar muito rapidamente pela encosta de uma montanha muito alta.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Geralmente costumo pensar com calma nas coisas antes de as fazer.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Tenho tendência para agir sem pensar quando estou muito agitado(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

BSCS

Neste questionário vais encontrar afirmações sobre a forma como tu geralmente pensas e sentes as coisas. Lê atentamente cada afirmação e diz em que grau concordas ou discordas com elas. Das cinco alternativas diferentes de resposta para cada afirmação assinala apenas uma. Responde a cada afirmação de acordo com o que pensas e sentes mais frequentemente e não apenas neste momento.

	Nunca / Quase nunca	Poucas vezes	Algumas vezes	Muitas vezes	Quase sempre / Sempre
1. Facilmente consigo quebrar certos maus hábitos que tenho.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Faço questão de não ser uma pessoa preguiçosa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Evito dizer coisas inapropriadas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Evito fazer coisas más para mim, mesmo que sejam coisas muito divertidas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Recuso-me a fazer certas coisas quando sei que são más para mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Tenho bastante capacidade de autodisciplina.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Resisto bem à tentações.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. As pessoas dizem que eu tenho uma autodisciplina muito forte.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. O prazer e o divertimento quase nunca me afastam das minhas obrigações.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Tenho facilidade em me concentrar nas coisas que faço.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Consigo trabalhar esforçadamente nos objetivos a longo prazo.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Evito fazer certas coisas, especialmente quando sei que são erradas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Costumo pensar muito bem nas alternativas antes de fazer as coisas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

CTS

EVENTOS: Às vezes acontecem coisas assustadoras ou muito perturbadoras às pessoas. Estas coisas às vezes podem afetar a forma como pensamos, como nos sentimos e o que fazemos.

	Não	Sim		
1. Alguma vez viste pessoas aos empurrões, a lutar, a atirar coisas umas às outras, ou a esfaquear, a disparar, ou tentando magoar-se umas às outras?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
2. Alguém já te magoou seriamente? Agrediu-te com murros ou pontapés com muita força, com um cinto ou outros objetos, ou tentou dar-te um tiro ou uma facada?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
3. Alguém já tocou em partes do teu corpo que tu tapas com roupa interior, de uma maneira que te causou mal-estar? Ou obrigaram-te a tocar em partes do corpo de alguém que se tapam com roupa interior, de uma maneira que te causou mal-estar?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		
4. Aconteceu-te alguma coisa que te perturbasse ou assustasse muito (Como por exemplo: alguém que tu gostavas muito morreu, foste separado de um ente querido, deixaram-te sozinho durante muito tempo, passaste fome, um acidente ou doença grave, incêndio, mordido por um cão, <i>bullying</i>)? O que foi? _____	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>		

REAÇÕES: Às vezes situações assustadoras ou perturbadoras afetam a forma como as pessoas pensam, sentem e atuam. As perguntas seguintes são sobre como te sentiste e o que pensaste recentemente.
Com que frequência aconteceram cada uma destas situações nos últimos 30 dias?

	Nunca / Raramente	1 ou 2 vezes por mês	3 ou mais vezes por semana		
5. Fortes sensações no teu corpo quando recordas algo que aconteceu (suor, batidas rápidas do coração, sentiste-te doente).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
6. Tentas evitar pessoas, lugares ou coisas que te fazem lembrar algo que aconteceu.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
7. Dificuldade em sentires-te feliz.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
8. Dificuldade em dormir.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
9. Dificuldade de concentração ou de atenção.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	
10. Sentes-te sozinho(a) e isolado(a) das pessoas à tua volta.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	

AHJDS

Responde a todas as perguntas o melhor que puderes, baseando-te na forma como as coisas te correram nos últimos 12 meses.

	<i>Nunca / Quase nunca</i>	<i>Poucas vezes</i>	<i>Algumas vezes</i>	<i>Muitas vezes</i>	<i>Quase sempre / Sempre</i>
1. Pintaste graffitis ou sinais num sítio proibido?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Estragaste de propósito coisas que não te pertenciam?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Tiraste coisas de uma loja sem pagares?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Guiaste um carro ou mota sem permissão do dono?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Roubaste alguma coisa com valor superior a 50 euros?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Entraste numa casa ou prédio para roubar alguma coisa?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Vendeste haxixe (erva, chamon, ganza, pólen) ou outras drogas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Roubaste alguma coisa com valor inferior a 50 euros?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Compraste, vendeste ou guardaste coisas roubadas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Usaste o dinheiro ou o cartão de crédito/multibanco de outra pessoa sem permissão?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Estiveste envolvido(a) numa luta física?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Aleijaste alguém tão seriamente que necessitou de tratamento?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Usaste ou ameaçaste usar uma arma para conseguires algo de alguém?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Te envolveste numa luta entre grupos rivais?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Puxaste de uma faca ou arma para ameaçar alguém?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Esfaqueaste ou disparaste contra alguém?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Usaste uma arma numa loja?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

PCS-20

Responde a todas as afirmações o melhor que puderes.
Não há respostas certas nem erradas.

	<i>Discordo muito</i>	<i>Discordo</i>	<i>Concordo</i>	<i>Concordo muito</i>
2. Às vezes falo mal de outras pessoas quando estou zangado(a) com elas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Espalho boatos e mentiras sobre outras pessoas quando elas fazem algo de mal contra mim.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Quando outras pessoas me irritam/enervam escrevo coisas más sobre elas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Quando estou zangado(a) com outras pessoas tento que elas fiquem mal vistas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18. Quando me zango com outras pessoas, tento que elas fiquem sem amigos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
1. Gosto de gozar com outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Tento que os outros fiquem mal vistos de forma a eu conseguir o que quero.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Espalho boatos sobre outras pessoas para me tornar mais popular e conhecido.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Quando conto boatos/mentiras sobre os outros sinto-me mais popular e conhecido(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17. Às vezes deixo de falar com outras pessoas ou tento ignorá-las para elas fazerem o que eu quero.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Ameaço as pessoas que me fazem coisas más.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Magoo outras pessoas quando estou zangado com elas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Se outras pessoas me irritam/enervam eu magoo-as.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19. Quando fico zangado(a) pode acontecer eu magoar alguém.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20. Já me meti em brigas/lutas mesmo por causa de pequenos insultos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Provoco brigas/lutas para conseguir as coisas que quero.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Quando magoo outras pessoas, isso faz-me sentir respeitado(a) e com poder.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Ameaço outras pessoas para conseguir o que quero.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Magoo outras pessoas para me vingar de coisas que elas me fizeram.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16. Gosto de magoar outras pessoas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

OADP-CDS

Lê cada uma das seguintes afirmações e decide o quanto te descrevem.

	Quase nunca / Nunca	Quase sempre / Sempre	Muitas vezes	Algumas
1. Quebrei regras em casa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Quebrei regras na escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Entrei em brigas/lutas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Faltei às aulas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Fugi de casa.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Meti-me em problemas por mentir ou roubar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

EMAE

Esta escala apresenta afirmações que descrevem algumas formas de ser e pensar em sala de aula. Assinale, para cada uma delas, a opção que melhor o caracteriza, de acordo com os critérios que se seguem.

	Discordo totalmente	Discordo parcialmente	Discordo	Concordo parcialmente	Concordo	Concordo totalmente
1. Tenho boas notas porque me esforço a estudar.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Sinto que posso realizar as tarefas escolares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Na sala de aula, gosto de fazer as tarefas propostas.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Faço os exercícios da escola mesmo quando o professor não vai dar nota.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Detesto atividades para as quais preciso pensar muito.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Evito pensar muito para realizar uma atividade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Quando tenho dificuldades numa tarefa, peço ajuda ao professor.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Só estudo quando sei que vou ser avaliado(a).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Quando tiro notas baixas é sempre culpa do professor.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Quando me esforço tenho um bom desempenho na escola.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Não me interessa pela leitura.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Gosto de pesquisar para realizar uma atividade.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Não consigo realizar as atividades escolares.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Não aprendo bem porque tenho maus professores.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

PC DSM-V

Lê cada uma das seguintes questões e responde a todas o melhor que puderes. Das duas possibilidades de resposta (Sim e Não), assinala apenas uma.

	Não	Sim
1. Frequentemente insultas, ameaças ou intimidas as outras pessoas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Frequentemente inicias lutas físicas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Utilizaste armas que podem causar danos físicos graves aos outros (por exemplo: bastão, garrafa partida, faca, arma de fogo)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Foste fisicamente cruel para pessoas?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Foste fisicamente cruel para animais?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
6. Já roubaste uma pessoa (por exemplo: roubo por esticção, roubo à mão armada)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
7. Forçaste alguém a ter actividades sexuais?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
8. Pegaste fogo (incêndio) de propósito com intenção de causar danos?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
9. Destruíste de propósito propriedade alheia (pública ou de outras pessoas)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10. Arrombaste a casa, a propriedade ou o carro de outra pessoa?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11. Mentas com frequência para obteres ganhos ou favores ou evitares obrigações (por exemplo: vigarizar uma pessoa)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12. Roubaste objectos de valor sem te confrontares com a vítima (por exemplo: furtos em lojas sem arrombamento ou invasão)?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13. Antes dos 13 anos de idade, frequentemente permanecias fora de casa à noite apesar da proibição dos teus pais ou familiares?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14. Fugiste de casa durante a noite, pelo menos 2 vezes, enquanto vivias em casa dos teus pais ou familiares, ou 1 só vez durante um período prolongado?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15. Antes dos 13 anos de idade, faltavas frequentemente à escola?	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

ICS

Responde Falso ou Verdadeiro às afirmações abaixo sobre atos que possas ter cometido antes de entrares no Centro Educativo.

VERDADEIRO
FALSO

1. Cometi pequenos atos contra a lei em minha casa, tais como, por exemplo, pelo menos um dos seguintes: roubar pequenas quantias de dinheiro em casa ou coisas de valor inferior a 5 euros.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
2. Cometi pequenos atos contra a lei fora de casa, tais como, por exemplo, pelo menos um dos seguintes: roubar coisas de valor inferior a 5 euros, não pagar bilhete de autocarro/comboio ou fazer graffiti em sítios proibidos.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
3. Cometi atos contra a lei, tais como, por exemplo, pelo menos um dos seguintes: roubar coisas de valor superior a 5 euros (exemplo: telemóveis), participar em lutas entre grupos ou porte de arma (exemplo: faca, pistola).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
4. Cometi atos contra a lei, tais como, por exemplo, pelo menos um dos seguintes: roubar carros, motas, arrombar e roubar casas, lojas ou garagens.	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
5. Cometi atos contra a lei, tais como, por exemplo, pelo menos um dos seguintes: crimes violentos contra pessoas, agressões com armas (exemplo: pau, faca, pistola) ou agressões físicas (murros, pontapés).	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Anexo G

Primeira página dos manuscritos publicados

Validação Preliminar da Versão Portuguesa do Child Trauma Screen em Adolescentes

Preliminary Validation of the Portuguese Version of the Child Trauma Screen in Adolescents

Victor Hugo Palma¹, Pedro Pechorro², Cristina Nunes³ e Saúl Neves de Jesus⁴

Resumo

O trauma resultante do maltrato na infância pode ter impacto negativo e comprometer de forma relevante o desenvolvimento da criança, devendo ser entendido como um problema de saúde pública. Considerando a prevalência, as consequências na saúde mental da criança e o impacto na idade adulta, o *Child Trauma Screen* (CTS) vem preencher uma lacuna significativa na obtenção rápida de dados relevantes sobre o trauma em adolescentes. O objetivo do presente estudo consistiu na validação preliminar da versão portuguesa do CTS numa amostra de adolescentes portugueses de ambos os sexos em contexto escolar ($N=470$; M idade=15.89 anos; $DP=1.00$ anos; amplitude=14-18 anos). A escala demonstrou adequadas propriedades psicométricas, nomeadamente, em termos de estrutura fatorial, consistência interna por alfa de Cronbach, validade divergente e validade de grupos conhecidos, justificando-se a sua utilização em adolescentes portugueses.

Palavras-chave: adolescência, Child Trauma Screen, trauma, validação

Abstract

The trauma resulting from exposure to childhood maltreatment can have a negative impact and significantly compromise child development and should at present be understood as a public health problem. Considering the prevalence, consequences on the mental health of the child and the impact on adulthood, CTS has filled a significant gap in the rapid collection of relevant trauma data in adolescents. The aim of the present study was the preliminary validation of the Portuguese version of the Child Trauma Screen (CTS) in a sample of Portuguese adolescents of both sexes in the school context ($N=470$; M age=15.89 years; $SD=1.00$ years; range=14-18 years). The scale showed adequate psychometric properties, namely in terms of factorial structure, internal consistency by Cronbach's alpha, divergent validity and known groups validity, justifying its use in Portuguese adolescents.

Keywords: adolescence, Child Trauma Screen, trauma, validation

¹ Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs), Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 Faro, Portugal. Tel: 962767239. E-mail: victorhugopalma@sapo.pt (correspondência)

² Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs), Professor Auxiliar da Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 FARO, Portugal. Tel: +351 289800100. E-mail: ppechorro@gmail.com

³ Centro de Investigação em Psicologia (CIP), Professora Auxiliar da Universidade do Algarve, Portugal. Campus de Gambelas Edifício 9, 8005-139 FARO, Portugal. Tel: +351 289800900. E-mail: csnunes@ualg.pt

⁴ Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs), Professor Catedrático da Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 FARO, Portugal. Tel: 965053506. E-mail: snjesus@ualg.pt

TRIÁDE NEGRA NA ADOLESCÊNCIA: RELAÇÃO COM IMPULSIVIDADE E PERTURBAÇÃO DO COMPORTAMENTO

Victor Hugo Palma¹, Pedro Pechorro¹, Cristina Nunes², Beatriz Correia³, & Saúl Jesus¹

¹Centro de Investigação em Turismo, Sustentabilidade e Bem-estar (CinTurs), Universidade do Algarve, Campus de Gambelas, 8005-139 Faro, Portugal, victorhugopalma@sapo.pt, ppechorro@gmail.com, snjesus@ualg.pt

²Centro de Investigação em Psicologia (CIP), Universidade do Algarve, Portugal.

Campus de Gambelas Edifício 9, 8005-139 Faro, Portugal, csnunes@ualg.pt

³University of Bedfordshire, Campus de Luton, LU1-3JU, Luton, Reino Unido, bfcorreia@gmail.com

RESUMO: O objetivo do presente estudo foi analisar a capacidade preditiva da Triade Negra (maquiavelismo, narcisismo e psicopatia) na impulsividade e perturbação do comportamento (PC). Para tal, recorreu-se a uma amostra total de adolescentes portugueses ($N = 601$; M idade = 15,95 anos; $DP = 1,05$ anos; amplitude = 13-18 anos), subdividida em grupo masculino forense ($n = 131$), grupo masculino escolar ($n = 257$) e grupo feminino escolar ($n = 213$). Após a elaboração de modelos de regressão linear múltipla, os resultados indicaram que a dimensão psicopatia da Triade Negra (TN) é a que mais contribuiu para a predição da impulsividade e da PC. Adicionalmente procedeu-se à avaliação dos traços de TN, impulsividade e PC nos grupos em estudo. O grupo masculino forense apresentou pontuações mais elevadas do que os grupos masculino e feminino escolar. O grupo masculino escolar apresentou pontuações mais elevadas do que o grupo feminino escolar. Deve continuar a ser explorado, em estudos futuros, o papel da TN na predição da impulsividade e PC para melhor clarificar esta relação, assim como também a avaliação dos traços de TN, impulsividade e PC em adolescentes portugueses, em contexto forense e escolar.

Palavras-Chave: Adolescência, impulsividade, perturbação do comportamento, triade negra

DARK TRIAD IN ADOLESCENCE: RELATIONSHIP WITH IMPULSIVITY AND CONDUCT DISORDER

ABSTRACT: The aim of this study was to analyze the predictive capacity of the Dark Triad (machiavellianism, narcissism and psychopathy) in impulsivity and Conduct Disorder (CD). For this, a total sample of Portuguese adolescents was used. ($N = 601$; M age = 15,95 years; $DP = 1,05$ years; range = 13-18 years), subdivided in forensic male group ($n = 131$), school male group ($n = 257$) and school female group ($n = 213$). After the elaboration of multiple linear regression models, the results indicated that the psychopathy dimension of the Dark Triad (TN) is the one that most contributed to the

¹ Rua Brigadeiro Eduardo José dos Santos, nº 4, 2º esq., 8800-698 Tavira, Portugal. Tel: 962767239. email: victorhugopalma@sapo.pt

